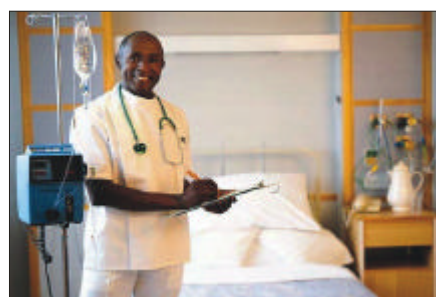
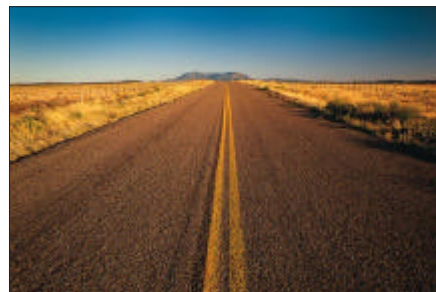




Governo do Estado de Minas Gerais



Mensagem à Assembleia Legislativa



2003

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Superintendência Central de Planejamento

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**Apresentada na reunião inaugural da
primeira sessão legislativa ordinária
da décima quinta legislatura**

BELO HORIZONTE/MG
2003

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência Central de Planejamento
Rua Bernardo Guimarães, 2.731 - Santo Agostinho
Belo Horizonte - MG
30.140-082

**Minas Gerais. Secretaria de Estado de Planejamento e
Gestão. Superintendência Central de Planejamento.**

**Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada na
reunião inaugural da primeira sessão legislativa
ordinária da décima quinta legislatura. Belo Horizonte:
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2003.**

p.

1. Administração Pública - Minas Gerais. I. Título

CDU 353 (815.1)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	i
QUADRO MACROECONÔMICO	001
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA	002
Economia Brasileira	002
Economia Mineira	008
DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS	013
Introdução	013
Desempenho das Contas Públicas em 2002	014
Comportamento da Receita Estadual	015
Comportamento da Despesa Estadual	019
Comportamento da Dívida Estadual	020
SETOR PÚBLICO ESTADUAL	022
Governadoria do Estado	023
Casa Civil	038
Comunicação Social	047
Governo e Assuntos Municipais	052
Planejamento e Coordenação Geral	056
Fazenda	071
Recursos Humanos e Administração	085
Educação	094
Saúde	111
Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente	125
Cultura	137

S U M Á R I O

Esportes	147
Habitação e Desenvolvimento Urbano	153
Justiça e Direitos Humanos.....	159
Segurança Pública	166
Polícia Militar	171
Bombeiro Militar	179
Ciência e Tecnologia	182
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	195
Agropecuária	211
Indústria e Comércio	224
Turismo	233
Transportes, Obras Públicas e Saneamento	242
Minas e Energia	256
ANEXO	272
Causas de Desvio	273



Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Em cumprimento à determinação da Constituição do Estado de Minas Gerais, envio, a essa Egrégia Assembléia Legislativa, Mensagem com a prestação de contas das ações executadas pela administração pública estadual, no exercício de 2002, durante a gestão do Governador Itamar Franco.

Neste momento de renovação da Casa, aproveito a oportunidade para expressar às Senhoras e Senhores Deputados o meu orgulho em governar este importante Estado da Nação, o que farei com grande disposição para enfrentar todos os desafios que se apresentam, uma vez que estou certo de poder contar com a sólida aliança com este Parlamento.

Os relatórios que compõem esta Mensagem, elaborados pelos então dirigentes dos órgãos e entidades públicas durante o exercício de 2002, apontam importantes realizações, apesar de um quadro de adversidade nas finanças públicas estaduais. Entre essas realizações, algumas devem ser ressaltadas por se referirem a demandas sociais prioritárias.

Assim, entre as ações relevantes da Saúde, destacam-se os esforços para habilitar o Estado na condição da Gestão Plena do Sistema de Saúde, um avanço importante, na medida em que o Estado passa a ter maior controle e autonomia no gerenciamento do SUS. Ainda neste campo, a implementação do Plano Estadual de Mobilização e Combate à Dengue, em caráter permanente, se apresentou como uma resposta efetiva à gravidade da epidemia, fazendo com que a Secretaria de Estado da Saúde coordene as ações de combate ao vetor em vários municípios, transferindo equipamentos e capacitando recursos humanos.

Na área de Educação, o Programa Bolsa Familiar para a Educação tem contribuído para a erradicação do trabalho infantil e a fixação das famílias em suas localidades. Consolidou-se, em 2002, a implantação do programa em 51 municípios da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e, com um orçamento de mais de R\$ 20 milhões, foram atendidas 28 mil famílias, garantindo o acesso e a permanência na Escola das crianças, na faixa etária de 7 a 14 anos, em situação de precariedade socioeconômica e risco pessoal ou social. Merece também destaque o Projeto Veredas – Formação Superior de Professores, que se propõe a habilitar os professores para exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental. Em 2002, o projeto atendeu a 6.977 professores da rede estadual e a 7.344 professores da rede municipal.

Na área de Segurança Pública foram realizadas, em 2002, diversas operações de integração das ações das polícias, em articulação também com as Receitas Estadual e Federal, como fruto de determinação contida no Plano Nacional de Segurança Pública. Nesse sentido, foram montadas barreiras nas principais vias de acesso ao Estado, com o objetivo de prevenir e coibir os ilícitos penais praticados por organizações criminosas, em especial o tráfico de substâncias entorpecentes, o furto ou roubo de veículos, o porte ilegal de armas e as infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro.



Também por meio do Plano Nacional de Segurança Pública foram adquiridos vários equipamentos para usos das polícias e aprimorado o sistema de tecnologia de informação nas diversas unidades de segurança no interior. Com isso pode-se agora contar um sistema mais ágil e eficaz, que atinge as áreas da polícia judiciária, trânsito e identificação civil, passo importante para a necessária melhoria das condições de segurança pública em nosso Estado.

Na área de Justiça e Direitos Humanos, avanços importantes foram conseguidos na administração anterior. Estão em andamento as obras de construção de 12 penitenciárias-padrão, assegurando a abertura de, aproximadamente, 3 mil novas vagas e a construção de dois centros de atendimento para adolescentes em Montes Claros e Governador Valadares, disponibilizando quase 120 vagas.

Na área de Saneamento foi iniciada a construção da Estação de Tratamento de Esgotos do Onça na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que, quando concluída, possibilitará o tratamento de 100% dos esgotos da capital e o tratamento dos efluentes para recuperação da barragem da Pampulha. Além disso, encontram-se em operação as estações de tratamento de esgoto do Ribeirão Arrudas em Belo Horizonte, de Ipatinga, Varginha, Frutal e Iturama.

No setor de Energia, a CEMIG, em parceria com empresas da iniciativa privada, prepara-se para acrescentar 1.401 megawatts ao parque gerador de Minas Gerais, com seis usinas em construção e duas em processo de implantação, com investimentos da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

Em relação ao apoio aos setores produtivos, destaca-se o Programa de Organização e Gestão da Pecuária Bovina de Minas Gerais (PROPEC), visando à sustentabilidade econômica na produção de leite. Foram credenciados 107 municípios, por meio de convênio com o Banco do Brasil, com aprovação de operações de crédito de R\$ 1,88 milhão. Cabe ressaltar, ainda, que Minas Gerais encontra-se livre da febre aftosa, e para tanto, foram intensificadas ainda mais as ações de vigilância sanitária.

O Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG), por sua vez, desenvolveu ações que resultaram no efetivo apoio aos setores produtivos das várias regiões mineiras. Foram aprovados financiamentos da ordem de R\$ 521 milhões, atendendo a 4.665 clientes, dos quais 4.400 pertencem aos segmentos de micro e pequenas empresas, rurais e urbanas, vinculadas a atividades produtivas e de prestação de serviços.

Conforme os relatórios preparados pela Administração Itamar Franco, as finanças públicas estaduais constituíram preocupação central da Secretaria de Estado da Fazenda, que vem desenvolvendo e organizando sistemas que envolvem a tributação, a fiscalização e a arrecadação. O projeto de reestruturação e modernização da SEF tem conseguido assegurar um aumento na receita, o que se comprova na evolução da receita do ICMS do Estado, pois de R\$ 460 milhões arrecadados em 1999, houve um salto para R\$ 840 milhões no final de 2002.



Tratam-se, todas as ações destacadas, de iniciativas importantes da administração anterior, que merecerão, de nossa parte, todo o apoio para imprimir-lhes continuidade, no que for pertinente.

E, quanto aos próximos quatro anos, reafirmo minha firme disposição para enfrentar os desafios que se apresentam, visando à melhoria das condições de vida do povo mineiro e à inserção de Minas Gerais como um dos centros mais dinâmicos do País.

Estou ciente das dificuldades financeiras em que o Estado se encontra. Registre-se, a propósito, que a execução orçamentária fiscal referente a 2002 apresentou um resultado nominal negativo de R\$ 874 milhões, valor este que, na verdade, atingiria cifra superior a R\$ 1,5 bilhão, caso não tivesse havido receitas extraordinárias, que foram R\$ 120 milhões recebidos do Banco Itaú e R\$ 557 milhões recebidos da União, em dezembro de 2002, como parte do processo de transferência para o Estado da responsabilidade por rodovias federais que cortam Minas Gerais. Essas receitas, por certo, não mais ocorrerão, o que faz com o déficit projetado para 2003 possa chegar a mais de R\$ 2 bilhões.

Tal situação, entretanto, não pode ser posta como justificativas para imobilismo da administração que se inicia. Ao contrário, temos o firme propósito de buscar soluções efetivas, mesmo que na forma de medidas difíceis e que resultarão em sacrifícios para todos os órgãos estaduais. Minha equipe já vem trabalhando nesse sentido, desde o primeiro dia de governo, com esforços em todos os componentes das finanças públicas: receitas, despesas e dívida, uma vez a dimensão do problema exige soluções complexas e de grande alcance.

Algumas medidas, aliás, já foram tomadas e estão em prática, visando assegurar o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na Lei 14.371, de 26 de julho de 2002. Entre elas, o Decreto n.º 43.147, de 3 de janeiro deste ano, que dispõe sobre o controle do gasto público nos 100 primeiros dias de governo, impondo restrições a diversos tipos de despesas; e o Decreto n.º 43.161, de 22 de janeiro, que ao dispor sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos e entidades do Poder Executivo no primeiro trimestre levou em conta uma redução de 20% nas outras despesas correntes financiadas com recursos do Tesouro Estadual.

Em outra frente de trabalho, minha disposição em dar início, já neste primeiro mês de governo, à reforma institucional e administrativa que o Estado requer, teve a colaboração direta desta Casa, que, por meio da Resolução 5.210, de dezembro de 2002, permitiu a edição da Lei Delegada 49, de 2 de janeiro de 2003, e as demais publicadas ao final do mês.

Expresso, nessa oportunidade, meus agradecimentos à confiança do Legislativo nesta administração que se inicia, já que, pela delegação de poderes a mim conferida, foram viabilizadas as condições para que o processo de reorganização institucional pudesse ser conduzido com a presteza necessária à urgência do assunto.

As medidas tomadas neste primeiro mês de governo constituem os passos iniciais para o “choque de gestão” com o qual me comprometi desde a campanha eleitoral, com o



objetivo de dar ao Estado modernidade, agilidade e eficiência, adequando-o aos novos tempos, e, ao mesmo tempo, garantir transparência aos atos e ações do governo.

Pontos importantes da reforma implementada foram a fusão e redesenho das Secretarias de Estado, que além de reduzirem o seu número, resultaram em uma estrutura mais adequada aos desafios de uma moderna administração. Além disso, foram reduzidos os cargos comissionados e realizadas alterações que visam à eficácia do planejamento e gestão dos próprios órgãos da administração pública, e o controle eficaz das ações e dos gastos efetuados pelos agentes públicos.

Assim, as funções da área-meio dos órgãos públicos (planejamento, administração e finanças) foram unificadas, possibilitando que as ações planejadas sejam efetivamente executadas, na medida em que viabiliza os meios para a mais eficiente implementação e acompanhamento das políticas públicas e dos programas governamentais.

Para o controle eficaz das ações e dos gastos efetuados pelos agentes públicos, todas as secretarias, fundações e autarquias passam a contar com uma auditoria, subordinada tecnicamente não aos dirigentes das respectivas instituições, mas à Auditoria Geral do Estado, visando propiciar-lhe a autonomia para o exercício da função. O mesmo modelo foi adotado para as unidades jurídicas, vinculadas agora ao procurador-geral do Estado.

Numa próxima etapa, serão criadas também unidades de ouvidorias, estabelecendo uma rede de proteção ao usuário do serviço público em Minas Gerais.

Outra inovação, na reforma implementada, é a criação da função gratificada, em caráter experimental, e em substituição a alguns cargos comissionados. Destinada exclusivamente aos servidores de carreira, tal iniciativa representa avanço importante para a valorização dos servidores públicos, uma vez que serão estabelecidos critérios de mérito para o provimento destas funções.

Ressalto que a reestruturação promovida por meio das leis delegadas teve como foco não apenas o equacionamento das finanças públicas estaduais, por mais grave e urgente que tal situação se apresente, mas, em especial, a adequação da máquina pública estadual aos novos desafios do desenvolvimento e ao novo papel do governo.

Trata-se de fazer certo e com mais eficiência o que deve ser feito, reduzindo-se, assim, seus custos e não apenas fazer o que já vem sendo feito, com menos recursos. Desse modo, a reestruturação institucional, além de garantir a eficácia e a eficiência do aparato estatal, terá, a médio prazo, impactos nas contas públicas, e, por consequência, viabilizará novos recursos para a implementação das políticas públicas e investimentos necessários à melhoria da qualidade de vida e ao crescimento do Estado.

Ainda neste primeiro mês de governo, motivado pela necessidade de pôr em prática o “choque de gestão”, criei, por meio do Decreto nº 43.145, de 2 de janeiro, o Colegiado de Gestão Governamental, composto por câmaras temáticas (Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças; Desenvolvimento Econômico e Infra-estrutura; e de Desenvolvimento Social e Cidadania), as quais imprimirão ao Estado a imprescindível integração governamental e, portanto, condições essenciais para a execução de políticas públicas prioritárias. Com a mesma motivação, criei o Programa de



Modernização da Gestão, por meio do Decreto nº 43.146 da mesma data, visando à implantação de ações de modernização nos diversos componentes da administração pública.

Por certo, há muito ainda a ser feito no campo da gestão pública, assim como são urgentes e desafiadores os problemas no campo das finanças públicas.

Neste início de um novo século, em um momento em que todos os países reacomodam sua economia e suas idéias políticas, novos desafios terão que ser enfrentados pela sociedade brasileira, e Minas Gerais contribuirá com seu trabalho e sua austeridade.

Por meio de uma administração eficaz e transparente, comprometo-me com a promoção do desenvolvimento econômico e social, visando à melhoria da qualidade de vida, em todos os recantos do Estado, assegurando o acesso a serviços essenciais e de qualidade na educação, na saúde e segurança pública, como funções básicas de Estado; e no acesso ao emprego, condição fundamental para a promoção da cidadania.

Nessa luta, em favor da sociedade mineira e de todos os brasileiros, estou certo de que o Legislativo e o Executivo de Minas Gerais estarão unidos.

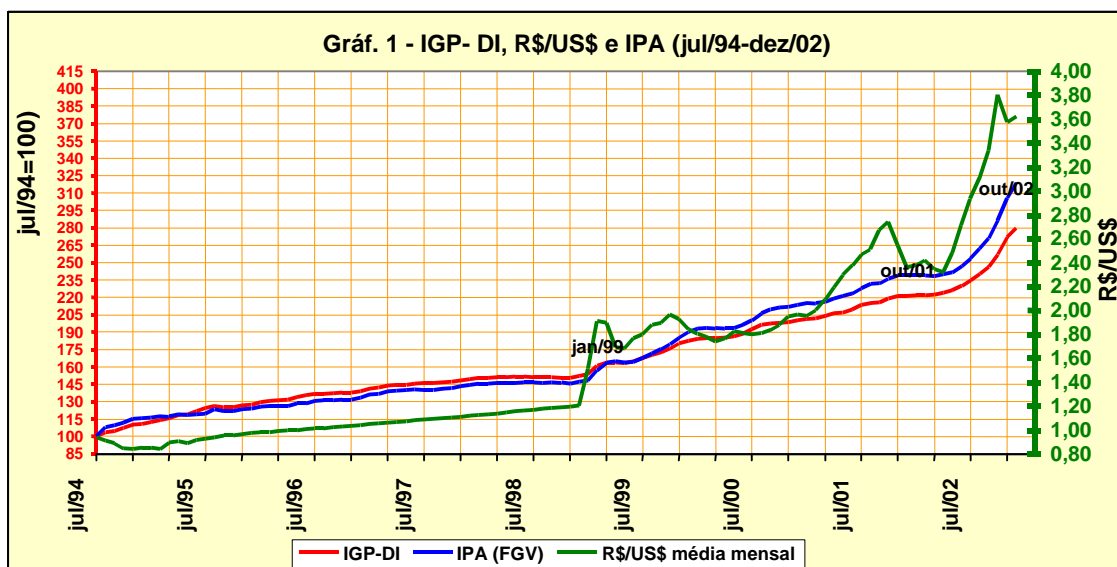
AÉCIO NEVES DA CUNHA
Governador do Estado de Minas Gerais

QUADRO MACROECONÔMICO

ECONOMIA BRASILEIRA

A posse do novo governo criou uma grande expectativa de dias melhores não apenas para as camadas excluídas, identificadas com a história pessoal do presidente eleito, mas também para amplos setores do empresariado nacional, que passaram a acreditar no início de um ciclo sustentado de crescimento econômico. O Presidente procurou fazer uma ponte entre o Fórum Social de Porto Alegre e o Fórum Econômico Mundial em Davos, onde reinava o pessimismo pela persistência do ambiente recessivo nos países ricos. No entanto, com a mesma intensidade de elogios do primeiro momento, devem vir as cobranças, e o tempo é curto.

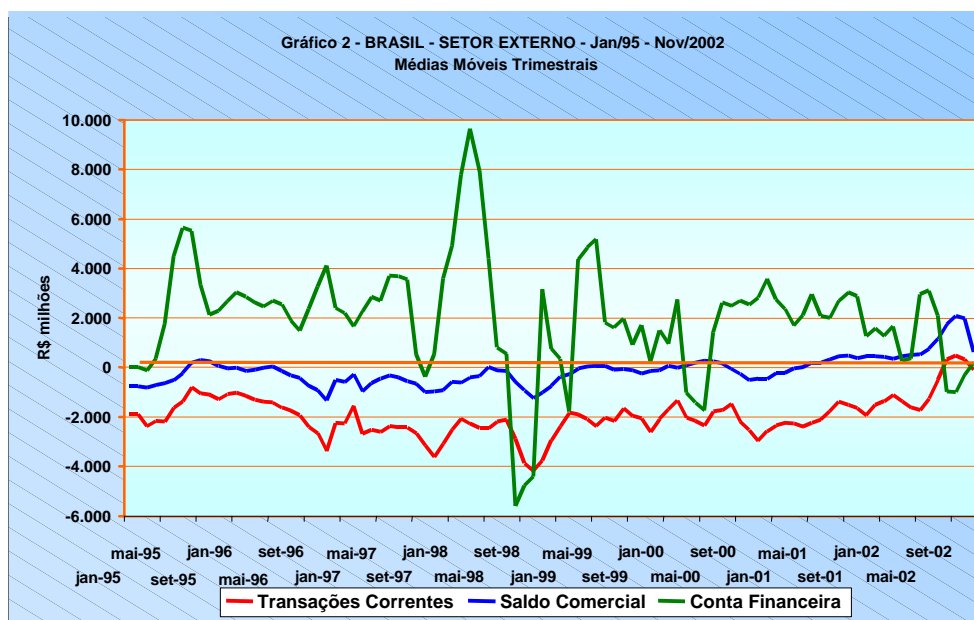
Com o repique da inflação, o novo governo procura demonstrar visão e competência para enfrentá-la, sinalizando com a autonomia do Banco Central e tomando medidas áspers, como a elevação da taxa de juros básica, a não correção da tabela do imposto de renda, a recusa em renegociar as dívidas dos estados, além do compromisso de definir a reforma da Previdência no primeiro semestre e a reforma tributária no segundo. A elevação da taxa de juros é sem dúvida um instrumento hábil para conter os preços nos setores concorrenciais, mas há motivos para se supor que, além da especulação cambial recorrente, que se justificou em um momento pelo processo eleitoral, em outro pelos preços internacionais do petróleo e a ameaça de guerra, e que contamina, a partir do atacado, os preços dos produtos comercializáveis internacionalmente, há ainda a concentração de poder de mercado em setores não-regulados e a simples especulação por temor de um congelamento de preços. No gráfico 1 vê-se como em períodos mais estáveis o dólar puxa os preços no atacado em sua direção, a partir dos preços no varejo. O indicador dos preços no atacado é uma boa marca para se estimar a tendência de estabilização do dólar, na medida em que determina o ponto de equilíbrio entre os preços internos e dos comercializáveis internacionalmente.



Fonte: FGV e IBGE

Setor Externo

O processo eleitoral serviu de pano de fundo para a especulação não apenas cambial, mas também com os títulos da dívida externa brasileira, o que, num ambiente internacional de aversão ao risco, fez com que aumentassem as taxas de juros para captação de recursos pelas empresas brasileiras e os investimentos diretos estrangeiros minguassem. No entanto, a mão invisível do mercado atuou no sentido de ajustar a balança comercial e, em consequência, de reduzir as necessidades de capital externo para fechamento do balanço de pagamentos. O Gráfico 2 mostra como o saldo comercial fez com que houvesse também saldo positivo em transações correntes em agosto e setembro de 2002, a despeito do déficit da conta financeira, em que estão os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE). Outro motivo para tal déficit é o significativo aumento dos investimentos de brasileiros no exterior em 2002.



Fonte: Banco Central do Brasil

Enquanto se estima que, no ano, entraram no país US\$ 16 bilhões em IDE, de janeiro a novembro haviam sido contabilizados pelo Banco Central US\$ 5,9 bilhões de investimentos brasileiros no exterior, contra US\$ 4,6 bilhões no ano anterior.

Em dezembro, o balanço de pagamentos registrou superávit de US\$ 1,4 bilhão, com destaque para a forte redução no déficit em transações correntes, que chegou a US\$ 106 milhões, comparativamente a US\$1,8 bilhão em igual período de 2001. A melhora em transações correntes decorreu da expansão de US\$ 857 milhões para US\$1,8 bilhão no superávit da balança comercial. Adicionalmente, a conta de rendas apresentou retração de US\$ 578 milhões nas saídas líquidas. As despesas líquidas com serviços caíram 9,5% em relação a dezembro de 2001, ao somarem US\$ 598 milhões. As despesas líquidas governamentais apresentaram a maior redução, com queda de US\$ 221 milhões para US\$ 23 milhões.

Com relação aos empréstimos, o Banco Central sacou US\$ 3,1 bilhões do FMI, no âmbito do PAF, e os demais setores amortizaram liquidamente US\$ 1,8 bilhão, dos quais US\$ 1 bilhão de empréstimos de longo prazo e US\$ 753 milhões de empréstimos de curto prazo.

As reservas, no conceito de liquidez internacional, totalizaram US\$ 37,8 bilhões em dezembro, valor US\$ 2,2 bilhões superior ao do mês anterior. As intervenções do Banco Central no mercado doméstico de câmbio resultaram em vendas líquidas de US\$ 1,4 bilhão.

Quanto ao relacionamento da Autoridade Monetária com o exterior, destacaram-se os desembolsos de US\$ 3,1 bilhões do FMI e de US\$ 246 milhões do BID, ambos relativos ao PAF. Ainda no âmbito do PAF, ocorreram amortizações de US\$ 91 milhões e de US\$ 103 milhões ao FMI e ao BID. Sobressaiu-se, também, a amortização de US\$ 401 milhões ao Clube de Paris.

A dívida externa total, estimada para outubro de 2002, foi US\$ 2,5 bilhões inferior à apurada no mês anterior, somando US\$ 210,4 bilhões. Desse total, US\$ 185,9 bilhões são relativos ao endividamento de médio e longo prazos e US\$ 24,5 bilhões à dívida de curto prazo. A queda da dívida total deveu-se à retração de US\$ 2 bilhões no endividamento de médio e longo prazos e à redução de US\$ 464 milhões na dívida de curto prazo.

Dentre os fatores que determinaram a variação da dívida, em outubro, destacam-se as amortizações líquidas de US\$ 1,1 bilhão de investimentos em carteira e de US\$ 620 milhões de financiamentos de importações, além da variação da paridade entre as várias moedas que compõem a dívida e o dólar americano, responsável por diminuição de US\$ 255 milhões.

Em dezembro de 2002, a balança comercial apresentou superávit de US\$ 1,8 bilhão, resultado de exportações de US\$ 5,4 bilhões e importações de US\$ 3,4 bilhões. O resultado positivo no mês confirma mais uma vez a trajetória de superávit iniciada deste abril de 2001.

As exportações de dezembro de 2002 alcançaram US\$ 5,4 bilhões, valor superior ao alcançado em novembro, que foi de US\$ 5,1 bilhões. O saldo comercial de US\$ 1,8 bilhão é o terceiro maior do ano, e, com isso, o saldo acumulado ficou em US\$ 13,1 bilhões, valor quase cinco vezes o obtido no ano passado.

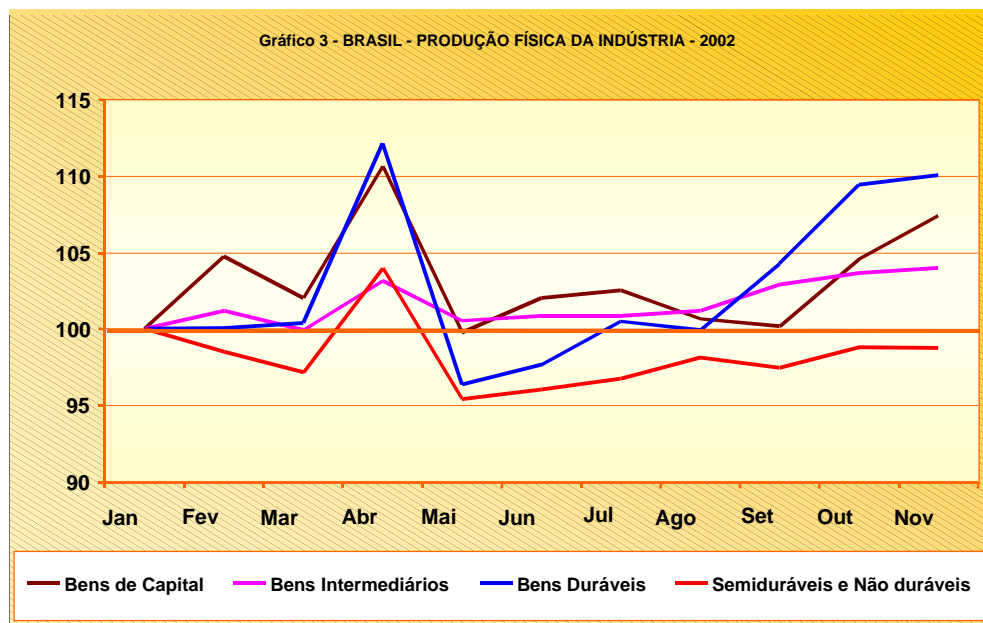
As importações de dezembro caíram em relação a novembro passando de US\$ 3,86 bilhões para US\$ 3,44 bilhões. Esse comportamento levou a um acumulado no ano de US\$ 47,24 bilhões.

Indústria

Em novembro de 2002, segundo o IBGE, a produção industrial cresceu 0,5% a mais do que no mês passado, isso já descontadas as influências sazonais, e 4,6% superior à de novembro de 2001. Os indicadores acumulados registram crescimento de 2,1% de janeiro à novembro e de 1,4% nos últimos 12 meses. Os índices de novembro de 2002 mantêm a trajetória da produção industrial, tanto nas comparações contra iguais períodos de 2001, como frente aos meses anteriores dentro do próprio ano. Mesmo com os segmentos de petróleo e derivados, agroindústria e setores tipicamente exportadores mantendo-se como as principais influências positivas para o desempenho global da indústria, há sinais de recuperação em setores da indústria que dependem mais da demanda interna.

Na comparação com outubro, o resultado de novembro marca o sexto mês consecutivo de taxas positivas. Assim, entre maio e novembro de 2002 a produção fabril se elevou

em 5,1%. O aumento de 0,5% registrado de outubro para novembro reflete o movimento positivo observado em 13 dos 20 ramos pesquisados e em três categorias de uso. O segmento de bens de capital assinalou crescimento de 2,7%, vindo a seguir bens de consumo duráveis, 0,6%, e bens intermediários, 0,3%. A produção de bens de consumo semi e não-duráveis repetiu nível do mês anterior (taxa zero). O gráfico 3, com indicadores da produção do setor industrial nacional por categorias de uso em 2002, mostra uma evolução positiva, com exceção para os bens de consumo não-duráveis e semiduráveis, cujo mercado característico é a população de baixa renda, hoje priorizada pelos programas emergenciais do governo federal.



Fonte: IBGE

Uma prévia da Pesquisa Industrial de Emprego e Salário do IBGE, registrou que o emprego industrial no acumulado de 2002 ficou positivo. No mês de novembro de 2002, em relação a novembro de 2001, houve aumento de 0,4% no número de ocupações, sendo o primeiro resultado positivo desde dezembro de 2001.

Comércio

Segundo o IBGE, os indicadores para o comércio varejista até novembro ficaram em -0,16% e em -0,47% no acumulado dos últimos 12 meses. Dez das 27 unidades da Federação assinalaram queda no volume de vendas em novembro. As maiores contribuições negativas vieram de: São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Goiás, com -1,26%, -3,70%, -1,69% e -3,37%, respectivamente; e as contribuições positivas de Minas Gerais, 3,23%; Santa Catarina, 3,32%; e Pernambuco, 2,49%.

O resultado mensal negativo do setor varejista deveu-se às reduções no volume de vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com -1,50% de taxa de variação sobre novembro de 2001; e de móveis e eletrodomésticos, -1,86%. Na mesma comparação, cresceu o volume de vendas de combustíveis e lubrificantes, 4,15%; tecidos, vestuário e calçados, 0,45%; e demais artigos de uso pessoal e doméstico, 0,44%.

Estudo da Serasa, maior empresa do Brasil em análises econômico-financeiras para apoiar decisões de crédito e negócios e referência mundial no segmento, revela que o

volume de cheques devolvidos por falta de fundos (em relação ao total de compensados), no acumulado do ano, foi verificado um acréscimo de 3,8% em relação ao mesmo período do ano passado. A média ficou em 13,7 em cada mil. No mesmo período de 2001, a média foi de 13,2 cheques devolvidos em cada mil compensados.

Agricultura

O mais recente prognóstico para a safra de 2003 revela que área plantada ou a plantar deve crescer 3,39% em relação a 2002, passando de 33,033 milhões de hectares. Se a comparação for feita com a área colhida em 2002 (32,790 milhões de hectares), a área para a safra de 2003 passa a apresentar um acréscimo de 4,16%. A estimativa se refere aos nove produtos analisados e se baseia no segundo levantamento de informações realizado em novembro pelo IBGE sobre as intenções de plantio e áreas já plantadas para a safra de 2003 nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e nos estados de Rondônia, Bahia, Maranhão e Piauí. Em 2002, a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá alcançar 97,156 milhões de toneladas, 1,41% inferior à safra de 2001 (98,544 milhões de toneladas).

Dentre os nove produtos analisados, três apresentam variação positiva em relação à área plantada da safra de 2002: cebola, 0,09%, feijão em grão 1ª safra, 2,35% e soja, 8,06%. Os demais, variação negativa: algodão herbáceo, -3,14%; arroz em casca, -2,46%; batata-inglesa 1ª safra, -4,77%; cana-de-açúcar, -0,84%; mandioca, -9,07% e milho 1ª safra, -0,63%.

Finanças Públicas Federais

O setor público não-financeiro apresentou superávit primário de R\$ 3,1 bilhões em novembro. O Governo Central (Governo Federal, INSS e Banco Central) contribuiu com superávit de R\$ 1,6 bilhão, os governos regionais com R\$ 1,3 bilhão e as empresas estatais com R\$ 339 milhões.

O superávit acumulado no ano alcançou R\$ 57 bilhões (4,82% do PIB), comparativamente a R\$ 46,6 bilhões (4,35% do PIB) em igual período de 2001. O Governo Central e os governos estaduais apresentaram melhora no resultado, enquanto os municípios e as empresas estatais registraram superávits menores quando comparados ao ano anterior.

Considerando o fluxo acumulado nos últimos 12 meses, o superávit primário atingiu R\$ 54,1 bilhões (4,16% do PIB) em novembro, comparativamente a R\$ 53,3 bilhões (4,13% do PIB) nos doze meses terminados em outubro.

O montante dos juros nominais apropriados em novembro atingiu R\$ 9,6 bilhões. Desse total, R\$ 7,9 bilhões corresponderam à dívida interna e R\$ 1,7 bilhão, à dívida externa. Considerando-se os fluxos acumulados no ano e nos últimos doze meses, o montante de juros nominais apropriados atingiu R\$ 96,6 bilhões (8,09% do PIB) e R\$ 104,9 bilhões (8,07% do PIB), respectivamente.

As necessidades de financiamento do setor público, que englobam o resultado primário e os juros nominais apropriados por competência, registraram déficit de R\$ 6,4 bilhões em novembro, comparativamente a R\$ 8,3 bilhões em outubro. O resultado acumulado no ano foi deficitário em 3,3% do PIB, enquanto o fluxo nos últimos 12 meses foi deficitário em 3,9% do PIB.

Em novembro, a dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, totalizou R\$ 631,5 bilhões (41,8% do PIB), valor que representa decréscimo de R\$ 642,7 milhões (0,1%) em relação ao mês anterior. Resgates líquidos de R\$ 10,1 bilhões e incorporação de juros foram os principais fatores para a obtenção desse resultado.

A dívida pública mobiliária federal interna, na posição de carteira, somada às operações de mercado aberto apresentou, em novembro, a seguinte composição por indexador: títulos indexados a câmbio, 21,5%; títulos vinculados à taxa Selic, 52,5%; títulos prefixados, 4%; índices de preços, 11,2%; e operações de mercado aberto, 8,9%. Considerando-se as operações de swap, a participação cambial em novembro atingiu 34,3% e a vinculada à taxa Selic, 39,8%.

Os ajustes patrimoniais, em novembro, resultaram em exclusões do superávit de R\$ 3,2 bilhões, sendo R\$ 1,8 bilhão relativos à variação da paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais, R\$ 541 milhões relativos ao impacto da variação cambial na dívida externa, R\$ 699 milhões relativos ao impacto cambial na dívida interna e R\$ 161 milhões relativos ao recebimento de haveres da dívida agrícola.

A dívida líquida do setor público (DLSP) em novembro alcançou R\$ 869,5 bilhões (57,5% do PIB), comparativamente a R\$ 866,2 bilhões (59,4% do PIB), em outubro.

No ano, até novembro, a DLSP registrou incremento de 4,28% do PIB. O impacto da depreciação cambial foi responsável por 10,45% do PIB. Já nas necessidades de financiamento por 2,62% do PIB, o superávit primário contribuiu para a redução de 3,78% do PIB e os juros nominais responderam por elevação de 6,39% do PIB. O efeito do crescimento do produto nominal respondeu pela queda de 9,52% do PIB.

A dívida bruta do governo geral (Governo Federal, INSS, governos estaduais e municipais) totalizou R\$ 1,138 trilhão (75,3% do PIB), comparativamente a R\$ 1,125 trilhão (77,2% do PIB) verificados em outubro.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15), com uma variação de 6,14% no último trimestre, calculado pelo IBGE, fechou 2002 em 12%. Em 2001, o IPCA-E ficou em 7,51%. No ano, segundo o IBGE, os preços dos alimentos aumentaram 18,1%, sob pressão de produtos direta ou indiretamente vinculados ao dólar. Segundo a mesma fonte, as maiores altas foram observadas no comportamento da farinha de trigo, 73,1%; óleo de soja, 69,06%; açúcares refinado, 61,8% e cristal, 48,8%; farinha de mandioca, 48,3%; feijão carioca, 42,8%; ovos, 38,2%; macarrão, 34,9%; azeite, 36,4%; pão francês, 36%; fubá de milho, 34,5%; e arroz, 32,6%.

Já os produtos não-alimentícios, com uma média observada de 10,2%, as suas maiores variações foram constatadas nas passagens aéreas, 53,7%; gás de cozinha, 44,9%; e álcool combustível, 31,8%. Além disso o índice foi fortemente influenciado pela alta da energia elétrica, 20%; gasolina, 12,7%; telefone fixo, 11,9%; e ônibus urbanos, 11,4%.

ECONOMIA MINEIRA

Em Minas Gerais, a situação econômica acompanhou o quadro nacional. Enfrentou-se igualmente uma retração da demanda, que levou os empresários de diferentes atividades econômicas a terem perspectivas negativas para o fechamento de 2002, com exceção de alguns setores que tiveram, recentemente, suas exportações favorecidas pelo aumento do dólar, como o agronegócio. Segundo dados da FIEMG, em outubro de 2002, 88,3% dos empresários industriais de Minas Gerais acreditavam que o nível de emprego confrontado a 2001 ficaria estável ou diminuiria. Adiante, segue uma análise individualizada das atividades econômicas.

Indústria

Os dados mais recentes da indústria mineira, que se remetem a dezembro de 2002, indicam uma boa recuperação do faturamento após o primeiro semestre, o que favoreceu o acumulado do ano. Segundo dados da FIEMG, o faturamento acumulado de 2002, comparativamente a igual período de 2001, cresceu 6,26%. As empresas responsáveis por esse bom desempenho, que lideraram os resultados positivos, são as indústrias de bebidas, com aumento de 67,43%, sobre 2001; extrativa mineral, com 23,5%; e têxtil, com 21,5%.

Contudo, nunca é demais relembrar o contexto da crise de energia, que conferiu ao segundo semestre de 2001 um quadro verdadeiramente catastrófico para o setor industrial. Assim é que se observam taxas sobremaneira positivas na comparação de junho em diante com iguais meses de 2001.

O significativo aumento apresentado pela indústria de bebidas se deve ao aumento da capacidade produtiva verificada em 2002 com a instalação de uma nova empresa desse ramo. A indústria têxtil mineira, a seu turno, experimentou em 2002 um aumento das exportações, beneficiadas pelo câmbio, além de ter sido favorecida por incentivos do governo estadual ao desenvolvimento de suas atividades.

O crescimento manifesto pela indústria extrativa mineral, por sua vez, tem raízes não só no favorecimento proporcionado pelo câmbio às exportações como também pelo aumento dos preços internacionais dos produtos desse setor, aliado a um aumento da demanda internacional proporcionado pelo reaquecimento das economias asiáticas, principalmente a chinesa, além de um maior dinamismo da demanda interna.

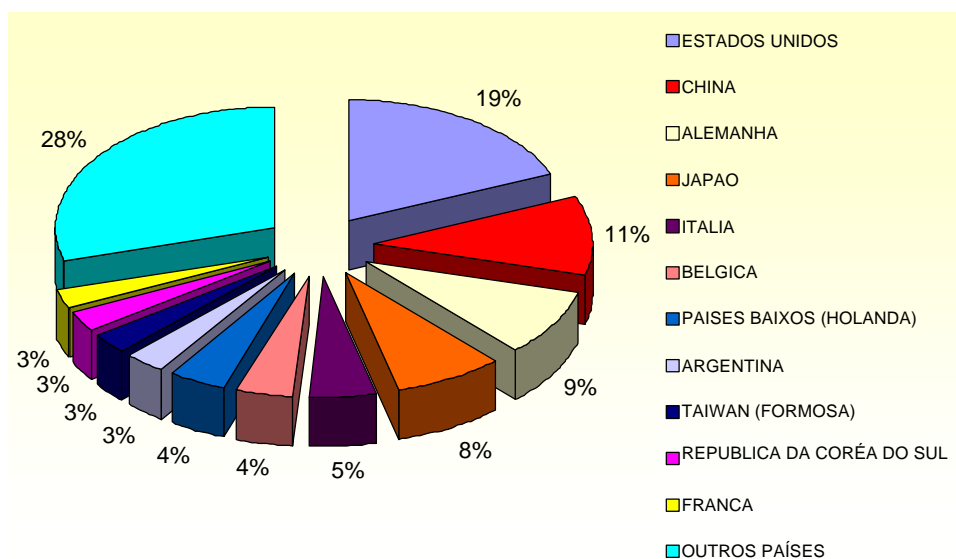
De fato, as exportações da indústria mineira foram essenciais para a superação do clima pessimista que pairava ao término do 1º semestre de 2002, quando as previsões para o fechamento do ano, segundo a FIEMG, indicavam no máximo um crescimento setorial de 1% sobre 2001 ou estagnação.

Setor Externo

O aquecimento das economias asiáticas, sobretudo da economia chinesa, tornou possível não só para a economia mineira ou brasileira, mas para toda a economia global, a tomada de fôlego depois do contexto negativo que tomou o 1º semestre. Assim, a economia brasileira favorecida pela apreciação do dólar pôde tirar proveito dessa onda mundial de exportações com destino à China. No que diz respeito à economia mineira, houve um aumento de 43,3%, confrontados 2002 e 2001, nas exportações para este país. Além deste aumento, merecem destaque também os incrementos relativos nas exportações para a Rússia, de 125,5%, e a Romênia, de 111,9%.

Os dados da FIEMG são emblemáticos nesse sentido. No ranking dos resultados positivos sobre 2001 da indústria de transformação, merecem destaque a indústria de celulose, papel e papelão, com aumento de 20% sobre 2001, em 3º lugar; e a indústria metalúrgica, com aumento de 7,5%, em 5º lugar. Ambas, indústrias fortemente exportadoras, tiveram seus bons resultados calcados no aquecimento das exportações. O gráfico 4 mostra as participações dos países que são os principais destinatários dos produtos mineiros.

Gráfico 4: Minas Gerais: Exportações por países de destino – 2002 - (%)



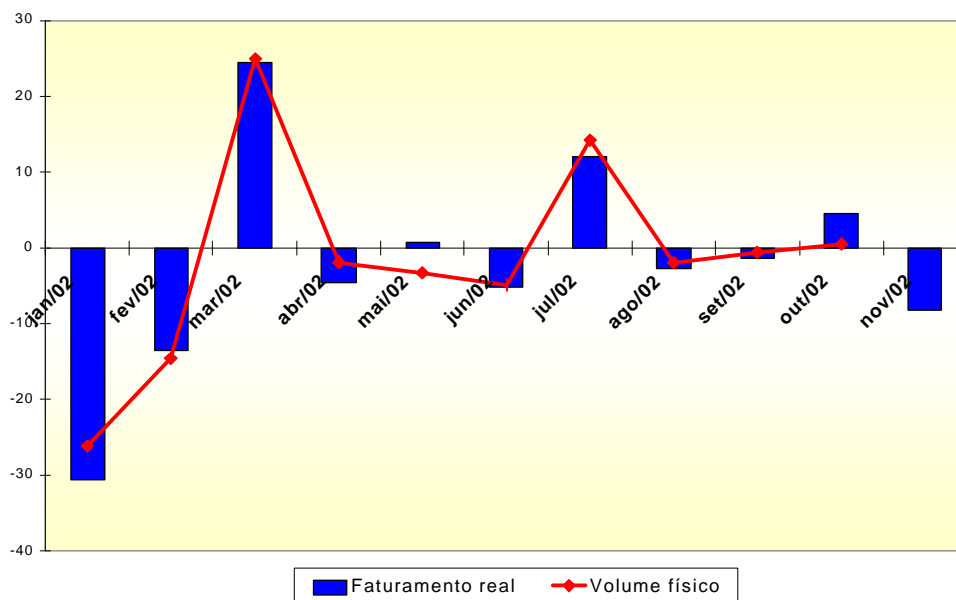
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Comércio

Os resultados do comércio mineiro de julho a outubro de 2002 não se apresentaram uniformes. O comércio varejista, no mês de julho, apresentou resultados fortemente positivos, resultantes de uma maior disposição de recursos dos consumidores, fruto do pagamento de parcelas do FGTS em junho e julho, o que coincidiu com as liquidações de inverno. Acabado o efeito benéfico dessa injeção financeira na economia, os meses subsequentes, agosto e setembro, apresentaram resultados sucessivos negativos. Em agosto, nem mesmo o movimento decorrente da data comemorativa do Dia dos Pais foi suficiente para sobrepujar o resultado de julho.

Outubro, a seu turno, apresentou um aumento no faturamento real de 4,54%, em decorrência principalmente do efeito sazonal do Dia das Crianças. Contudo, no que tange ao volume físico, houve uma inexpressiva variação positiva de 0,52%, acusando que o movimento positivo no varejo se deveu mais ao aumento nos preços das mercadorias do que a uma maior circulação de bens. Em relação ao faturamento real, puxaram o resultado para cima os desempenhos do setor de bens semiduráveis (4,54%), com destaque para o subsetor de vestuário, com aumento de 19,7% sobre setembro; do setor de materiais de construção (12,3%); e do setor de bens não-duráveis (5,6%), influenciado em especial pelo aumento de 9,75% do faturamento dos supermercados, sobre setembro. O gráfico 5 mostra o desempenho do comércio varejista na RMBH.

Gráfico 5: Comércio Varejista - Faturamento Real e Volume Físico
RMBH - Novembro/2002



Fonte: FECOMÉRCIO/MG

Em relação ao atacado, merece destaque o setor de veículos automotivos. A FIEMG registrou um aumento no faturamento da indústria de transporte de 2,27% sobre agosto, e de 41,3% sobre setembro de 2001. Já a FECOMÉRCIO/MG registrou um incremento de 5%, sobre agosto, e de 6,96%, sobre igual mês do ano anterior, no faturamento das concessionárias de veículos. Isso é um sinal de que a redução do IPI e as estratégias promocionais naquele mês foram positivas, aquecendo um setor em sérias dificuldades, em um período do ano atípico para esse comércio.

Contudo, cessadas as práticas promocionais e superado o efeito imediato da redução do IPI pelo aumento dos insumos atrelados à flutuação cambial, observou-se em outubro um desaquecimento do setor. A indústria de material de transporte registrou inexpressiva variação positiva de 0,03% sobre setembro. O comércio automotivo registrou queda de 5,55%, resultado ainda pior se considerado apenas o faturamento das concessionárias de veículos que apresentou retração de 13,88% sobre setembro. No acumulado do ano, o comércio automotivo é o que apresentou o pior resultado, com uma queda no faturamento real de 25% sobre igual período de 2001. Atribui-se a esse setor uma grande parcela da responsabilidade pela queda de 6,6% no resultado global do acumulado do ano para o comércio. Sem a inclusão desse setor, o resultado apresenta-se melhor, porém ainda negativo: -0,69%.

Serviços

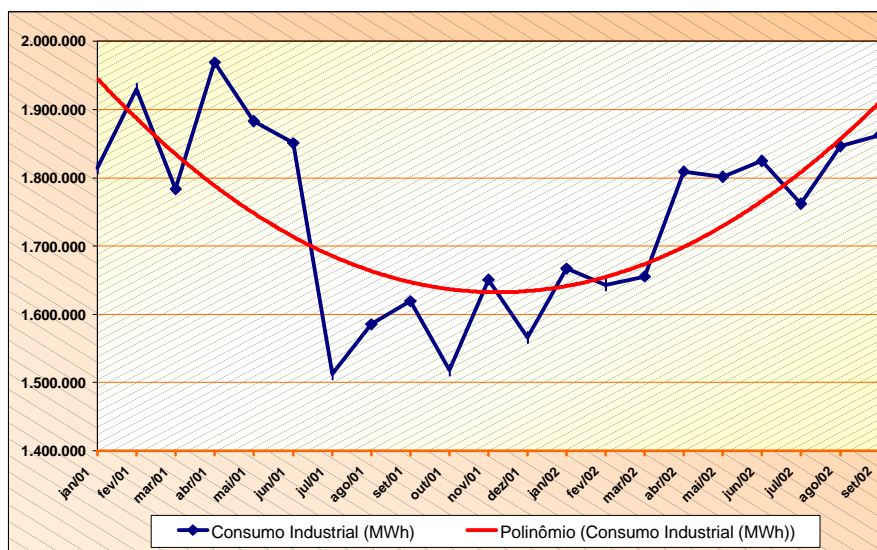
O setor de serviços continua apresentando bons resultados em seu faturamento. Em novembro, o ICMS acumulado arrecadado pelo setor apresentou um aumento, em termos nominais, de 13,34%, com relação ao acumulado do ano anterior. O principal responsável pelo bom desempenho desse ramo de atividade econômica tem sido o setor de telecomunicações. O motivo desses resultados satisfatórios reside, como já tratado em boletins anteriores, na expansão do faturamento e do número de usuários.

Neste último caso, cabe lembrar a abertura de mais uma empresa de telefonia móvel que tem atraído uma considerável parcela de usuários, em função, especialmente, da faixa etária formada pela população mais jovem, inclusive crianças; e também de uma estratégia de menores tarifas, que podem chegar a 30%, sobretudo em caso de consumo casado, com maior número de ligações para telefones fixos da operadora do mesmo grupo. O faturamento pode ser explicado não só pelo próprio aumento do número de usuários, mas também pelos sucessivos aumentos das tarifas, que têm apresentado uma tendência ainda mais acentuada de alta, dado que seus reajustes são dados pelos IGPs, em especial o IGP-DI. No que diz respeito à energia elétrica, o setor vem gradualmente recuperando fôlego.

Segundo dados recentes da Eletrobrás, no terceiro trimestre de 2002 houve um aumento do consumo de energia elétrica, notadamente em setembro, com elevação de 13% sobre setembro de 2001, o que fez com que o resultado do acumulado do ano, frente ao mesmo período de 2001, apresentasse um aumento de 1,2%. Apesar do efeito do racionamento sobre o segundo semestre de 2001, o resultado positivo tem sido atribuído pela Eletrobrás ao aquecimento das exportações.

A CEMIG, igualmente, registrou aumento no consumo de energia elétrica. O exame dos setores que mais consumiram energia, como as indústrias alimentícia, têxtil, metalúrgica e de madeira, mostra que, com efeito, o maior consumo se deve ao aquecimento das exportações. O gráfico 6 mostra as oscilações de consumo de energia elétrica de janeiro de 2001 a setembro de 2002.

Gráfico 6: Consumo de Energia Elétrica
Tendência janeiro 2001 a setembro de 2002



Fonte: Fundação João Pinheiro

Agropecuária

Em meio aos problemas econômicos atuais, que têm afligido os vários ramos das atividades econômicas, a agropecuária é o setor que tem sido a exceção à regra. A despeito das dificuldades no financiamento tanto para atividades internas, com o aumento das taxas de juros, quanto para a exportação, com o movimento especulativo dos agentes responsáveis pelos empréstimos, e as barreiras agrícolas impostas por alguns países, os agentes desse setor conseguiram uma safra recorde este ano, devido à depreciação cambial, que favoreceu o movimento exportador.

Os dados que vêm desse setor são muito positivos. Segundo o Ministério da Agricultura, o resultado consolidado da agroindústria em 2002 deverá ser 10% superior ao de 2001. Os empregos gerados pelo setor ultrapassam os gerados pela construção civil, tradicionalmente a campeã de oferta de vagas. Em 2001, o saldo do agronegócio na balança comercial foi de R\$ 19 bilhões, com tendência a resultados ainda mais positivos. Atualmente, o setor responde por 41,3% das exportações brasileiras.

Em Minas Gerais, as exportações de janeiro a setembro de 2002 sobre igual período de 2001 desse setor foram emblemáticas nesse sentido, apresentando em sua maioria crescimento sobre 2001, com destaque para a exportação de açúcar, com aumento de 97,1%, carne 26,5% e madeira e manufaturas de madeira 30,21%, segundo dados da FIEMG.

INTRODUÇÃO

Em função do sério constrangimento fiscal por que passa o Poder Público Estadual desde 1994, a administração das finanças estaduais tem-se tornado cada vez mais difícil.

Do ponto de vista da receita, a obtenção de melhorias significativas na arrecadação concentra-se no ICMS, e mesmo assim com muitas restrições oriundas da própria natureza deste tributo. Como ele é vinculado à produção e circulação de mercadorias e serviços, com a redução da atividade econômica do País ocorrida nos últimos 18 meses, as possibilidades de elevação das receitas tornam-se ainda mais difíceis, sem contar uma série de interferências ditadas pela política macroeconômica que também afetaram direta e indiretamente a sua arrecadação. A exemplo disso tem-se a chamada Lei Kandir, o racionamento de energia, incentivos à exportação, bem como a necessidade do Estado em se empenhar na disputa com outras Unidades Federadas pela manutenção de empreendimentos comerciais e industriais em território mineiro, via concessão de benefícios tributários e/ou creditícios.

Como as atividades econômicas nacionais e, por consequência, as estaduais apresentaram baixos índices de crescimento, não houve, portanto, nenhum impacto positivo relevante na arrecadação do ICMS em 2002, ao contrário do que ocorreu em 2000 e 2001, conforme se constata na tabela 1 a seguir.

TABELA 1
ESTADO DE MINAS GERAIS - ARRECADAÇÃO DE ICMS
PERÍODO: 2000-2002

MÊS	VALOR			VARIACÃO (%)	
	2000	2001	2002	01/00	02/01
Janeiro	513.466,74	673.775,34	698.935,06	131	104
Fevereiro	509.693,02	667.731,39	708.782,57	131	106
Março	541.848,27	675.142,69	675.895,49	125	100
Abril	560.187,57	725.043,01	738.584,79	129	102
Maiο	601.673,37	733.643,48	771.983,67	122	105
Junho	617.469,96	734.969,11	824.252,21	119	112
Julho	616.143,66	750.978,98	685.975,33	122	91
Agosto	675.089,76	763.575,50	819.625,05	113	107
Setembro	677.658,64	749.185,68	820.749,64	111	110
Outubro	681.029,33	740.817,23	834.193,20	109	113
Novembro	694.678,54	813.215,55	945.355,97	117	116
Dezembro	752.517,35	901.536,10	873.460,05	120	97
TOTAL	7.441.456,20	8.929.614,06	9.397.793,03	120	105

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

Nota: Valores correntes em R\$ 1.000,00.

Deve ser destacado que a performance positiva deste imposto deve-se, principalmente, à importância na sua composição dos preços ao consumidor dos serviços e produtos administrados pelo Governo Federal, como telecomunicações, energia elétrica e derivados do petróleo, que sozinhos representam cerca de 70% da arrecadação de ICMS em Minas Gerais.

Os demais impostos e taxas de competências estadual são também, de certa forma, influenciados pela performance macroeconômica, e apresentaram no período desempenho modesto no que tange à elevação de receitas. Mesmo nesses casos, a representatividade relativa dessas receitas tributárias é bastante inexpressiva na arrecadação total, o que não significa que elas possam ser desprezadas.

As transferências constitucionais de recursos realizadas ao Estado pelo governo federal não tiveram nenhuma variação significativa, apesar da elevação de receitas da União, que foi feita com o aumento de receitas oriundas de fontes não partilhadas com as demais esferas da federação. Essas receitas não foram suficientes nem sequer para pagar os encargos da dívida pública estadual.

No que concerne às despesas, o Estado também conviveu com pouca margem de manobra, na medida em que algumas categorias de despesas, vinculadas constitucionalmente ou não, absorveram a quase totalidade dos recursos financeiros disponíveis aos cofres estaduais. Incluem-se nesta lista as despesas com pessoal (ativo e inativo), FAPEMIG, Saúde, Educação, etc.

Parte da receita líquida real estadual (13,5 %) é vinculada ao pagamento da dívida pública mineira. Apesar deste elevadíssimo comprometimento da receita com pagamento da dívida - o Estado pagou R\$ 1,5 bilhão de juros, encargos e amortizações - só em 2002 o estoque da dívida fundada aumentou em mais de R\$ 5,6 bilhões, sem que o Estado tivesse contraído qualquer nova dívida por meio das operações de crédito.

Assim, dentro deste quadro de restrições e condicionamentos, os números a seguir mostram, de uma forma geral, o desempenho das receitas e das despesas do Estado de Minas Gerais em 2002, comparativamente a 2001.

O DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS EM 2002

As contas estaduais de 2002, ao serem analisadas, comparativamente ao exercício de 2001, demonstram os esforços realizados pela administração estadual de buscar recursos adicionais, e mesmo de realocá-los com eficiência diante das necessidades de caráter contínuo e de grande relevância ao bom andamento da máquina administrativa.

Acompanhando os dados da tabela 2, fica evidenciado que o empenho do governo refletiu no resultado nominal alcançado, que passou de R\$ 1,334 bilhão em 2001 para R\$ 874,4 milhões em 2002, representando uma redução de R\$ 459,9 milhões. Redução causada pela arrecadação de R\$ 677 milhões em receitas extraordinárias (que não se repetirão), qual sejam: R\$ 120 milhões recebidos do Banco Itaú e R\$ 557 milhões recebidos da União, em dezembro de 2002, parte do processo de transferência para o Estado da responsabilidade por rodovias federais que cortam Minas Gerais.

TABELA 2
ESTADO DE MINAS GERAIS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FISCAL
PERÍODO: 2001-2002

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES (R\$ Milhões)		VALORES CONSTANTES (1) (R\$ Milhões)		TAXA DE CRESCIMENTO REAL(%)
	2001	2002	2001	2002	
1 - RECEITA	15.699,2	17.594,8	20.771,0	20.404,0	(1,8)
1.1. Corrente	14.910,5	15.978,9	19.737,8	18.655,7	(5,5)
1.2. Capital	788,7	1.615,9	1.033,2	1.748,3	69,2
2 - DESPESA	17.033,5	18.469,2	22.409,5	21.047,5	(6,1)
2.1. Corrente	15.231,4	16.615,2	20.073,0	18.981,2	(5,4)
2.2. Capital	1.802,1	1.854,0	2.336,5	2.066,3	(11,6)
RESULTADO NOMINAL (1-2)	(1.334,3)	(874,4)	(1.638,5)	(643,5)	(60,7)

Fonte: dados básicos: Superintendência Central de Contadoria Geral/SEF-MG

Nota: (1) correção mensal pelo IGP-DI - base: dezembro/2002 = 100

A receita evoluiu de R\$ 15,699 bilhões em 2001 para R\$ 17,595 bilhões em 2002, que corrigidos pelo IGP-DI, representaram um decréscimo real de 1,8%. A despesa apresentou trajetória similar, porém com maior efeito, reduzindo 6,1% no período.

A receita estadual, em que pese todo o empenho da Fiscalização Estadual, sofreu os efeitos das adversidades ocorridas na economia brasileira e mineira. A previsão de que o PIB de Minas Gerais deva alcançar crescimento um pouco superior a 1% em 2002 serve para explicar a dificuldade de elevação das receitas correntes, principalmente o ICMS.

Em relação a esse imposto, deve-se ressaltar ainda o fato de que as desvalorizações cambiais incentivaram as exportações de produtos mineiros contribuindo para a baixa arrecadação do ICMS, seja pela diminuição da arrecadação direta ou pelos créditos gerados no setor exportador, parte relacionada à chamada Lei Kandir.

COMPORTAMENTO DA RECEITA ESTADUAL

A receita estadual, ao findar 2002, totalizou R\$ 17,594 bilhões, sendo R\$ 15,978 bilhões de origem corrente e R\$ 1,616 bilhão de receita de capital. Em valores corrigidos pelo IGP-DI, a arrecadação total atingiu um nível um pouco abaixo do alcançado em 2001, registrando taxa de crescimento real de menos 1,8%.

Observando os valores registrados na tabela 3, verifica-se que a receita corrente teve redução real de 5,5% resultante sobretudo da queda de 5,4% ocorrida nas receitas próprias, oriundas em sua maioria da arrecadação do ICMS.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

TABELA 3
ESTADO DE MINAS GERAIS - EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA
PERÍODO: 2001-2002

RECEITA	VALORES CORRENTES (R\$ Milhões)		VALORES CONSTANTES ¹ (R\$ Milhões)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)		TAXA DE CRESCIMENTO
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	REAL (%)
RECEITA CORRENTE	14.910,5	15.978,9	19.737,8	18.655,7	95,0	90,8	(5,5)
.Receita Própria	11.959,8	12.811,9	15.825,0	14.964,6	76,2	72,8	(5,4)
Receita Tributária	9.856,5	10.527,7	13.063,5	12.331,8	62,8	59,8	(5,6)
ICMS	8.929,6	9.397,8	11.803,9	10.952,6	56,9	53,4	(7,2)
Outros Tributos	926,9	1.129,9	1.259,6	1.379,2	5,9	6,4	9,5
Receita de Contribuição Social	1.042,8	1.339,3	1.377,1	1.548,1	6,6	7,6	12,4
Receita de Multas/Juros de Mora e Dívida Ativa	450,6	289,7	586,0	338,4	2,9	1,6	(42,3)
Receita Patrimonial	189,0	172,9	246,3	198,5	1,2	1,0	(19,4)
Outras Receitas Correntes ²	420,9	482,3	552,1	547,8	2,7	2,7	(0,8)
.Receita de Transferências	2.950,7	3.167,0	3.912,8	3.691,1	18,8	18,0	(5,7)
Transferências da União ³	2.666,2	2.849,9	3.533,7	3.319,4	17,0	16,2	(6,1)
Outras Transferências	284,5	317,1	379,1	371,7	1,8	1,8	(2,0)
RECEITA DE CAPITAL	788,7	1.615,9	1.033,2	1.748,3	5,0	9,2	69,2
Operações de Crédito	54,6	70,1	71,6	84,9	0,3	0,4	18,6
Interna	2,7	3,1	3,5	3,6	0,0	0,0	2,9
Externa	51,9	67,0	68,1	81,3	0,3	0,4	19,4
Alienações de Bens	186,3	216,9	238,4	244,5	1,2	1,2	2,6
Amortizações de Empréstimos	352,2	368,0	463,7	400,0	2,2	2,1	(13,7)
Outras Receitas de Capital	195,6	960,9	259,5	1.018,9	1,2	5,5	292,6
TOTAL	15.699,2	17.594,8	20.771,0	20.404,0	100,0	100,0	(1,8)

Fonte: dados básicos: Superintendência Central de Contadoria Geral/SEF-MG

Nota: (1) correção mensal pelo IGP-DI - base:Dezembro/2002 = 100

(2) inclui as receitas de contribuição econômica, agropecuária, industrial, serviços, indenizações e restituições e receitas diversas

(3) incluído em 2002 o Imposto de Renda Retido na Fonte que foi excluído da Receita Tributária

Essa redução verificada nas receitas próprias explica-se pela diminuição da receita tributária, cuja participação na receita total de 2002 foi de 59,8%. O ICMS, como tributo majoritário, foi o responsável pela performance negativa. O recolhimento deste imposto totalizou R\$ 9,4 bilhões, apresentando decréscimo real de 7,2% em relação a 2001, conforme dados da tabela 3.

Entretanto, se fossem efetuados os ajustes e desconsideradas as entradas de ICMS como resultado do programa de anistia fiscal de 2001 e outros recolhimentos atípicos ao longo de 2002, esse percentual cairia para 2% ¹.

Considerando a avaliação por esse novo percentual, o desempenho do ICMS poderia ter sido melhor não fossem os fatores exógenos à atuação da administração estadual. Cabe mencionar os reflexos advindos da queda do nível de atividade da economia em 2002, sobretudo no primeiro semestre.

Detalhando a arrecadação do ICMS pelos principais segmentos, destacam-se as receitas relativas à comercialização e prestação de serviços dos setores de combustíveis, energia elétrica, comunicações, comércio e indústria, que contribuíram no conjunto, em 2002, com aproximadamente 70% da arrecadação do ICMS.

Uma análise desses segmentos mostra que a receita gerada na área dos combustíveis manteve-se praticamente nos mesmos níveis de 2001, crescendo apenas 0,38%, em termos reais. O setor de energia apresentou crescimento de 4,7%, fruto da modesta recuperação do consumo, com o fim do racionamento, e dos reajustes das tarifas públicas. A receita do setor de comunicações também teve variação real positiva em torno de 3,3%.

¹ Cálculo da DIEF/SRE-SEF/MG - receita de ICMS pelo critério de regime de caixa ajustado.

Os recolhimentos realizados via comércio e indústria, que juntos responderam por 23% do total arrecadado, não tiveram bons resultados. A receita do comércio foi 5,77% menor que a de 2001, e a arrecadação da indústria de 2002 cresceu apenas 0,64% acima da realizada no ano anterior.

Na contramão da receita tributária, e portanto com uma boa performance, destaca-se a receita de contribuição social, com participação de 7,6% do total de recursos auferidos em 2002. Essa receita, totalizando R\$ 1,339 bilhão, apresentou crescimento real de 12,4% em comparação com 2001.

Essa receita é composta pelas contribuições dos servidores (4,8% para custeio da pensão e 3,2% para custeio da assistência à saúde) e da cota patronal (2,4% pensão e 1,6% saúde) à Previdência Social e da contribuição à aposentadoria de 3,5% efetuada pelos servidores.

Com a vigência da Lei Complementar 64 de 25 de março de 2002, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado de Minas Gerais, houve alterações que influenciaram, em parte, a arrecadação dessa receita. Dentre elas destacam-se as mudanças de alíquotas de contribuição dos servidores efetivos que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2002, e dos servidores não-efetivos.

Para essas categorias aplicam-se as novas regras, ou seja, contribuirão com 11% da remuneração para o custeio da previdência, ao contrário do percentual de contribuição de 8,3% (3,5% para aposentadoria e 4,8% para pensão) fixado anteriormente.

Além disso, a contribuição patronal dessas categorias passa a ser de 22% da remuneração contributiva, diferente da legislação anterior que estabelecia a alíquota de 4%.

Entre multas e juros de mora e receita de dívida ativa, a queda real ocorrida nessa arrecadação foi de 42,3%. A renda gerada em 2001 atingiu o montante de R\$ 450,6 milhões reduzindo para R\$ 289,7 milhões em 2002. A diminuição desses recursos explica-se pelo fato de que em 2001 utilizou-se o instrumento legal de anistia fiscal o que proporcionou a entrada de recursos extras, ao passo que em 2002 não foi implementado programa de Anistia Fiscal, o que tornou a base de comparação alta.

A receita patrimonial, composta pelos recursos recebidos como resultado financeiro da fruição do patrimônio, como aluguéis, arrendamentos, juros de título de renda, rendimentos de aplicações financeiras, dividendos e participações em empresas, etc., rendeu ao Estado em 2002 R\$ 172,9 milhões. Esse valor, entretanto, foi inferior, em termos reais, em 19,4% aos rendimentos de 2001.

As outras receitas correntes, aqui incluídas as receitas de contribuição econômica, agropecuária, industrial, de serviços, indenizações e restituições e receitas diversas, em conjunto, registraram decréscimo real de 0,8%, em relação ao resultado alcançado em 2001.

Além do recuo das receitas próprias, que dependem do esforço da máquina arrecadadora do Estado, a receita de transferências também apresentou retração, conforme pode ser visto na tabela 3.

Fonte importante de receita para o Estado, essas transferências são parte na forma de convênios e parte constitucionais oriundas de tributos arrecadados pela União, de compartilhamento obrigatório entre estados e municípios.

Em 2002, a participação dessas receitas ficou em 18% da receita do ano, atingindo o montante de R\$ 3,167 bilhões. Entretanto, o volume repassado foi inferior em 5,7%, em termos reais, quando comparada com o total das transferências do exercício de 2001.

Essa redução dos repasses aos cofres estaduais foi motivada pela queda apresentada nos recolhimentos do Imposto de Renda Retido na Fonte e dos recursos relativos à cota-parte do estado no Imposto sobre Produtos Industrializados exportados: 11,2% e 25,5%, respectivamente.

De positivo apenas os repasses do Fundo de Participação do Estado e a cota-parte da contribuição do salário-educação, que atingiram valores superiores aos efeitos inflacionários, com aumento real de 9,5% e 5,8%, respectivamente.

Avaliando o comportamento da Receita de Capital, percebe-se que nesta categoria o Estado conseguiu alcançar resultados expressivos.

Em relação às operações de crédito, em comparação com 2001, houve um aumento real de 18,6% no valor contabilizado em 2002, da ordem de R\$ 70,1 milhões.

Importante é observar que em 2002 não houve celebração de novos contratos, sendo executado apenas o repasse dos valores já contratados. Ou seja, o Estado não assumiu nenhuma dívida nova.

As operações internas somaram R\$ 3,1 milhões em 2002 resultantes dos repasses para o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal do Estado (PNAFE). As operações externas (R\$ 67 milhões) corresponderam às entradas de recursos em atendimento a projetos específicos já acordados, como os projetos Jaíba II, Somma e Pró-Qualidade.

A receita de Alienações de Bens, calculada em R\$ 216,9 milhões, teve uma pequena variação real de 2,6%, no período 2001-2002. Os recursos auferidos nessa conta foram provenientes da alienação de ativos do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS) e títulos CVS, oriundos da carteira imobiliária da extinta Minascaixa e da arrecadação com a venda de títulos/direitos de créditos relacionados ao saneamento dos bancos Credireal e Bemge e da alienação de ações da Cemig.

A entrada de R\$ 368 milhões contabilizados na conta amortização de empréstimos, apresentou redução, em termos reais, de 13,7%, quando comparada com o montante em 2001, no total de R\$ 352,2 milhões.

No item Outras Receitas de Capital os valores registrados em 2001 foram de R\$ 195,6 milhões e em 2002 a cifra é de R\$ 960,9 milhões. Do total recebido em 2002, R\$ 838,2 milhões foram via convênios, a maioria originados da União, com destaque para os R\$ 557 milhões referentes a uma parcela do montante a ser repassado ao Estado pela União a título de descentralização de trechos da malha rodoviária federal.

Acrescenta-se ainda a entrada de R\$ 120 milhões, transferidos ao Estado pelo Banco Bemge/Itaú por ocasião da assinatura do Termo Aditivo de Renovação ao contrato de prestação de serviços financeiros, objetivando dar continuidade à prestação de serviço pelo Bemge/Itaú ao Estado.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

COMPORTAMENTO DA DESPESA ESTADUAL

A despesa estadual em 2002 atingiu a cifra de R\$ 18,469 bilhões, que atualizada pelo IGP-DI, de acordo com os dados da tabela 4, significou uma redução de 6,1% ante o montante gasto em 2001.

TABELA 4
ESTADO DE MINAS GERAIS - EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA
PERÍODO: 2001-2002

RECEITA	VALORES CORRENTES (R\$ Milhões)		VALORES CONSTANTES ¹ (R\$ Milhões)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)		TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	
DESPESA CORRENTE	15.231,4	16.615,2	20.073,0	18.981,2	89,4	90,0	(5,4)
.Pessoal	8.259,8	8.976,9	10.898,9	10.319,4	48,5	48,6	(5,3)
.Custeio	2.475,1	3.142,9	3.547,7	3.563,3	14,5	17,0	0,4
.Transferências Constitucionais aos Municípios ²	2.599,0	2.635,4	3.140,6	3.002,4	15,3	14,3	(4,4)
.Transferências Inst. Multigovernamentais (FUNDEF)	727,3	782,5	952,8	882,1	4,3	4,2	(7,4)
.Juros e Encargos da Dívida	1.170,2	1.077,5	1.533,0	1.214,0	6,9	5,8	(20,8)
DESPESA DE CAPITAL	1.802,1	1.854,0	2.336,5	2.066,3	10,6	10,0	(11,6)
.Investimentos Gerais do Estado	1.322,9	1.422,3	1.709,3	1.573,8	7,8	7,7	(7,9)
.Amortizações da Dívida	479,2	431,7	627,2	492,5	2,8	2,3	(21,5)
TOTAL	17.033,5	18.469,2	22.409,5	21.047,5	100,0	100,0	(6,1)

Fonte: dados básicos: Superintendência Central de Contadoria Geral/SEF-MG

Nota: (1) Correção mensal pelo IGP-DI - base:Dezembro/2002 = 100

(2) excluída a parcela do Fundef

A despesa corrente, equivalente a 90% do dispêndio de 2002, diminuiu em 5,4%, uma vez que todas as rubricas que compõem essa despesa apresentaram decréscimo real, exceto dos gastos com custeio (tabela 4).

A despesa com pessoal ativo, inativo e pensionistas variou dos R\$ 8,259 bilhões registrados em 2001 para R\$ 8,977 bilhões em 2002, apresentando no período uma diferença a mais de R\$ 717,1 milhões. Como em 2002 não foram concedidos reajustes salariais, a variação refere-se apenas ao crescimento vegetativo da folha salarial (vantagens pessoais), que aumenta 0,3% ao mês.

Os dispêndios com o custeio da máquina administrativa apurados em 2002 foram de R\$ 3,143 bilhões, equivalentes a 17% do total da despesa daquele exercício, gerando um ligeiro crescimento real de 0,4%, em relação aos gastos contabilizados em 2001.

Dentro dessas despesas destacam-se os valores apropriados aos gastos com pessoal terceirizado, serviços de utilidade pública, combustíveis e encargos e os desembolsos com material de consumo. Enquadram-se ainda os gastos com ações na área da saúde, em cumprimento da Emenda Constitucional 29 de 13 de setembro de 2000, os dispêndios com o pagamento dos pensionistas do IPSEMG, classificados como gastos de custeio, e outras despesas de custeio.

As transferências repassadas aos municípios em 2002 foram de R\$ 2,635 bilhões correspondendo, em termos reais, a uma variação negativa de 4,4% em comparação aos recursos carreados em 2001. Esse resultado acompanhou, em parte, o comportamento das receitas partilhadas, particularmente o ICMS, cuja receita decresceu em relação ao volume arrecadado em 2001.

O item transferências a instituições multigovernamentais registra os valores transferidos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Em 2002, foram distribuídos a esse fundo R\$ 782,5 milhões, valor 7,4% abaixo do observado no ano anterior (tabela 4). A retração

ocorrida nos repasses para o fundo resultou das variações negativas registradas nas arrecadações de algumas das fontes de financiamento desse fundo, em destaque o ICMS e o IPI-Exportação.

A conta juros e encargos da dívida pública contabilizou R\$ 1,08 bilhão em 2002, produzindo um decréscimo real 20,8% no volume de recursos destinados à quitação desses débitos, comparativamente a 2001.

Observa-se que esse resultado correspondeu ao menor pagamento de juros e encargos da dívida interna, com relevância para os compromissos relacionados a dívida da Conta de Resultado a Compensar – CRC/CEMIG, que não foram saldados em face da assinatura, em outubro de 2002, do 3º Termo Aditivo ao Contrato CRC/CEMIG, que autorizou o reescalonamento dos valores vencidos com vencimentos a partir de janeiro de 2003.

Do R\$ 1,077 bilhão liquidado em 2002, R\$ 574,5 milhões foram desembolsados para saldar os juros do contrato de refinanciamento amparado pela Lei 9.496, R\$ 265,6 milhões referem-se ao financiamento contraído para saneamento dos bancos estaduais, R\$ 158,3 milhões correspondem a juros e encargos da Lei 8.727, R\$ 61,2 milhões destinam-se aos débitos externos e R\$ 17,9 milhões foram despendidos com os demais contratos.

Esse volume de pagamentos relativo ao refinanciamento da Lei 9.496 e ao saneamento dos bancos poderia ter sido maior se não fosse o limite de comprometimento de 13% da Receita Líquida Real estabelecido para 2002. Dentro desse limite existem outros contratos a serem saldados prioritariamente, a exemplo dos amparados nas leis 7.976 e 8.727.

Quanto à Despesa de Capital, houve um recuo de 11,6% quando comparado ao valor aplicado em 2001. Repercutiu sobre esse resultado a redução no volume de recursos investidos em 2001, cuja taxa de crescimento real foi negativa em 7,9%. Influenciou ainda no resultado o valor das amortizações da dívida, que saltaram de R\$ 479,2 milhões em 2001 para R\$ 431,7 milhões em 2002.

Em relação às amortizações da dívida é importante destacar a quitação do saldo remanescente da conta gráfica e da parcela restante dos eurobônus, contribuindo para a baixa do saldo devedor da dívida interna.

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA ESTADUAL

O Estado de Minas Gerais terminou 2002 com um estoque de Dívida Fundada equivalente a R\$ 34,34 bilhões. Em termos nominais, este valor é superior em 19,4% ao estoque existente no final de 2001.

A evolução e a composição do estoque da dívida, no período 2001-2002, é mostrada na tabela 5.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

TABELA 5
ESTADO DE MINAS GERAIS - ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL
POSIÇÃO: 31.12.01 e 31.12.02

DÍVIDA	VALORES CORRENTES				
	POSIÇÃO EM 31/12/01		POSIÇÃO EM 31/12/02		TAXA DE CRESCIMENTO
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	NOMINAL (%)
DÍVIDA FUNDADA	28.756,6	100,0	34.340,5	100,0	19,4
1. Interna	27.854,7	96,9	33.004,8	96,1	18,5
.Parcelamento/Eurobônus	34,4	0,1	0,0	0,0	(100,0)
.Conta Gráfica	61,1	0,2	0,0	0,0	(100,0)
.Refinanciamento da Dívida - Lei 9.496	16.410,7	57,1	19.009,4	55,4	15,8
.Saneamento Sistema Financeiro Estadual	7.754,7	27,0	8.966,1	26,1	15,6
.Outras dívidas	3.593,9	12,5	5.029,3	14,6	39,9
2. Externa	901,9	3,1	1.335,7	3,9	48,1

Fonte: dados básicos: Superintendência Central de Administração Financeira/SEF-MG

Do total do endividamento, a maior parcela corresponde ao endividamento interno – R\$ 33,004 bilhões -, cujo principal credor do Estado é a União.

Em relação ao débito interno, os volumes mais significativos referem-se ao refinanciamento da Lei 9.496, no montante de R\$ 19,009 bilhões, e ao programa de saneamento do sistema financeiro estadual da ordem de R\$ 8,966 bilhões. Esses débitos, correspondendo a 81,5% da dívida fundada, registraram, em relação à posição de 31 de dezembro de 2001, aumento nominal de 15,8% e 15,6%, respectivamente.

Observa-se que a evolução dessas dívidas, de forma autônoma, resultaram das correções dos contratos e também do acréscimo de resíduos do refinanciamento da Lei 9.496, mediante incorporação de parte dos juros não pagos ao estoque da dívida, em razão do limite de comprometimento previsto para o ano de 2001 de 13% da Receita Líquida Real.

As demais dívidas internas no valor de R\$ 5,029 bilhões, tiveram crescimento nominal de 39,9%. Esse acréscimo teve, em grande parte, a influência do reescalonamento do saldo vencido do contrato CRC/CEMIG, que elevou o estoque dessa dívida, e do aumento no saldo devedor do contrato de refinanciamento da dívida externa com a União em razão da grande variação cambial ocorrida em 2001.

Como fator de contribuição para a baixa no estoque da dívida, destaca-se o pagamento em 2002 do saldo remanescente da conta gráfica e a liquidação da parcela restante dos eurobônus.

A dívida externa de R\$ 1,336 bilhão, contraída com os bancos BID, BIRD e Overseas para atender a programas específicos, aumentou 48,1% em termos nominais, no período 2001-2002. Esse aumento da dívida pode ser explicado principalmente pela desvalorização cambial que elevou o saldo desses contratos em 2002. Importante é salientar que o Estado não firmou nenhuma nova operação de crédito externa e tem honrado todos os compromissos com os organismos internacionais credores.

Em consequência o Estado tornou-se um exportador líquido de dólares para os Organismos Internacionais de Fomento.

SETOR PÚBLICO ESTADUAL

GOVERNADORIA DO ESTADO

Gabinete Militar do Governador

O Gabinete Militar do Governador com suas atribuições de planejamento e execução das ações de defesa civil durante 2002, manteve as ações de governo e, como órgão de assessoria direta ao chefe do Executivo Estadual, atingiu seus objetivos.

No que concerne à defesa civil, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) focalizou seu desempenho no enfrentamento às calamidades públicas e situações de emergência provocadas por fatores anormais e adversos que afetam gravemente a comunidade, privando-a, total ou parcialmente, do atendimento de suas necessidades ou ameaçando a integridade de seus componentes.

Os dois desastres que mais assolam o estado são as chuvas excessivas e a seca.

As chuvas do último período se refletiram de forma catastrófica nos meses de janeiro e fevereiro, registrando 135 municípios que declararam situação de anormalidade, sendo 105 em situação de emergência e 34 em estado de calamidade pública. Foi registrado um prejuízo de R\$ 193 milhões, 51 vítimas fatais, quatro desaparecidos e 10.072 desabrigados.

A seca, um desastre cíclico e de evolução crônica, é talvez um dos mais perversos, pois, além de instalar a fome, a sede, a miséria, atinge frontalmente a economia das cidades, e, principalmente, a dignidade das pessoas.

A Política Nacional de Defesa Civil, por sua doutrina, determina que as atividades de Defesa Civil devem ser efetivadas em quatro fases distintas: prevenção, socorro, assistência e recuperação.

Com o objetivo de fazer frente às adversidades das chuvas deste último período, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil preparou o Plano de Emergência Pluviométrica de 2001/2002, executado neste ano com o montante de R\$ 4 milhões. Foram adquiridos materiais para fase de prevenção, como equipamentos de informática e de treinamento de recursos humanos e, ainda, aparelhagem para fase de socorro, como motores de popa, veículos, caminhões, barcos, coletes salva-vidas, bóias de fibra.

Dentro do mesmo plano foram adquiridos para a fase assistencial: 102.774 cestas básicas, 60 mil colchões e 93.404 cobertores.

Com o advento do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, em várias partes do mundo o bioterrorismo ameaçou a população, do antrax a varíola. Em Minas Gerais não foi diferente, e, para fazer frente a esta ameaça, a CEDEC adquiriu três veículos, roupas para proteção de agentes de intervenção, equipamentos de proteção respiratória, de identificação e contenção; tudo isto autorizado e dentro da previsão do plano referenciado.

Ainda neste período chuvoso e, objetivando as ações de reconstrução (fase de recuperação) nos municípios afetados, a CEDEC intermediou todos os relatórios de avaliação de danos bem como decretos de situação de emergência e estado de calamidade pública, o que resultou nas medidas provisórias 31, de 15 de fevereiro de 2002, e 34, de 7 de março de 2002, em que o governo federal liberou R\$ 15 milhões para 40 municípios.

Para o período de seca, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil orientou e providenciou parte da documentação de sua competência para que os 165 municípios pertencentes à área mineira da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE (ex-SUDENE) pudessem estar com a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos. Além disso, acionou os órgãos de estado mais vocacionados para implementar ações emergenciais, a fim de minimizar o sofrimento da população atingida, como a COPASA, que perfurou 27 poços artesianos, beneficiando 19 municípios e está equipando 272 poços artesianos, atendendo a 70 municípios.

Houve pronta intervenção dos integrantes da CEDEC/MG à União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, objetivando a busca de recursos para a população da seca. O Estado de Minas Gerais recebeu R\$ 876.960,00 para a locação de carros-pipas. Além disso, 236.150 famílias estão recebendo o benefício do Bolsa-Renda, de R\$30,00. Ao todo, R\$ 7.083.150,00 circularão nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte do estado, da área mineira da ADENE.

É preciso salientar que uma das diretrizes emanadas na Política Nacional de Defesa Civil, e que a Portaria 724, de 13 de outubro de 2002, impõe como condição para a liberação de recursos, é a de que todos os municípios devem ter uma Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) instalada e funcionando. O objetivo é cumprir tal diretriz; porém, em Minas Gerais, existem 853 municípios. Das 341 COMDEC criadas, 206 funcionam efetivamente.

Para estimular todos os municípios a criarem suas COMDEC, em 2002 realizaram-se palestras e cursos básicos de capacitação em Defesa Civil em parceria com associações microrregionais de municípios, atingindo 110 municípios e mais de 700 pessoas, objetivando disseminar a doutrina de Defesa Civil, preparar novos agentes e, sobretudo, estimular a criação das Comissões que atuarão no momento dos desastres.

Ainda dentro da premissa da prevenção, realizou-se o 2º Curso de Planejamento e Administração para Redução de Desastres, em parceria com o Ministério da Integração Nacional. Foram 34 participantes de Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Pernambuco e Distrito Federal. Este é o mais importante curso para formação de profissionais de Defesa Civil no Brasil. O segundo realizado em Minas Gerais ocorreu de 16 a 27 de setembro de 2002.

Foi realizado o curso de Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos de 9 a 20 de dezembro, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, visando a capacitar recursos humanos da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, Secretaria de Estado da Saúde, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para dar a resposta eficiente a este tipo de problema, que ainda não é tratado da forma tecnicamente adequada no estado.

O planejamento para o período chuvoso de outubro de 2002 a março de 2003 está consolidado no respectivo Plano de Emergência Pluviométrica, que prevê alocar R\$ 5 milhões nas fases de prevenção, socorro, assistência e recuperação. Foi dada ênfase à fase de socorro, com aquisição de diversos equipamentos, como motores, barcos, roupa de mergulho, que estarão à disposição do Corpo de Bombeiros Militar mediante convênio.

Em abril de 2002, o governador assinou a Ordem de Serviço 3 criando o Centro de Controle de Emergências (CCE) na Rua Manaus, 467, 6º andar, Bairro São Lucas. No mesmo andar, a CEDEC estará ocupando novas instalações. Estas obras foram contratadas a um valor estimado de R\$ 65 mil.

MG Transplantes

Conforme Termo de Cooperação firmado entre o Gabinete Militar do Governador, a Polícia Militar de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Saúde, foram realizados vôos, com as aeronaves do Governo do Estado, para transporte aéreo de órgãos doados para transplantes, em localidades distantes de Belo Horizonte: em 1999 – 11 vôos; em 2000 – 15 vôos; em 2001 – 24 vôos; em 2002 – 34 vôos; totalizando 84 procedimentos.

Procuradoria-Geral do Estado

A Procuradoria-Geral do Estado, órgão subordinado diretamente ao governador, é encarregada constitucionalmente da representação judicial do estado, da consultoria e do assessoramento jurídico de todo o Poder Executivo.

Especificamente no que se refere à representação judicial do estado, o volume de ações tem aumentado ano a ano. Estes são os números de cada setor desta procuradoria:

- Procuradoria do Trabalho e Previdência Social: 2.895 ações recebidas e 1.256 em andamento;
- Procuradoria de Obrigações: 1.076 ações recebidas e 6.585 em andamento;

- Procuradoria do Patrimônio Imobiliário: 2.880 ações recebidas e 1.876 em andamento;
- Procuradoria Administrativa: 5.058 ações recebidas e 5.051 em andamento;
- Consultoria Jurídica: 1.023 consultas recebidas e 957 expedientes em andamento;
- Assessoria Técnico-Legislativa: 410 projetos de leis aprovados, 18 vetados e 467 minutas de decretos aprovadas e 1.140 pareceres/informações emitidos;
- Conselho de Administração de Pessoal (CAP): órgão colegiado, subordinado à Procuradoria-Geral do Estado, que tem por objetivo julgar e deliberar os direitos reclamados pelos servidores públicos ativos e inativos do Poder Executivo: 4.678 processos recebidos, 2.183 processos julgados e 1.495 processos em andamento.

Este contencioso apresenta o subtotal de 39.048 processos, que somados à transferência de mais 6 mil ações da antiga MinasCaixa, e outro tanto do BEMGE, totalizam quase 45 mil ações.

Pode-se falar em resultados favoráveis ao estado à ordem de 70% dos processos, o que significa dizer que a Procuradoria-Geral do Estado, por não ter, preferencialmente, a vocação de arrecadar, evita, sensivelmente, as perdas em face de atos de seus administradores e prepostos.

No que se refere às diversas ações acompanhadas diretamente pelo Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado, destacam-se:

- mandado de segurança impetrado contra o superintendente do INSS em Minas Gerais, tratando do recolhimento previdenciário dos servidores de recrutamento amplo, exclusivamente;
- ação proposta contra a União Federal a respeito do Pasep.

Em dezembro de 2002 foi inaugurada a sede própria da Procuradoria, situada na Rua Gonçalves Dias, 1260 - antiga reivindicação dos procuradores de estado.

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG

Durante 2002 o Ipsemg deu continuidade às metas e diretrizes traçadas para o período com ênfase para as ações que visam à equidade do atendimento, a promoção da saúde de seu beneficiário e a consolidação dos dispositivos da Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002.

O Programa Ipsemg-família no seu terceiro ano de atuação conta com 100 equipes em funcionamento, estando presente em 30 municípios, com uma população adscrita em torno de 350 mil beneficiários.

Esta nova proposta de saúde coletiva tem como característica marcante a sistematização das informações epidemiológicas e geodemográficas. Para tanto, o Ipsemg-família monitora atualmente quatro grupos de risco: câncer de mama, colo de útero, sistema cardiovascular e estresse, por meio de Oficinas de Saúde, com uso de ferramentas de Business Intelligence e Data Warehouse. Este trabalho insere-se no campo da pesquisa aplicada com apoio do CNPq, cujos resultados foram apresentados pelo Ipsemg no VIII Seminário Internacional de Atenção Primária à Saúde, realizado em Havana (Cuba) em junho de 2002.

Nesse sentido, foi implementada a tecnologia do geoprocessamento da rede credenciada, que permite mapear por especialidade e região a necessidade de monitoramento, servindo como referência para gerenciar grupos de risco.

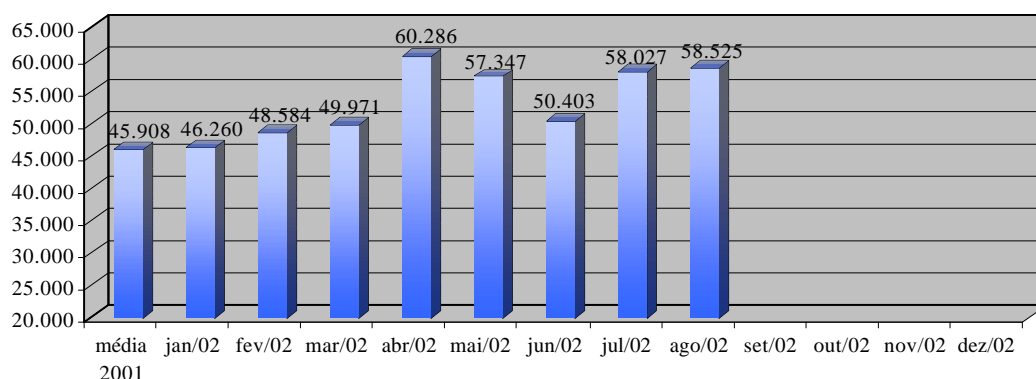
Na busca permanente do aperfeiçoamento do programa foi implantado o Desenvolvimento Multiprofissional Continuado (DMC), via Web, que ofereceu cursos de dinâmica de Grupo-Oficina de Saúde, Gestão para Obtenção de Resultados, Saúde da Mulher e Promoção de Saúde a 391 profissionais de núcleos do Ipsemg-família.

Com relação a implantação do Ipsemg-família, foi consolidado em 2002 o Programa de Assistência ao Paciente Crônico Grave com equipe dedicada aos pacientes de maior índice de internação no Hospital Governador Israel Pinheiro, que apresentou como resultado a redução de internação média por paciente de 2,7 para 0,3 vez por ano. O índice de resolutividade alcançado pelas diversas equipes do Ipsemg-família atingiu no ano patamar superior a 90%.

Em consonância com o conceito de promoção de saúde houve a implantação do Programa Ipsemg Qualidade de Vida, que tem como objetivo atender aos servidores públicos com estresse identificados pelo Programa Ipsemg-família. Neste ano foram contempladas duas turmas contabilizando a participação de 90 pessoas, atendidas por equipe multiprofissional no Hotel da Previdência em Araxá, cujas instalações físicas encontram-se em reforma para modernização, refletindo um investimento de R\$ 735,3 mil.

Na área odontológica, o instituto vem desenvolvendo um trabalho de prevenção por meio do Programa APOIA (Atenção Preventiva Odontológica Infantil e Adulta) com resultados expressivos, reduzindo a índices mínimos a incidência de cárie e perda de dentes na população assistida com idade até 18 anos. Dentro do projeto de modernização do Centro Odontológico com destinação de recursos da ordem de R\$ 1,5 milhão, iniciou-se em 2002 a reforma das instalações físicas da Superintendência e a aquisição de novos equipamentos, que contribuirão para a ampliação dos serviços

Procedimentos Realizados na Superintendência Odontológica
2001/2002



ofertados pela área.

Com o objetivo específico de aperfeiçoar a assistência à saúde no Hospital Governador Israel Pinheiro, o Ipsemg no decorrer de 2002 desencadeou ações significativas, dentre

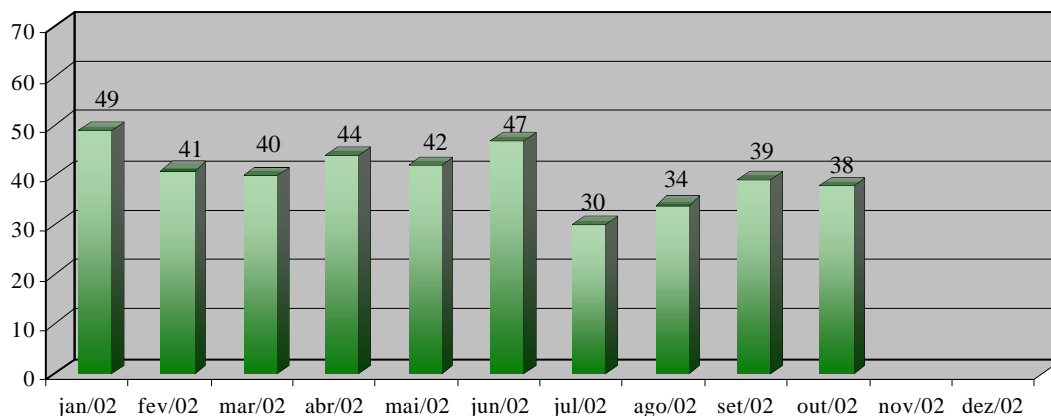
as quais destaca-se a conclusão das obras para o funcionamento do novo Centro de Tratamento Intensivo com 48 leitos e novas instalações da Quimioterapia, coleta de sangue e do Centro de Oftalmologia. Para esta obra estão sendo alocados R\$ 5,7 milhões, que proporcionarão melhor atendimento ao beneficiário e redução de custos com serviços de terceiros.

Para que essas medidas fossem efetivadas, foi transferido para outro local o Ambulatório Médico do Hospital Governador Israel Pinheiro. O novo Centro de Especialidades Médicas é um espaço moderno e confortável, tem o dobro de guichês de atendimento, aumentou de 60 para 117 o número de consultórios médicos, e conta, ainda, com sala de espera climatizada com 300 lugares, permitindo aos beneficiários do instituto marcar e realizar consultas, fazer eletroencefalograma, raios x e ultra-som e receber resultados de exames laboratoriais.

Por dispor em seus quadros de profissionais da área de saúde com doutores, docentes de instituições universitárias com experiência em pesquisa e extensão, bem como pela tradição na produção de conhecimento, o Hospital Governador Israel Pinheiro obteve aprovação pela CAPES para implantação de curso de pós-graduação em Ciências da Saúde Stricto Sensu, fato que colocará este Centro Hospitalar como única entidade pública extra-universitária a oferecer tal mestrado acadêmico em Minas Gerais.

O Ipsemg em 2002 garantiu a manutenção do Certificado ISO 9002 nas áreas de concessão de benefícios previdenciários, hemodiálise e laboratório de análises clínicas. Outra premiação conquistada pelo instituto pela qualidade de sua infra-estrutura, nível de conhecimento técnico de seus profissionais e precisão nos resultados de exames foi da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, sendo o laboratório do Hospital Governador Israel Pinheiro o único do serviço público a ter este

Tempo Médio de Espera para o Atendimento ao Paciente da Clínica Médica
Redução de 62 para 30 Minutos



reconhecimento.

Para auferir o nível de aprovação do beneficiário em relação aos diversos serviços prestados, o Ipsemg vem realizando pesquisa de satisfação em diversas áreas do instituto, utilizando a metodologia SERVQUAL para a coleta e análise dos dados.

Foram realizadas durante o exercício dez pesquisas, obtendo resultado satisfatório na maioria das áreas pesquisadas.

Os conceitos de satisfação dos clientes, qualidade e humanização do atendimento, aliados ao tratamento científico dos problemas e busca de resultados, norteiam o programa de gestão pela qualidade do Ipsemg, cujas ferramentas encontram-se totalmente disseminadas nas diversas áreas clínicas e administrativas. Pelo sucesso alcançado pelo programa, foi criado formalmente em 2002 o Comitê Permanente de Gestão pela Qualidade e o Comitê Estratégico Pró-Qualidade, visando à sua consolidação, aperfeiçoamento e continuidade como “Modelo de Gestão” do instituto.

Com investimento de R\$ 2 milhões, o Ipsemg deu continuidade aos projetos de modernização da sua plataforma tecnológica, com aquisição de 320 microcomputadores, conclusão da rede lógica do edifício-sede, Divisão de Recursos Humanos, Centro de Especialidades Médicas, Centro Regional de Juiz de Fora, Montes Claros e Uberaba, num total de 408 pontos com integração ao Centro de Processamento de Dados/Sede.

Além da preparação dessa infra-estrutura, foi implantado o Cadastro Único e módulos do Sistema de Assistência Descentralizada à Saúde, desenvolvidos em moderna tecnologia de plataforma aberta. Outra modernização refere-se ao Sistema Hospitalar migrado para Banco de Dados CACHÉ, com novos servidores de rede, garantindo a segurança desse ambiente.

A adoção da modalidade “Pregão” na aquisição de bens e serviços no âmbito do Ipsemg implicou agilidade e economicidade. Como destaque cita-se aparelhamento de informática, de tomografia computadorizada, de hemodinâmica digital, de aparelhos odontológicos e equipamentos diversos para CTI, como também serviços de conservação e higienização.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais completou 90 anos de existência, estruturado pela Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, como o órgão responsável pela seguridade social do servidor público mineiro, por meio do Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais (Funpemg).

Com esta nova lei, Minas Gerais foi colocada na vanguarda da seguridade social no país, pois acolhe todos os servidores em seu programa, garante o equilíbrio financeiro-atuarial do sistema, proporciona atendimento integral à saúde do servidor público e seus dependentes e, ainda, cria dois importantes conselhos – de administração e fiscal, para a efetiva transparência de todas as ações e investimentos realizados.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE

Em 2002, a Prodemge manteve a orientação de apoio tecnológico aos projetos estratégicos do governo, observando as diretrizes estabelecidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e no Orçamento de 2002. Projetos e investimentos foram possíveis com a manutenção da situação estável da empresa, resultante do processo de saneamento administrativo e financeiro realizado nos anos anteriores.

Além do controle de preços, a empresa recebeu destaque por ações de economia de despesas. No Seminário Energia Inteligente - Casos de Sucesso, evento patrocinado pela Cemig, foi demonstrada a economia obtida na Companhia, com a redução dos valores de demanda e consumo nas faturas de energia, resultado de um trabalho conjunto dos funcionários da Prodemge.

Para suportar as ações empreendidas, a Companhia buscou a modernização e adequação do seu ambiente tecnológico. Novos servidores entraram em operação, substituindo equipamentos mais antigos e, como consequência, trazendo maior confiabilidade aos ambientes de desenvolvimento e produção, além de viabilizar uma melhora no tempo de resposta para os clientes.

Outro fato de destaque é a instalação do Grupo Motor Gerador. A entrada em operação do equipamento proporciona a continuidade do funcionamento da área de produção da Prodemge na ocorrência de falha no fornecimento de energia elétrica da concessionária. Ele gera energia tanto para os equipamentos (alimentados pelo no-break), como para o sistema de refrigeração e iluminação do parque central. O novo gerador possui dois tanques de combustível que, com o reabastecimento do diesel, tornam a autonomia ilimitada.

Foi implementada melhorias na Rede Prodemge, principalmente no decorrer deste ano, com a inclusão de mais um nível de segurança na implantação de um "firewall" adicional (firewall de barreira) e uma nova solução antivírus, na verdade uma composição de três produtos que têm como função minimizar as possibilidades de infecção da rede.

A Prodemge foi a responsável pelo projeto elétrico e lógico de várias das Diretorias Regionais de Saúde (DRS) do estado e cuidou também da integração final das diversas redes, concluindo-se, dessa maneira, a integração das 26 Diretorias Regionais de Saúde do estado.

A Prodemge realizou para a Secretaria de Estado da Fazenda em 2002, os projetos elétrico/lógico e executando o cabeamento para as redes locais de 21 unidades fazendárias, na capital e interior do estado, num total de 394 pontos executados e certificados e 60 pranchas (desenhos de projetos) elaboradas.

Está pronto o protótipo do projeto "Arrecadação on-line", viabilizando, assim, o pagamento on-line de taxas, impostos e multas devidas ao Estado de Minas Gerais, dentro do ambiente Web, em um único endereço virtual.

O projeto de integração das Superintendências Regionais de Ensino, interligando as 42 unidades ao órgão central em Belo Horizonte, foi executado pelo Centro de Recursos Tecnológicos da Secretaria de Estado da Educação e pela Prodemge, responsável também pelo provimento internet para as regionais.

Merece destaque o site do Projeto Veredas (curso de formação superior de professores). Uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação, com o suporte tecnológico da Prodemge, visa a garantir escola pública de boa qualidade para todos. Trata-se de um curso normal superior ministrado na modalidade de educação a distância para 14.700 professores das redes estadual e municipal em efetivo exercício nos anos iniciais do ensino fundamental.

Um dos maiores sistemas corporativos do Estado, o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), com uma média de 4,5 milhões de transações ao mês, sendo utilizado por cerca de 750 unidades executoras e quase 12 mil usuários, recebeu uma nova versão, decorrente de modificações ocorridas na estrutura da classificação orçamentária e no Plano de Contas que se adotou em 2002 no estado.

Foi desenvolvido, paralelamente à nova versão do SIAFI transacional, o Armazém SIAFI 2002, que estará atendendo melhor as necessidades de informação de seus usuários.

Utilizando tecnologias Web, a Prodemge contribuiu para a modernização do atendimento dos órgãos públicos a seus clientes internos e externos. Neste ano, os servidores públicos estaduais puderam verificar as informações necessárias para efeito da declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física 2002, no "site" da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração. Até março de 2002, quando o "site" era apenas informativo, o número de usuários que o acessavam era de aproximadamente 10 mil por mês. Este número quadruplicou a partir de abril, quando foi implantada a consulta de contracheque on-line no "site". Em abril foram registrados 38 mil acessos de usuários, e em julho os acessos chegaram a 42 mil.

O ConsigWeb, aplicativo desenvolvido pela Prodemge e implantado no início deste ano, foi resultante do Decreto 42.103, de 19 de novembro de 2001, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento dos servidores, aposentados e pensionistas da administração direta, autarquias e fundações vinculadas ao Poder Executivo de Minas Gerais. Atualmente, cerca de 140 entidades consignatárias fazem uso efetivo do ConsigWeb.

Foram implementadas novas rotinas no "site" DetranNet. Agora, o proprietário de veículo que não receber o Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos poderá acessar o endereço eletrônico e conferir qual a situação de seu documento e, caso precise buscar o documento na sede do Detran-MG ou nas delegacias das cidades do interior, ele também poderá ser informado pelo DetranNet.

Foi implementado o Sistema de Titulação de Terras para o Instituto de Terras de Minas Gerais, tendo como principal função o gerenciamento e o acompanhamento do processo de titulação de terras urbanas e rurais. Além disso, coloca algumas funções de pesquisa disponíveis para os usuários em geral na internet.

Foi apresentado à Hemominas, pela Prodemge, o protótipo da HemoRede, novo sistema de informações que está sendo desenvolvido para suporte às atividades de coleta, processamento, liberação e distribuição do sangue. O sistema integra, em tempo real, as 22 unidades da Fundação em todo o estado, trazendo maior interatividade com o usuário, facilidade de atualização de informações e rapidez no fluxo de dados.

Nas soluções Web para o cidadão destaca-se o SinproWeb que, além de novo visual, traz mais uma opção de serviços a seus usuários: estão disponíveis no "site" as informações do Correio Jurídico referente às comarcas cujos processos estão armazenados em sistema do próprio Tribunal de Justiça. Os usuários do SinproWeb também passaram a contar com mais algumas melhorias que foram implementadas como resultado das sugestões recebidas em pesquisa realizada pelo próprio "site".

A Prodemge elaborou para vários de seus clientes solução de comunicação interna por meio de rede – a intranet. Órgãos como a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Polícia Militar de Minas Gerais e outros estão divulgando internamente as informações institucionais e de interesse de seus funcionários.

Os programas sociais desenvolvidos pela Prodemge tiveram continuidade. O programa Internet Comunitária completou seu primeiro ano em novembro, e durante 2002 houve um crescimento, sendo inaugurados mais cinco infocentros. O programa Internet Sênior completou um ano de existência em abril, realizando mais de 3.700 atendimentos só no Espaço Cultural Prodemge, em Belo Horizonte. O Programa Internet Sênior foi criado para atender a um público muito especial - o cidadão idoso, que quer mais integração com a tecnologia, quer saber o que é o mundo virtual e como funciona. No programa há acessos aos serviços públicos, informações variadas e a possibilidade de conhecer pessoas, lugares e um mundo de coisas novas. E o mais importante, ele tem por objetivo valorizar a cidadania na terceira idade.

Em 2002 entrou no ar a nova versão do Portal Minas, do governo de Minas Gerais. Totalmente reformulado em seu "design" e com novidades em termos de arquitetura das informações, o "site" apresenta mais facilidade de navegação, permitindo a pesquisa em mais de 2 mil serviços disponíveis aos cidadãos.

Foi sancionada pelo governador do estado e publicada, em 11 de janeiro de 2002, a Lei 14.167 que institui a modalidade de licitação denominada Pregão para aquisição de bens e serviços comuns para a administração pública no âmbito do estado. Além de favorecer a maior concorrência, o pregão propicia economia significativa, transparência e rapidez do processo. Enquanto nas modalidades convencionais o prazo para a concretização das compras é de quatro a seis meses, o Pregão Eletrônico permite uma concretização do processo de 15 a 20 dias.

A Prodemge desenvolveu um sistema de Pregão Eletrônico denominado Licitanet, utilizando modernos recursos de segurança, com senhas criptografadas e recursos de "site" seguro.

Em março de 2002, foi assinado o Decreto 42.390, que dispõe sobre a instituição da MinasRede - Rede Única de Comunicação de Dados, Voz e Acesso à Internet do Estado de Minas Gerais. Segundo o decreto, todos os órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo deverão integrar a rede, exceto as empresas públicas e sociedades de economia mista, que não recebem recursos financeiros do ente controlador, e de órgãos e entidades dos demais poderes do estado, do Ministério Público e Tribunal de Contas, sendo-lhes facultada a adesão.

A Prodemge foi a realizadora em setembro de 2002 do 30º Seminário Nacional de Informática Pública (SECOP), em Belo Horizonte. O tema central foi "Governo Eletrônico a serviço do cidadão: avanços e desafios". O SECOP é um importante fórum de discussão da informática pública em nível federal, estadual e municipal. A Prodemge, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Secretaria de Estado da Educação, Detran e a Companhia Energética de Minas Gerais representaram o estado de Minas Gerais proferindo palestras e participando de painéis.

O governo mineiro, por intermédio da Prodemge, foi convidado a participar como palestrante e expositor em eventos importantes, entre eles : Comdex Sucesu-SP 2002,

São Paulo; 2º Seminário de Governo Eletrônico e Simpósio de Internet Comunitária, Fortaleza; Inforuso Sucasu 2002 - XVIII Feira de Informática e Telecomunicações de Minas Gerais, Fenasoft 2002 - Feira Internacional do Software e Soluções, São Paulo; "B2G - A Migração de Licitações e Concorrências Públicas para a Internet", São Paulo; no Fórum Internacional de Software Livre, Rio Grande do Sul; Technology in Government Week 2002, Canadá.

No VII Congresso de Informática Pública (Conip 2002), a Prodemge conquistou o Prêmio Cidadania na Internet, tornando-se vencedora na categoria estadual, de um total de 103 trabalhos inscritos, pelo "site" DetranNet, recebendo na votação do júri oficial a primeira colocação entre os seis trabalhos que concorreram ao prêmio.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais	9.390.826	15.620.184				
041220012.206.0001 - Direção Superior	4.632.682	4.306.322				
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	60.000	86.317				
041223014.117.0001 - Serviço de Proteção Governamental à Autoridades e Seg. Fis. dos Palácios	3.637.144	5.745.221	Palácio Mantido (Palácio)	3	3	-
			Aeronave Mantida (Aeronave)	5	5	-
			Veículo Mantido (Veículo)	103	115	13
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.060.000	921.582				
061823314.125.0001 - Assistência a Municípios em Calamidade ou em Situação de Emergência	1.000	4.560.742	Município Assistido (Município)	853	520	4
Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais	21.899.598	20.642.460				
030921364.210.001 - Serviços de Assistência Jurídica	6.289.480	7.322.757	Parecer Elaborado (Parecer)	800	1.023	5
			Processo Imobiliário Acompanhado (Processo)	1.200	2.880	5
			Processo Administrativo Acompanhado (Processo)	3.000	5.058	5
			Processo Cível Acompanhado (Processo)	2.200	1.076	4
			Processo Trabalhista Acompanhado (Processo)	1.500	2.895	5
031220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.437.943	1.898.244				
031220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	600.000	767.592				
031221324.130.0001 - Julgamento de Processos e Apreciação de Recursos	1.000	957	Processo Instaurado (Processo)	800	4.678	5
			Processo Julgado (Processo)	1.200	2.083	5
			Recurso Julgado (Recurso)	1.000	687	4
			Recurso Apresentado (Recurso)	800	1.495	5
032727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	13.571.175	10.652.910				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais	970.715.514	1.027.305.098				
091220012.206.0001 - Direção Superior	8.942.600	8.567.754				
091220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	19.100.000	18.904.462				
091220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	9.526.376	5.550.477				
091223654.378.0001 - Gestão do Hotel da Previdência de Araxá	2.957.345	1.776.661	Pessoa Hospedada (Pessoa)	6.082	6.412	-
			Diária Concedida (Diária)	24.682	22.224	-
091227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	79.987.534	79.987.532				
092723634.303.0001 - Reserva de Benefícios	17.870.403	10.628.759	Obra/Executada/Acompanhada (Obra)	19	12	4
			Reserva Técnica Constituída (R\$ Mil)	5.870	0	1
092723654.250.0001 - Assistência Farmacêutica	4.776.700	1.993.630	Segurado Atendido (Segurado)	39.116	126.540	6
092723664.252.0001 - Assistência Previdenciária e Securitária	28.141.000	29.895.680	Auxílio Diverso Pago (Auxílio)	14.530	3.766	4
			Seguro Diverso Pago (Seguro)	2.258	1.679	4
092723664.866.0001 - Encargos com Pensionistas	403.000.000	222.983.110	Pensão Paga (Pensão)	30.425	41.300	5
092723664.930.0001 - Encargos com Pensionistas Decorrentes da Lei Complementar 64/2002	-	257.379.207				
092727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	76.960.000	81.691.227				
103023674.232.0001 - Execução das Ações Descentralizadas de Saúde na Capital	42.671.470	51.483.790	Consulta Médica Realizada (Consulta)	317.900	478.463	6
			Internação Realizada (Internação)	1.466	1.434	-
			Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	439.261	439.256	-
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	403.840	292.546	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103023674.233.0001 - Serviços Odontológicos Próprios	17.510.100	15.147.844	Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	280.430	245.503	4
103023674.248.0001 - Serviços Médicos, Odontológicos e Previdenciários Regionais	147.782.946	148.563.605	Consulta Médica Realizada (Consulta)	1.031.100	1.537.112	6
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	6.200	8.982	6
			Internação Realizada (Internação)	22.737	37.326	6
			Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	1.841.190	2.177.443	6
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	2.894.000	3.713.544	6
103023674.249.0001 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial no Hospital Governador Israel Pinheiro	111.489.040	92.751.360	Consulta Médica Realizada (Consulta)	206.500	231.301	6
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	28.600	33.129	6
			Internação Realizada (Internação)	16.350	18.328	6
			Atendimento Emergencial Prestado (Atendimento)	97.500	116.611	5
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	1.250.000	1.604.824	6
Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - Prodemge	2.451.000	3.476.064				
041262113.055 - Adequação da Infra-Estrutura de Comunicação de Dados	301.000	-	Conjunto de Software/Hardware para Atualização da Rede de Comunicação de Dados Adquirido (Conjunto)	1	0	3
041262113.160 - Modernização e Adequação do Ambiente de Produção	400.000	2.254.069	Processador Adquirido/Ampliado (Unidade)	1	1	-
			Licença de Software Adquirida (Unidade)	1.000	2.801	5 - 7
			Ambiente de Produção de Banco de Dados Adequado e Implantado (Unidade)	1	0	3
			Gerador de Energia Instalado (Gerador)	1	1	-
041262113.833 - Implantação de Infra-Estrutura para Prestação de Serviços Públicos Via Internet	300.000	239.700	Conjunto de Hardware e Software para Infra Estrutura Adquirido Implantado (Conjunto)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041262113.834 - Modernização e Adequação do Ambiente de Desenvolvimento de Software	600.000	953.945	Conjunto de Hardware e Software para Infra	1	1	-
			Estrutura Adquirido Implantado (Conjunto) Estação de Trabalho Adquirida e Instalada (Unidade)	300	346	5 - 7
041262113.835 - Implantação de Data Center	700.000	28.350	Unidade Predial Construída (Unidade)	1	0	3
			Data Center Implantado (Unidade)	1	0	3
			Recurso de Segurança Implantado (Unidade)	1	0	3
041262113.836 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão	150.000	-	Sistema Implantado (Sistema)	1	0	3
TOTAL	1.004.456.938	1.067.043.806				

Fonte: SIAF - valores dezembro/2002.

CASA CIVIL

A Secretaria de Estado da Casa Civil apresenta uma característica estratégica na sua função de assessoramento ao governador. A ela cabe a responsabilidade de examinar o princípio administrativo da efetividade nas decisões do governo, de forma que os objetivos democraticamente acordados sejam alcançados pelos órgãos do estado.

Ela atua no organograma governamental para que sejam obedecidas e implementadas com segurança as decisões do governo e permitidas a fluidez e a continuidade das ações dela decorrentes.

À Casa Civil cabe, em suma, dar vida jurídica aos atos do governador, analisando-os previamente e responsabilizando-se pela sua publicação no órgão oficial do estado, depois de aprovados.

Como consequência do desmembramento da anterior Secretaria da Casa Civil e Comunicação Social, conforme Lei 13.869, de 31 de maio de 2001, a Secretaria da Casa Civil vem-se reorganizando em sua estrutura organizacional e funcional, eliminando atividades onerosas; transferindo ações que a ela não são mais pertinentes; revitalizando aquelas de sua exclusiva competência, segundo os princípios da eficiência. Funciona como um sistema vivo, aberto e complexo, interagindo com todo o aparelho do estado, fornecendo e compartilhando informações e decisões.

A Secretaria tem sido viabilizada por uma administração gerencial de efetiva cooperação entre o grupo de direcionamento, assessoramento e servidores.

Com a nova gestão, a adequação dos recursos humanos constituiu uma tarefa prioritária no atual contexto de mudança, passando essencialmente pela qualificação e valorização do servidor público. Assim, corrigiu-se a situação dos servidores da MGS que se encontravam em desvio de função e procedeu-se a um programa de treinamento interno objetivando aprimorar a prestação de serviços na SECC. Graças a esse programa, foram beneficiados mais de 300 servidores com diferentes palestras e cursos, organizados com recursos próprios da Casa Civil.

Conselho Estadual da Mulher

Em 2002 foram desenvolvidas as seguintes ações:

- realização de cursos de Qualificação para a Mulher, financiados pelo Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT) sendo de baby sitter e cuidador de idosos;
- comemoração do Dia Internacional da Mulher com o lançamento da cartilha Saúde Integral da Mulher, em parceria com a Avon;
- realização da pesquisa sobre o perfil da mulher eleitora, realizada entre 617 estudantes universitárias, operárias, moradoras da Vila Cafezal na Praça Sete e no IPSEMG;
- elaboração e distribuição do pôster Voto Feminino Decide Eleição;
- atendimentos jurídicos e em terapia de grupo;
- municipalização de Conselhos da Mulher em: Araçuaí, Araxá, Congonhas, Contagem, Divinópolis, Formiga, Itajubá, Conselheiro Lafaiete, Lagoa Santa, Manhuaçu, Montes Claros, Nanuque, Ouro Preto e Três Marias;
- participação na implantação de Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher nos municípios de Araxá, Congonhas, Divinópolis, Formiga, Lagoa Santa e Três Marias.

Conselho Estadual da Juventude

Tendo como principal objetivo a implementação de políticas direcionadas à inserção do jovem no processo político e no mercado de trabalho, na última gestão foi proposto como programa de trabalho:

- elaboração do Programa 1º Emprego, que contempla as áreas de educação formal, qualificação profissional, empreendedorismo, medidas fiscais, estágios, linhas de crédito e legislação específica;
- estímulo ao debate educacional, que incentiva a juventude a participar dos debates, principalmente nos que dizem respeito à elaboração de diretrizes para educação dos jovens;
- elaboração dos programas Saúde do Jovem, que institui campanhas preventivas com temas relacionados às doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, prevenção ao uso de drogas, violência no trânsito e gravidez precoce;
- estímulo à Defesa do Meio Ambiente – levando o jovem a participar de campanhas educativas, atuando também como “fiscais”, uma forma de colaborar com a preservação ambiental;
- implantação das 66 coordenadorias regionais e conselhos municipais;

- estímulo à criação de Conselhos Municipais da Juventude.

Ato em Defesa de Furnas - primeira iniciativa do Conselho Estadual da Juventude, logo depois de empossado, atuando na campanha realizada pelo Governo de Minas contra a privatização de Furnas.

II Seminário de Políticas Municipais de Juventude das Mercocidades - realizado pela Secretaria Executiva da Rede, pelo Conselho Municipal da Juventude de Belo Horizonte e pelo Conselho Estadual da Juventude, com o apoio dos governos estadual e municipal. Deste encontro resultou a “Carta de Declaração do II seminário de Políticas Municipais de Juventude das Mercocidades”, um documento que resume as propostas pautadas no fortalecimento e na continuidade do processo de participação da juventude na formulação e implementação de políticas públicas.

1º Fórum Mineiro de Jovens Lideranças Empresariais - iniciativa do Conselho Empresarial de Jovens, Câmara de Diretores Lojistas (CDL) Jovem, CICI Jovem, Federaminas Jovem e Conselho Estadual da Juventude, visou fomentar o associativismo e o cooperativismo entre as entidades representativas da juventude em Minas Gerais, definindo um modelo de inserção em escolas públicas para palestras sobre os mais variados temas, entre eles cidadania e mercado de trabalho, com o objetivo de levar mais informações aos jovens.

Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (CONSEA)

É um órgão de apoio ao governo, com o objetivo de propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.

Integrado por 12 secretários de Estado, um deputado representante da Assembleia Legislativa de Minas e 26 representantes da sociedade civil indicados pelo Fórum Mineiro de Segurança Alimentar, contempladas as Comissões Regionais de Segurança Alimentar que, atualmente, somam 16.

As Comissões Regionais criadas até agora são: Vale do Aço, Vale do Mucuri, Alto e Médio Jequitinhonha, Baixo Jequitinhonha, Norte, Centro-Oeste, Sul de Minas I, Sul de Minas II, Triângulo I, Triângulo II, Vertentes, Zona da Mata I, Zona da Mata II, Rio Doce, Região Metropolitana de BH e Noroeste.

Destaque foi dado aos programas Merenda Escolar e Bolsa Familiar para a Educação, ambos coordenados pela Secretaria de Estado da Educação, o que também aconteceu com o Programa de Segurança Alimentar nos assentamentos de reforma agrária, a cargo do Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER).

Para cumprir os seus objetivos, o CONSEA-MG incentivou a formação de parcerias entre instituições governamentais e da sociedade civil. Merecem destaque os convênios firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Pastoral da Criança, que mobilizaram recursos da ordem de R\$ 1,2 milhão que permitiram o incremento de ações de combate à desnutrição materno-infantil, tendo sido superada em oito mil a meta de se atender a 200 mil crianças.

Outro destaque refere-se à parceria entre o ITER e a Cáritas, que viabilizou a implantação do Programa de Segurança Alimentar Nutricional nos 63 assentamentos de reforma agrária em Minas, beneficiando quatro mil famílias.

Por demanda do CONSEA-MG, foi instituído o Fórum Técnico Institucional (FTI). Trata-se de um Grupo de Trabalho integrado por técnicos das secretarias e órgãos, principalmente dos participantes do Conselho.

O FTI elaborou o Plano Integrado e Prioritário de Segurança Alimentar e Nutricional – Dignidade e Vida, cuja íntegra encontra-se no site do CONSEA: www.consea.mg.gov.br.

Auditoria Geral do Estado (AGE)

Tem como missão contribuir para a melhoria dos resultados da gestão pública, executou trabalhos que têm por objetivo assessorar o administrador público no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, verificando o alcance das suas metas e objetivos operacionais e se esses estão sendo executados com economia, eficácia, eficiência e efetividade, observando-se ainda, os aspectos legais e os controles administrativos e contábeis aplicáveis.

O quantitativo dos entes públicos auditados em 2002, foram: órgãos autônomos – 26, autarquias – 20 e fundações – 12, perfazendo total de 58 instituições.

O relatório de auditoria é o instrumento em que se demonstram os resultados, mediante exposição sucinta das ocorrências detectadas, de modo a possibilitar a tomada de decisão ou providências cabíveis, das autoridades competentes.

Relatórios emitidos por área: avaliação da gestão – 17, avaliação de fundos estaduais – 5, gestão de pessoal – 47, gestão patrimonial – 5, avaliação de processamento de pagamento de despesas – 21, avaliação de processamento de licitação, contratos e convênios – 63, avaliação de precatórios – 2, avaliação da execução orçamentária da receita – 9, avaliação da efetividade de relatórios de auditoria – 14, elaboração de relatório de gestão fiscal – 15, elaboração de relatório de avaliação da prestação de contas – 26 e acompanhamento da elaboração da prestação de contas – 63, perfazendo total de 287 relatórios.

Ouvidoria de Polícia

Vinculada ao Gabinete do Governador e com a precípua missão institucional de fiscalização de serviços e atividades da polícia civil e da militar com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública do estado, a Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais registrou, em 2002, 621 denúncias de desvio de conduta policial. Nesse universo, entre vítimas ou meros denunciadores, figuram nada menos que 1.155 cidadãos. A maior parte (65%) desses atendimentos foi realizada pessoalmente. Os 35% restantes processaram-se pelas demais formas de recepção por enquanto disponíveis ao público (carta, ofício, fax e telefone). Importante destacar, ainda, que apenas 7% dizem respeito àquelas denúncias cujos titulares não quiseram se identificar.

Quanto aos policiais denunciados, 73% são policiais militares, enquanto 27%, policiais civis. Já em relação às regiões envolvidas, saliente-se que 64,8% das denúncias referem-se à capital, 19% à região metropolitana, e 16,2%, ao interior do estado.

Além de sua participação em todas as reuniões do Fórum Nacional de Ouvidores da Polícia - Ministério da Justiça e a várias audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a Ouvidoria de Polícia se fez

presente em solenidades diversas, algumas das quais como palestrante, sempre na presença da chefia do órgão, não apenas a convite das duas polícias, mas também de outras instituições.

Principais realizações da Ouvidoria:

- maior interação do órgão junto às polícias, especialmente com as Corregedorias respectivas;
- divulgação institucional do órgão, cuja visibilidade, sobretudo no interior do estado, ainda é muito pequena por parte da sociedade civil;
- implantação de núcleos da Ouvidoria de Polícia no interior do estado, atendendo ao disposto no art. 3º, inciso II, da Lei 12.622/97;
- complementação da sua estrutura orgânica, com a constituição das demais assessorias (jurídica, de assistência social e de imprensa), já que, até o momento, conta apenas com a civil e militar;
- criação do Conselho Consultivo, composto de membros da sociedade civil, reconhecidos por suas contribuições relevantes à causa pública nas questões relacionadas à cidadania e Segurança Pública, com vistas a contribuir com a Ouvidoria na elaboração de propostas estruturais acerca de temas relacionados a suas atribuições;
- contribuição de estudos de casos, a fim de que os gestores do aparelho de polícia do estado identifiquem as causas fundamentais das anomalias constatadas e, após criteriosa análise, adotem mecanismos para eliminá-las;
- formação do policial em Direitos Humanos por meio de seminários, ciclos de debates, palestras, mantendo intercâmbio e convênios com entidades que exerçam atividades congêneres às da Ouvidoria;
- elaboração de ações propositivas que visem ao aperfeiçoamento das polícias estaduais e, via de consequência, ao avanço do estado nas políticas públicas para a área da Segurança Pública.

São parceiros institucionais da Ouvidoria no plano municipal, a Coordenadoria de Direitos Humanos da PBH e a Promotoria Especializada de Defesa dos Direitos Humanos/BH. Já no plano estadual, o Conselho Estadual de Direitos Humanos (Conedh), novamente a Promotoria Especializada de Defesa dos Direitos Humanos/MG, a Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos da ALEMG e a Comissão de Defesa e Assistência da OAB/MG. Por último, no plano federal, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o próprio Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (IOF)

Além de cumprir sua finalidade precípua de publicar os atos oficiais dos poderes do estado, também atuou como agência de comunicação, ampliando suas atividades no campo cultural com a criação do coral e da orquestra sinfônica; das séries Governadores de Minas e Museus Mineiros; da publicação das obras de Machado de Assis e da revista *Libertas*; da adequação da fachada para vitrine expositora dos produtos da casa; da revitalização do Teatro Clara Nunes como cine-teatro; da

abertura do espaço cultural Fausto Alvim, do Memorial da Imprensa Oficial, da Biblioteca Eduardo Frieiro e da instalação do Centro Cívico-Cultural no Bairro do Prado.

Loteria do Estado de Minas Gerais

E cumprimento aos programas e metas definidos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2000/2003) de gerar recursos para financiar obra de Assistência Social, Educativa, Cultural, Desportiva, Segurança Pública, entre outras, mediante exploração do jogo lotérico no Estado de Minas Gerais, no exercício de 2002 destinou R\$ 10,08 milhões dos quais R\$ 8,58 milhões liberados até outubro de 2002 , destacando-se: R\$ 1,52 milhão a escolas especializadas; R\$ 247,38 mil a escolas de ensino médio e fundamental; R\$ 3,65 milhões a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; R\$ 50 mil à Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais; R\$ 250 mil à Secretaria de Estado do Trabalho; R\$ 1 milhão à Secretaria de Estado de Esportes; R\$ 350 mil à Secretaria de Estado de Meio Ambiente; R\$ 850 mil ao Instituto de Terras de Minas Gerais; R\$ 100 mil à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais; R\$ 561,82 mil para diversas outras entidades.

Companhia Mineira de Promoções (Prominas)

A realização das obras do Memorial do Minascentro foi o maior destaque na administração da Prominas no ano.

Os investimentos em equipamentos de informática, reforma do telhado e dos auditórios e troca de mobiliários, previstos no orçamento 2002, em virtude da redefinição de prioridades, não foram realizados.

O Minascentro foi agraciado com o Prêmio Empresarial de Apoio ao Turismo em Minas Gerais, concedido pela revista Mercado Comum.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CASA CIVIL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Casa Civil	25.253.992	27.847.867				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	163.813	193.698				
041220012.206.0001 - Direção Superior	652.854	1.216.380				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.215.454	5.972.432				
041220012.293.0001 - Operacionalização das Ações dos Conselhos	265.345	122.527	Ação Realizada (Ação)	1	1	-
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	720.000	755.662				
041220014.209.0001 - Administração de Palácios	994.063	1.315.965	Apoio Logístico às Ações do Governador Realizado (Ação)	1	1	-
041222104.060.0001 - Assistência à Ação da Vice-Governadoria	497.746	642.874	Ação de Assessoramento ao Vice-Governador Realizada (Ação)	1	1	-
041222104.605.0001 - Assessoria à Gestão do Governador do Estado	709.047	1.067.034	Ação de Assessoramento ao Governador Realizada (Ação)	1	1	-
041222104.607.0001 - Assessoria de Assuntos Internacionais e Cerimonial	707.631	724.209	Ação de Assessoramento de Assuntos Inter. e de Cerimonial Realizada (Ação)	1	1	-
041222104.608.0001 - Auditoria Geral do Estado	60.000	3.868	Ação Realizada (Ação)	1	1	-
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	14.495.565	15.673.878				
143062294.697.0001 - Gestão do Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA - MG	500.000	99.234	Seminário Realizado (Seminário)	7	7	-
			Fórum Realizado (Fórum)	3	3	-
			Reunião Realizada (Reunião)	28	28	-
144224804.256.0001 - Operacionalização das Ações da Ouvidoria de Polícia	108.871	60.106	Ação Realizada (Ação)	1	1	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: CASA CIVIL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
184226504.495.0001 - Operacionalização das Ações da Ouvidoria Ambiental	163.603	-	Ação Realizada (Ação)	1	0	8
Loteria do Estado de Minas Gerais	28.617.173	29.609.711				
231220012.206.0001 - Direção Superior	2.899.173	3.677.722				
231220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.005.000	64.014				
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.100.000	1.034.379				
236927674.820.0001 - Operacionalização de Jogos de Loteria	23.613.000	24.833.596	Recurso Arrecadado (R\$ Mil)	23.613.000	19.019.292	4
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais	17.911.921	14.298.411				
221220012.206.0001 - Direção Superior	592.000	411.842				
221220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.499.921	4.023.902				
221220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.000.000	432.403				
222727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	3.200.000	2.665.854				
226627644.624.0001 - Edição e Confeção Gráfica	6.288.000	5.885.803	Jornal Minas Gerais Impresso (Exemplar)	9.005.212	196.556.681	4
			Impresso Gráfico Confeccionado (Impresso)	24.002.110	11.118.804	5
			Publicação Editorial Impressa (Impressão)	4.018.242	15.023.489	5
226927654.625.0001 - Comercialização de Jornal e Serviços Gráficos em Geral	1.332.000	878.607	Assinatura Realizada (Assinatura)	25.000	253.237	5
			Jornal Minas Gerais Avulso Vendido (Caderno)	370.000	191.546	4
			Jornal Minas Gerais Acessado Via Internet (Acesso)	3.600.000	2.416.692	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CASA CIVIL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS	530.300	530.300				
23122001.6.011 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Operacional	530.300	530.300	Equipamento de Informática Adquirido (Equipamento)	6	0	7
			Reforma Realizada (Reforma)	1	1	-
TOTAL	72.313.386	72.286.289				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Este é um resumo das atividades desenvolvidas em 2002 pela Secom, TV Minas, Detel e Rádio Inconfidência, órgãos que compõem a área de Comunicação Social do Governo.

Imprensa – É atribuição da Superintendência de Imprensa fazer a cobertura jornalística de todas as solenidades e eventos dos quais participa o governador, para elaboração de matérias que são enviadas, via e-mail e fax, aos veículos de comunicação.

Alguns eventos exigem esforço especial, como o 21 de Abril, com a Medalha da Inconfidência, em Ouro Preto, e o de Cabangu (Medalha Santos Dumont), em outubro. Este ano, foi feita a cobertura de outra solenidade do gênero, em setembro: a entrega da Medalha JK, em Diamantina. Os trabalhos na área de imprensa conta com o apoio da Prodemge, que cuida da instalação de microcomputadores ligados à internet, para uso dos repórteres dos veículos que estejam cobrindo a solenidade.

Do núcleo de rádio, com cinco locutores, são transmitidos boletins diários, em linha direta, para mais de 50 emissoras nas diversas regiões do estado. Os boletins são elaborados para levar ao interior as últimas notícias do Palácio da Liberdade.

O jornal eletrônico do Portal Minas é atualizado diariamente, para oferecer as principais notícias aos leitores internautas. Um jornalista e um técnico em informática se encarregam desse trabalho de atualização, todas as noites.

No dia 13 de setembro, a Superintendência de Imprensa levou ao Vale do Jequitinhonha 15 jornalistas, que se juntaram a outros seis convidados pela Cemig,

para cobertura da solenidade de lançamento da pedra fundamental da usina de Irapé pelo governador.

Publicidade – Várias campanhas de interesse público foram veiculadas em 2002, entre elas as de vacinação, prevenção contra doenças, combate à febre aftosa e outras do gênero. Na segunda metade do ano, foi veiculada uma campanha de prestação de contas com o título “O Governo de Minas Informa”, em formato de reportagens, com um relato das principais realizações do governo estadual.

Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (Detel)

As ações do Detel garantem à população das localidades mais remotas o acesso aos meios de comunicação, o que facilita às populações a obtenção dos demais serviços prestados pelo estado na área social, como saúde, educação e segurança.

Em 2002, a autarquia elaborou 403 projetos técnicos para implantação de sinais da TV Minas e 806 para outorga de canais.

Realizou 403 serviços de manutenção em equipamentos de transmissão de sinais de TV e 41 testes de viabilidade para instalação de postos de telefonia rural e instalou links de microondas para transmitir sinais da TV Alterosa em quatro municípios.

Fundação TV Minas Cultural e Educativa (TV MINAS)

A principal realização da emissora de tevê pública de Minas Gerais em 2002 foi o aumento em quase 90% em suas receitas próprias, que agora representam 60% do total que arrecada para sua manutenção como televisão estatal, cultural e educativa.

Vários projetos especiais foram desenvolvidos pela emissora, com destaque para a campanha “Vota, Brasil” e o projeto “Veredas”, para a Secretaria da Educação, primeira universidade a distância reconhecida pelo Ministério da Educação. A TV Minas possibilitou ainda o treinamento de todos os servidores estaduais que operam o novo Siafi.

Hoje, mais da metade da programação é produzida na própria emissora, que fica 24 horas no ar.

Todos os programas ganharam novos cenários, foram produzidas centenas de vinhetas e lançado o Manual de Procedimentos do Jornalismo Público, com grande repercussão no meio.

Ainda em 2002, o projeto de manutenção de equipamentos de retransmissão de imagem – IRDs - melhorou a qualidade do sinal e a confiabilidade das transmissões.

Rádio Inconfidência Ltda

A Rádio Inconfidência foi reestruturada, com a nomeação de nova diretoria e implantação de um modelo administrativo moderno, que intensificou as ações na área comercial e, especialmente, as relações com o ouvinte. A programação foi remodelada. Dentre as novas atrações destacam-se programas jornalísticos de qualidade, para os quais foram contratados comentaristas de peso nacional. Com a ênfase ao bom gosto e ao estilo mineiro de fazer rádio, tanto na emissora AM como na FM, está renascendo a Inconfidência dos tempos em que, embora sendo, teoricamente, uma “emissora oficial”, era líder absoluta de audiência.

SETOR: COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Comunicação Social	22.114.290	18.754.640				
041220012.206.0001 - Direção Superior	361.733	106.200	Ação de Comunicação Social Realizada (Ação)	1	1	-
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	740.649	1.184.266				
041317814.904.0001 - Divulgação Governamental	20.999.908	17.452.394				
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	12.000	11.780				
Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais - DETEL	7.022.826	3.679.767				
241220012.206.0001 - Direção Superior	346.000	416.737	Posto Telefônico Rural Instalado (Posto Telefônico)	80	40	4
241220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	890.300	1.193.020				
241220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	50.000	72.796				
242727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	480.000	422.304				
247227824.500.0001 - Execução e Supervisão do Sistema de Telefonia Rural	4.101.526	403.647	Projeto Técnico Realizado (Projeto)	30	35	5
			Parecer Técnico Emitido (Parecer)	80	83	5
247227834.454.0001 - Planejamento, Consultoria Técnica, Exe. e Superv. do Sistema de Radiodifusão	1.155.000	1.171.263	Parecer Técnico Emitido (Parecer)	20	-	8
			Sistema de Captação de Sinal de TV Via Satélite Instalado (Sistema)	600	680	5
			Sistema de Captação de Sinal de TV Via Satélite em Implantação (Sistema)	10	2	2
			Projeto Técnico Realizado (Projeto)	20	130	5

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundação TV Minas Cultural e Educativa	11.381.712	13.988.139				
241220012.206.0001 - Direção Superior	106.368	76.739				
241220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.324.352	2.799.031				
241220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	130.000	177.877				
241227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	47.201	182.967				
242727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	172.840	187.941				
243925454.226.0001 - Produção e Apresent. de Programas Culturais, Educativos e Artísticos	7.097.130	9.534.669	Programa Cultural, Educativo e Artístico Produzido (Programa)	120	168	6
			Prog. Cultural, Educativo e Artístico Apresentado (Programa)	1.324	3.224	6
			Prog. Cultural, Educativo e Artístico Veiculado (Programa)	988	679	4
243925454.226.0002 - Produção e Apresentação de Programas Jornalísticos	92.010	81.822	Programa Jornalístico Realizado (Programa)	936	2.344	6
247225482.225.0001 - Operação e Manutenção do Sistema Eletrônico	1.411.811	947.093				
Rádio Inconfidência Ltda	4.165.186	4.079.379				
241220012.206.0001 - Direção Superior	299.745	260.016				
241220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	960.862	960.862				
241220012.289.0001 - Serviço de Comercialização	339.666	330.785				
247227844.238.0001 - Jornalismo	414.918	403.628	Radiojornal Transmitido (Hora)	1.095	1.440	5
247227844.238.0002 - Produção e Apresentação Artística	889.148	874.531	Programa Radiofonico Transmitido (Hora)	6.570	6.240	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
247227844.238.0003 - Produção e Apresentação Esportiva	414.918	403.628	Evento Esportivo Transmitido (Hora)	1.095	1.080	-
247227844.906.0001 - Operação, Manutenção e Adequação do Sistema de Radio-difusão	845.929	845.929	Equipamento Instalado (Equipamento)	20	20	-
Rádio Inconfidência Ltda	1.000	63.811				
247227846.025 - Adequação do Sistema de Radiodifusão	1.000	63.811	Equipamento Adquirido (Equipamento)	10	0	1
TOTAL	44.685.014	40.565.736				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

GOVERNO E ASSUNTOS MUNICIPAIS

A Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais, entre suas atribuições constitucionais e políticas, assistiu o governador do estado; coordenou as ações de representação e relacionamentos político e institucional nos níveis municipal e federal com as lideranças políticas, Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional; manteve sistemas de informações sobre os municípios e as ações do governo com aplicações municipais para o fortalecimento dos municípios mineiros.

Com o objetivo de capacitar os técnicos municipalistas, a Diretoria de Informação e Orientação aos Municípios atendeu a orientações técnicas a respeito do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) sobre a composição dos índices do ICMS nos critérios estabelecidos pela Lei 13.803 de 27 de dezembro de 2000, como também acerca da aplicação da nova legislação pertinente ao FPM (Lei Complementar 106, de 23 de março de 2001).

Prestaram-se 6.750 atendimentos sobre o FPM e a quota-parte do ICMS, consultas oriundas de municípios, Câmaras Municipais, Associações Microrregionais de Municípios, Federação das Associações Microrregionais de Municípios (FEMAM), deputados estaduais e federais.

Para obter subsídios sobre análise de prestações de contas de municípios e entidades relativas a convênios anteriormente celebrados, foram realizadas diversas reuniões técnicas com as Superintendências Centrais de Contadoria Geral e Auditoria Operacional da Secretaria de Estado da Fazenda.

A Assessoria Técnica e Jurídica elaborou diversos pareceres jurídicos em resposta a consultas de municípios e câmaras municipais.

A Superintendência de Apoio à Administração Municipal inspecionou e aprovou sete processos de anuência prévia para fins de parcelamento do solo, além de análises, vistorias e laudos para o mesmo fim.

Além disso, procedeu-se à instrução, inspeção e preparo de processos de anuência prévia para desmembramento de áreas para loteamento em municípios localizados fora do Colar Metropolitano.

Visando a promover o desenvolvimento dos municípios mineiros, a Superintendência de Controle de Convênios, por intermédio da Diretoria de Convênios, procedeu à instrução e análise técnica de 740 propostas para celebração de convênios com municípios, objetivando o repasse de recursos para aplicação em projetos de infraestrutura urbana, aquisição de patrulha motomecanizada e eletrificação rural.

Deu-se continuidade a pesquisa na área de educação ambiental aplicada à gestão de resíduos sólidos, em parceria com a USP/SANT-GOBAIN/SEGOV, com aplicação no município de Itaúna.

A Superintendência de Integração Interinstitucional, responsável pela coordenação geral dos 25 Postos de Serviços Integrados Urbanos (PSIU), localizados nas diversas regiões do estado, registrou 5,5 milhões de atendimentos no exercício de 2002, como por exemplo emissões de carteira de trabalho e de identidade, seguro-desemprego, perícias médicas do servidor, requerimento de aposentadoria, entre outros.

Objetivando o treinamento e reciclagem, os servidores participaram de cursos, seminários e congressos, nas áreas de contabilidade pública, auditoria, previdência pública, lei de responsabilidade fiscal, e nos sistemas corporativos SIAF, SIPRO, SIAD e Pregão.

Os Escritórios de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, vinculados à Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais, no exercício de suas atribuições, coordenaram o relacionamento político e institucional do governo mineiro naqueles estados, bem como no âmbito federal, representando e defendendo os interesses de Minas naqueles estados, constituindo-se em elemento de ligação entre os órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais neles sediados, como também apoio aos representantes dos órgãos e entidades da administração estadual, quando em serviço naqueles estados.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: GOVERNO E ASSUNTOS MUNICIPAIS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Governo e Assuntos Municipais	25.930.953	16.357.182				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	155.218	90.789				
041220012.206.0001 - Direção Superior	1.012.256	256.581				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.194.531	1.787.215				
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	72.000	15.024				
041220014.080.0001 - Posto de Serviço Integrado Urbano - PSIU	3.200.000	2.674.279	Atendimento Prestado (Atendimento)	6.000.000	5.500.000	4
041222104.911.0001 - Assessoria de Assuntos Constitucionais e Políticos	7.000	-	Ação de Assessoramento ao Governador Realizada (Ação)	1	1	-
041222181.361.0001 - Apoio ao Desenvolvimento Municipal - PADEM	19.101.450	11.201.840	Município Beneficiado (Município)	450	740	5
041222184.019.0001 - Coordenação de Programas de Articulação com os Municípios	1.096.601	331.454	Município Assessorado (Município)	500	530	5
			Associação Microrregional Atendida (Associação Microrregional)	40	20	4
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	91.897	-				
Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas em Brasília	818.755	737.200				
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	641.768	585.538	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	1	-
022727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	176.987	151.662				
Escritório de Represent. do Governo do Estado de Minas no Rio de Janeiro	226.385	334.504				
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	215.340	324.388	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: GOVERNO E ASSUNTOS MUNICIPAIS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	11.045	10.116				
Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas em São Paulo	51.089	10.547				
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	45.032	-	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	0	9
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	6.057	10.547				
TOTAL	27.027.182	17.439.433				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), órgão central do Sistema Estadual de Planejamento, reestruturada pela Lei 13.869/01 e regulamentada pelo Decreto 42.415/02, tem por finalidade coordenar a formulação das políticas públicas visando ao desenvolvimento econômico, social e institucional do estado.

Dando continuidade ao processo de consolidação de seu papel institucional, teve como atribuição constitucional a supervisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), e do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), da Mensagem de Governo à Assembléia Legislativa, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) e do Orçamento Fiscal e de Investimento das empresas controladas pelo estado.

Com objetivo de subsidiar a elaboração do PPAG, para o período 2004 a 2007, foram realizados diversos estudos setoriais para o planejamento e o acompanhamento das políticas públicas de Minas, como também a realização de treinamento para os técnicos das Secretarias de Estado sobre uma nova metodologia desenvolvida pelo governo federal para a formulação do novo plano.

A Institucionalização do Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental (SIPAG), pelo Decreto 42.725/02, consolidou sua implantação no âmbito do Poder Executivo. Em parceria com a PRODEMGE aperfeiçoou-o por meio da melhoria das rotinas de entrada de dados e a revisão dos modelos dos relatórios trimestrais.

Visando a dar maior transparência às ações de governo revisaram-se programas de trabalho dos órgãos e entidades, ajustando projetos e atividades aos seus objetivos e metas. Além disso, procedeu-se ao aperfeiçoamento do Sistema do Módulo de Elaboração da Proposta Orçamentária, com o intuito de facilitar, ainda mais, a utilização desta ferramenta para a elaboração da Proposta Orçamentária de 2003 pelos técnicos de planejamento e orçamento dos órgãos e entidades do estado.

Na modernização institucional do estado a SEPLAN elaborou 18 projetos de reorganização e criação de instituições, quatro instruções normativas, 27 notas técnicas e 12 minutas de decretos; estudo de reestruturação de 38 instituições e 80 orientações técnicas diversas a órgãos e instituições; elaboração, atualização e divulgação de 175 documentos informativos; 395 pesquisas bibliográficas e análise de 247 legislações.

Na prestação de informações ao cidadão foram atendidos, aproximadamente, quatro mil e-mails, no "site" oficial do governo "Portal Minas". Melhoramento do Sistema LIG-MINAS, linha de informações do governo, para atender a uma média de quatro mil ligações/dia, via telefone 3339-1000. Desenvolvimento do "site" Lig-Minas e projeto de criação da Biblioteca Central da Administração Pública Estadual.

No planejamento metropolitano e urbano da RMBH, desenvolveu atividades relacionadas ao tema preservação ambiental, com participação nos trabalhos dos comitês de bacias hidrográficas do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba e nas decisões do conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental da Região Sul da RMBH (APA-SUL). Como gestora do Fundo Pró-Floresta, atendeu a uma demanda de financiamentos de longo prazo para a implantação de nove mil hectares de maciços florestais para fins industriais, com recursos financeiros do BDMG e supervisão técnica do IEF.

Conforme dispõe a Lei Complementar 43/1996, foram analisados e concluídos 331 processos de parcelamento do solo urbano, realizadas 118 vistorias, atendimento a 1.384 consultas, além de prestar 277 assessorias a interessados em viabilizar empreendimentos adequados às exigências das legislações pertinentes à RMBH. Juntamente com a Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano implantou o Programa Mineiro de Macrozoneamento Urbano – PMMU, que tem por objetivo a atualização do macrozoneamento municipal descaracterizando áreas cadastradas como rurais e que se encontram em zonas urbanas, zonas de expansão urbanas e zonas urbanas especiais de cada município, definindo-as como de competência de tributação do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), proporcionando aumento de arrecadação municipal e viabilizando o ordenamento territorial para cumprimento da função social do espaço e maior oferta de lotes urbanizados. A participação do estado é o principal fator para se atingirem os objetivos do programa, em especial para o cumprimento da implantação do Estatuto da Cidade, conforme estabelece a lei.

Em parceria com a FJP, Cemig, CBTU, DER e os municípios da RMBH, viabilizou a realização da Pesquisa Origem e Destino 2001 (completando-se a série 1970/1980/1990), para subsidiar a elaboração do Plano Diretor da RMBH e auxiliar o monitoramento dos planos elaborados pelos municípios, bem como produzir informações básicas sociais e econômicas para maior racionalidade do sistema de planejamento de transporte e tráfego na RMBH.

Encontra-se em andamento o trabalho conjunto entre SEPLAN, DER e prefeituras de Belo Horizonte e Contagem referente à transferência do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte da CBTU para o Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A.

Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER)

Tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política agrária e fundiária do estado, por meio da promoção de ações destinadas à democratização do acesso e fixação do homem à terra, de acordo com as diretrizes do desenvolvimento sustentável e do governo do estado. Apresenta-se vinculada a SEPLAN por se entender que a questão agrária, antes de ser uma política setorial, deve ser entendida como uma política de caráter estrutural de redistribuição de renda e reocupação do espaço rural e urbano.

Em 2002, o Conselho Administrativo do órgão definiu três eixos de ação prioritárias: o plano de defesa e promoção dos direitos humanos no campo; o plano de democratização do uso e da propriedade da terra e o plano de desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos.

Neste sentido, o ITER desenvolveu o Programa de Assistência Emergencial aos acampados – que incluiu a distribuição de lonas, cobertores e cesta básica; o Programa de Capacitação em Direitos Humanos e Cidadania que mobilizou mais de 3 mil famílias e a Política de Paz no Campo, em parceria com a PMMG e autoridades do Poder Judiciário, com o objetivo de intermediar conflitos pela ocupação da terra, priorizando as negociações para a solução pacífica e desocupação sem o uso de força policial. Foram registrados mais de 150 mandatos judiciais de reintegração de posse.

Para o segundo eixo de ação prioritária, desenvolveram-se os programas de legitimação de terras por intermédio da emissão de títulos públicos de posse da terra e o de arrecadação de terras devolutas para fins de reforma agrária. Emitiram-se 155 decretos destinando áreas para as prefeituras realizarem obras sociais, como escola municipal, praças públicas, postos de saúde e reservas ecológicas.

Ressaltam-se para o terceiro eixo os Programas de Segurança Alimentar, desenvolvido em parceria com o Consea, com a finalidade de promover nos assentamentos condições de sustentabilidade na produção de alimentos necessários às famílias por meio de hortas e criação comunitárias, bem como o levantamento do quadro de desnutrição infantil nos assentamentos. Outros programas complementaram infra-estrutura (energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico) e implantação de empreendimentos econômicos voltados à agroindustrialização de produtos in natura ou de atividades características da região.

Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE)

O Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), criado pela Lei 14.171, de 15 de janeiro de 2002, é uma autarquia vinculada à (SEPLAN), tendo como objetivo o planejamento e coordenação de políticas públicas de desenvolvimento, programas e projetos implantados na região norte e nordeste de Minas Gerais, buscando, principalmente, minimizar os desequilíbrios regionais.

Atua em 187 municípios das Mesorregiões Norte de Minas e Mucuri, das bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha e São Mateus e da Microrregião de Curvelo, pertencente à Mesorregião Central Mineira, com uma extensão territorial de

218.737,17 Km², concentrando-se uma população residente global de 2.828.480 habitantes, distribuída em 1.783.958 no meio urbano e 1.044.522 no meio rural.

Com a expansão da sua área de atuação, o IDENE, em 2002, atuou nos seguintes programas:

O Programa Cédula da Terra em Minas Gerais (PARATERRA/MG), implantou nove projetos de assentamento, beneficiando 286 famílias, atuando prioritariamente nas regiões Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com recursos financeiros da ordem de R\$ 4,5 milhões, aplicados na aquisição de terras e na infra-estrutura básica dos assentamentos, bem como na supervisão e acompanhamento aos demais 42 projetos já implantados.

O Programa Água na Escola, que tem como objetivo promover a implantação de sistemas de abastecimento de água e instalações hidrossanitárias em escolas públicas rurais, atendeu a 34 municípios localizados na área de atuação, que apresentam o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aplicando R\$ 1,7 milhão, contemplando 83 escolas públicas rurais, com 83 poços e 22 módulos hidrossanitários, beneficiando cerca de 1.500 alunos e 2.900 famílias.

O Projeto Jaíba I, na gleba empresarial C2, teve um acréscimo de investimentos em crédito agrícola para financiamento da produção de frutas e hortaliças, incorporando mais 158,6 hectares de banana, 3,3 hectares de cebola, 10 hectares de olerícolas e 5,0 hectares da fruta atemoia, em que estão aplicados R\$ 1,8 milhão de recursos do estado, por intermédio do BDMG, oriundos do Fundo Jaíba e do Acordo com o JBIC.

O Projeto Jaíba II teve a conclusão das obras civis de irrigação para 16.332 hectares, sendo iniciada a montagem dos equipamentos de irrigação e asfaltados 55,7 quilômetros da estrada principal do projeto, em que foram aplicados R\$ 26,5 milhões, oriundos do Acordo BZ-P6 com o JBIC.

Fundação João Pinheiro - FJP

A Fundação João Pinheiro (FJP), com o objetivo de proporcionar subsídios ao desenvolvimento econômico do estado e do país, realizou, no exercício de 2002, estudos nas áreas de planejamento regional e urbano, de modernização e organização institucional na esfera da administração pública, de avaliação de políticas sociais e culturais e formulação de programas e projetos de investimento.

No intuito de contribuir para o aprimoramento da capacidade institucional dos órgãos e entidades do estado, a FJP desenvolveu, em 2002, os seguintes projetos:

- avaliação Socioeconômica do Trem Metropolitano, celebrado por meio de convênio com a CBTU, com o objetivo de contribuir para o posicionamento do Governo do Estado de Minas Gerais sobre a importância da regionalização do serviço, bem como sugerindo as condições para a negociação e os contornos básicos do modelo institucional a ser adotado pela empresa regional METROMINAS. Este projeto revestiu-se de especial importância, possibilitando o regaste da capacidade técnica no campo de transportes públicos, além de contribuir para a inserção do tema metropolitano nas agendas técnicas da instituição;
- reformulação da Carreira Geral dos Servidores da Administração Direta, gerando o anteprojeto de lei de diretrizes da carreira dos servidores estaduais e a modelagem do banco de dados de cargos e carreiras da administração indireta e Diagnóstico da

Gestão de Contratos e Serviços, identificando os recursos, procedimentos e deficiências da contratação de serviços em todos os órgãos e entidades estaduais, nos níveis central e regional (demandas da SERHA).

Na sistematização e divulgação de informações estatísticas sobre o desempenho econômico e social de Minas Gerais, pode-se destacar:

- elaboração das estimativas de Contas Regionais para Minas Gerais (PIB Municipal de 1999 e 2000, PIB dos três primeiros trimestres de 2002 e PIB estadual anual de 2000 e 2001), em convênio com a Fundação IBGE;
- pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego na RMBH (PED), em convênio com Setascad, Fundação Seade e Dieese;
- informativos veiculados pela Internet, com periodicidade variada, sobre contas regionais, demografia, saúde, educação, movimento eleitoral, déficit habitacional, comportamento de preços e perfil da população economicamente ativa;
- análise em parceria com o Centro Universitário Newton Paiva sobre o desempenho estadual mensal em comércio exterior, editado bimensalmente por meio de convênio específico;
- conclusão e divulgação do Anuário Estatístico de Minas Gerais 2000-2001, patrocinado pelo BDMG;
- início das atualizações para o Anuário 2002, a ser lançado em 2003;
- elaboração da 6.^a edição do Perfil de Minas Gerais, patrocinado pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM).

Nas pesquisas e estudos aplicados na área de economia, política, perfis e indicadores sociais, aspectos tributários e finanças públicas, foram concluídos os seguintes projetos: Desenvolvimento Humano Sustentável no Rio de Janeiro; Diagnóstico do Sistema Policial de Uberlândia; Desenvolvimento Humano no Brasil – Específicos para a Região Metropolitana do Recife; Impactos e Perspectivas da Reestruturação Produtiva de Centros Industriais Médios no Brasil: Contagem/MG; Financiamento da Agricultura Familiar: uma Avaliação do PRONAF em Minas Gerais; Plano Mineiro de Direitos Humanos; Elaboração de Metodologia de Monitoramento Contínuo do Impacto do PRONAF e A Economia Mineira no Início do Século XXI: Diagnóstico e Perspectivas.

Dos projetos em andamento destacam-se: Drogas, Ideário Social, Político e Dados Empíricos; Garimpo no Rio Paranaíba – Diagnóstico e Perspectivas; Desenvolvimento Sustentável no Recife e Região Metropolitana II; Inovação no Financiamento da Atenção Básica à Saúde – MG – Brasil; Logística para as Regiões Limítrofes de Minas Gerais; Geração de Emprego e Renda no Setor de Turismo e Lazer em Minas Gerais; Estudo do Mercado da Plataforma Logística Multimodal Junto à Usina Barreiro e Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil/2000.

A Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, além do ensino dedica-se também à pesquisa, teve como principais ações:

- Pesquisa Origem e Destino (Convênio SEPLAN, CBTU, PBH, CEMIG e DER), com apoio logístico de algumas prefeituras da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Foram aplicados 32 mil questionários em amostra aleatória domiciliar

nos 34 municípios que integram a RMBH, além das pesquisas da linha de contorno, linha de travessia da RMBH e no Terminal Rodoviário de Belo Horizonte, para identificar os deslocamentos da população. Trata-se de pesquisa decenal para integrar base de dados georreferenciada, instrumento para o planejamento da localização espacial de atividades, serviços, empreendimentos públicos e privados;

- realização da primeira etapa da pesquisa sobre o Fundef (Convênio Fundação Ford) em 20 municípios distribuídos em todas as regiões de Minas Gerais, para identificar as dificuldades e os avanços alcançados com o processo de municipalização da rede de ensino fundamental, com a transferência de recursos do Fundef e com a fiscalização exercida pelo Conselho de Acompanhamento do Fundef;
- treinamento de servidores públicos estaduais e municipais e outros interessados: 16 cursos de especialização destinados a servidores (PMMG, Corpo de Bombeiros, Prefeitura de Juiz de Fora, FHEMIG, DER, SEF, SERHA, SEE), 400 servidores em diferentes etapas de treinamento: Especialização em Administração - ênfases em Marketing, Recursos Humanos e Finanças; Especialização em Drogas e Alcoolismo (este com 70 alunos em dois cursos); Cursos de Educação Continuada (613 servidores estaduais e municipais capacitados); 41 mestres titulados em administração pública; 142 especialistas certificados e 33 administradores públicos graduados).

Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG)

A atuação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG), instituição financeira de fomento do governo estadual, durante 2002 caracterizou-se pela manutenção da sintonia com as estratégias, políticas e programas estabelecidos no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), ambos cobrindo o período 2000-2003, e com as demais orientações do governo.

O “Projeto Estratégico BDMG 2001-2004” norteia a formulação e a implementação dos planos de metas anuais do banco para o referido período. Destacam-se nesse projeto quatro eixos estratégicos. Sendo que dois deles referem-se ao ambiente externo ao banco (apoio ao desenvolvimento social e regional e o apoio à elevação da competitividade dos agentes econômicos do estado) e dois ao ambiente interno (ampliação do conhecimento e a excelência financeira e organizacional).

Em relação ao ambiente externo, as diretrizes de atuação adotadas pelo banco destacam-se pelos objetivos de redução dos desequilíbrios regionais e do aumento no atendimento aos pequenos e médios empreendimentos, sem perder de vista o necessário apoio a projetos estruturantes das cadeias produtivas da economia mineira.

Para o cumprimento de suas funções, ressalta-se a decisão do governo de Minas Gerais de fortalecer financeiramente o BDMG mediante incorporação dos recursos de alguns dos fundos estaduais extintos por força das regulamentações estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, do governo federal.

Resultados econômico-financeiros

O banco elevou o seu patrimônio líquido de R\$ 23 milhões, em dezembro de 1998, para R\$ 260 milhões no final de 2002. Esse incremento representou um expressivo crescimento de mais de 1.000%, demonstrando o empenho da atual administração no

processo de fortalecimento financeiro da instituição. O saldo de aplicações em financiamentos (classificados nas faixas de risco A e B do BDMG) atingiu R\$ 1,9 bilhão ao final do ano.

Para 2002, o BDMG apresenta previsão de lucro acima de R\$ 25 milhões, tendo realizado até outubro um Lucro Líquido de R\$ 13 milhões. Ressalta-se que este será o 4º ano consecutivo de geração de resultado financeiro positivo pelo BDMG.

O BDMG, como administrador dos ativos remanescentes dos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, já recuperou R\$ 494 milhões de 1999 a 2002. Deste total, 87% já foram transferidos ao Tesouro Estadual. Em 2002 os valores recuperados atingiram R\$ 61 milhões.

A importância desta atividade está no fato de que seus resultados trazem para o patrimônio do estado recursos públicos reavidos de clientes inadimplentes com aqueles bancos estaduais. Tais recursos têm como destinação o pagamento de dívidas do estado ao governo federal e, também, aplicações em diversos programas estaduais.

Desempenho Operacional

Durante 2002, foram realizadas 5.212 operações de crédito, atendendo a 4.665 clientes, que totalizaram R\$ 521 milhões de financiamentos aprovados. As liberações dos fundos e das demais linhas de financiamento atingiram R\$ 496 milhões.

Os Fundos Estaduais de Desenvolvimento foram responsáveis pela liberação de R\$ 393 milhões durante o ano (80%), enquanto o Fundo Fiat alcançou R\$ 17 milhões (3%) e o restante, R\$ 86 milhões (17%), foi relativo a recursos próprios, de repasses e fianças.

Aspectos regionais e setoriais da ação do BDMG

Durante 2002, foram desenvolvidas várias ações que resultaram no efetivo apoio do governo aos setores produtivos mineiro de todos os portes e regiões do estado.

Dos 4.665 clientes atendidos, 4.400 pertencem aos segmentos de micro e pequenas empresas, rurais e urbanas, vinculadas a atividades produtivas e de prestação de serviços, com financiamentos aprovados que totalizaram R\$ 91 milhões.

O segmento automotivo recebeu R\$ 149 milhões que equivalem a 29% do total aprovado pelo banco no ano, demonstrando o constante esforço de fortalecer e consolidar este setor na economia mineira. No complexo metal-mecânico foram atendidas 109 empresas, que somaram aprovações de financiamento no valor de R\$ 84 milhões.

Foram aprovadas 497 operações de financiamento para 481 clientes dos segmentos agropecuário, silvicultura e de exploração florestal, totalizando R\$ 18 milhões.

Entre os projetos de maior porte, aprovados com recursos dos fundos estaduais e demais linhas de financiamento, destacam-se os seguintes empreendimentos: Fiat Automóveis (Betim), Iveco Fiat do Brasil (Sete Lagoas), Usiminas (Ipatinga), Aethra Componentes Automotivos (Contagem), Embrasil (Ribeirão das Neves), Satipel Minas Industrial (Uberaba), Cia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (Pirapora), Tower Automotive do Brasil (Betim), Denso Sistemas Térmicos do Brasil (Betim), Cimento Tupi (Carandaí), Inpa Ind. Embalagens Santana (Pirapetinga), Synteco Produtos Químicos (Uberaba), Unifi do Brasil (Alfenas), Fagor Ederlan do Brasil (Extrema), Cia

de Fiação de Tecidos Cedronorte (Pirapora), Lajinha Agroindustrial (Canápolis), Refloralje Agropecuária (Montes Claros).

A distribuição dos financiamentos aprovados, no território mineiro, confirma o padrão espacial vigente em Minas, ou seja, o do direcionamento dos financiamentos para suas principais regiões: a Central recebendo 44%; o Sul de Minas, 15%; Rio Doce, 11%; Zona da Mata, 11%; Triângulo, 7%; e as demais regiões 12%. Este padrão decorre da concentração das atividades econômicas e população nestas regiões, que acabam por gerar economias de urbanização e aglomeração, tornando-as atrativas a investimentos novos ou de expansão e modernização.

Em continuidade ao apoio dado aos municípios mineiros, visando ao fortalecimento da infra-estrutura urbana, entrou em operação em 2002 o NOVO SOMMA - “Programa de Modernização Institucional e Ampliação da Infra-Estrutura em Municípios do Estado de Minas Gerais”. Utiliza recursos próprios do BDMG, incorporados ao capital do banco por extinção dos fundos SOMMA e FUNDEURB. Foram aprovados financiamentos que totalizaram R\$ 99 milhões e viabilizaram investimentos que somaram R\$ 135 milhões, contemplando 19 municípios. O volume de liberações atingiu a cifra de R\$ 3 milhões.

Iniciou-se a aprovação de financiamentos não-reembolsáveis, FRD/BNDES/CVRD, aos 193 municípios localizados na área de influência da Companhia Vale do Rio Doce, no montante de R\$ 65,3 milhões, que irão beneficiar 4,9 milhões de pessoas.

No campo do estímulo ao desenvolvimento tecnológico, o banco atua com a linha de crédito – Fundese Base Tecnológica – que visa a financiar micro, pequenas e médias empresas nas áreas de computação, microeletrônica, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão, entre outras. Nestas operações foram liberados R\$ 2 milhões.

No âmbito do FUNDESE-GERAMINAS, direcionado ao segmento das micro e pequenas empresas inscritas no Microgerais, foram aprovados 3.333 processos pelo BDMG, resultando na liberação de R\$ 63 milhões.

Para fins de apoio às atividades produtivas afetadas pela seca, nas regiões em estado de emergência, foi aprovado em 2001 o “Programa Emergencial de Financiamento às Atividades Produtivas dos Municípios Afetados pela Seca no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha – APOIAR”. Em 2002, o BDMG aprovou R\$ 16 milhões em financiamentos, representando um crescimento em relação ao ano anterior de 433 %, beneficiando 75 municípios.

O BDMG vem apoiando iniciativas de cunho social, em conjunto com organizações não-governamentais (ONGs) ou cooperativas, utilizando programas específicos para o financiamento a empreendedores de pequeno porte ou de baixa renda, com ênfase nas atividades geradoras de emprego.

Cumprindo o objetivo de apoiar iniciativas da população de baixa renda, facilitando o acesso ao crédito ao pequeno e microempreendedor, individual ou associado, o BDMG durante o ano liberou R\$ 1,1 milhão em financiamentos, por intermédio de 9 ONGs, no âmbito do CREDIPOP, atingindo 102 municípios.

Em 2002, foram liberados R\$ 1,5 milhão de recursos para a agricultura familiar, no âmbito do PRONAF, por intermédio das cooperativas de crédito rural, beneficiando

200 pequenos agricultores. Foi aprovado R\$ 1,1 milhão em financiamentos, contemplando 30 municípios.

Estudos sobre a economia mineira

Na linha de estudos sobre a economia mineira, o banco promoveu:

- relançamento de sua revista semestral Cadernos BDMG cujos textos publicados nos volumes 4 e 5 foram: “Características Estruturais da Economia Mineira: Uma Análise Inter-regional de Insumo-Produto”, “Macroeconomia de Minas Gerais: Uma Estimativa dos Componentes da Demanda Final”, “A dimensão espacial da atuação do BDMG”, “Tendências de Longo Prazo para a economia mineira” e “O cluster da fruticultura no norte de Minas”; e lançamento do Modelo Econométrico de Insumo-Produto para o Estado de Minas Gerais contratado junto à FIPE/USP, o modelo constitui-se um instrumento de planejamento regional, de avaliação dos efeitos de políticas públicas e de análise de impactos de programas e projetos específicos, que permitirá ao BDMG fortalecer sua função institucional de indutor do desenvolvimento econômico e social do estado;
- divulgação da Matriz Inter-regional de Insumo-Produto Minas Gerais/Resto do Brasil, 1996: elaborada pela FIPE/USP, esta matriz também representa uma importante ferramenta de análise econômica para toda a sociedade fornecendo informações que permitem avaliar o grau de inserção de Minas na economia brasileira e as características marcantes de sua estrutura produtiva;
- coordenação do estudo “Minas Gerais do Século XXI”: documento de análise da situação atual e das perspectivas para a economia mineira, o projeto foi lançado em dezembro, fazendo parte das comemorações dos 40 anos do BDMG;
- programa de altos estudos tem como principal objetivo proporcionar um foro de reflexão de alto nível e de estudos inovadores e críticos sobre os interesses e necessidades essenciais do Estado de Minas Gerais. O conteúdo dos treinamentos é definido por um conselho de especialistas multidisciplinares. Está aberto não apenas ao público externo, mas também aos funcionários do BDMG. Deverá configurar-se como relevante contribuição do banco à formação dos quadros dirigentes de alto nível, nas esferas pública e privada, necessários aos interesses e ao desenvolvimento do estado. A primeira turma iniciou os estudos no 2º semestre de 2002.

O BDMG patrocinou a publicação da coletânea de estudos Vinte anos do Seminário Sobre Economia Mineira 1982 a 2002 e a publicação do Anuário Estatístico de Minas Gerais.

Em sua 14ª edição, O BDMG patrocinou, mais uma vez, o “Prêmio Minas de Economia”, iniciativa realizada junto com entidades de classe de economistas com o objetivo de incentivar a produção acadêmica e profissional sobre temas de relevância para as economias brasileira e, em especial, mineira. Os trabalhos premiados são publicados na edição especial da Nova Economia, revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, da qual a instituição também é um dos patrocinadores.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	14.011.407	13.006.054				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	340.623	285.452				
041212014.667.0001 - Coordenação e Avaliação do Planejamento Estadual	298.812	215.839	Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação Implantado (Sistema)	1	1	-
			Mensagem à Assembléia Legislativa Elaborada (Documento)	1	1	-
			Programa de Trabalho Elaborado (Programa)	122	122	-
041212014.668.0001 - Planejamento Orçamentário do Governo	688.520	1.102.403	Lei de Diretrizes Orçamentárias Elaborada (Projeto de Lei)	1	1	-
			Proposta Orçamentária Elaborada (Projeto de Lei)	1	1	-
041212014.669.0001 - Reforma e Planejamento Institucional do Estado	624.331	652.081	Projeto de Reforma Institucional Elaborado (Instrumento Normativo)	30	66	5
			Diretriz e Análise Institucional Elaborada (Documento)	18	64	5
			Acompanhamento do Projeto de Lei Implementado (Sistema)	490	37	4
			Projeto da Legislação Normativa Elaborado (Projeto)	13	13	-
			Pesquisa e Informação Institucional Desenvolvida (Documento)	113	86	4
			Sistema Integrado de Biblioteca da Administração Pública Estadual Desenvolvido (Sistema)	1	0	12
041212024.666.0001 - Coordenação e Supervisão de Programas Regionais (1)	798.872	408.521	Relatório Elaborado (Relatório)	1	0	13
041212024.884.0001 - Coordenação e Supervisão de Programas Multisetoriais	396.884	189.400				
041212031.049.0001 - Elaboração do Plano Diretor Metropolitano	413.856	135.582	Programa de Desenvolvimento Metropolitano Coordenado (Programa)	1	0	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041220012.206.0001 - Direção Superior	963.378	1.602.556				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.938.501	2.500.702				
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	270.000	216.398				
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	6.277.630	5.697.120				
Encargos Gerais SEPLAN / Programas Diversos	91.279.831	577.016				
041220012.820.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas Corporativos	221.380	140.328	Sipag Implementado (Sistema)	1	1	-
			Sinfi Implementado (Sistema)	1	1	-
			Ligminas Implementado (Sistema)	1	1	-
			Portal Minas Implementado (Sistema)	1	1	-
			Migração do Módulo da Proposta Orçamentária Implementado (Sistema)	1	1	-
041222191.600.0001 - Gerenciamento do Programa de Saneamento Ambiental, Organiz. e Modernização de Municípios - SOMMA	200.000	-	Programa SOMMA Supervisionado (Programa)	1	0	7
185442261.604.0001 - Gerenciamento do Prohidro	6.600.000	436.688	Poço Perfurado e Recuperado (Poço)	300	83	2
206067011.961.0001 - Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste - PAPP II	24.820.000	-	Projeto Elaborado (Projeto)	933	0	9
206077231.368.0001 - Implantação de Projeto de Irrigação do Jaíba II	53.522.451	-	Obra Civil Concluída (Lote) (2)	1	0	-
			Serviço de Consultoria Realizado (Hora) (2)	90.515	0	-
			Pavimentação de Estrada Construída (Km) (2)	50	0	-
			Infra-Estrutura Ambiental Administrada (2)	4	0	-
			(Condicionante Ambiental)			
			Montagem, Teste e Aquisição dos Equipamentos de Irrigação Concluído (Lote) (2)	11	0	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206077241.369.0001 - Implantação de Infra-Estrutura Social e Ambiental Básicas - Jaíba I	3.531.000	-	Estação de Tratamento de Água Construída (Estação)	1	0	9
			Projeto de Engenharia da Estação de Tratamento de Água Concluído (Projeto) (3)	1	1	-
216312341.605.0001 - Aquisição de Terras e Execução de Infra-Estrutura - Paraterra	660.000	-	Projeto Agrário Implantado e Supervisionado (Projeto) (2)	10	0	-
216312341.605.0002 - Projeto de Combate à Pobreza Rural - Crédito Fundiário	1.725.000	-	Projeto Agrário Implantado e Supervisionado (Projeto)	25	0	11
Fundação João Pinheiro	19.595.728	25.508.877				
041212134.503.0001 - Realização de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais	1.235.436	1.519.854	Projeto e Pesquisa em Andamento (Projeto/ Pesquisa)	6	7	5
			Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	9	8	-
			Índice para Distribuição do ICMS Produzido (Índice)	12	12	-
041212144.504.0001 - Realização de Estudos, Pesquisas e Consultorias Munic. e Metroplitanas	755.395	799.059	Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/ Pesquisa)	10	8	4
041212154.505.0001 - Realização de Estudos Administrativos e Consultoria Organizacionais	901.009	1.059.182	Projeto Concluído (Projeto)	10	8	4
041212164.506.0001 - Realização de Estudos e Pesquisas de Natureza Estatística	1.911.396	1.857.759	Monit./Acompanhamento de Políticas Públicas e Ações de Governo Implantada (Sistema)	1	0	9
			Sistema de Acompanhamento Mensal do Mercado de Trabalho Implantado (Sistema)	12	12	-
			Sistema de Atualização de Banco de Dados Implantado (Sistema)	12	12	-
			Estudo Especial de Base Estatística Implantado (Projeto/Pesquisa)	3	2	-
041220012.206.0001 - Direção Superior	1.745.907	1.614.641				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.670.543	3.496.557	Unidade Ampliada/Reformada (M²)	5.500	0	3 - 7
041227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	196.825	4.535.804				
041282174.507.0001 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos	1.798.331	2.105.505	Aluno Matriculado no Curso Superior de Administração Pública (Aluno)	120	142	5
			Aluno Formado no Curso Superior de Administração Pública (Aluno)	40	33	13
			Aluno Matriculado no Curso de Mestrado (Aluno)	60	80	6
			Aluno Formado em Curso de Especialização (Aluno)	140	142	-
			Aluno Qualificado em Curso de Formação Continuada (Aluno)	16.680	613	12
			Aluno Concluinte do Curso de Mestrado (Aluno)	60	41	4
041282174.507.0002 - Desenvolvimento de Estudos e Pesquisa na Área de Administração Pública	448.057	1.422.053	Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	2	2	-
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	7.127.061	6.130.815				
043925504.509.0001 - Realização de Publicações Histórico-Culturais	805.768	967.648	Publicação Editada (Unidade)	6	16	5
			Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	8	6	2
Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER	8.674.856	4.447.223				
211220012.206.0001 - Direção Superior	10.501	497.101				
211220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.102.735	444.029				
212727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.000	-				
216317161.612.0001 - Implantação do Programa Estadual de Reforma Agrária	7.560.620	3.506.093	Levantamento de Cadeia Sucessória de Imóveis Rurais para Discriminação (Hectare)	50.000	150.000	6

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Terra Devoluta Titulada (Título Emitido)	3.800	1.300	13
			Trabalhador Rural Assistido (Família)	10.000	6.892	1
			Projeto de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Elaborado (Projeto)	49	32	3
Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste - IDENE	-	29.915.052				
041220014.924.0001 - Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social Regional	-	1.311.947				
206077231.368.0001 - Implantação de Projeto de Irrigação do Jaíba II	-	28.105.347	Obra Civil Concluída (Lote) (2)	1	1	-
			Serviço de Consultoria Realizado (Hora) (2)	90.515	90.515	-
			Pavimentação de Estrada Construída (Km) (2)	50	57	5
			Infra-Estrutura Ambiental Administrada (Condicionante Ambiental) (2)	4	4	-
			Montagem, Teste e Aquisição dos Equipamentos de Irrigação Concluído (Lote) (2)	11	8	4
216312341.605.0001 - Aquisição de Terras e Execução de Infra-Estrutura - Paraterra	-	208.007	Projeto Agrário Implantado e Supervisionado (Projeto) (2)	10	9	-
212727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	-	289.751				
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG	115.131.000	68.635.112				
231220013.302 - Manutenção e Adequação da Infra Estrutura-Operacional	2.400.000	1.202.000				
231232126.002 - Aumento de Capital de Giro Líquido	111.501.000	66.276.000				
231232126.005 - Participação Societária	30.000	57.112				
231260503.301 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.200.000	1.100.000				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba	27.108.390	1.939.859				
206017151.193.0001 - Implementação do Programa de Desenvolvimento Regional do Jaíba	27.108.390	1.939.859	Produtor Financiada (Produtor)	70	22	4
Fundo PRÓ-FLORESTA	15.000.000	17.066.601				
185416511.195.0001 - Implantação e Recuperação de Florestas	15.000.000	17.066.601	Empresa Financiada (Empresa)	5	4	5
Fundo Estadual de Desenvolvimento de Comunidades	2.000.000	-				
082443371.120.0001 - Apoio ao Programa de Mobilização de Comunidades	2.000.000	-	Projeto Financiada (Projeto)	200	0	3
Fundo de Desenvolvimento Metropolitano	1.000	-				
154515711.299.0001 - Apoio ao Desenvolvimento Metropolitano	1.000	-				
Fundo de Fomento e Desenv. Sócio-Econômico do Estado - FUNDESE	92.738.806	77.570.000				
226617451.056.0001 - Apoio Financeiro a Modernização e Reestruturação de de Esc. Contab. - FUNDESE/GERA CONTABIL	200.000	78.000	Empresa Financiada (Empresa)	25	8	4
226617451.164.0001 - Programa Gera Minas - FUNDESE GERA MINAS	86.038.806	59.309.000	Empresa Financiada (Empresa)	3.000	3.284	5
226617451.165.0001 - Programa de Desenvolvimento de Médias, Pequenas e Microempresas-FUNDESE/BASE-TECNOLOGICA	4.500.000	2.105.000	Empresa Financiada (Empresa)	30	16	4
226617451.963.0001 - Apoio Crédito ao Programa Emergencial de Assist. Financeira a Emp. E Cooperativas do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha - FUNDESE/ESTIAGEM	2.000.000	16.078.000	Empresa Financiada (Empresa) Cooperativa Financiada (Cooperativa)	145 5	723 0	5 4
TOTAL	385.541.018	238.665.794				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

(1) Atividade transferida da SEPLAN para o IDENE, com a seguinte dotação e denominação: 04.122.001.4.924.0001 - Promoção ao Desenvolvimento Econômico e Social Regional.

(2) As ações previstas na Unidade Orçamentária EGE/SEPLAN foram transferidas para o IDENE, criado pela Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002.

(3) A meta "Projeto de Engenharia de ETA - Jaíba I" foi realizada com recursos do Jaíba II e a obra será executada em 2003.

FAZENDA

O Sistema Estadual de Finanças, composto pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/MG), como órgão central, pelo Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais (CCMG), como órgão subordinado, e pela MGI e Diminas, como entidades vinculadas, busca promover o desenvolvimento sustentável do estado, gerir as finanças públicas e integrá-las na estratégia global da política econômica e social do estado.

Sob a ótica do PMDI, a Secretaria da Fazenda busca otimizar os recursos do Tesouro, fortalecendo a receita estadual e ampliando a capacidade de financiamento do setor público. Como resposta às diretrizes traçadas pelo governo, a SEF vem operando numa estrutura voltada para a austeridade e contenção de gastos e aperfeiçoando o cumprimento dos deveres institucionais. Cabe à SEF, como indutora deste processo de desenvolvimento sustentável, dar continuidade às ações em andamento, deflagradas com vistas à obtenção de resultados permanentes de crescimento.

Os recursos da informática permeiam a maior parte, senão a totalidade, das atividades desenvolvidas na Secretaria. No exercício de 2002, foi executado o correspondente a R\$ 6,9 milhões dos investimentos orçados, com aquisição de 559 microcomputadores para expansão da 2ª fase da Rede Fazendária de Informática; aquisição de 31 Centrais Telefônicas Digitais, cuja finalidade é dotar a SEF de sistemas inteligíveis de fácil operação e maior agilidade de comunicação. Inserem-se nestas ações a implantação e desenvolvimento do Módulo Fiscal com o objetivo de oferecer ao corpo gerencial da SEF um sistema de indicadores fiscais que permita um controle mais eficaz da

arrecadação do ICMS, bem como a implantação de controle de fluxos e processos, com tecnologia Workflow, na Procuradoria Regional da Fazenda/Metropolitana; desenvolvimento do armazém de informações (Data Warehouse) referente ao Sistema Informatizado de Controle da Arrecadação e Fiscalização (SICAF), no que concerne aos dados econômicos fiscais dos contribuintes do ICMS e arrecadação, entre outros.

O Projeto de Reestruturação e Modernização da SEF/MG, integrante do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, iniciado em 1997 e em encerramento previsto para dezembro de 2003, tem investimentos básicos orçados em R\$ 58,5 milhões, sendo R\$ 35,1 milhões alocados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e R\$ 23,4 milhões em contrapartida do Estado de Minas Gerais. O projeto integra diversas ações executadas na área de tecnologia e informação. A expansão da rede arrecadadora com o credenciamento de novos bancos, a conclusão da implantação da Guia Nacional de Recolhimentos Estadual com código de barras e o débito automático em conta corrente para o pagamento de ICMS nas operações de importação são exemplos de ações desenvolvidas a partir deste projeto e que serão relacionadas neste relatório.

A efetividade das ações previstas no Plano de Fiscalização proporcionou o desenvolvimento de sistemas de captação, processamento, armazenamento e tratamento de dados para uso da fiscalização. Nesse sentido, foram eleitos os setores de maior integração ao projeto e que entraram no 4º ano de execução, como: Projeto Combustível, Comércio Exterior, Bebidas e Medicamentos, Postos de Fiscalização entre outros.

Com a conversão do Sistema Informatizado de Controle de Arrecadação e Fiscalização (SICAF) do ambiente "mainframe", para a plataforma SUN/RISC/SOLARIS, revisaram-se todos os procedimentos administrativos de controle cadastral, de declarações e de autorizações acerca de contribuintes do estado, bem como aprimoraram-se os serviços prestados à população.

Como medida facilitadora da forma de preenchimento das declarações prestadas pelos contribuintes, o Estado de Minas Gerais preparou-se para participar do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias (SINTEGRA), que propõe a padronização e a simplificação da entrega de dados sobre as operações interestaduais em todo o país, cruzando informações e possibilitando, dessa forma, uma imediata constatação de indícios de irregularidade.

Também relevante para as ações finalísticas da SEF foi o conjunto de parcerias firmado com diversas entidades privadas e governamentais, como a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Polícia Militar, a Secretaria da Receita Federal, o Procon Estadual e o Ministério Público, na busca de maior eficácia nos procedimentos de controle fiscal e combate à sonegação de impostos, além de inibir as práticas lesivas ao consumidor, cometidas por comerciantes que, adulterando combustíveis, buscam obter lucros fáceis, em detrimento da sociedade. Nesse sentido, o acompanhamento das operações interestaduais ocorridas neste setor, bem como o monitoramento da distribuição de combustíveis em território mineiro, dão uma expressiva contribuição, diante da grande incidência de fraudes verificadas neste segmento.

Apesar de os Postos de Fiscalização terem como objetivo principal o controle estratégico do trânsito de mercadorias, inserem-se nesse empenho a sua atuação no exercício da repressão à sonegação, com a emissão de mais de 16 mil Documentos de Arrecadação Fiscal (DAF), bem como fiscalizações volantes, cujas ações se caracterizam pela imprevisibilidade, como forma de inibição às práticas irregulares. Assim, com um recolhimento expressivo, superior a R\$ 42,9 milhões aos cofres públicos, ficam registrados os avanços destes setores no cenário da arrecadação do estado.

Dessa forma, a fiscalização de 60 mil contribuintes culminou na lavratura de 7,6 mil Autos de Infração (AI), que, somados ao resultado obtido pela fiscalização no trânsito de mercadorias, totalizam 1,083 bilhão de notificações, o que representa, a título de ICMS notificado, o importe de R\$ 6,744 bilhões. O impacto causado por essa cifra se comprova na evolução da receita de ICMS do estado, pois de R\$ 460 milhões arrecadados em 1999, houve um salto para R\$ 840 milhões no final deste ano.

Comparado aos principais estados do país, o desempenho mineiro, no período de 1999 a 2002, registrou sempre o maior crescimento percentual, superando inclusive a média nacional, como está demonstrado no quadro e gráficos a seguir. Esses resultados, potencializados pelos investimentos aplicados nos recursos de informática, a exemplo da conexão on-line de toda a rede arrecadadora, comprovam uma maior eficácia dos trabalhos fiscais, no tocante ao aumento da arrecadação e no combate à sonegação de impostos.

Arrecadação de ICMS em Estados Selecionados (R\$ milhões)
1999/2002

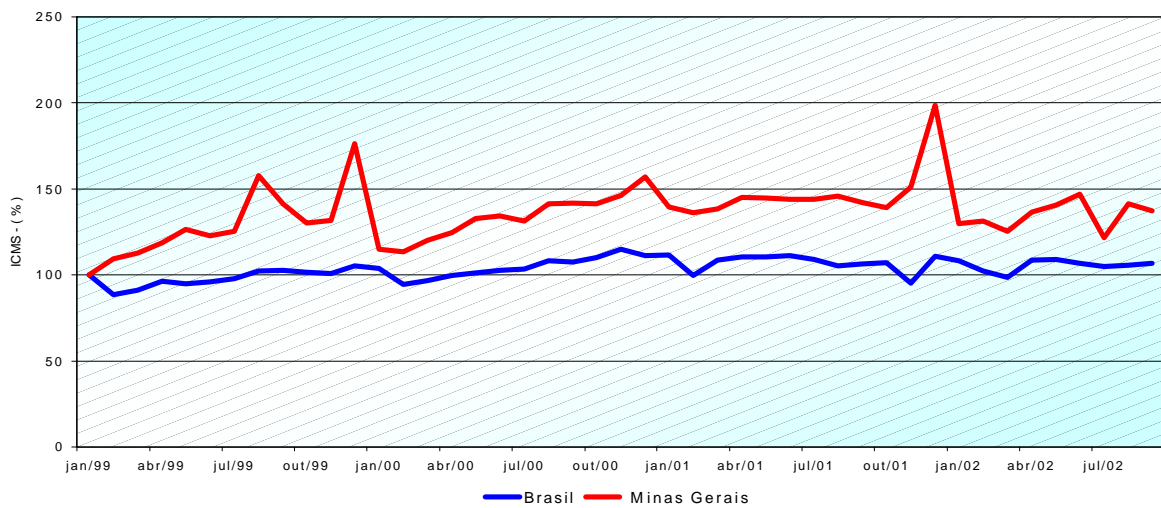
Período	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Rio Grande do Sul	Brasil
1999 Jan	607,9	924,6	3.191,7	430,2	639,3	8.444,6
Abr	720,5	922,6	3.058,1	431,8	582,3	8.152,0
Jul	762,3	896,2	3.113,4	399,4	592,8	8.267,7
Out	792,1	918,9	3.184,7	480,5	583,5	8.590,2
2000 Jan	700,3	938,6	3.114,0	480,9	655,5	8.769,5
Abr	758,1	825,7	3.159,6	445,5	598,6	8.415,7
Jul	798,9	872,0	3.222,9	450,8	590,7	8.746,0
Out	859,0	888,0	3.564,6	455,4	614,4	9.307,4
2001 Jan	849,3	997,2	3.374,0	345,5	726,3	9.443,6
Abr	882,0	980,7	3.344,3	498,3	686,8	9.317,3
Jul	874,7	904,6	3.387,0	472,1	655,4	9.211,5
Out	847,2	841,9	3.331,0	495,7	638,4	9.035,5
2002 Jan	789,7	990,0	3.327,5	334,3	591,6	9.159,3
Abr	830,6	877,6	3.311,1	531,0	680,7	9.189,7
Jul	738,3	925,6	3.194,1	518,4	633,5	8.856,6
Set	834,6	865,3	3.236,2	535,0	637,4	9.005,3

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

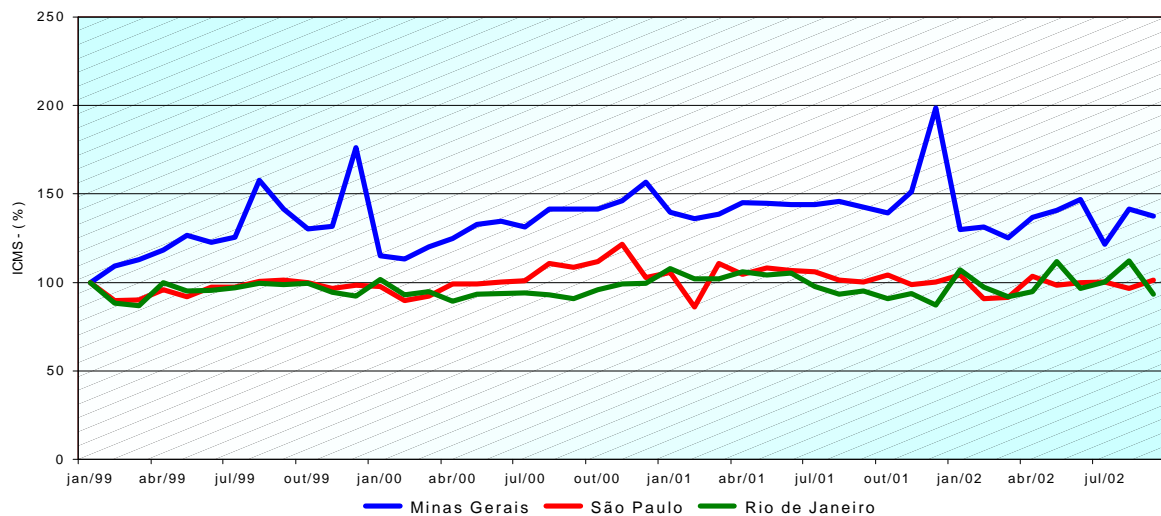
Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI – Base: janeiro/1999 = 100

FAZENDA

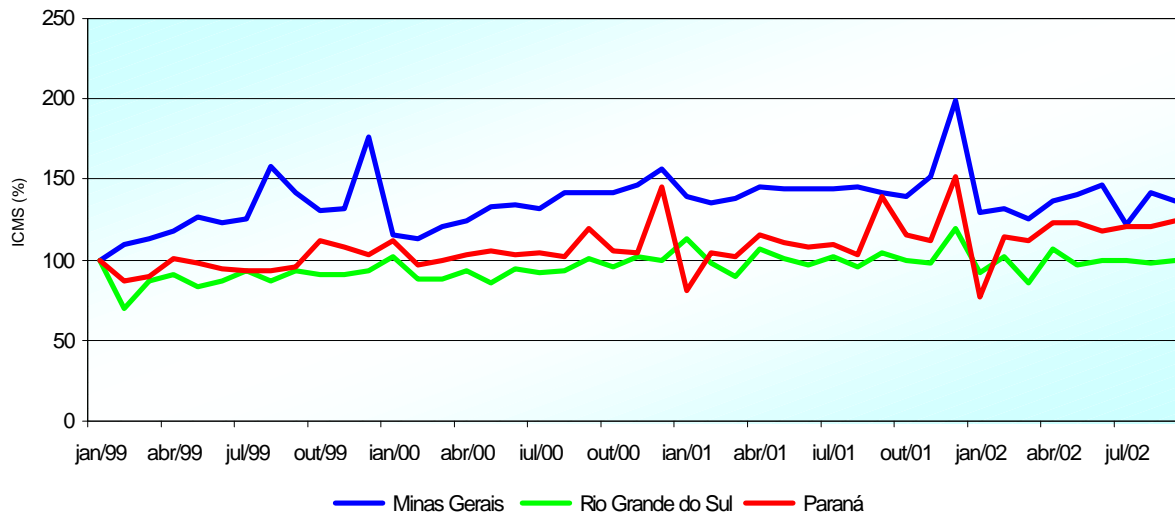
MINAS GERAIS X BRASIL



MINAS GERAIS X SÃO PAULO X RIO DE JANEIRO



MINAS GERAIS X RIO GRANDE DO SUL X PARANÁ



Já a fiscalização do setor de medicamentos, por meio de uma política fiscal e de mecanismos legais de controle da distribuição do produto, seja por atacadistas, seja por varejistas, passa por uma revitalização. Com o advento da Resolução Conjunta com a Secretaria de Estado da Saúde, 3.276 de 27/08/2002, fica disciplinada toda saída de medicamento de distribuidor mineiro. O resultado destas operações entre os dois órgãos motivou a ANVISA a instituir um plano nacional de inspeção nas distribuidoras, envolvendo as Secretarias de Fazenda de cada unidade da Federação. Como resultado desta experiência mineira, estima-se uma arrecadação de ICMS em torno de R\$ 20 milhões/mês.

Integra a área finalística a Superintendência de Legislação e Tributação, de caráter consultivo, responsável pela elaboração de trabalhos de interpretação da legislação tributária, destinados ao público interno e externo, contribuintes e entidades de classe, por meio da emissão de pareceres, elaboração de respostas às consultas de contribuintes e orientações tributárias de qualquer ordem, destacando, no exercício de 2002, o levantamento de benefícios fiscais concedidos ilegalmente por outras unidades da federação, e o acompanhamento de proposições legislativas, relacionadas a tributação, no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa.

Nesse contexto, a implementação do banco de idéias é um instrumento que permite aos servidores da secretaria, de forma direta, utilizando os recursos eletrônicos, contribuir com suas idéias para potencializar a receita tributária e aprimorar sua legislação. Além desses trabalhos pertinentes à orientação tributária, os assessores do setor participam também como monitores e instrutores de atividades relativas a educação fiscal, coordenados pelo Centro de Política Tributária.

As diversas realizações promovidas no decorrer de 2002 pela Superintendência do Crédito Tributário (SCT), em continuidade ao processo de aprimoramento da gestão do crédito tributário e incremento da receita corrente, compreendendo a Diretoria de Saneamento do Crédito Tributário (DSCT) e Diretoria das Câmaras do Crédito Tributário (DACCT), destacam como uma das principais realizações o desenvolvimento do Programa de Cobrança e Recuperação do Crédito Tributário (COBRARE), que visa à cobrança judicial de créditos tributários dos maiores devedores jurisdicionados em Belo Horizonte, Betim, Contagem e Sete Lagoas. A dívida inscrita na Procuradoria, acima de R\$ 500 mil, perfaz 10.789 processos tributários administrativos, correspondendo a R\$ 4,9 bilhões de crédito de ICMS.

A implementação de relatórios gerenciais, por meio do Sistema Gerencial da Carteira de Cobrança Administrativa, tem o intuito de subsidiar as ações e cobrança administrativa no estado, propiciando o acompanhamento da sua evolução, bem como a consolidação de resultados quantitativos e financeiros. De janeiro a outubro de 2002, como resultado das ações de cobrança administrativas, obteve-se um montante correspondente a R\$ 84.984.293.

Outras ações relevantes integram o processo de aprimoramento da gestão do crédito tributário, como Gerenciamento de Autuação de Crédito não-Contencioso, Projeto Ceasa, Controle de Depósitos Administrativos, Estudo da legislação e arrecadação do ITCD, Banco de Dados de Jurisprudência sobre matérias tributárias e processuais, consolidação de acórdãos das principais decisões do Conselho de Contribuinte/MG e o desenvolvimento do Projeto do Auto de Infração, entre outros.

Sob a coordenação da Superintendência Central de Contadoria Geral (SCCG), ressalte-se ainda, pelo porte e abrangência, a implementação do novo SIAFI/MG, com início em 2002, integrando automaticamente as áreas de planejamento, orçamento, administração financeira, patrimônio e contabilidade do Estado de Minas Gerais, possibilitando a extração de dados gerenciais de todos os órgãos e entidades do estado. Merece destaque, também, o pagamento de faturas de concessionárias públicas por meio de código de barras, ressaltando que esta implementação é pioneira na administração pública brasileira.

Devidamente adaptado às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e de acordo com padrões contábeis, voltados para a administração pública, e que serão normatizados pelo governo federal, foi elaborado o novo Plano de Contas Único do Estado, em antecipação à legislação futura e já adequado à estrutura do SIAFI/MG. Com este novo sistema, foi possível também a elaboração e publicação no Órgão Oficial do Estado e divulgação na Internet de todos os relatórios, bem como o levantamento e análise de informações concedidas em audiências públicas para apresentação dos resultados fiscais do estado, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além da gestão operacional do SIAFI/MG, relacionada junto com outros pontos supra-alinhados, a missão institucional desta Superintendência contempla ainda a orientação normativa na área contábil, a supervisão técnica e a fiscalização dos atos e fatos contábeis, abrangendo um universo de 750 unidades executoras, pertencentes a esta secretaria e a mais de 80 órgãos ou entidades, no âmbito estadual.

Na área finalística de administração financeira, auditoria e controle interno, a Superintendência Central de Auditoria Operacional desenvolveu atividades de auditoria em órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual, resultando em relatórios e pareceres capazes de subsidiar a gestão pública e possibilitar a tomada de decisão das autoridades competentes. O enfoque principal do trabalho foi a avaliação do desempenho da ação governamental, mediante confronto dos instrumentos de planejamento e orçamento com as execuções físicas, financeiras e os registros contábeis.

Em decorrência da publicação do Decreto 41.585 de 13 de março de 2001, que determina a centralização do processamento das folhas de pagamento das fundações e autarquias públicas pelo sistema informatizado FFAK/SISAP da SERHA, esta Superintendência procedeu ao trabalho de auditoria, visando à conformidade e legalidade aos quadros de cargos e funções de cada entidade, bem como a regularidade da composição remuneratória de cada servidor. Foram emitidos, ainda, relatórios de auditoria nas áreas de licitação/contratos e convênios, pessoal, contábil e financeira e pareceres nas áreas de execução orçamentária e financeira da despesa, de diárias de viagem, de licitação e contratos e perícias contábeis. Vale dizer que os resultados obtidos por esta Superintendência demonstram o esforço dessa equipe na busca da melhoria de qualidade e produtividade dos trabalhos de auditoria.

Buscando cumprir o seu papel dentro da Secretaria, a Superintendência de Recursos Humanos, em parceria com a Superintendência da Receita Estadual, promoveu diversos cursos voltados para a capacitação do servidor, em especial direcionados para as áreas-fim da SEF, a exemplo do curso de Comércio Exterior e de Combustíveis, ministrados sob a coordenação desta Superintendência. Neste ano, mais de mil servidores, que atuam especificamente nesses setores, lotados nas Administrações

Fazendárias e nos Postos de Fiscalização, participaram de eventos relevantes, a exemplo do I Encontro de Comércio Exterior, que contou com a participação do Ministério de Desenvolvimento, da Suframa e da Receita Federal.

Por meio da Superintendência Administrativa, foram desenvolvidos e implementados estudos e projetos relativos a aquisição de serviços, propondo novas alternativas, buscando formas de aprimoramento, visando à racionalização e economicidade. Ainda sob a coordenação desta Superintendência, investimentos foram feitos na recuperação de alguns Postos Fiscais e na infra-estrutura de algumas Administrações Fazendárias, na construção de novos Postos de Fiscalização. Ressalte-se, porém, que a participação desta Superintendência como suporte às diversas unidades da SEF, principalmente as áreas de arrecadação e fiscalização da SEF, assegurou, em grande parte, a execução dos planos desenvolvidos nos mais diversos setores.

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários de Minas Gerais S.A. (Diminas)

A Diminas, em liquidação, é uma empresa controlada pelo Estado de Minas Gerais e vinculada à Secretaria da Fazenda, com participação acionária de 99,80%, e tendo como acionista minoritário o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), com participação de 0,2 % de suas ações.

A sociedade encontra-se em processo de liquidação ordinária, autorizada pela Lei Estadual 13.442/00. O processo de liquidação foi submetido ao Banco Central do Brasil, que se pronunciou em 31 de maio de 2000, referendando e homologando a decisão da mencionada AGO e cancelando a autorização para seu funcionamento como instituição financeira, dando-se, então, nessa data, início ao seu processo de liquidação ordinária.

As atividades da empresa se concentram na apuração e recebimento dos seus ativos e na quitação dos passivos, com destaque naqueles de origem trabalhista e fiscal.

Minas Gerais Participações S.A. (MGI)

A MGI, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, no exercício de 2002 acompanhou os procedimentos judiciais e extrajudiciais referentes à privatização do banco AGRIMISA S/A com vistas à defesa dos interesses do estado bem como, o desempenho das empresas das quais a MGI participa acionariamente, sob o ponto de vista financeiro e econômico-social.

Dando ainda seguimento às suas atividades relativas ao recebimento de cobranças dos créditos não-liquidados do BEMGE e do CREDIREAL, que lhes foram repassadas pelo Estado de Minas Gerais, cuja realização obteve resultado de R\$ 22,19 milhões referentes ao BEMGE, e de R\$ 30,17 milhões relativos ao CREDIREAL, totalizando montante de R\$ 52,37 milhões.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Fazenda	698.827.072	712.778.569				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	1.879.130	2.004.612				
041220012.206.0001 - Direção Superior	4.676.812	5.573.141				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	13.973.127	14.344.237				
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	17.381.647	19.690.324				
041222051.061.0001 - Organização e Gestão Institucional	1.326.400	202	Fluxo Estratégico Racionalizado (Fluxo)	340	0	4
			Gestão de Recursos Humanos SEF Implantada (Procedimento)	1	0	9
			Sistema de Controle de Estoque, Contratos e Veículos Implantado (Sistema)	4	0	8
041222051.062.0001 - Tecnologia da Informação	3.038.700	7.465	Rede Fazendária de Informática Implantada (Rede de Informática)	1	0	4
041222051.389.0001 - Integração das Unidades Fazendárias Federadas	353.000	-	Sintegra/MG Implantado (Sistema)	1	0	4
041222051.390.0001 - Cobrança Administrativa e Judicial do Crédito Tributário	269.300	-	Cobrança Admin. Descentralizada nas AF Implantada (Procedimento)	1	0	4
			Procedimento de Cobrança Bancária Implantado (Procedimento)	1	0	9
			Procedimento de Cobrança na SCT Maiores Débitos Implantado (Procedimento)	1	0	4
			Transação, Compensação, Dação em Pagamento Regulamentado (Procedimento)	3	0	9
			Sistema de Parcelamento Fiscal Revisado (Sistema)	1	0	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041222051.391.0001 - Fiscalização de Atividades Econômicas	2.301.800	379.330	Metodologia de Apoio à Execução da Ação Fiscal Implantada (Metodologia)	2	0	10 - 4
			Metodologia de Execução do Controle Fiscal Implantada (Metodologia)	2	0	4
			Procedimento de Sistemática Gerencial da Ação Fiscal Implantado (Procedimento)	1	1	-
			Procedimento de Ação Penal nos Crimes Contra à Fazenda Implantado (Procedimento)	1	0	4
			Legislação Tributária Estadual Revisada e Consolidada (Norma Jurídica)	10	11	5
			Taxa, Preço Público e Nova Fonte de Receita Criada ou Revisada (Norma Jurídica)	2	0	9
			Tributação em Determinados Setores Econômicos Revisada (Norma Jurídica)	5	3	4
			Benefício e Incentivo Fiscal Legalizados (Norma Jurídica)	7	7	-
			Metodologia de Acompanhamento do Benefício Fiscal Implantada (Metodologia)	1	0	7
041222051.392.0001 - Contencioso Administrativo e Judicial	2.329.300	1.915	Processo de Informatização das Atividades da SCT Concluído (Processo)	1	0	4
			Novo Modelo de Gestão do Crédito Tributário Elaborado (Procedimento)	1	0	10
			Processo de Reestruturação Física da SCT Concluído (Processo)	1	0	7
041222051.393.0001 - Modernização dos Serviços Prestados ao Contribuinte	11.619.300	2.202.760	Novo Procedimento Administrativo-Tributário Implantado (Procedimento)	19	0	4
			Novo Cadastro Implantado (Cadastro)	5	0	8
			Novo Sistema de Arrecadação Implantado (Sistema)	1	0	10
			Central de Atendimento para Orientação Tributária Implantada (Central de Atendimento)	1	0	8

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041222051.393.0002 - Implementação do Programa Estadual de Educação Fiscal	158.300	-	Formação de Agentes de Capacitação em Educação Fiscal Realizada (Curso)	1	1	-
			Avaliação da Introdução da Educação Fiscal nas Escolas Realizada (Visita Técnica)	12	0	7
			Curso de Educação Fiscal para Professores e Diretores Realizado (Curso)	1	0	7
			Trabalho Desenvolvido no Estado sobre Educação Fiscal Apresentado (Seminário)	8	0	7
			Programa de Educação Fiscal Divulgado (Teleconferência)	1	0	7
041222051.394.0001 - Controle Financeiro dos Processos de Pagamento	19.200	-	Procedimento de Execução Financeira Padronizado (Manual)	1	0	8
			Norma de Pagamento de Despesa e de Ordenamento Revisada (Procedimento)	1	0	8
041222051.395.0001 - Dívida Pública	70.400	-	Sistema de Controle da Dívida Aprimorado (Sistema)	1	0	8
			Procedimento da SCAF Racionalizado (Procedimento)	1	0	8
			Sistema de Registros Contábeis Implantado no SIAFI (Sistema)	1	0	8
041222051.396.0001 - Auditoria e Controle Interno	113.500	-	Sistema de Controle Interno Aprimorado (Sistema)	1	0	8
			Manual de Operação do Sistema Elaborado (Manual)	1	0	8
			Procedimento de Controle Interno do Estado Padronizado (Procedimento)	1	0	8
			Modelo de Avaliação da Ação Governamental Elaborado (Procedimento)	1	0	8
041222051.673.0001 - Modernização do SIAF	2.152.500	794.614	Remodelagem de Dados do Armazém de Informações Realizada (Procedimento)	1	0	4
			Operacionalização do Sistema Aprimorada	1	0	4

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			(Sistema)			
041222051.674.0001 - Coordenação do Programa de Modernização do SEF	22.600	20.520	Coordenação do Programa Exercida (Procedimento)	1	0	4
041232064.785.0001 - Gerenciamento do Sist. Central de Administração Financeira	1.724.594	1.629.165	Serviço de Gerenc. das Finanças Públicas do Estado Mantido (Serviço)	1	1	-
041242074.394.0001 - Gerenciamento do Sistema Central de Controle Operacional	3.364.136	3.768.889	Balanco Geral do Estado Elaborado (Documento)	1	0	4
			Relatório de Execução/LRF Auditado (Relatório)	6	0	7
			Relatório de Gestão Fiscal/LRF Elaborado (Relatório de Auditoria)	4	3	7
			Relatório de Auditoria de Execução Orçamentária Elaborado (Relatório de Auditoria)	4	0	4
			Rel. de Audit. Trimestral p/ Órgão/Entidade Elaborado (Relat. de Auditoria)	456	0	7
			Relat. de Avaliação da Execução da LOA Elaborado (Relatório de Auditoria)	1	1	-
			Relat. de Avaliação da Execução da LOA p/ Órgão/Entidade Elaborado (Relat. Auditoria)	114	114	-
			Núcleo de Auditoria do Subsistema de Auditoria Operacional Implantado (Núcleo)	16	0	7
			Núcleo do Subsistema de Auditoria Operacional Coordenado (Núcleo)	30	30	-
			Trabalho de Auditoria Realizado (Trabalho)	48	59	5
041280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	2.961.252	2.955.104	Trein. de Form. Téc- Gerencial Orç. Financeira e Tribut. Fiscal Realizado (Treinando)	6.800	1.599	4
041292084.393.0001 - Gerenciamento do Sistema de Tributação e Administração Tributária Estadual	252.205.700	258.459.712	Serviço de Controle da Legislação Tributária Mantido (Serviço)	1	1	-
			Serviço de Gerenc. da Fiscalização, Arrecadação e Tributação Mantido (Serviço)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	376.886.374	400.946.579	Serviço de Administ. e Cobrança do Crédito Tributário Mantido (Serviço)	1	1	-
Transferência do Estado à Empresas	73.235.835	109.004.501				
041227777.161.0001 - Programação a Cargo da Minas Gerais Administração e Serviços S/A - MGS	1.000	1.100.000				
041237777.299.0001 - Programação a Cargo da Minas Gerais Participações S/A - MGI	1.000	-				
041237777.656.0001 - Programação a Cargo da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários de Minas Gerais S/A - DIMINAS	1.000	-				
041267777.400.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE	1.000	-				
164827777.432.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB	10.482.485	8.602.897				
175127777.151.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	200.350	-				
226617777.290.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI	1.000	1.290.780				
226637777.162.0001 - Programação a Cargo da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG	1.000	-				
236947777.291.0001 - Programação a Cargo do Banco de Desenvolvimento de MG - BDMG	61.505.000	98.010.824				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
257527777.184.0001 - Programação a Cargo da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	1.041.000	-				
267837777.660.0001 - Programação a Cargo do Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A	1.000	-				
Encargos Gerais do Estado - Encargos Diversos	5.892.529.556	5.774.800.023				
041220502.156.0001 - Manutenção do Sistema Integrado de Administração Financeira -SIAF	9.497.000	14.519.446				
288437777.202.0001 - Gestão da Dívida Contratada Interna	1.356.733.793	1.267.170.670				
288447777.203.0001 - Gestão da Dívida Contratada Externa	198.675.153	233.838.058				
288457777.077.0001 - Transferências a Municípios	2.520.235.946	2.484.744.282				
288457777.179.0001 - Transferências ao Fundef	1.672.609.949	1.670.097.527				
288457777.658.0001 - Transferências ao Funset	3.571.233	2.625.301				
288467777.081.0001 - Encargos da Administração Financeira Central	31.959.150	59.538.166				
288467777.167.0001 - Indenizações Administrativas e Judiciais	17.948.019	27.895.019				
288467777.167.0002 - Indenizações por Força da Lei 12.994, de 30/07/1998	265.000	-				
288467777.180.0001 - Encargos Decorrentes da Extinção da Minascaixa - Dec. 39.835, de 25/08/1998	8.913.100	6.356.117				
288467777.181.0001 - Participação no Aumento de Capital de Empresas Financeiras e Comerciais	1.000	-				
288467777.571.0001 - Encargos Devidos aos Institutos de Previdência	72.116.213	8.015.437				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
288467777.659.0001 - Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça	1.000	-				
288467777.659.0002 - Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB	1.000	-				
288467777.659.0003 - Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDEURB	1.000	-				
288467777.659.0004 - Fundo SOMMA	1.000	-				
Minas Gerais Participações S.A. - MGI	151.000	315.028				
041230016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	51.000	8.463				
041232126.005 - Participação Societária	100.000	306.565				
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A - DIMINAS	1.000	-				
231232126.203 - Aumento de Capital	1.000	-				
TOTAL	6.664.744.463	6.596.898.121				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Em consonância com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e dentro de suas competências legais, a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração (SERHA) desenvolveu em 2002 para a área de recursos humanos, modernização da gestão administrativa no âmbito da administração pública do Poder Executivo, implantação do novo sistema de previdência e a solução de problemas estruturais do setor público estadual, bem como aperfeiçoamento de seus serviços e melhoria no atendimento de seus usuários.

Nesse contexto, as principais ações implementadas a partir das diretrizes e objetivos definidos no referido plano foram:

Capacitação de recursos humanos

A SERHA implementou programas e projetos de treinamentos para servidores de todas as Secretarias na capital e do interior. Em 2002, foram treinados 183.917 servidores com investimentos da ordem de R\$ 21 milhões.

Instituiu, em parceria com a Fundação João Pinheiro, o Programa de Especialização “lato sensu” em Administração Pública. Por meio deste programa foram formados 150 servidores nas seguintes áreas: Administração Pública, Políticas Públicas e Planejamento Governamental, Controle Interno, Orçamento e Finanças Públicas, Gestão Estratégica da Informação. Em outubro, 166 servidores ingressaram em novas turmas dos cursos referidos e nos de Direito Tributário e Gestão de Pessoas.

Além disso, a SERHA realizou a supervisão dos seguintes concursos públicos: Procuradoria Geral do Estado (PGE), com a nomeação dos 15 aprovados, e da Secretaria de Estado da Educação, com 974.686 inscritos para 53.157 vagas: 2.403 de especialistas de educação, 25.176 de professores, 1.339 técnicos de nível superior, 1.535 técnicos de nível médio, 4.296 auxiliares de educação e 18.408 de ajudante de serviços gerais. Foram nomeados 34.749 aprovados.

Cargos, carreiras e vencimentos

Encontra-se em fase de conclusão pela Fundação João Pinheiro (FJP), entidade contratada pela SERHA, a elaboração do projeto Políticas, Diretrizes e Estruturação dos Planos de Carreiras dos Servidores do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

Já está concluído o anteprojeto de lei que dispõe sobre a nova carreira dos quadros especiais de pessoal, e já se levantou o quadro de cargos efetivos, de provimento em comissão e das funções gratificadas da administração direta e indireta do Poder Executivo, que se encontra em fase de consolidação dos dados, em parceria com a Superintendência Central de Auditoria Operacional da Secretaria de Estado da Fazenda. O produto deste levantamento alimentará o banco de dados desenvolvido pela FJP.

Pagamento de Pessoal

Atendendo o disposto no Decreto 41.585, de 13 de março de 2001, com o objetivo de uniformizar procedimentos operacionais de pagamento de pessoal, evitando interpretações diversas que resultem em pagamentos indevidos, estão em fase de implantação os trabalhos de centralização do processamento das folhas de pagamento da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual. No entanto, as taxas continuam sendo feitas de forma descentralizada, com o acompanhamento da Superintendência Central de Pessoal da SERHA.

Vale ressaltar que ainda não tiveram o processamento de suas folhas de pagamentos centralizado: DER, Ipsemg e Fapemig.

Previdência Pública

Instituição do novo sistema de previdência estadual com a publicação da Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, bem como a publicação do Decreto 42.758, de 18 de julho de 2002, que regulamenta os seus dispositivos. Nesse sentido, vale destacar que uma previdência saudável e responsável tem de ter um caráter contributivo e deve ser equilibrada financeira e atuarialmente, e o déficit mensal do regime previdenciário mineiro era o exemplo mais claro do desequilíbrio do sistema antes da reforma. Para uma despesa mensal de R\$ 220 milhões, o Tesouro arrecadou, em dezembro de 2001, cerca de R\$ 10 milhões. Essa diferença mensal, somada ao longo dos anos, constitui um déficit atuarial de R\$ 21 bilhões. Com isso, se não houvesse uma intervenção nessa área, não haveria nem sequer garantias de que o Tesouro seria capaz de honrar o benefício a que o servidor público faria jus no futuro.

A assinatura do convênio com o Ministério da Previdência para o encontro de contas entre o estado e aquele instituto no que se refere a servidores que aposentaram no serviço público estadual, após 1988, e que utilizaram tempo de contribuição para o INSS no cômputo total do seu tempo, teve início em outubro de 2000 e desde então

1.806 processos já foram compensados pelo INSS, gerando uma receita de R\$ 11.160.42600 para os cofres públicos estaduais.

Descentralização e desconcentração

Buscando promover maior agilidade no desenvolvimento de suas atividades, a SERHA, em 2002, desconcentrou para as suas coordenadorias regionais os serviços de avaliação de imóveis para fins locatícios e contábeis, reduzindo as despesas com avaliações e aumentando a capacidade de atendimento.

Houve, ainda, a desconcentração do cadastro de fornecedores, com a criação, nas coordenadorias regionais da SERHA, das centrais regionais de atendimento ao fornecedor. Estas centrais têm a finalidade de mapear o mercado local e regional, incentivando e assessorando os fornecedores a se inscreverem no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado, de forma a aumentar a participação das empresas do interior nas aquisições realizadas pelo estado.

Modernização Administrativa

A SERHA em 2002, desenvolveu vários projetos a fim de modernizar e racionalizar a gestão da administração pública estadual.

Na gestão de recursos humanos, em parceria com a Prodemge, está desenvolvendo o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SISAP), que visa ao eficiente gerenciamento de pessoal do Poder Executivo. O sistema tem como objetivo unificar e padronizar as informações e procedimentos ligados à vida funcional dos servidores desde a sua admissão no estado até o seu afastamento pela aposentadoria ou desligamento definitivo.

Na gestão de materiais e serviços, o desenvolvimento e implantação do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD) já apresenta resultados significativos, demonstrando a sua importância como ferramenta gerencial.

A instituição do Pregão Eletrônico (em vias de implantação) e o Presencial (já implantado, com a realização de 66 pregões) vem imprimir uma nova dinâmica na aquisição de bens e serviços comuns na administração pública estadual. Entre os principais benefícios do pregão constam celeridade dos processos (em média 20 dias da publicação do edital até a homologação), redução dos preços (alcançando média de 15%), desburocratização, ampliação das disputas e transparência no processo.

Nesse contexto destaca-se o projeto da MINASREDE, instituída pelo Decreto 42.390, de 4 de março de 2002, em desenvolvimento na SERHA, que tem como objetivo prover os órgãos e entidades do Poder Executivo de serviços fixos de comunicação de dados, voz e de acesso à internet, adotando-se o conceito de rede única e integrada de serviços. Já concluídas as fases de inventário de dados e voz pela Prodemge e Detel e de consulta pública. Encontra-se em elaboração a fase do processo licitatório.

Os resultados esperados com a implantação da MINASREDE são: economia de R\$ 12 milhões/ano, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a gestão unificada dos serviços contratados.

Ainda na gestão de serviços, encontra-se em fase de desenvolvimento o projeto de racionalização e unificação dos serviços postais. Após a conclusão dos estudos iniciais foi publicado o Decreto 42.911, de 26 de setembro de 2002, instituindo a comissão para

racionalizar e modernizar os processos atuais, cuja estimativa é gerar uma economia de R\$ 2 milhões/ano para o estado.

Outro projeto relevante é o Diagnóstico dos Serviços Contratados pelo Estado, elaborado em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP), cujo resultado subsidiará o estabelecimento de políticas e diretrizes para a gestão de serviços do estado, bem como para o planejamento e desenvolvimento de manuais normativos e de procedimentos.

Visando a dotar os órgãos da Administração Pública de ferramentas que possibilitem modernizar e aperfeiçoar a sua gestão, a SERHA vem disseminando, via colegiado de Superintendências/Assessorias de Planejamento e Coordenação, as metodologias de gestão e de projetos. Essas metodologias permitem que diversas instituições públicas adquiram uma visão ampla e compartilhada pelos gerentes das unidades administrativas, proporcionando atuar de forma mais integrada, tanto na execução das atividades permanentes quanto na gestão de projetos, bem como um novo tratamento para suas prioridades gerenciais.

Em 2002, houve quatro leilões para alienação de 516 veículos considerados antieconômicos, proporcionando uma arrecadação para o Tesouro Estadual de R\$ 809.827,68.

Administração de bens imóveis

A SERHA vem implementando uma série de ações a fim de regularizar os processos e atualizar o cadastro imobiliário do estado. Nesse sentido, atualizou-se o Monitoramento do Sistema Imobiliário Patrimonial (MSIP), desenvolvido pelos próprios técnicos da Secretaria, que permite disponibilizar informações on-line para consulta dos órgãos setoriais e regionais bem como a modernização do serviço de levantamento topográfico, com a utilização da tecnologia de geoprocessamento.

Houve, ainda, a implantação da análise de processos e projetos de lei referentes a imóveis e emissão de minutas de escritura para transferência para os municípios daqueles ocupados por órgãos cuja atividades foram municipalizadas (escolas e postos de saúde), bem como a identificação de imóveis para alienação. Projeto de lei para a venda de 53 imóveis foi enviado à ALEMGO em 30 de setembro de 2002, e minuta de projeto de lei para permuta de 20 imóveis encontra-se na Procuradoria Geral do Estado. Em estudo, proposta para doação em pagamento de dois imóveis com valor estimado em R\$ 6.500.000,00 e permutas no valor estimado de R\$ 1.500.000,00.

Atualização e adaptação da legislação estadual

Com o objetivo de racionalizar os serviços gerais da administração de bens móveis e imóveis, do uso da frota de veículos oficiais, das contratações de prestação de serviços e de recursos humanos, houve a elaboração e publicação das seguintes normas legais: Decreto 42.899, de 17 de setembro de 2002, que dispõe sobre regulamento geral de concurso público; Decreto 43.060, de 28 de novembro de 2002 e Resolução 68/2002, que regulamentam a aquisição, a incorporação, a armazenagem, a movimentação, o reaproveitamento, a alienação e outras formas de desfazimento na gestão de materiais no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional; a consolidação e atualização da legislação referente a transporte oficial, com elaboração e publicação do Decreto 42.569, de 31 de maio de 2002, e sua normatização por meio da Resolução

SERHA 70/02 e Resolução Conjunta SERHA/SESP 6608/02, que buscam promover maior facilidade de consulta e simplificação dos textos e elaboração de nova normatização quanto ao procedimento e formalização dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, culminando na edição da Resolução 26, de 22 de maio de 2002.

Prevenção de ilícitos administrativos

Na área de correição administrativa foram intensificadas as atividades de prevenção de ilícitos administrativos, por meio de ações educativas que fortalecem o comprometimento do servidor com os seus deveres. A SERHA priorizou a execução de cursos, publicações e palestras que resultam em uma diminuição dos ilícitos e aprimoramento do regime disciplinar e dispensou, ainda, especial atenção aos servidores da Secretaria de Estado de Educação (SEE) e ao ilícito de abandono de cargo, em função da proporção deste, em relação aos outros. Dentre as principais ações, destacam-se: a elaboração da cartilha “Orientações sobre Responsabilidades, Deveres e Direitos dos Servidores do Estado de Minas Gerais”, disponibilizada na homepage da SERHA e distribuída a mais de seis mil servidores das Secretarias de Estado da Saúde e Educação; a realização de “Apresentações Institucionais acerca dos Direitos e Deveres do Servidor” e a parceria com as diretorias das Superintendências Regionais de Ensino da SEE no “Projeto de Prevenção da Ocorrência do Abandono de Cargo” para orientação dos novos servidores da SEE, em curso.

Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS)

Em 2002, a Minas Gerais Administração e Serviços S.A.(MGS) prosseguiu no seu objetivo operacional de executar para as administrações direta e indireta do Estado de Minas Gerais, sob a forma de terceirizada, as funções auxiliares de prestação de serviços de apoio logístico, mantendo-se na sua missão reguladora de mercado em favor do Estado no ramo de atividade em que atua. A MGS vem mantendo o seu faturamento estável com os respectivos custos ajustados às taxas de mercado.

Também durante este exercício, a MGS e a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, atendendo determinação do Governo do Estado, vêm mantendo a execução dos serviços de análise para revisão e cálculo dos valores devidos nos precatórios trabalhistas da administração indireta do estado, objetivando a celebração de acordos nos respectivos processos. A economia para os cofres públicos de Minas Gerais, em decorrência da correta adequação dos cálculos dos valores devidos durante 2002, deverá superar R\$ 18,6 milhões, correspondente a 40% do valor devido nos processos.

A empresa mantém-se fiel no desempenho do passivo trabalhista, representado por ações reclamatórias dos servidores de cargos da função pública do quadro de pessoal do estado: 2000 – 579 reclamatórias, totalizando R\$ 3.911.193,00; 2001 – 555 reclamatórias, totalizando R\$ 4.863.727,00 e 2002 – 218 reclamatórias, totalizando R\$ 2.487.250,00.

Em 2002 foi caracterizado pela modernização do sistema de informatização da empresa, anteriormente precário, mediante aquisição de equipamentos (hardware) e

software suficiente à sua demanda operacional, acompanhado de treinamento específico necessário para sustentar a operação do projeto.

A qualificação de pessoal também mereceu prioridade especial da atual diretoria durante 2002, culminando com a seguinte bateria de treinamento disponibilizada com prioridade aos empregados da empresa: 479 a técnicos (pontuais), inclusive na área de informática; 327 a empregados em reciclagem interna e externa (comportamental); 250 a empregados em alfabetização e supletivo de 1º grau. Os 1.056 empregados atendidos representam uma média de 20% do Quadro Geral.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração	44.650.653	57.652.247				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	654.063	762.685				
041220012.106.0001 - Serviços de Administração Regional	5.044.525	5.953.703				
041220012.206.0001 - Direção Superior	1.501.054	1.698.409				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.322.498	5.817.869				
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	850.000	796.547				
041220104.516.0001 - Administração Central de Pessoal	5.058.723	4.625.291	Gerenciamento de Pagamento de Pessoal Mantido (Unidade)	12	12	-
			Gerenciamento de Cargos, Carreiras e Vencimento Mantido (Unidade)	12	12	-
			Procedimento Administrativo de Correição Realizado (Processo)	1.000	1.013	-
			Reforma do Estatuto do Servidor Público Implantada (Projeto)	1	0	8
			Aposentadoria Concedida (Processo)	5.000	2.084	4
			Perícia Licença para Tratamento de Saúde Realizada (Perícia)	45.000	98.636	5
			Perícia Pré-Admissional Realizada (Perícia)	55.000	82.505	5
			Perícia Ajustamento Funcional Realizada (Perícia)	2.500	6.867	5
			Perícia Aposentadoria por Invalidez Realizada (Perícia)	1.000	1.564	5
			Perícia Isenção de Imposto de Renda Realizada (Perícia)	200	260	5
			Perícia Externa Hospitalar/Domiciliar Realizada (Perícia)	600	491	4
			Perícia de Engenharia de Segurança Realizada (Perícia)	250	274	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041220104.114.0001 - Modernização Administrativa	398.230	317.495	Sistema de Administração de Material e Serviços Desenvolvido (Projeto)	1	1	-
			Programa de Qualidade do Servidor Público-PQSP-Disseminado (Órgão/Entidade)	5	5	-
			Metodologia de Gestão de Projetos Implantada (Órgão Entidade)	23	20	-
			Reforma Previdenciária Implantada (Projeto)	1	1	-
041220104.187.0001 - Administração Central de Materiais e Serviços	1.055.128	1.199.965	Indicador de Qualidade de Materiais e Serviços Criado (Projeto)	1	0	8
			Bem Imóvel Alienado (Material)	500	426	-
			Licitação de Material Permanente Concluída (Processo)	350	235	4
			Veículo Recolhido (Veículo)	500	525	-
			Material Permanente Diverso Recolhido (Material)	6.260	0	8
			Material de Consumo Recolhido (Material)	190	0	8
			Veículo Redistribuído (Veículo)	50	63	-
			Material Permanente Diverso Redistribuído (Material)	1.000	0	8
			Material de Consumo Redistribuído (Material)	1.000	0	8
041220104.582.0001 - Administração de Bens Imóveis	583.659	539.322	Cadastro de Imóvel da Administração Pública Realizado (Imóvel)	700	2.846	6
			Imóvel Passível de Alienação Identificado (Imóvel)	90	73	4
			Imóvel Incorporado (Imóvel)	150	149	-
041280104.917.0001 - Administração Central de Desenvolvimento de Recursos Humanos	455.389	433.818	Servidor Treinado com Recursos do FAT (Servidor)	12.500	1.878	5
			Servidor Treinado com Recursos do Tesouro (Servidor)	3.500	168.639	5
			Servidor Treinado por Meio de Parceria (Servidor)	400	15.112	5
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	23.727.384	35.507.143				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Encargos Gerais - Outros Encargos	69.066.411	125.287.617				
041220012.294.0001 - Manutenção do Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SISAP	5.845.425	3.994.163				
041220012.294.0002 - Manutenção do Sistema de Controle de Ponto - FORPONT	70.000	34.374				
041220012.294.0003 - Manutenção do Sistema Integrado de Administração de Material e Serviços - SIAD	465.600	343.770				
041220012.294.0004 - Manutenção do Sistema Integrado de Protocolo - SIPRO	1.200.000	1.004.667				
041227777.169.0001 - Indenizações Administrativas e Sentenças Judiciárias	989.528	967.591				
041227777.274.0001 - Ressarcimento a MGS por Indenizações Trabalhistas	800.000	485.133				
041227777.274.0002 - Prestação de Serviços Jurídicos	700.000	689.989				
042747777.054.0001 - Encargos com Pensionistas	43.972.824	44.749.247				
048467777.065.0001 - Encargos Decorrentes da Lei nº13.270, de 27/07/1999	15.023.034	73.018.683				
Minas Gerais Administração e Serviços S.A. - MGS	1.000	437.728				
041220016.185 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa e Operacional	1.000	437.728				
TOTAL	113.718.064	183.377.592				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

EDUCAÇÃO

Na época atual a importância da educação tem-se mostrado cada vez mais acentuada, por ser fator indispensável à construção da cidadania e da identidade nacional. Muitos são os desafios que se apresentam ao se definir as políticas educacionais, considerada a necessidade da universalização da educação básica, fundamentada no respeito e na valorização das diferentes especificidades culturais no conhecimento das questões relativas à equidade, ao preconceito e às diferentes formas de exclusão social. A formação do profissional da educação tem, portanto, que estar estruturada de maneira a atender às novas perspectivas a serem observadas no processo de ensino e de aprendizagem. A Secretaria da Educação, considerando os princípios da Escola Sagarana de uma educação de qualidade para todos, desenvolveu, observando as diretrizes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG-2002/2003) e do Orçamento de 2002, diversas ações.

No ensino fundamental deu continuidade ao Sistema de Ação Pedagógica (SIAPE), atendendo às escolas estaduais das 42 Superintendências Regionais de Ensino e constituindo um processo de formação continuada do professor. Em 2002, as escolas públicas municipais de 274 municípios mineiros foram integradas ao SIAPE. Os temas trabalhados com os professores foram: Tempos e Espaços Escolares, Currículo, Educação Inclusiva e Gestão Escolar utilizando como material o Dicionário do Professor e Vídeos Temáticos, retratando a situação do dia-a-dia nas escolas das diferentes regiões do estado. O Programa de Apoio a Inovações Educacionais (PAIE),

capacitou professores de escolas em Metodologia de Projetos. Tiveram continuidade as ações específicas para a formação de professores indígenas dos pataxó, xacriabá, krenak e maxacali que atendem em seis escolas a uma demanda de 2.286 alunos. Destacam-se, também, os projetos de Combate às Drogas, Preservação do Meio Ambiente, Direitos Humanos, Dignidade Humana e Paz, Educação Fiscal e o de Combate à Dengue destinados às 3.905 escolas estaduais, atendendo a mais de 3 milhões de jovens e crianças.

Na educação de Jovens e Adultos realizou-se a avaliação dos 87 Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) e dos Postos de Educação Continuada, que subsidiou a definição de nova proposta no atendimento a esta modalidade de ensino. Para tanto, foram capacitados 600 professores, em curso de 40 horas.

O atendimento à Educação Especial enfocou o processo de inclusão, realizando as seguintes ações: Projeto-Piloto Escola Inclusiva - 4ª SRE; Projeto Ressignificando as Escolas Especiais - 39 escolas especiais; Projeto Espaço de Arte - 100 professores; Projeto Rompendo Barreiras - implementação de princípio inclusivo nas aulas de educação física - 3.905 escolas estaduais; Projeto Acessando Saberes - Projeto LaborAção - 763 alunos de escolas especiais; Projeto Sinalização - capacitação de 162 professores e 21 instrutores - educação bilíngüe para surdos.

Na Educação Profissional deu-se continuidade à implantação dos Centros de Educação Profissional (CEP), numa parceria MEC-SEE. Foram inaugurados os CESEC de Brasópolis - eletrotécnica; Itajubá- Comunicação a Distância e Teófilo Otoni - Gemas e Jóias, estando em processo de implantação: CEP de Caxambu - Hotelaria e Turismo; CEP de BH - Tecnologia Fria; CEP de Araçuaí - Artesanato; CEP de Unai- Agropecuária.

Foi implementado o PROMED, com vistas à melhoria e expansão do ensino médio destacando-se: elaboração e edição dos livros (Português - Língua Portuguesa, fator de identidade e resistência; Ensino Médio na Escola Sagarana: abordagem do currículo com enfoque nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com tiragem de 9 mil exemplares distribuídos às escolas); edição e distribuição de 5 mil folhetos sobre os Centros de Estudo de Línguas Estrangeiras; edição e reprodução de 6.250 pôsteres contendo as diretrizes político-pedagógicas do ensino médio e elaboração e edição do livro Ensino Médio: os desafios da reforma; ciclos de estudo com 356 participantes das Superintendências Regionais de Ensino sobre Metodologia de Projetos; Seminário Estadual sobre as Diretrizes Político-Pedagógicas para o Ensino Médio; Seminário Revitalização das Escolas Normais; Projeto de Educação Patrimonial - Parceria SEE/IEPHA/Fundação João Pinheiro.

Ações em andamento: elaboração e reprodução de 5 mil cartilhas sobre dependência química; 1.500 manuais de orientação para biblioteca; 1.500 manuais de orientação em financiamento de projetos; 3 mil manuais de orientação para implementação dos grêmios estaduais; 3.121 exemplares dos parâmetros em ação da área de linguagem e códigos e suas tecnologias.

O Centro de Referência do Professor atuou na implementação dos novos pólos, que seguem a mesma política educacional, nos municípios de Diamantina, Governador Valadares, Varginha e Uberlândia. Nos Laboratórios de Currículo do Centro foram propiciados aos professores palestras, seminários, oficinas, estudos temáticos

monitorados, concursos, lançamentos de livros e exposições temáticas, no atendimento à formação continuada de professores, que é o seu objetivo principal.

Quanto ao Desenvolvimento de Recursos Humanos, destacam-se a implantação e implementação do Projeto Veredas, formação de professores no curso Normal Superior destinados a cerca de 15 mil professores da rede pública utilizando a metodologia de educação a distância. Muitos projetos encontram-se em execução, destacando-se: Pró-Ciências, Pró-Leitura, PEAS (Projeto de Educação Afetivo-Sexual), Educação Física, PROCAD e PROCAP. Foram capacitados 3.995 diretores e técnicos da SRE, dirigentes e inspetores escolares; professores das séries iniciais do ensino fundamental - Ciência, Geografia e História.

Em relação ao Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (SIMAVE), foram desenvolvidas ações para complementação do primeiro ciclo de avaliação e início do segundo ciclo, este com a avaliação em Português dos alunos da 4ª série do ciclo correspondente do ensino fundamental, e 3ª série do ensino médio. Os resultados subsidiaram ações específicas para a melhoria do desempenho dos alunos em Física, Química, Biologia e Matemática, considerados os baixos índices de proficiência alcançados. Em 2002, foram avaliados em Língua Portuguesa 154.440 alunos da 4ª série do ensino fundamental; 201.960 da 8ª série do ensino fundamental e 123.162 do 3º ano do ensino médio, na rede estadual de ensino; e da rede municipal 45.549 alunos da 4ª série do ensino fundamental, 17.710 da 8ª série do ensino fundamental e 8.100 do 3º ano do ensino médio.

Em relação a Organização Educacional, desenvolveram-se ações destinadas ao dimensionamento da demanda escolar para 2003, ao redimensionamento da rede escolar, à regularização da vida escolar de alunos, à oferta de novos cursos, criação e ampliação de escolas, implantação de novos níveis de ensino e ao aproveitamento de professores excedentes, realização do cadastro escolar para 2003 com 302.811 alunos inscritos; previsão de vagas para o encaminhamento de alunos; capacitação de técnicos da SRE, diretores de escola e secretários; preparo de normas relativas à regulamentação, organização e funcionamento das escolas e declaração de equivalência de estudos realizados no exterior. Em relação à criação de escolas, foram publicados 1.180 atos autorizativos; 1.574 atos para a extensão de nível de ensino, e 586 para a implantação de nova modalidade, abrangendo escolas das redes pública e particular.

O Programa Bolsa Familiar para a Educação foi implantado em 51 municípios da mesorregião do Vale do Jequitinhonha abrangendo 28 mil famílias e, especificamente na rede pública de ensino, atuou em 281 escolas estaduais e 1.011 escolas municipais, totalizando 69.833 alunos do ensino fundamental.

A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais mantém a infra-estrutura necessária para o bom funcionamento de quatro mil escolas da rede pública estadual, atendendo a aproximadamente 2,7 milhões de estudantes, além de estender ações a escolas da rede pública municipal. Dentre programas de relevância para a manutenção desta estrutura, citam-se o Programa de Alimentação Escolar, o Programa do Livro Didático e o Programa de Manutenção e Custeio das Escolas, cuja característica comum é a universalização. Em 2002, os recursos aplicados no Programa de Alimentação Escolar foram de R\$ 50.054.128,00, no Programa de Manutenção e Custeio das Escolas, de R\$ 27.872.484,00 e no Programa do Livro Didático foram

entregues às escolas 11.446.303 exemplares a fim de estimular a imaginação e criatividade dos estudantes.

Os programas de construção, reforma, ampliação de escolas e mobiliário e aquisição de equipamentos foram operacionalizados com base nas prioridades tecnicamente estabelecidas. Em 2002, os recursos repassados às prefeituras municipais somam R\$ 31.305.206,00 e R\$ 3.700.000,00, respectivamente. Outro a salientar é o de transporte escolar realizado com repasses a 182 prefeituras municipais, por meio de convênio, de recursos destinados à aquisição e reforma de veículos no montante de R\$ 5.880.000,00.

A Secretaria vem priorizando a organização do quadro funcional do estado, a fim de possibilitar investimento em programas de formação continuada e estabilidade do corpo docente, técnico e administrativo. Em continuidade ao processo de realização de concursos públicos para os cargos da SEE, em 2002 foi divulgada a classificação final dos candidatos para os cargos de Ajudante de Serviços Gerais, Auxiliar da Educação/Auxiliar de Secretaria, Supervisor Pedagógico, Orientador Educacional, Professor Nível 3, Grau A, Professor Nível 5, Grau A, destinadas às escolas estaduais e, ainda, para os de Inspetor Escolar, Analistas e Técnicos, dos quadros do órgão central e Superintendências Regionais de Ensino, bem como a homologação e a nomeação dos candidatos e processada a posse dos aprovados no limite das vagas do Edital 01/2001, relativo ao maior concurso realizado no estado. Após a nomeação dos aprovados no concurso, foi iniciado treinamento técnico-operacional, objetivando a qualificação dos novos servidores do órgão central e Superintendências Regionais de Ensino.

Destaca-se, também, a elaboração do Estatuto dos Profissionais da Educação Pública do Estado de Minas Gerais que contou com a participação do Sindicato, disciplina a carreira de todos os profissionais que trabalham na Educação, do nível elementar ao superior. O projeto de Lei Complementar 53/2002, encontra-se em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Fundação Helena Antipoff (FHA)

No exercício de 2002 a Fundação Helena Antipoff realizou suas ações em conformidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental, mantendo parcerias e estratégias de cooperação, tanto no âmbito público como no privado, envolvendo municípios, instituições de ensino e de outras naturezas, com o objetivo de manter a qualidade de ensino público na educação básica, implementar o ensino superior e manter a assistência à criança e ao adolescente.

As Oficinas Pedagógicas Caio Martins, com a proposta de educar pelo trabalho, além de garantir o enriquecimento curricular, proporcionaram às crianças e aos adolescentes o desenvolvimento de atitudes responsáveis, sendo de respeito nas relações interpessoais e a sondagem de aptidões artísticas, esportivas, socioculturais e profissionais. Foram atendidos 889 crianças e adolescentes nas oficinas de bambuzeria, bordado e tapeçaria, brincar, cestaria, crochet, inglês, língua pátria, papel artesanal, pintura, teatro e circo.

Na Clínica de Psicologia Edouard Claparède ampliou-se a capacidade de atendimento por meio de um convênio celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité, permitindo ações conjuntas de assistência psicopedagógica a crianças e adolescentes

encaminhados pelas escolas, postos de saúde, Conselho Tutelar e Associações de Ibirité, a 2.281 clientes em 8.910 sessões de ludoterapia, estimulação precoce, avaliação e acompanhamento fonoaudiológico, avaliação psicológica e psiquiátrica, terapia individual e grupal, grupo terapêutico, reeducação pedagógica e orientação de pais e professores. A clínica de psicologia mantém no DER o controle e distribuição de passe livre para os clientes carentes, e também promove anualmente Colônia de Férias para crianças de 2 a 14 anos.

A Equipe de Civismo Altaneiros do Rosário (ECAR), atividade extracurricular, desenvolveu nas crianças e nos adolescentes atitudes cívicas, hábitos de servir ao próximo e habilidades de primeiros socorros, mediante apresentações cívicas, comemorações festivas, treinamentos de sobrevivência. Foram distribuídos materiais escolares para os alunos carentes, livros didáticos e dicionários fornecidos pelo FNDE-MEC.

Os alunos do ensino fundamental foram contemplados com recursos da Secretaria de Estado da Educação para aquisição de merenda escolar e os do ensino médio com recursos próprios da Fundação. A Escola Sandoval Soares de Azevedo tem concentrado esforços na promoção da qualidade de ensino e permanência do aluno na educação básica, atendendo no ensino fundamental a 1.436 alunos em 37 turmas e no ensino médio a 878 alunos em 21 turmas. No Programa de Educação em Tempo Integral, em experimentação há três anos, foram atendidos 167 alunos das turmas de 4ª séries, conforme os princípios da Escola Sagarana, preparando o adolescente para conviver, compartilhar e cooperar, além de garantir o enriquecimento curricular.

O Departamento de Capacitação Profissional e Pedagógico promoveu cursos, seminários e palestras para educadores, nas áreas de educação infantil, educação básica e de serviços gerais, atendendo a solicitações de municípios ou mesmo às necessidades da própria Fundação.

O ensino superior, ministrado pelo Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira, conta atualmente com 400 alunos nos turnos da manhã e da noite. Estudos sobre as práticas de ensino e estágio supervisionado para o referido curso estão em discussão.

O processo de autorização para o curso de Educação Física já se encontra em fase final, a verificação “in loco” já aconteceu e algumas reestruturações no espaço físico, materiais e equipamentos estão sendo providenciados.

O Centro de Pesquisas e Extensão Universitária está discutindo com as especialistas da Escola Sandoval Soares de Azevedo o projeto político-pedagógico da escola, com a proposta de sua incorporação como Escola-Campo para Instituto Superior. No campo da pesquisa está sendo desenvolvida a constituição do arquivo de história oral sobre Helena Antipoff.

A Fundação ministra ainda, em convênio com a Universidade do Estado de Minas Gerais, curso de pós-graduação em Psicopedagogia, com 45 alunos, estando também em fase de aprovação, no Conselho Estadual de Educação, curso de pós-graduação em Educação Especial na Escola Inclusiva, a ser ministrado no próximo ano.

O Museu e o Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff com todo o acervo, mobiliários, objetos pessoais, troféus, equipamentos, bem como o conjunto arquitetônico da Fundação Helena Antipoff, serão tombados conforme decreto da Prefeitura de Ibirité, a ser encaminhado ao IEPHA.

As atividades agropecuárias visam, em primeiro lugar, a atender às necessidades da casa, e os excedentes são comercializados para acrescer recursos próprios da instituição.

Na área de conservação e ampliação do patrimônio, registram-se aproximadamente mil metros quadrados de novas construções, merecendo destaque um laboratório para estudo de Anatomia e duas quadras de esportes.

Fundação Caio Martins - Fucam

As atividades desenvolvidas pela Fundação Educacional Caio Martins – Fucam, durante o ano de 2.002 mantiveram-se dentro dos objetivos previstos na programação geral da Entidade, mantendo índice satisfatório de rendimento.

O acolhimento das crianças e adolescentes carentes atingiu o número previsto com pequenas variações nas 6 unidades operacionais, distribuídas ao longo do norte de Minas beneficiando crianças e adolescentes carentes de diversos municípios da bacia do São Francisco. O Centro Integrado de Educação localizado no município de Esmeraldas atende os municípios da grande BH e, principalmente, a periferia da Capital num total variável de 490 alunos em regime de internato. No geral atendemos 1.580 alunos em regime de internato e semi-internato nas seis unidades operacionais. As parcerias com outros órgãos e entidades afins visam não apenas a geração de recursos, mas principalmente, a melhoria da qualidade de vida das famílias, onde as escolas atuam, o aperfeiçoamento das metodologias educacionais, a preservação da saúde e ampliação das opções de lazer. Ressalta-se o programa em desenvolvimento no Centro de Treinamento de São Francisco em parceria com a EMATER com o objetivo de capacitar o pequeno produtor rural, alunos e funcionários através de cursos teóricos e práticos, em áreas diversas: fruticultura, apicultura, irrigação convencional, inseminação artificial bovina e horticultura (estufa), atendendo a 300 alunos e 80 pequenos produtores rurais.

A capacitação profissional e o desenvolvimento de ações que promovam o “apefeiçoamento pelo trabalho”, acontecem através de programas diversos, atendendo as peculiaridades de cada região, onde os Centros e Núcleos se instalam. São projetos pedagógicos que abrangem amplo leque de opções envolvendo a agropecuária, oficinas de carpintaria, marcenaria, bombeiro-eletricista, alfaiataria, corte e costura, mecânica, gráfica, padaria, barbearia, serralharia, digitação, cabeleireiro e serviços diversos, promovendo a capacitação dos alunos.

Visando oferecer oportunidades educativas para os alunos e melhoria, principalmente, da alimentação, a Fundação implantou diversos projetos agrícolas e de criações que representam significativa ajuda na nutrição das crianças acolhidas em regime de internato. A produção geral destes projetos: oficinas pedagógicas e cultura de hortifrutigrangeiros, cereais (milho, feijão, arroz, mandioca) e criações de bovinos, suínos e apicultura é consumida nas próprias unidades e, em certos casos, distribuídas para as outras unidades do sistema. Foi apurado até setembro, um total de R\$ 367.759,88, provenientes destes projetos. Foram gerados R\$ 209.412,99 em produção no ano de 2.000, passando em 2001 para R\$ 223.496,00 e estima-se em R\$ 490.000,00 em 2002. Parte dessa produção foi destinada ao Programa de Merenda Escolar através

das escolas da rede de ensino público instaladas dentro de nossas unidades educacionais.

Como complemento das atividades educacionais é importante ressaltar que todo serviço de manutenção da estrutura física das seis unidades operacionais, incluindo serviços de construções, pinturas, reformas e ampliações é feito pelas oficinas pedagógicas das mesmas, utilizando-se recursos e mão-de-obra própria.

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Localizada no município de Montes Claros, centro convergente e polarizador dos 89 municípios componentes da macrorregião de planejamento econômico e de desenvolvimento social do norte de Minas, é a única universidade pública na região, abrangendo 34% da área total do estado e englobando ainda, parte de macrorregiões situadas nos Vales do Jequitinhonha/Mucuri e Vale do Rio Doce, com influência até o sul da Bahia, atendendo potencialmente a uma clientela oriunda de uma população que ultrapassa os dois milhões de habitantes.

O campus universitário da Unimontes encontra-se descentralizado nos campus em funcionamento no perímetro norte do Estado, nos municípios de Janaúba, Janaúria, Pirapora e Almenara e nos 45 núcleos oferecendo 24 cursos regulares de graduação a 5.511 alunos matriculados, nove cursos técnicos com 2.049 alunos matriculados. São mantidos convênios interinstitucionais com universidades credenciadas pela CAPES na capacitação de docentes do seu quadro de pessoal na modalidade stricto-sensu (mestrado e doutorado).

Considerando as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Unimontes, por intermédio da Coordenadoria de Graduação/Pró-Reitoria de Ensino, elaborou uma série de projetos pedagógicos de seus cursos. Entre os feitos importantes da universidade, destacam-se a criação e o reconhecimento de novos cursos, a ampliação do número de vagas e a instalação de campi. A interiorização do ensino, com o curso Normal Superior, que permitiu a capacitação de professores das primeiras séries do ensino fundamental de mais de 300 municípios das diversas regiões mineiras.

O modelo geral universitário brasileiro encontra-se centrado no tripé Ensino/Pesquisa/Extensão. Neste cenário, a pesquisa assume posição de destaque, fomentando o ensino com novos conhecimentos que serão trabalhados com os discentes ou a extensão, que constitui o elo de ligação entre os pesquisadores e a sociedade. O processo de consolidação da pesquisa na Unimontes está diretamente relacionado a uma série de ações e ao estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e privados de fomento, entre os quais se destacaram: estímulo à formação de grupos de pesquisa interdisciplinares totalizando 13 grupos certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; estímulo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, com 99 projetos em andamento, dos quais 28 apoiados por instituições de fomentos; estabelecimento de convênios e parcerias com instituições de fomento, especialmente com o Banco do Nordeste; CNPq; Copasa; Fapemig; Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e várias prefeituras do Norte de Minas com o objetivo de obter recursos para o financiamento da pesquisa, que totaliza cerca de R\$ 2.245.000,00 ora aplicados na criação da infra-estrutura de

pesquisa; incentivo da participação dos discentes na produção de iniciação científica depois da criação do Probic/Unimontes/Fapemig. A Unimontes hoje conta com 47 bolsistas de iniciação científica fomentando a construção de rede de pesquisa com grupos, núcleos ou centros de outras instituições do Brasil e do Exterior, entre as quais a UFMG, UFJF, Ufop e a Universidade de Pittsburg (EUA).

Em 2002 a Unimontes expandiu sua área de extensão conquistando maior aproximação com a comunidade reforçando a interação ensino, pesquisa e extensão como instrumento essencial para a formação intelectual e profissional do estudante. Foram ampliadas as parcerias com o poder público e com instituições públicas sem fins lucrativos, que viabilizaram projetos voltados para ações comunitárias, marcando a presença da Universidade em vários municípios, atuando em diferentes setores da sociedade: Programa Universidade Solidária Nacional e Regional - Governo Federal; Projetos “Água na Escola” e “Alfabetização de Jovens e Adultos” - Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)/ Secretaria de Estado do Planejamento; Projeto Giramundo - Ministério da Indústria e Comércio; Fóruns de Desenvolvimento Integrado do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri - Ministério da Integração Regional; Projeto Cantoria pela Vida – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD/Unicef; Programa de Capacitação de Professores (PROCAP) - Secretaria de Estado da Educação/Banco Mundial; Projeto Comunicação e Conhecimento – Valle/Sociedade Rural/Federal das Indústrias/FIEMG/CRDI e Associação Comercial e Industrial de Montes Claros; Programa de Saneamento de Água e Esgoto de Minas Gerais – Prosanear - Copasa/Caixa Econômica Federal; Projeto Unicirco – Universidade Livre do Circo - Instituto São Francisco de Assis/Secretaria de Estado do Turismo; Projeto Grande Sertão - Secretaria de Estado da Cultura; Projeto de Capacitação de Recursos Humanos - Secretaria de Estado do Trabalho da Assistência Social, da Criança e do Adolescente/Fundo de Amparo ao Trabalho.

Para atender a demanda, incorporou à sua estrutura investimentos obtidos de órgãos federais, estaduais, municipais e instituições privadas mediante convênios e a implementação do Plano Diretor, construiu diversas edificações, tendo uma ampliação considerável em sua área. Em função dos novos cursos e do crescimento do número de vagas e de alunos, além de melhorar a estrutura física e as instalações em sua sede e nos demais campi, registrou um significativo aumento do corpo docente.

Intensificou a prestação de serviços à comunidade na área de saúde, por meio do Hospital Universitário Clemente de Faria, mantido exclusivamente com recursos do Sistema Único da Saúde (SUS), atendendo a toda a população do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, possuindo 156 leitos. No hospital, em 2002, houve 92.525 consultas, 69.404 internações, 3.085 cirurgias e 138.261 exames laboratoriais. A unidade ambulatorial Policlínica Dr. Hermes de Paula, além de oferecer assistência em clínica básica e especializada, possui clínica odontológica e um serviço de referência regional em saúde do trabalhador.

A proposta de interiorização do ensino superior no Norte de Minas, alvo estratégico da Unimontes nesses últimos anos, possibilitou à população abrangida a oportunidade de participação em diversos programas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão. Com isso, estudantes antes migrantes para busca de capacitação/formação em outros centros, obtiveram acesso ao ensino superior de forma plena, diversificada e com qualidade em sua própria região de origem. Além disso as ações de pesquisas

desenvolvidas com diversos parceiros, propiciaram o aprimoramento de técnicas e ou políticas públicas de âmbito municipal e estadual voltadas às prioridades da região.

No campo da extensão dentre as diversas ações desenvolvidas, destacam-se aquelas ligadas à área da saúde pelo Hospital Universitário e o Centro de Ensino Médio e Fundamental que direcionaram seus esforços no reforço, qualificação e aprimoramento de pessoal técnico da área, mais os diversos tipos de atendimentos ambulatoriais e clínicos propiciados principalmente aos clientes carentes.

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Situada em pontos estratégicos do território de Minas Gerais, teve como satisfatório e inovador, no ano de 2002, seu desempenho como agente disseminador do ensino superior nas regiões de influência de seus dez campi: o campus incorporado de Belo Horizonte e os nove campi agregados situados em Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas e Varginha. Inovadora no seu modelo de gestão, a UEMG orgulha-se de suas conquistas na melhoria da graduação e do ensino, no crescimento da pesquisa em todas as suas unidades, mas, sobretudo, do seu trabalho em parceria com a Secretaria de Estado da Educação na implementação da política de melhoria da qualidade da educação básica. Na prática, uma política educacional consistente não se faz de forma estanque, mas integrada em todos os seus níveis.

A expansão dessas atividades se deve a maior integração da autarquia com as fundações agregadas à Universidade, resultado do trabalho desenvolvido pela Reitoria no âmbito acadêmico-administrativo, articulando todas as unidades da UEMG por meio da internet e da execução de projetos conjuntos.

No campo administrativo procedeu-se à integração dos sistemas de informação acadêmica, contábil e patrimonial no Campus de Belo Horizonte, e adotou-se uma política ampla de qualificação e desenvolvimento de recursos humanos, o que se efetivou com a realização de concurso público para suprir as demandas funcionais técnico-administrativas e docentes, estando o último em processo de elaboração do edital, e com a continuidade do processo de apoio institucional às nove fundações agregadas, na forma de repasse de bolsas de estudo financiadas pela Capes e Fapemig para estímulo à capacitação docente. Com isso, a UEMG conta hoje com 14 docentes concluindo o mestrado em variadas áreas de conhecimento, além de outros 12 cursando mestrado e doutorado oferecidos por outras instituições.

Outros exemplos concretos da expansão da UEMG podem ser observados com a instalação do Instituto Superior de Educação Dona Itália Franco, em Barbacena, criado pelo Decreto 42.235, de 3 de janeiro de 2002, onde está em andamento o curso Normal Superior e, em parceria com prefeituras, os cursos fora de sede atendendo a 187 alunos, nas cidades de Betim (Normal Superior) e Poços de Caldas (Pedagogia) para formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental.

Merece ser mencionado o interesse da UEMG no atendimento às demandas da SEE/MG para desenvolver curso superior de Licenciatura em Música nas cidades de Diamantina, Visconde de Rio Branco, São João del Rei, Poços de Caldas e outros oito municípios, sede dos conservatórios estaduais.

Não se pode negar que a Universidade do Estado de Minas Gerais representa hoje uma alternativa concreta e rica de aproximação do estado mineiro com suas regiões, podendo acolher e apoiar as populações de Minas onde elas vivem e produzem. Por sua estrutura multicampi, pode dialogar e interagir com as regiões que a abrigam em suas Câmaras de Integração Comunitária e de seu Conselho Superior de Integração. Por sua vocação, tem sido agente do setor público entre as comunidades, colaborando na solução de seus problemas com ensino, pesquisa e extensão, formatação e implementação de seus projetos de desenvolvimento.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Educação	3.604.352.434	3.575.287.782				
121210012.179.0001 - Planejamento Setorial	1.874.080	1.765.661				
121220012.008.0001 - Administração da Ação Educacional	6.144.242	3.767.195				
121220012.018.0001 - Manutenção das Superintendências Regionais de Ensino	148.433.589	154.619.067				
121220012.057.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho de Acomp. e Controle Social do Fundef	20.000	679				
121220012.142.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Educação	1.863.884	1.543.878				
121220012.206.0001 - Direção Superior	2.915.399	2.228.442				
121220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	42.902.683	26.817.356				
121220012.292.0001 - Administração de Recursos Humanos	99.422.933	87.896.863				
121220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	4.520.000	4.486.000				
121230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	1.607.948	1.087.771				
122434732.563.0001 - Apoio as Ações de Atendimento a Criança e ao Adolescente	100.000	-	Criança e Adolescente Assistido (Projeto)	1	0	9
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.177.043.283	1.186.757.152				
123065012.562.0001 - Alimentação Escolar	54.501.000	46.512.609	Aluno Beneficiado com Merenda Escolar (Aluno)	1.862.009	1.942.765	5
123615021.031.0001 - Programa Familiar para a Educação - Bolsa Escola	21.320.980	20.226.708	Bolsa Concedida (Bolsa)	26.500	28.000	5
123615021.631.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares Ensino Fundamental	19.109.350	29.714.416	Prédio Construído (Prédio)	28	31	7 (1)
			Prédio Ampliado (Prédio)	4	23	7 (1)
			Prédio Reformado (Prédio)	12	54	7 (1)

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
123615022.633.0001 - Carreira, Capacitação e Formação Continuada - Ensino Fundamental	31.967.365	29.650.946	Professor Habilitado (Professor) Curso de Atualização Realizado (Curso)	12.165 8	14.486 100	5 5
123615025.636.0001 - Organização do Atendimento Escolar - Ensino Fundamental	40.757.980	35.963.655	Cadastro Escolar Realizado (Município) Escola Mantida e Aparentada (Escola)	853 3.610	853 3.612	- -
123615022.637.0001 - Democratização da Gestão Escolar - Ensino Fundamental	74.335.597	45.984.310	Gestão Participativa Implementada (Projeto) Projeto Inovador Financiada (Projeto) Escola Assistida Financeiramente (Escola)	4 150 3.610	4 1.022 3.773	- 7 (2) -
123615022.638.0001 - Avaliação Educacional - Ensino Fundamental	2.881.789	5.273.120	Aluno Avaliado (Aluno)	671.365	427.820	4
123615022.639.0001 - Apoio Administrativo do Ensino Fundamental	289.939.604	300.181.530				
123615024.517.0001 - Cooperação Estado Município	68.762.856	74.600.003	Recurso Repassado (Município) Ação Desenvolvida (Município)	851 851	801 407	- 7 (3)
123615024.634.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.136.358.497	1.121.571.433	Currículo Implementado (Projeto) Aluno do Ensino Fundamental Matriculado (Aluno) Aluno do Ensino Fundamental Concluinte (Aluno)	8 1.845.160 278.531	8 1.810.787 199.597	- - 4
123625031.641.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares - Ensino Médio	1.310.143	363.942	Prédio Beneficiado (Prédio)	3	1	4
123625032.643.0001 - Carreira, Capacitação e Formação Continuada - Ensino Médio	1.193.198	-	Curso Realizado (Curso)	9	9	-
123625032.646.0001 - Organização do Atendimento Escolar - Ensino Médio	4.312.113	-	Vaga de Ensino Médio Ampliada (Vaga) Escola Mantida e Aparentada (Escola)	10.159 223	10.159 0	- 7
123625032.647.0001 - Democratização da Gestão Escolar - Ensino Médio	2.435.386	1.178.882	Escola Assistida Financeiramente (Escola) Gestão Participativa Implementada - Ensino Médio (Escola)	125 1.514	109 0	7 (4) 9
123625032.648.0001 - Avaliação Educacional Ensino Médio	100.000	-	Aluno Avaliado (Aluno)	866.823	114.037	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
123625032.649.0001 - Apoio Administrativo do Ensino Médio	23.208.547	19.465.962				
123625034.644.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	267.719.744	286.253.964	Ensino Médio Reestruturado (Escola)	1.514	1.533	-
			Aluno do Ensino Médio Matriculado (Aluno)	866.823	777.176	4
			Aluno do Ensino Médio Concluinte (Aluno)	268.372	204.879	4
123635041.672.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares Ensino Profissional	110.000	-	Centro de Educação Profissional Construído (Centro)	1	0	7
123635044.674.0001 - Desenvolvimento do Ensino Profissional	2.649.531	1.369.585	Ensino Profissional Reestruturado (Escola)	23	35	5
			Centro de Educação Profissional Implantado (Centro)	7	3	7 (5)
			Aluno da Educação Profissional Matriculado (Aluno)	1.254	2.361	5
123655054.614.0001 - Desenvolvimento do Ensino Infantil	9.298.063	10.893.105	Aluno da Educação Infantil Matriculado (Aluno)	16.849	33.079	5
			Plano Curricular Nacional Implantado (Escola)	42	331	7 (6)
			Escola Assistida Financeiramente (Escola)	22	26	7 (7)
123665064.654.0001 - Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos	27.804.924	32.063.708	Jovem e Adulto Atendido (Projeto)	3	3	-
123675074.664.0001 - Desenvolvimento da Educação Especial	37.427.726	43.049.840	Aluno da Educação Especial Atendido (Aluno)	10.179	10.189	-
			Política da Educação Especial Implementada (Escola)	86	86	-
Fundação Helena Antipoff	3.610.129	3.109.853				
121220012.206.0001 - Direção Superior	1.351.164	1.494.028				
121227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	7.253	15.977				
122434734.567.0001 - Apoio a Criança e ao Adolescente	318.452	100.683	Material Didático e Pedagógico Fornecido (Aluno)	4.650	4.936	-
			Alimentação Fornecida (Refeição)	428.000	429.080	-
			Criança/Adolescente Atendido nas Clínicas	650	2.281	5
			Psicopedagógicas (Atendimento)			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	210.440	181.148	Criança/Adolescente Atendido nas Oficinas Pedagógicas (Atendimento)	600	889	5
123615024.634.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	376.207	363.943	Aluno do Ensino Fundamental Matriculado (Aluno)	1.380	1.436	-
			Aluno do Ensino Fundamental Concluínte (Aluno)	160	170	-
123625034.644.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	1.147.654	811.717	Aluno do Ensino Médio Concluínte (Aluno)	200	236	-
			Aluno do Ensino Médio Matriculado (Aluno)	700	878	-
123635044.564.0001 - Promoção de Cursos de Qualificação e Aperfeiçoamento	103.959	60.276	Curso de Atualização Realizado (Curso)	6	7	5
			Aluno do Ensino Profissionalizante Matriculado (Aluno)	60	0	9
123645084.910.0001 - Promoção de Cursos Universitários, Pesquisa e Extensão	95.000	82.081	Curso Realizado (Curso)	3	2	4
			Aluno Matriculado (Aluno)	400	400	-
			Projeto Pesquisa Realizada (Projeto)	1	1	1
			Aluno Graduado (Aluno)	50	250	5
Fundação Caio Martins - FUCAM	2.595.072	2.556.285				
121220012.206.0001 - Direção Superior	262.000	233.637				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	762.800	730.835				
122434734.568.0001 - Assistência e Qualificação Profissional da Criança e do Adolescente	1.310.200	1.404.739	Criança/Adolescente Atendido nas Oficinas Pedagógicas (Criança/Adolescente)	700	1.350	5
			Criança/Adolescente em Regime de Internato Assistido (Criança/Adolescente)	1.400	1.450	-
			Criança/Adolescente em Regime de Semi-Internato Assistido (Criança/Adolescente)	160	130	3
			Aluno Qualificado em Curso Profissionalizante de Agropecuária (Aluno)	40	0	9
			Aluno Qualificado em Curso Profissionalizante de Magistério (Aluno)	40	0	8

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	260.072	187.074				
Universidade Estadual de Montes Claros	92.197.847	44.961.834				
103024124.468.0001 - Atendimento Hospitalar e Ambulatorial	10.855.858	10.546.690	Consulta Médica Realizada (Consulta)	91.740	92.525	-
			Internação Efetivada (Internação)	9.684	69.404	4
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	3.160	3.085	-
			Exame Laboratorial Realizado (Exame)	101.520	138.261	5
			Residência Médica Oferecida (Resid. Médica)	36	25	4
			Consulta Odontológica Realizada (Consulta)	60.000	12.930	4
121220012.206.0001 - Direção superior	994.370	882.081				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	36.385.477	5.636.930				
121220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	50.000	34.888				
121220991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	12.019.000	511.270	Unidade Predial Restaurada (Unidade)	1	0	3
			Laboratório de Odontologia Construído (Unidade)	1	1	-
			Laboratório de Agronomia Construído (Unidade)	1	0	3
			Pavilhão Curso de Educação Física Construído (Unidade)	1	0	3
			Pavilhão de Sala de Aula do CCSA Construído (Pavilhão)	1	1	-
			Edificação da Secretaria Geral Realizada (Unidade Predial)	1	1	-
			Pavilhão do Curso de Pedagogia de Pirapora Construído (Pavilhão)	1	0	3
			Construção da Delimitação do Terreno do Campus Universitário Realizada (Metro)	600	600	-
			Centro de Convívio Construído (Centro)	3	0	3
			Prédio da Coordenação de Apoio ao Estudante Construído (Unidade Predial)	1	0	3
			Pavilhão do Curso de Pós-Graduação Construído (Pavilhão)	1	0	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Pavimentação do Campus Universitário Realizada (Metro²)	12.000	12.000	-
			Reforma do Ambulatório da Policlínica Realizada (Reforma)	1	0	3
			Reforma da Estrutura Física da Fazenda Experimental Realizada (Reforma)	1	1	3
			Laboratório de Biologia e Geo-Ciências Construído (Unidade Predial)	1	0	3
			Reforma e Ampliação do Hospital Universitário Clemente de Faria Realizada (M²)	9.329	933	3
121280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	237.518	137.651	Servidor Treinado e Capacitado (Servidor Público)	1.169	0	3
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	3.080.539	2.889.773				
123635144.818.0001 - Capacitação Profissional	147.700	442.907	Curso Oferecido (Curso)	26	9	4
			Aluno Matriculado (Aluno)	2.336	2.049	4
			Aluno Qualificado (Aluno)	1.835	210	4
123645134.052.0001 - Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	326.673	374.143	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Oferecido (Curso)	3	3	-
123645134.099.0001 - Docência do Ensino Superior	14.193.796	22.030.286	Aluno Formado (Aluno)	937	987	-
			Aluno Matriculado (Aluno)	5.089	5.511	-
			Curso de Graduação Oferecido (Curso)	28	24	4
123645134.412.0001 - Coordenação de Extensão Universitária	255.100	516.184	Evento Cultural Promovido (Evento)	15	77	5
			Curso de Extensão Promovido (Curso)	43	94	5
			Assistência Jurídica Oferecida (Consulta)	7.800	3.850	4
123915514.053.0001 - Preservação de Bens Culturais	657.300	666.037	Usuário Atendido (Usuário)	310.000	456.149	5
			Acervo Atualizado (Volume)	5.000	3.622	4
			Acervo Restaurado (Objeto)	3.800	5.066	5
			Documento Catalogado (Documento)	3.600	7.377	5
			Catalogação Bibliográfica Realizada (Livro)	4.560	42	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
125715134.467.0001 - Desenvolvimento e Coordenação de Pesquisa	12.994.516	292.994	Bolsa Concedida (Bolsa) Projeto/Pesquisa Desenvolvido (Projeto/Pesquisa) Publicação Editada (Edição) Participação de Pesquisador em Evento Apoiado (Pesquisador)	660 69 3 20	532 70 3 32	4 - - 5
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG	91.085.199	17.647.522				
121220012.206.0001 - Direção Superior	587.140	444.004				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	9.951.243	2.735.795				
121220991.358.0001 - Construção dos Campi Universitários	23.281.600	186.619	Projeto Básico Elaborado (Projeto) Reforma Realizada (Reforma) Campus da UEMG em Construção (Campus)	1 5 3	0 0 0	1 1 1
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	5.962.088	4.307.450				
123645134.481.0001 - Apoio aos Campi Fundacionais da UEMG	24.600.000	216.460	Entidade Apoiada (Entidade)	9	9	-
123645134.522.0001 - Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão	26.703.128	9.757.194	Aluno Matriculado (Aluno) Curso de Graduação Oferecido (Curso) Curso de Pós-Graduação Oferecido (Curso) Aluno Formado (Aluno) Projeto/Pesquisa em Desenvolvimento (Projeto/ Pesquisa)	2.872 9 5 455 23	2.998 9 3 566 23	- - 4 5 -
TOTAL	3.793.840.681	3.643.563.276				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

(1) Acréscimo de recursos.

(2) Prioridade redefinida devido a constatação do impacto positivo nas unidades escolares que implementaram o Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular (PRODEC) e o Programa de Apoio a Inovações Educacionais (PAIE).

(3) O número de municípios atendidos foi inferior ao programado devido a redefinição de prioridades analisadas pela comissão de acompanhamento da QESE Municipal.

(4) Meta redefinida devido as mudanças na modalidade de ensino em algumas escolas da rede.

(5) Centros de Educação Profissional advindo da Lei nº 9.394/96 determinou um aumento progressivo de escolas que oferecem cursos técnicos, inclusive curso normal, em nível médio, na medida em que estes estão sendo reestruturados.

(6) O número de escolas de pré-escola foi alterado, uma vez que foi autorizada a inclusão de classe de pré-escola no ensino regular.

(7) Meta redefinida devido as mudanças na modalidade de ensino em algumas escolas da rede que passaram a ministrar o ensino infantil.

As principais realizações da Secretaria de Estado da Saúde (SES) no exercício de 2002 estão coerentes com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), com o Plano Estadual de Saúde e a respectiva Agenda Estadual de Saúde. Estes instrumentos constituem peças fundamentais para a orientação estratégica da política de saúde no Estado de Minas Gerais.

A edição da Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS/2002), do Ministério da Saúde reforçou a diretriz da integração dos Serviços de Saúde, mediante a regionalização e hierarquização da rede assistencial do estado, tornando-se uma das principais prioridades da SES quando da elaboração do Plano Diretor de Regionalização (PDR), que dividiu o estado em macrorregiões, regiões, microrregiões e módulos assistenciais de saúde. Em decorrência do PDR, verificou-se a necessidade de elaborar um Plano Diretor de Investimentos (PDI) e, diante da impossibilidade financeira para o atendimento de todas as demandas evidenciadas no PDR e no PDI, priorizou-se investir na atenção básica e nos municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Concluiu-se, também, a Programação Pactuada Integrada (PPI) da Assistência, que possibilitou uma melhor distribuição dos recursos assistenciais aos municípios.

Concentrou, também, esforços para a habilitação do estado, na condição de Gestão Plena do Sistema de Saúde, o que significou um avanço na condução das políticas de saúde, tendo em vista maior controle e autonomia no gerenciamento do SUS.

Implementou o Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos, capacitando 833 servidores nas áreas de Administração e Planejamento e de 340 conselheiros de saúde, visando à racionalização do trabalho dos Conselhos Municipais de Saúde no assessoramento aos municípios nas questões de controle social do SUS/MG. Implantou o Programa de Cultura Mix, com palestras de temas atuais, destinado à socialização da informação e o advento da cultura, para os servidores do Nível Central. O Programa de Integração Serviço Ensino (PISE), teve como objetivo incentivar os estudantes de nível superior, por meio de bolsa educacional, a atuarem em projetos voltados para a saúde pública. Foram oferecidos estágios para 1.426 estudantes de curso superior em diversas áreas ligadas à saúde: medicina, enfermagem, farmácia, nutrição, psicologia e serviço social. Esses estudantes atuaram em Programas de Internato Rural, das universidades, e em projetos da Secretaria de Estado da Saúde, como o Programa de Saúde da Família (PSF).

Foram intensificadas as inspeções de Vigilância Sanitária, nos serviços de radiodiagnóstico do estado, elevando a qualidade e eficiência técnica tanto da vigilância sanitária quanto dos estabelecimentos prestadores de serviço. Em parceria com a Funed, realizou o primeiro treinamento para fiscais sanitários em coleta de sangue e também para fiscalização e análise de controle de qualidade dos prestadores de serviço. O 1º Seminário Estadual de Proteção Radiológica em estabelecimentos de Saúde contou com 256 prestadores de serviços de radiodiagnóstico e foi criado o Grupo Técnico de Estudos sobre Radioproteção, com a participação de representantes de prestadores de serviços, de órgãos de classe e de órgãos formadores de profissionais. As ações de vigilância sanitária relativas à qualidade de alimentos analisaram 3.652 amostras de alimentos e de água. O êxito no monitoramento dessas ações deve-se à pactuação realizada com mais de 150 municípios. Foram realizados, nesta área, dez cursos para 327 fiscais de nível médio das Diretorias Regionais de Saúde e dos municípios; sete cursos de rotulagem de alimentos para 227 técnicos e um curso de Procedimentos Administrativos, que contou com a participação de 30 técnicos.

Destacaram-se também as ações de Epidemiologia desenvolvidas com vistas à prevenção, controle e avaliação de doenças e fatores de risco à população. A cobertura vacinal de rotina no estado atingiu, até setembro de 2002, 86,7% do programado e a expectativa é de se atingir até dezembro 90%. Em relação à febre amarela, a cobertura foi de 96,84 %. Encontra-se em execução o “Plano Estadual de Mobilização e Combate à Dengue”, em caráter permanente, ante a gravidade da atual epidemia. A Secretaria de Estado da Saúde coordenou as ações de combate ao vetor, nos municípios, transferindo equipamentos e capacitando recursos humanos.

As ações de Vigilância Ambiental foram intensificadas, destacando-se a realização de um diagnóstico da água consumida pela população, envolvendo ações de cadastramento dos sistemas coletivos e fontes de abastecimento de água. Realizou-se um curso de “Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos”, para 50 técnicos que comporão as equipes responsáveis pela resposta aos acidentes envolvendo produtos perigosos, no estado. Destacou-se também a realização, em Belo Horizonte, do 1º Seminário de Vigilância Ambiental em Saúde do país, que propiciou um espaço para o debate de temas relevantes sobre saúde e meio ambiente e gerenciamento integrado de resíduos de serviços de saúde.

A hipertensão arterial sistêmica e o diabetes mellitus constituem os principais fatores de risco para as doenças do aparelho circulatório. Neste sentido, foi implementado o Programa de Hipertensão Arterial Sistêmica e o de Diabetes Mellitus disposto na Portaria MS/GM 371 de 04 de março de 2002, que garante o acesso à assistência farmacêutica, de acordo com a padronização do Ministério da Saúde, aos pacientes cadastrados no programa. A assistência de média e alta complexidade é a área da saúde na qual se concentra a maior demanda da população e os maiores problemas, considerando a insuficiência de financiamento do setor público. Atualmente, é realizado o acompanhamento dos sistemas de alta complexidade, englobando tratamento renal substitutivo, oncologia, cardiologia, e hemoterapia, sendo assistidos cerca de 6.400 portadores de insuficiência renal crônica. Existe grande pressão para o atendimento aos pacientes renais crônicos, devido ao número crescente daqueles que necessitam de tratamento. A Secretaria, por meio dos procedimentos de atenção básica, no controle da hipertensão arterial e do diabetes, tem procurado diminuir o contingente de pessoas que possam sofrer comprometimento renal e que venham necessitar do ingresso no processo de hemodiálise. Do mesmo modo, graças ao incremento de transplantes de rins, procura-se diminuir o número dos que dependem das máquinas de hemodiálise para sua sobrevivência, bem como proporcionar melhor qualidade de vida aos pacientes, descentralizando as ações para transplantes de órgãos. Daí intensificou-se a implementação de seis Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO) regionais, o que possibilitará maior captação de órgãos e mais agilidade do processo.

Acrescentaram-se ainda à rede 79 leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), sendo 24 de adultos e 55 neonatais, buscando, dessa forma, diminuir o déficit existente no estado.

A assistência farmacêutica à população dispensa três categorias principais de medicamentos: os excepcionais, os especiais e os básicos. Os medicamentos excepcionais, também chamados de alto custo, absorveram recurso financeiro da ordem de R\$ 66 milhões/ano. Foram atendidos cerca de 23 mil pacientes. Esses medicamentos são indicados para patologias graves, como diabetes insípido, nanismo hipofisário, esclerose múltipla, hepatites virais, etc... e patologias raras como doença de Goucher, doença de Wilson, mucoviscidose, bem como para tratamento da rejeição de transplantes de órgãos. Os básicos atendem à maioria dos problemas de saúde da população e compõem o elenco de medicamentos do Plano de Assistência Farmacêutica Básica do Estado sendo distribuídos, trimestralmente, 42 tipos a 851 municípios. Já os especiais, são utilizados para tratamento das patologias de alta relevância epidemiológica, como tuberculose, hanseníase, AIDS, e outros.

As ações de Atenção Básica, que consistem na promoção da saúde e na organização dos serviços com procedimentos mais simples e de maior concentração de demanda, foram priorizadas pela SES, neste exercício. Nesse sentido, os programas de Saúde da Família (PSF) e de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), foram importantes estratégias para a implantação das atividades de Atenção Básica, em que o objeto da atenção é a família. Foram implantadas 917 equipes do PSF e 21 equipes de PACS perfazendo um total, respectivamente, de 2.177 e 241 equipes. O Programa de Tuberculose intensificou a capacitação dos profissionais e realizou campanhas educativas para a população em geral. Foram cadastrados 2.289 novos pacientes para serem atendidos nos 2.851 serviços existentes no SUS/MG. Deu-se continuidade à

vigilância, no pré-natal, para prevenir a transmissão materno-infantil do HIV/AIDS, em decorrência do registro no estado de 8.063 pessoas infectadas. Estas pessoas recebem mensalmente medicamentos anti-retrovirais. Destacou-se como ação de grande impacto o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento, que atingiu 586 municípios, apresentando cobertura de 79,1% das gestantes. Este programa busca assegurar a melhoria do acesso e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e da assistência neonatal, tendo em vista a redução da morbi-mortalidade materno-infantil. Com relação às ações de Saúde Mental, a Secretaria vem cumprindo a política de desospitalização de pacientes, mediante o credenciamento de 44 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com vistas à organização da Rede Ambulatorial. O Programa de Hanseníase expandiu-se utilizando a estrutura das equipes de Saúde da Família e das universidades. Foram criados cinco novos Centros Colaboradores de Referência para complicações e esquemas alternativos. Pretende-se atingir a meta de eliminação da hanseníase, como problema de saúde pública, até 2005.

Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais (Hemominas)

A Fundação Hemominas é o órgão responsável pela política do sangue no estado. Atendeu a 350 mil candidatos à doação, dos quais 248.483 foram considerados doadores aptos clínicos, realizou 418.201 consultas médicas e liberou 600.071 hemocomponentes a 400 hospitais em 220 municípios, ou seja, 80% do total de sangue transfundido. Todos os candidatos à doação passaram por consulta médica, e os considerados aptos foram encaminhados para a coleta de sangue. As bolsas coletadas são processadas e examinadas na triagem sorológica para sífilis, doença de Chagas, hepatites B e C, HTLV e HIV, antes de serem liberadas para transfusão. Além do processamento do sangue e produção de hemocomponentes, os ambulatórios de seus hemocentros e núcleos regionais atenderam pacientes portadores de hemofilia, outras coagulopatias, hemoglobinopatias e pacientes para transfusão ambulatorial, e garantiu cobertura hemoterápica especial aos serviços de oncohematologia e transplante de medula óssea. Estão cadastrados aproximadamente 4 mil pacientes que recebem atendimento multidisciplinar realizado por médicos, enfermeiros, psicólogos e assistente social.

Atendendo a política de descentralização, foi concluída a nova sede do Hemocentro de Uberlândia, financiada pelo Reforsus no valor de R\$ 2,56 milhões. Com área física próxima a 3 mil metros quadrados, atenderá a mais doadores, sendo responsável pelos exames de sorologia de sua macrorregião, conforme programa de centralização da sorologia em curso, bem como as sedes do Núcleo Regional de Divinópolis e do Núcleo Regional de Sete Lagoas; a reforma e ampliação do Posto de Coleta do Hospital Júlia Kubitschek e a reforma do Hemocentro de Belo Horizonte.

A equipe de informática disponibilizou nova página na internet, estabelecendo importante canal de comunicação com a comunidade. Encontram-se nela informações sobre a instituição, o ato de doar o sangue, marcação de doação e hospitais atendidos. Destaca-se o programa “Doador do Futuro”, introduzido nas escolas, e que tem por objetivo preparar as gerações futuras para a doação de sangue. Foi desenvolvida também uma nova intranet para dinamizar a comunicação interna da Fundação e melhor integrar todas as 21 unidades.

Os programas de treinamento e capacitação para seus profissionais, buscando garantir a qualidade da prestação de serviço nos setores gerenciais, técnicos e administrativos, em toda sua rede, treinaram 1.700 servidores nas áreas de gestão técnica e administrativa. Objetivando a conscientização da população sobre a importância da doação de sangue, foi promovida a Semana do Doador, em novembro de 2002, com repercussão imediata na doação voluntária.

Na área de pesquisa, está sendo desenvolvido um programa contínuo de capacitação do seu corpo técnico, no domínio do método científico. Várias pesquisas estão em andamento nas áreas de hemoglobinopatias, virologia, retrovirologia, hemostasia/trombose/coagulação, e sobre o perfil do doador em Minas Gerais. Para melhor atender ao paciente com hemoglobinopatia, a Hemominas implantou triagem para HBS nos exames de todos os doadores.

Desenvolveu-se e iniciou a implantação do sistema de custos, que possibilitará um melhor controle gerencial.

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig)

A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) possui 23 unidades hospitalares, oito localizadas no interior e as demais em Belo Horizonte, destacando-se o Hospital de Pronto-Socorro João XXIII, no atendimento às urgências e emergências, sendo referência para grande parte do estado.

Em resposta à forte pressão de demanda dos usuários do SUS, foram abertos mais 31 leitos de tratamento intensivo nos CTIs, sendo quatro no Hospital Eduardo de Menezes, quatro no Centro Geral de Pediatria, dois no Hospital Alberto Cavalcanti, dois no Hospital Júlia Kubitschek, nove no Hospital Regional Antônio Dias e dez leitos no Pronto-Socorro de Venda Nova, sendo realizadas 1.163.171 consultas ambulatoriais, 64.602 internações hospitalares e 27.449 cirurgias (destas, 20.680 em caráter de urgência/emergência), e 2.932.596 exames complementares de diagnóstico.

Realizou-se concurso público para preenchimento de 2.344 vagas para diversos cargos da área assistencial, administrativa e de apoio técnico do quadro de pessoal da Fundação.

Iniciou-se processo intensivo de capacitação das gerências de nível intermediário, visando a implementar modelo de gestão para resultados, desenvolvido sob orientação e suporte da Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG) e, exclusivamente no Hospital João XXIII, pelo Consórcio Senac/Fundação Vanzolini, com o patrocínio do Ministério da Saúde. Diversos outros treinamentos internos foram realizados tendo sido qualificados, no ano, 2.958 servidores em diversas áreas e atividades. Paralelamente, a realização do 1º Seminário de Enfermagem e do 1º Seminário de Nutrição e Dietética, a Fhemig mobilizou um grande contingente de profissionais dispostos a participarem no desenvolvimento de plano de melhoria das respectivas áreas, revelando a estratégia maior de investimento permanente no aprimoramento de ações e atividades. Foi habilitada no Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH) da Fapemig e propiciou estágio curricular e extracurricular para mais de 13.209 estudantes, vinculados a 38 instituições de ensino conveniadas, das mais diversas áreas como enfermagem, medicina, psicologia, fisioterapia e nutrição, entre outras. Na área de pós-graduação manteve, com reconhecido padrão de excelência,

programa de Residência Médica, devidamente credenciado pelo MEC, tendo assegurado a capacitação de 244 médicos em diversas especialidades médico-cirúrgicas.

A confecção de roupas hospitalares e manutenção de mobiliário vem sendo garantida por meio de parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, contando com a participação e envolvimento dos recuperandos do sistema prisional, revelando-se uma alternativa preciosa, pela conjugação de políticas setoriais visando ao bem coletivo.

Está em fase de implementação o Programa de Gestão da Informação, por meio de esforços dirigidos, concomitantemente à qualificação e capacitação de recursos humanos e à organização e padronização do processo de coleta e processamento de dados, visando a análise propositiva que fundamente e potencialize a tomada de decisões. Dando prosseguimento ao plano estratégico de informatização dos hospitais, diversos equipamentos foram adquiridos e o programa específico de gerenciamento de unidades hospitalares encontra-se em desenvolvimento.

Fundação Ezequiel Dias (Funed)

A Fundação Ezequiel Dias (Funed) traz em seu bojo contribuições substanciais para solidificar os projetos em desenvolvimento, o que está sendo consolidado com a revisão do seu estatuto e finalização da proposta de uma estrutura organizacional mais moderna, ágil e dinâmica, que permita uma otimização dos seus serviços e atividades produtivas, com melhor desempenho.

Dispondo de um complexo fabril que congrega duas frentes de produção - a linha de produtos farmacêuticos e a linha de produtos imunobiológicos - a Fundação teve, em 2002, grande participação na Secretaria de Estado da Saúde, no tocante a fabricação e fornecimento aos 853 municípios do estado dos 42 itens que compõem a cesta básica de medicamentos. Vinculada ao sistema de laboratórios oficiais produtores de medicamentos do país, a Divisão de Produção Farmacêutica vem não apenas aumentando sua capacidade produtiva ao longo destes últimos três anos como, em 2002, desenvolveu e produziu dois novos produtos, a Nevirapina 200 mg e Glibenclamida 5 mg. Além dos medicamentos fornecidos à Secretaria de Estado da Saúde, a Funed participou da produção de medicamentos estratégicos para o Ministério da Saúde produzindo três itens para atender aos programas da hanseníase e HIV para todo o Brasil. São eles: Didanosina, Nevirapina e Talidomida, que compõem o coquetel anti-HIV, destacando-se que a Fundação é o único laboratório do país a fabricar a Talidomida. Cabe ressaltar que, em 2002, a produção dos anti-retrovirais foi incrementada em 40% para atender a este programa, decorrente das dificuldades de outros laboratórios em adquirir matérias-primas.

A Divisão de Imunobiológicos responde pela produção de mais de 30% dos soros anti-peçonhentos no país, tendo registrado um aumento de 10% em sua produção. Constitui-se em referência para escolas e instituições públicas e privadas, como centro educativo no trato e cuidado com animais peçonhentos. E garantindo a qualidade e controle dos produtos farmacêuticos e imunobiológicos, uma equipe de técnicos de qualidade procedeu à cerca de 12 mil análises, entre produtos acabados, matérias-primas e material de embalagem.

Dentro do seu plano estratégico de modernização e ampliação do seu parque industrial, a Fundação Ezequiel Dias, em parceria e com apoio do Ministério da Saúde, investiu R\$ 7 milhões em obras e equipamentos. Encontra-se em fase de conclusão a fábrica de produtos genéricos, equipada com um sistema compacto de produção de comprimidos, o mais moderno equipamento hoje na área farmacêutica “Sistema de Beens”, com capacidade de produzir 1 bilhão de unidades farmacêuticas/ano, o que significa triplicar a produção de medicamentos já para 2003.

Consolidando este crescimento, construiu um novo almoxarifado de expedição com uma área de 1.400 metros quadrados; edificou o setor de Desenvolvimento Farmacotécnico, bem como a fábrica de antibióticos e anti-retrovirais, com capacidade para produzir 5 milhões de unidades farmacêuticas/ano. Um investimento do Tesouro, na ordem de R\$ 3,2 milhões está sendo aplicado na fábrica de líquidos (xaropes) visando a modernizar os equipamentos, aumentando a produção destes medicamentos de 13 mil unidades/dia para até 80 mil unidades/dia. O biotério inaugurou suas novas instalações ampliando sua capacidade de produção para 12 mil animais/mês, tendo sido elevado à condição de biotério de referência do país.

O Instituto Octávio Magalhães caracteriza-se como Laboratório Central de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, integrando a rede de laboratórios oficiais do país. Numa ação de parceria com as Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica, nos níveis federal, estadual e municipal, tem atuado como interlocutor, integrando suas atividades diagnósticas e de pesquisa às ações efetivas de prevenção, proteção e controle de doenças e agravos à saúde, em consonância com as prioridades do Sistema Único de Saúde, visando a melhores condições de vida da população. Foram realizados 161.007 mil exames laboratoriais para o diagnóstico da doença de Chagas, leishmaniose visceral, meningites bacterianas, cólera, AIDS, tuberculose, dengue, febre amarela, sarampo, entre outros.

Efetuiu análises de qualidade da água e da toxicologia e microscopia de alimentos, medicamentos, saneantes, cosméticos, identificando suas características em relação aos padrões exigidos. Produziu também mais de 180 mil placas de meios de cultura para exames laboratoriais internos e para outros órgãos de saúde.

Foi contemplada no Projeto de Vigilância em Saúde (VIGISUS), considerando o seu papel de referência laboratorial na saúde pública. Para isto foram implementados cinco laboratórios macrorregionais, em consonância com o Plano Diretor de Regionalização da Assistência.

Investiu-se em ampliação e equipagem de seus laboratórios tendo em vista a implementação de ações efetivas nas áreas de biossegurança e qualidade de serviços laboratoriais.

Foram capacitados profissionais de todo o estado para implantação das normas da ISO 17.025, bem como difusão de suas práticas em microbiologia humana e de produtos, análises físico-químicas, microscopia, micotoxinas, micologia e análises sorológicas.

Tendo por objetivo a pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos básicos e aplicados para a obtenção de produtos de natureza biomédica, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento sempre teve como fonte de estudos toxinas e venenos de serpentes e artrópodes.

Em 2002, a linha de pesquisa tradicional foi acrescida da bioprospecção de plantas medicinais para a inovação farmacêutica e o uso sustentável da biodiversidade. Desenvolve, no momento, 13 projetos de pesquisa em parceria com universidades e outros órgãos vinculados à ciência e tecnologia. Destes, dez projetos contam com o apoio da Fundação Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e três, do Conselho Nacional de Pesquisa. Dentre estes, destacam-se o “Desenvolvimento de produtos e processos para diagnóstico de enfermidades de importância para a Saúde Pública no Brasil”, bem como o “Plano de Mobilização em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável 2000-2002”, com o compromisso de desenvolver produtos e processos de aplicação na área da saúde. Estes produtos contribuirão tanto do ponto de vista social quanto financeiro, já que propõem maior eficácia, rapidez e precisão nos diagnósticos. Com o objetivo de divulgar a produção científica de Minas Gerais, nove pesquisadores apresentaram 34 trabalhos em congressos e seminários nacionais, além de mais de 15 artigos em revistas de circulação internacional. Contribuíram para a formação de recursos humanos em pesquisa no estado, tendo em seu quadro estagiários e 12 bolsistas de iniciação científica, mestrado, doutorado.

Dentro da sua missão institucional de formadora de recursos humanos do setor saúde, a Escola de Saúde Pública (ESP-MG) atuou na qualificação de profissionais em nível superior, para as áreas de Vigilância da Saúde, Saúde Mental, Gestão de Sistema de Serviços de Saúde, entre outras. Atuou, também, na habilitação de profissionais de formação básica e de nível médio, com ênfase na formação de auxiliar de enfermagem, para todo o estado. Além disso, manteve suas atividades de cooperação técnica com municípios do estado, prestando assessoria e contribuindo para municípios mais saudáveis.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Saúde	163.546.655	195.665.739				
101210012.401.0001 - Planejamento e Gerência do Sistema Único de Saúde	21.557.023	23.043.801				
101220012.039.0001 - Direção Superior do Sistema Único de Saúde	4.583.455	4.356.242				
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	24.638.441	22.566.787				
101220012.821.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Saúde	200.000	22.536				
101220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.248.000	1.919.938				
101280014.186.0001 - Capacitação e Formação de Recursos Humanos	2.123.408	5.178.831				
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	43.971.264	55.360.366				
103014014.584.0001 - Coord., Assessoramento e Supervisão das Ações de Promoção da Saúde	65.142.541	82.979.054				
103044014.585.0001 - Coord. e Execução das Ações de Vigilância Sanitária	71.362	131.731				
103054014.586.0001 - Coord. e Assessoramento da Gestão Municipal nas Ações de Vigilância Epidemiológica	11.161	106.453				
Fundação Ezequiel Dias - FUNED	69.393.669	58.792.381				
101220012.206.0001 - Direção Superior	1.642.608	1.297.754				
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	6.403.821	7.240.236				
101220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	988.739	491.705				
101227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	5.476.437	5.476.436				
101280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	417.653	77.105	Profissional Treinado (Profissional)	648	365	3 - 12

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	3.428.439	2.522.355				
103030991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	4.975.632	3.627.649	Unidade Predial Construída (Unidade)	6	1	2 - 3
			Unidade Predial em Reforma/Ampliação (Unidade)	15	2	2
103034024.472.0001 - Suporte Laboratorial à Vigilância Sanitária e Epidemiológica	12.567.243	8.114.041	Exame e Análise Laboratorial Realizado (Análise)	171.630	161.007	0
			Meio de Cultura Produzido (Placa)	181.600	182.428	0
			Treinamento Laboratorial Realizado (Pessoa)	136	315	5
			Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	7	6	0
			Supervisão Técnica Realizada (Supervisão)	21	19	0
103034034.474.0001 - Controle de Qualidade de Produtos, Processos e Serviços	1.907.654	1.141.401	Ensaio Realizado (Ensaio)	42.900	30.545	4
103034044.188.0001 - Desenvolvimento e Produção de Medicamentos e Fitoterápicos	22.293.483	20.645.868	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	11	7	4
			Medicamento Produzido (Unidade Mil)	422.300	262.927	4 - 10 - 12
103034044.357.0001 - Desenvolvimento e Produção de Imunobiológicos e Hemoderivados	2.613.486	2.143.028	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	4	6	13
			Soro Produzido (Ampola)	145.508	165.885	6
103634074.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	5.037.129	4.583.492	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	21	7	4
			Pessoal Qualificado (Pessoa)	1.103	10	13
			Profissional de Nível Médio Habilitado (Aluno)	3.585	2.265	11
			Profissional de Nível Superior Capacitado (Aluno)	22.514	2.898	4 - 10 - 11
			Cooperação Técnica Realizada (Município)	56	21	4 - 11
105714064.471.0001 - Geração de Conhecimentos Científicos e Biotecnológicos	1.641.345	1.431.311	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	13	15	0
			Tecnologia Aplicada (Exame/Teste)	1.800	750	2
			Nova Tecnologia Aplicada a Produtos e Processos (Tecnologia)	3	1	8
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG	365.356.460	338.054.147				
101220012.206.0001 - Direção Superior	397.000	286.802				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	24.668.102	34.061.156				
101220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.074.400	1.308.119				
101227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	1.130.466	1.237.210				
101280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	903.600	674.419	Estágio Acadêmico Realizado (Estudante)	7.200	13.209	5
			Pessoa Treinada (Pessoa)	2.500	2.928	5
			Pesquisa em Andamento (Pesquisa)	25	24	-
			Profissional Qualificado em Curso de Nível Médio/Área da Saúde (Aluno)	360	30	9 - 1
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	9.795.671	12.761.808				
103020991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	38.218.100	5.654.248	Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	18	9	4 - 3
103024084.379.0001 - Atendimento Hospitalar Geral	105.124.682	107.142.138	Cirurgia Realizada (Cirurgia)	3.900	6.769	5
			Alta Realizada (Alta)	13.900	16.443	5
			Consulta Realizada (Consulta)	286.700	313.088	-
			Terapia Diversa Realizada (Atendimento)	364.700	247.237	4
			Exame na Atenção Hospitalar Realizado (Exame)	170.300	257.140	5
			Exame na Atenção Ambulatorial Realizado (Exame)	268.100	268.795	-
			Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	600.200	679.264	5
			Paciente/Domiciliar Atendido (Paciente)	1.100	1.065	-
103024084.423.0001 - Atendimento de Urgência e Emergência	179.944.439	169.760.735	Cirurgia Realizada (Cirurgia)	25.250	20.680	4
			Alta Realizada (Alta)	52.900	48.159	-
			Consulta Realizada (Consulta)	1.004.150	850.083	4
			Terapia Diversa Realizada (Atendimento)	590.000	366.299	4
			Exame na Atenção Hospitalar Realizado (Exame)	848.000	868.849	-
			Exame na Atenção Ambulatorial Realizado (Exame)	1.601.500	1.537.812	-
			Paciente Domiciliar Atendido (Paciente)	750	591	4
			Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	1.055.600	1.186.729	5

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103634074.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	4.100.000	5.167.512	Residência Médica Oferecida (Residência Médica)	244	244	-
Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS	53.065.150	48.284.193				
101220012.206.0001 - Direção Superior	491.000	351.903				
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	8.725.800	12.487.051				
101220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	510.650	369.954				
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	700.200	428.255				
103020991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	4.497.500	1.949.750	Unidade Predial em Reforma/Ampliação (Unidade)	5	5	-
103024094.230.0001 - Desenvolvimento do Programa de Sangue e Hemoderivados	38.080.000	32.631.860	Consulta Médica Realizada (Consulta)	400.000	418.201	-
			Doador Apto Clínico Atendido (Doador)	240.000	248.483	-
			Hemocomponente Liberado (Bolsa)	600.000	600.071	-
105714064.424.0001 - Estudos e Pesquisas em Hematologia e Hemoterapia	60.000	65.420	Pesquisa em Andamento (Pesquisa)	4	4	-
Fundo Estadual de Saúde - FES	766.851.222	529.126.856				
101280014.186.0001 - Capacitação e Formação de Recursos Humanos	12.266.956	1.173.934	Servidor Treinado em Administração e Planejamento (Servidor)	1.967	833	4
			Servidor Treinado em Vigilância Epidemiológica (Servidor)	2.155	2.169	-
			Servidor Treinado em Vigilância Sanitária (Servidor)	525	1.512	-
			Servidor Treinado em Promoção à Saúde (Servidor)	905	861	-
			Pessoa Treinada (Pessoa)	8.536	1.013	4
101280014.186.0002 - Apoio a Formação de Profissionais do SUS	1.104.285	786.593	Estágio Acadêmico Realizado (Estudante)	4.800	1.426	4
103014014.584.0001 - Coord., Assessoramento e Supervisão das Ações de Promoção da Saúde	139.439.235	26.277.605	Evento Realizado (Evento)	20	169	7
			Assessoria Prestada (Assessoria)	853	1.120	5

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103014014.589.0001 - Implantação do Programa de Saúde da Família e Agentes Comunit. de Saúde	16.671.674	105.281	Campanha Educativa Realizada (Campanha)	12	42	5
			Material Instrucional Elaborado (Material)	250	11	4
			Central de Atendimento ao Desnutrido Implantada SISVAN (Central)	12	0	8
			Ação de Promoção à Saúde Realizada (Ação)	360	304	4
			Procedimento Oftalmológico Realizado (Procedimento)	35.000	18.633	2
			Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento Implantado (Município)	853	642	4
			Material Instrucional Distribuído (Material)	1.147.000	451.650	4
			Supervisão Realizada (Município)	853	853	-
			Recurso Repassado (Município)	12	182	5
103024104.600.0001 - Controle e Apoio Assistencial da Rede Ambulatorial	139.480.000	163.905.660	Equipe PSF Implantada (Equipe)	400	917	5
			Equipe PACS Implementada (Equipe)	2.400	21	4
			População do PSF Atendida (Pessoa)	6.700.000	3.850.200	4
			População do PACS Atendida (Pessoa)	6.500.000	139.533	7
103024104.600.0002 - Controle e Apoio Assistencial da Rede Hospitalar	182.020.000	213.883.914	Município Avaliado-Base de Dados-SIA/SUS (Município)	784	842	-
			Processamento Ambulatorial Realizado (Município)	808	808	-
103024104.600.0003 - Assistência Farmacêutica	130.331.136	86.571.506	Unidade Hospitalar Avaliada/PNASH (Unidade Hospitalar)	762	1.282	7
			Processamento Hospitalar Realizado (Unidade Hospitalar)	464	464	-
103024104.600.0004 - Auditoria nos Sistemas Municipais de Saúde	4.854.563	209.581	Medicamento Básico Distribuído (Medicamento)	45	209.987.013	5
			Medicamento Especial Distribuído (Medicamento)	19	89.931.552	5
			Pessoa Atendida com Medicamento Excepcional (Pessoa)	240.100	10.674.814	5
			Auditoria Realizada em Município de Gestão Plena de Sistema (Auditoria)	62	124	5
			Auditoria Realizada em Município de Gestão Básica (Auditoria)	1.040	504	5

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103024104.600.0005 - Descentralização do Atendimento de Urgência e Emergência	6.725.711	4.926.227	Auditoria Realizada em Município não Habilitado (Auditoria)	5	0	9
			Unidade Hospitalar Contemplada (Unidade Hospitalar)	17	17	-
			Central Regional MG Transplante Implantada (Central)	5	5	-
103024104.600.0006 - Recuperação Física da Rede Assistencial	71.052.558	2.774.837	Unidade de Saúde Contemplada (Unidade de Saúde)	1	2	5
103044014.585.0001 - Coordenação e Execução das Ações de Vigilância Sanitária	17.371.474	4.778.713	Evento Realizado (Evento)	15	25	5
			Vistoria Realizada (Vistoria)	10.000	13.619	5
			Material Instrucional Elaborado (Material)	5	2	4
			Serviço de Vigilância Sanitária Implantado (Município)	90	19	7
			Município Acompanhado e Avaliado (Município)	230	146	4
			Material Instrucional Distribuído (Material)	6.000	42.000	5
103054014.586.0001 - Coord. e Assessoramento da Gestão Municipal nas Ações de Vigilância Epidemiológica	45.533.630	23.733.005	Campanha de Vacinação Humana Realizada (Campanha)	5	5	-
			Sistema de Informação Epidemiológica Implantado (Sistema)	8	2	4
			Material Instrucional Elaborado (Material)	20.030	60	4
			Sistema de Informação Epidemiológica Mantido (Sistema)	6	28	7
			Ação de Vigilância Epidemiológica, Entomológica e Controle do Vetor Realizada (Ação)	350	28.895	5
			Dose de Vacina de Rotina Aplicada (Dose)	9.120.582	7.911.029	4
			Posto de Saúde Indígena Implantado (Posto)	6	0	8
			Ação de Epidemiologia e Controle de Doenças Realizada (Ação)	8.116	980	4
			Animal Vacinado Contra Raiva (Animal)	2.060.335	2.123.725	-
			Material Instrucional Distribuído (Material)	2.230.000	9.219.980	7
			Centro de Controle de Zoonoses Implantado (Centro)	5	0	8
TOTAL	1.418.213.156	1.169.923.316				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

A Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Setascad) e órgãos a ela vinculados, Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente (CAADE) e Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (Utramig), promoveram, em 2002, ações de fortalecimento e concretização das diretrizes estabelecidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), cumprindo e aperfeiçoando o estabelecido no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG-2000/2003).

A Setascad é o órgão gestor responsável pela política pública estadual de assistência social. Com base na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei Federal 8.742, de 7/12/93 – visa a assegurar ao cidadão que não possui os mínimos sociais, proteção, promoção, prevenção e inclusão. O atendimento é prestado desde a criança pequena até o idoso, sendo considerado seu contexto familiar e comunitário.

A Política de Assistência Social é construída e monitorada pelos conselhos: de Assistência Social; da Criança e do Adolescente; do Idoso e da Pessoa com Deficiência, mediante parcerias com organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas, oferecidas nas regionais das cidades.

É importante ressaltar que houve um incremento de recursos federais de R\$ 8.414.762,53 (239%) no exercício de 2002, representado pelo apoio aos projetos encaminhados pela Setascad, destinados ao atendimento das famílias, bem como aos programas de erradicação do trabalho infantil, e aos municípios de baixo IDH integrantes do programa Portal do Alvorada, entre outros.

A Setascad apoiou e assessorou tecnicamente os municípios mineiros no cumprimento legal da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Esta ação atendeu a demanda de gestores municipais, conselhos municipais e entidades, mediante o atendimento individual, oferta de manuais de orientação técnica, reuniões de trabalho, além de auxiliar tecnicamente a Comissão Intergestora Bipartite (CIB), possibilitando o registro de 519 municípios habilitados à gestão municipal do sistema descentralizado da assistência social.

A efetivação do sistema descentralizado e participativo da assistência social tem como fim a inclusão e a universalização dos direitos.

A Superintendência de Relações de Trabalho (SRT), na implementação do Plano Estadual de Qualificação (PEQ/2002), não obstante as dificuldades financeiras experimentadas com a redução de 75% do plano original, contratou 90 entidades executoras, treinou 58 mil trabalhadores, nos 853 municípios mineiros. Importante destacar que o Plano de Qualificação objetiva a ampliação das oportunidades de trabalho ou geração de rendas de pessoas vulneráveis econômica e socialmente. Além disso, o PEQ é desenvolvido com base na participação ativa da sociedade, pela atuação do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER), em todo processo de execução e monitoramento do plano.

Ainda na SRT, foram realizados regionalmente o VIII Seminário das Comissões Municipais de Emprego e VI Feira de Qualificação Profissional, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Governador Valadares, Varginha, Divinópolis, Poços de Caldas, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, Araçuaí, Curvelo, Montes Claros, Ituiutaba, Uberlândia, Almenara, São João del Rei, Timóteo, Patos de Minas, Paracatu e Uberaba.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE), em seus 78 postos de atendimento visando sempre ao apoio ao trabalhador, melhorando suas condições de acesso ou retorno ao mercado de trabalho inscreveu 329.010 trabalhadores, encaminhou 145.335 para emprego e colocou 42.747 trabalhadores para as 60.374 vagas registradas em 2002. O percentual de 66% na colocação é resultado da baixa escolaridade do trabalhador e deficiência na qualificação e exigência do empregador na oferta de vaga.

Na intermediação de mão-de-obra informal, foram registrados 9.712 encaminhamentos. Foram ainda expedidas 51.417 Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e habilitados 141.528 trabalhadores no seguro-desemprego.

Como forma de assegurar a participação da sociedade na gestão Política do Trabalho, a Setascad apoiou e orientou integralmente o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda em todas as ações necessárias ao seu pleno funcionamento, subsidiando os municípios com análise dos instrumentos normativos na criação e funcionamento das Comissões Municipais de Emprego (CME), com 10 novas, elevando para 540 os municípios com essas comissões em Minas Gerais.

Por iniciativa da Setascad, foi assinado em 14 de outubro o Pacto Pelo Emprego, que visa a garantir a contratação de, no mínimo, 30% de trabalhadores cadastrados no SINE nas localidades mineiras onde estão sendo construídas hidrelétricas e órgãos públicos. O pacto foi firmado entre as Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento; Transportes e Obras Públicas; da Indústria e do Comércio e as empresas Cemig,

Centrais Elétricas da Mantiqueira, Consórcio Candonga, HPI do Brasil Ltda., Complexo Energético Capim Branco, Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina e Companhia Paraibuna de Metais e Construtora Andrade Gutierrez.

A Superintendência de Assistência Social (SAS) executou os programas, a seguir mencionados, bem como supervisionou-os nos municípios mineiros – Gestão Municipal, estando discriminado o atendimento da Gestão Estadual.

A execução do Programa Federal de Serviços Assistenciais de Ação Continuada, que financia entidades sociais e prefeituras municipais prestadoras de serviços assistenciais de caráter continuado (criança em creche, pessoas portadoras de deficiência em clínicas e entidades e idosos, em sistema asilar ou meio aberto), permitiu o atendimento de 167.149 crianças de até 6 anos, sendo 155.633 em Gestão Municipal e 11.516 em Gestão Estadual, com um custo de R\$ 1.170.942,92, e de 11.434 idosos, sendo 11.284 em Gestão Municipal e 150 em Gestão Estadual, este com custo de R\$ 104.631,74, além de 23.119 pessoas portadoras de deficiência, 22.721 na Gestão Municipal e 398 na Gestão Estadual, ao custo de R\$ 104.631,74. Todos os recursos para tal foram alocados no Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), por meio de transferência do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

O Programa Estadual de Atendimento ao Migrante, no Centro de Referência Estadual de Migrante (CREM), tem como objetivo ações de triagem, cadastramento, pronto-atendimento, higienização, alimentação, orientação, estudo de caso, albergamento e encaminhamentos sociais para balcões de emprego, de famílias e pessoas. Estas chegam à capital e procuram o Terminal Rodoviário de BH à procura de passes sendo muitas vezes encaminhadas ao CREM. A Agência da Rodoviária e outras localizadas em Governador Valadares, Montes Claros, Teófilo Otoni e Varginha realizaram 17.776 atendimentos, ao custo de R\$ 210.417,17. Já a assistência à população de rua é prestada pelo Centro de Triagem e Encaminhamento Social (CETES), em Belo Horizonte, que abriga simultaneamente até 100 pessoas, ao custo de R\$ 134.953,56.

Atendendo ao disposto no Artigo 21 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que prevê revisão periódica a cada dois anos, a contar da data de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), foram transferidos ao estado recursos federais de R\$ 1.134.000,00 e promovida a conferência de 38.994 benefícios (segunda e terceira revisões) a portadores de deficiência e idosos. As ações foram executadas numa parceria entre a Setascad e as prefeituras municipais.

O Programa Federal de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que objetiva a eliminação do trabalho infantil, beneficiou 7.612 crianças em 190 municípios, envolvendo recursos de R\$ 980.442,50, todos aplicados no FEAS.

Conclusão do Programa Roda Moinho, também federal, iniciado em 2000, em 10 municípios do Vale do Jequitinhonha e com grande índice de mortalidade infantil, atendeu a mil crianças de até 6 anos, em situação de desnutrição. Estes recursos viabilizaram a aquisição de equipamentos para o processamento de multimistura e fornecimento de alimentação.

O programa federal Agente Jovem, destinado ao jovem entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social, oferece capacitação a 8.610 adolescentes para atuarem em projetos sociais totalizando recursos da ordem de R\$ 525 mil ao ano.

Outro programa federal, o Comunidade Ativa, que promove incremento social por meio da indução do desenvolvimento local, integrado e sustentável como forma de combate à pobreza e de promoção de localidades carentes, teve sua interlocução exercida pela Setascad. Este programa, com pactuação de ações do governo federal e estadual, inicialmente foi implantado em cinco municípios do Vale do Jequitinhonha e com posterior expansão para outros, totalizando 76 municípios.

A Superintendência de Assistência Social (SAS) também atuou na implementação de portais do Alvorada, por convênio com o governo federal, em 145 municípios do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, como ação do Programa Alvorada, para municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Projeto Portais do Alvorada objetiva o desenvolvimento de atividades socioeducativas, a identificação de famílias de baixa renda e seu encaminhamento aos serviços existentes no município, além de viabilizar o acesso a ações combinadas de outros programas, ao custo de R\$ 4.472.472,00.

A Superintendência da Criança e do Adolescente (SUCAD) concentrou seus esforços em viabilizar a descentralização político-administrativa e na municipalização do atendimento como previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As ações desenvolvidas pela Sucad possibilitaram o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal/social, incluindo portadores de deficiência no Estado de Minas Gerais, mediante a execução direta de programas e projetos, e a coordenação de programas executados pelos municípios.

Assim, destacam-se como de execução direta os programas de atendimento em abrigo (Casa Lar, Casa de Passagem, Centros Educacionais) e de atendimento em meio aberto (UAE, Curumim, Ciame, Trabalho Educativo). Das ações de coordenação de programas executados pelos municípios ressaltam-se: Programa Agente Jovem e Sentinela. Somam-se ainda o assessoramento aos municípios na implantação do Projeto SIPIA, na criação de Conselhos Tutelares, incluindo a capacitação de conselheiros, e as ações de combate à violência doméstica e exploração sexual de crianças e adolescentes mediante atuação do Centro de Referência.

Na área de apoio às ações de cooperativismo, associativismo e desenvolvimento comunitário, da Superintendência de Desenvolvimento Comunitário e Cooperativismo (SUDECOOP), foram avaliados 120 projetos encaminhados ao Programa de Mobilização de Comunidades (PMC). A estas entidades foram destinados recursos para financiar atividades produtivas com vistas à geração de trabalho e renda.

No que diz respeito ao assessoramento aos municípios e entidades, a SUDECOOP assessorou 89 municípios, atendendo às solicitações de esclarecimentos relativos à formação de cooperativas e associações e procurando, assim, fortalecer suas entidades.

O programa Geração de Cooperativas Populares (GERACOOOP) analisou 157 projetos.

Estão vinculados à Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente os Conselhos Estaduais de Assistência Social; dos Direitos da Criança e do Adolescente; de Participação e Integração da Comunidade Negra; do Idoso; do Trabalho, Emprego e Renda; e da Pessoa Portadora de Deficiência.

O objetivo dos conselhos é o de deliberar, acompanhar, fiscalizar as políticas públicas e ações em todos os níveis, no âmbito do estado, naquilo que se encontra a ele subordinado. O desenvolvimento de suas atividades, centrado nas seguintes competências: formulação da política estadual de sua área de abrangência, fixando prioridades para consecução de ações; acompanhar e controlar a execução da Política Estadual em seu campo de atuação; normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no âmbito de sua atuação; indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento global do estado, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida de sua competência.

Os conselhos desenvolveram, entre outras, as seguintes ações:

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA: apoio e criação de Conselhos Municipais e Conselhos Tutelares; ações de erradicação do trabalho infantil; projetos para prefeituras e entidades, com recursos do FIA; realização de plenárias em municípios mineiros; capacitação de agentes sociais (conselheiros e gestores) para o projeto de combate à violência e exploração sexual.

Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS: implementação da Política da Assistência Social; reuniões regionais para implantação da política estadual de capacitação pelos conselheiros; aprovação de projetos com recursos do Fundo de Assistência (FEAS), e publicação do “Informativo CEAS”.

Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra – COPAR: elaboração de projeto que dispõe sobre a cota mínima de 20% para população negra no preenchimento das vagas relativas aos concursos para investimento em cargos e empregos públicos; projeto de criação de uma delegacia especializada de combate a crimes raciais, e estudo para o estabelecimento de uma política estadual que vise a assegurar os direitos da comunidade negra no estado.

Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda no Estado de Minas Gerais – CETER: incentivo à instituição de Conselhos Municipais de Trabalho em municípios do Estado de Minas Gerais; acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos públicos utilizados na geração de trabalho emprego e renda e na qualificação profissional no estado, priorizando os recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e fixação de objetivos, recursos, critérios e as metas do plano de qualificação profissional do Estado de Minas Gerais.

Conselho Estadual do Idoso: implemento da Política Estadual do Idoso que visa a assegurar os direitos dos idosos no estado; realização de seminário “As demandas de população que envelhece”, realizado em parceria com a Assembléia Legislativa.

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONPED: integração da Política Estadual para Portadores de Deficiência, visando assegurar os seus direitos no estado, e apoio a realizações de eventos e seminários.

Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (Utramig)

A Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (Utramig) realizou, durante 2002, as ações em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), a saber: matrícula de 1.425 alunos no CINTER (Centro Técnico Interescolar) nos cursos de Telecomunicações, Eletrônica,

Informática, Patologia Clínica, Enfermagem, Instrumentador Cirúrgico, habilitando 423 alunos. Por meio do Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ) qualificou 65 alunos nos cursos de Mecânica de Autos e Informática. No Programa de Formação Pedagógica para Docentes foram matriculados 342 alunos nos cursos de Matemática, Física, Química e Biologia. Destacam-se, ainda, as celebrações de contratos firmados com a MGS para capacitação de 203 servidores no curso de Qualificação e Aperfeiçoamento, e com a Setascad para realização de 55 cursos com 222 turmas num total de 3.130 alunos para qualificação profissional de pessoas desempregadas ou com risco de perder emprego, com recurso do FAT. Neste último contrato, foram atendidos 60 adolescentes em risco social e de famílias de baixa renda, 80 funcionários públicos, e desenvolvidas ações pelo Banco de Emprego, Posto do Sine. De janeiro a agosto de 2002 foram registrados 478 atendimentos, 101 encaminhamentos, 502 cadastrados, e 57 colocações no mercado de trabalho.

Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência (CAADE)

A Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência (CAADE), órgão autônomo da administração pública estadual, foi criada em maio de 1982 pela Lei 8.192 e regulamentada pelos Decretos 22.153/82 e 22.154/82.

No exercício de 2002, a CAADE implementou sua missão institucional de coordenar, orientar e fiscalizar as políticas públicas de proteção e assistência à pessoa com deficiência e, com o apoio de diversos setores da sociedade, buscou debater, defender, e legitimar as reivindicações, além de assegurar os direitos garantidos em lei.

No Programa InformAÇÃO, a CAADE buscou estimular a promoção de estudos e pesquisas, divulgar conhecimentos orientações e informações que facilitem a prevenção, o tratamento e a garantia dos direitos de deficientes e seus familiares, desenvolvendo ações no Núcleo Regional de Informações que nasceu do acordo firmado entre o Programa Nacional dos Direitos Humanos e a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE, projeto SICORDE).

Outro programa é ParticipAÇÃO, que atua no apoio às instituições, no fortalecimento, na implementação e criação de coordenadorias, conselhos municipais e associações representativas dos direitos das pessoas com deficiência.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente	79.058.355	51.673.238				
081210012.179.0001 - Planejamento Setorial	282.000	308.369				
081220012.023.0001 - Manutenção e Ampliação de Unidades Regionais	2.148.000	2.960.359				
081220012.206.0001 - Direção Superior	964.500	1.042.895				
081220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	10.987.590	9.507.168				
081220012.293.0002 - Operacionalização do Conselho do Trabalho, Emprego e Geração de Renda	100.000	25.979				
081220012.293.0003 - Operacionalização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	238.230	143.051				
081220012.293.0004 - Operacionalização do Conselho Estadual do Idoso	6.500	700				
081220012.293.0005 - Operacionalização do Conselho Estadual de Participação e Integração na Comunidade Negra	8.000	2.115				
081220012.293.0006 - Operacionalização do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	5.500	-				
081220012.293.0007 - Operacionalização do Conselho Estadual de Assistência Social	238.230	104.368				
081220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	219.900	213.138				
081280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	321.500	402.509				
081220012.822.0001 - Apoio à Implantação e Implementação do Sistema Descentralizado da Assistência Social	60.000	5.100	Evento Realizado (Evento)	5	4	5
			Município Assessorado (Município)	853	853	-
			Publicação Editada (Unidade)	5.000	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
082413364.907.0001 - Apoio e Atendimento à Pessoa Idosa	220.000	156.199	Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	1	1	-
082423334.908.0001 - Apoio e Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	2.275.000	2.209.184	Pessoa Portadora de Deficiência Abrigada (Pessoa)	520	429	4
082433344.909.0001 - Apoio e Atendimento à Infância e à Adolescência	6.186.000	6.098.583	Município Assessorado (Município)	400	853	5
			Criança/Adolescente Abrigada (Criança/Adolescente)	540	702	5
			Criança/Adolescente do Projeto Curumim/Ciames	5.800	4.400	4
			Atendida (Criança/Adolescente)			
			Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	50	31	5
			Implantado (Conselho)			
			Projeto Curumim/Ciames Municipalizado (Unidade)	12	1	4
			Projeto Abrigo Municipalizado (Unidade)	10	9	-
			Agente Social Capacitado - Projeto de Combate à			
			Violência e a Exploração Sexual (Agente Social)	120	413	5
082443434.524.0001 - Assistência Social à Família	622.500	490.823	Criança Adolescente Atendida - Projeto de Combate à	240	1.130	5
			Violência e a Exploração Sexual (Criança Adolescente)			
082727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	6.643.124	7.394.170				
112444424.487.0001 - Apoio às Ações de Cooperativismo, Associativismo e Desenvolvimento Comunitário	446.000	458.216	Evento Realizado (Evento)	2	1	1
			Entidade Assessorada-Programa de Mobilização de	70	138	5
			Comunidade (Entidade)			
			Município Assessorado-Programa de Mobilização de	100	90	-
			Comunidade (Município)			
			Entidade Assessorada-Projeto de Associativismo e	340	141	1
			Cooperativismo (Entidade)			
			Município Assessorado - Projeto de Associativismo	150	66	1
			e Cooperativismo (Município)			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
113314434.491.0001 - Prevenção de Acidentes no Trabalho	98.100	82.078	Projeto de Incubadora Tecnol de Cooperativa Implantado (Projeto)	100	157	5
			Evento Realizado (Evento)	2	2	-
			Publicação Editada (Unidade)	10.000	2.560	4
			Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	1	0	4
113314444.496.0001 - Intermediação de Empregos	6.955.000	4.636.657	Evento Realizado (Evento)	4	4	-
			Trabalhador ao Seguro Desemprego Atendido (Pessoa)	630.000	706.527	5
			Trabalhador para o Emprego Encaminhado (Pessoa)	150.000	120.387	4
			Publicação Editada (Unidade)	10.000	11.500	5
			Trabalhador Inscrito (Pessoa)	270.200	315.325	5
			Trabalhador Colocado (Pessoa)	24.000	40.678	5
			Trabalhador ao Seguro Desemprego Habilitado (Pessoa)	215.000	173.739	4
			Vaga no Mercado de Trabalho Captada (Vaga)	53.125	61.595	5
			Pessoa Teleatendida (Pessoa)	350.000	664.424	5
			Trabalhador para o Emprego Informal Encaminhado (Pessoa)	14.500	9.712	4
113324454.497.0001 - Apoio Operacional ao Programa de Geração de Emprego e Renda	474.200	287.784	Evento Realizado (Evento) (1)	1	18	13
			Comissão Municipal de Emprego Implantada (Comissão)	150	10	3
			Visita de Acompanhamento ao Empreendimento Realizada (Visita)	20	86	5
			Comissão Municipal de Emprego Assessorada (Comissão)	690	1.612	5
113324454.498.0001 - Estudos e Pesquisas na Área de Emprego	853.000	822.250	Estudo/Pesquisa Desenvolvido (Estudo/Pesquisa)	12	10	4
			Publicação Editada (Unidade)	2.000	600	4
113334464.492.0001 - Qualificação Profissional do Trabalhador	38.368.500	13.947.488	Evento Realizado (Evento)	15	21	5
			Município Atendido (Município)	853	853	-
			Trabalhador Qualificado/Requalificado (Pessoa)	300.000	84.960	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
113634474.494.0001 - Qualificação Profissional do Adolescente	336.981	374.055	Curso Ministrado (Curso)	2.000	2.752	5
			Equipamento para Portador de Deficiência Produzido (Equipamento)	600	764	5
			Adolescente Treinado (Pessoa)	40	40	-
			Conjunto Individual de Mobiliário Escolar Produzido (Conjunto)	16.000	3.640	4
Coordenadoria de Apoio e Assistência a Pessoa Deficiente - CAADE	276.953	741.722				
081220012.206.0001 - Direção Superior	181.155	254.692				
082424414.370.0001 - Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência nas Pol. Setoriais Básicas	86.448	478.179	Publicação Produzida (Unidade)	5	1	1
			Evento Promovido (Evento)	3	0	1
			Pesquisa Realizada (Pesquisa)	2	1	10
			Entidade Assessorada (Entidade)	40	45	5
082727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	9.350	8.851				
Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG	5.842.457	4.565.256				
121210012.615.0001 - Desenvolvimento das Ações de Planejamento	101.675	44.373				
121220012.206.0001 - Direção Superior	129.161	86.064				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.803.024	2.258.519				
121220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	190.000	115.055				
121227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	40.494	116.343				
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	263.478	134.635				
123634464.623.0001 - Qualificação Profissional	449.389	204.372	Aluno Matriculado (Aluno)	368	125	4

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
123634464.818.0001 - Capacitação Profissional	110.470	146.918	Turma Formada (Turma)	20	7	4
			Aluno Matriculado (Aluno)	300	203	4
			Turma Formada (Turma)	10	10	-
			Servidor Treinado (Servidor)	4.000	3.130	4
123637424.619.0001 - Formação de Técnico e Auxiliar Técnico dos Setores da Indústria Comércio e Serviços	1.386.138	1.127.054	Aluno Matriculado (Aluno)	800	1.425	5
			Turma Formada (Turma)	30	32	-
123647444.622.0001 - Formação Pedagógica para Docentes	368.628	331.923	Aluno Matriculado (Aluno)	360	342	-
			Turma Formada (Turma)	12	12	-
Fundo para Infância e Adolescência - FIA	1.750.650	609.777				
082433344.630.0001 - Apoio as Ações em Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	1.750.650	609.777	Município Beneficiado (Município) (2)	40	10	13
			Entidade Apoiada (Entidade) (2)	50	9	13
			Projeto Apoiado (Projeto)	50	2	4
			Bolsa Concedida/Trabalho Educativo (Bolsa)	4.800	4.956	-
			Criança/Adolescente Atendida - Programa de Educação, Lazer, Ofício e Saúde (Criança/Adolescente) (3)	4.160	0	13
			Família Capacitada - Programa de Alimentação Orientada (Pessoa) (3)	1.520	0	13
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	13.223.799	10.639.241				
082413364.907.0001 - Apoio e Atendimento à Pessoa Idosa	317.172	273.824	Idoso Abrigado (Idoso)	90	90	-
			Idoso Atendido em Meio Aberto (Idoso)	60	60	-
082423334.908.0001 - Apoio e Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	1.536.863	1.044.258	Pessoa Portadora de Deficiência Atendida (Pessoa)	598	398	3
			Pessoa Portadora de Deficiência Atendida/Unidade de Atendimento Especializada (Atendimento)	93.600	85.346	-
08243334.909.0001 - Apoio e Atendimento à Infância e a Adolescência	4.031.052	3.023.893	Criança/Adolescente Abrigada (Criança/Adolescente)	1.023	998	-
			Bolsa Concedida/Agente Jovem (Bolsa)	10.500	8.610	4
			Bolsa Concedida - Projeto de Erradicação do Trabalho	1.200	3.806	5

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
082443434.524.0001 - Assistência Social à Família	7.338.712	6.297.266	Infantil (Bolsa)			
			Criança/Adolescente Atendido - Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil (Criança/Adolescente)	1.200	3.806	5
			Criança Atendida - Projeto de Atenção à Criança de 0 a 6 anos (Criança)	11.518	11.516	-
			Centro de Juventude Implantado (Centro)	2	0	12
			Família Beneficiada (Família)	5.000	1.200	1
			População de Rua Atendida (Pessoa)	1.080	1.200	5 - 6
			Migrante Apoiado e Atendido (Pessoa)	14.520	17.776	5 - 6
			Município Assessorado/Comunidade Ativa (Município)	68	76	5 - 6
			Núcleo de Apoio à Família Implantado (Município)	1	4	5
			Portal da Alvorada Implantado (Município)	47	145	5
			Benefício Revisado/Benefício de Prestação Continuada (Benefício)	49.000	38.994	4
TOTAL	100.152.214	68.229.234				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

(1) Geração de Emprego e Renda: houve interiorização do Seminário das Comissões Municipais e Feira de Qualificação Profissional, realizado nas cidades sede das Regionais.

(2) FIA: Programas ELOS e PÃO - assumidos por ONG'S: Maxitel/Minas Tênis Clube/FIAT/TELEMIG CELULAR.

(3) FIA: A lei Eleitoral nº 9.504 de 30/09/1997 inviabilizou a possibilidade de alguns órgãos públicos e ONG's regularizarem suas pendências para receber recursos do FIA, impossibilitando o cumprimento das metas.

CULTURA

A Secretaria de Estado da Cultura em 2002, por intermédio de suas superintendências e órgãos vinculados, se empenhou em concluir projetos e realizar ações de grande relevância no cenário cultural de Minas Gerais, fundamentais para a consolidação da política cultural do governo do estado, em consonância com as diretrizes propostas pela atual gestão.

A Superintendência de Ação Cultural, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, contribuiu para o desenvolvimento cultural, a profissionalização e a divulgação da produção cultural do estado. Foram apresentados 1.890 projetos em 2002, para realização em 2003, representando um crescimento de 48,4% na demanda cultural em relação ao edital anterior. Neste ano, foram captados, na iniciativa privada, R\$ 19,2 milhões, atingindo a totalidade dos recursos disponibilizados pelo governo do estado. A partir de um extenso programa de divulgação de seus mecanismos no interior do estado, a lei vem-se consolidando como um importante instrumento de ação cultural e geração de renda em todo o território mineiro.

O projeto “Prestando Contas aos Mineiros: Uma Avaliação da Lei Estadual de Incentivo à Cultura”, desenvolvido a partir de uma parceria com a Fundação João Pinheiro, concretizou oito publicações e um relatório-síntese do pioneiro estudo sobre os resultados e impactos da lei na área cultural do estado, nos seus primeiros quatro anos de vigência.

O Programa de Apoio às Bandas de Música de Minas vem reiterando o compromisso da Secretaria de Estado da Cultura de incentivar o desenvolvimento artístico dos

músicos e mestres e de preservar as tradicionais corporações musicais. O Programa proporcionou, somente em 2002, a reposição instrumental a 105 bandas de 93 municípios, com recursos oriundos da COMIG e do patrocínio da Embratel, via Lei de Incentivo, totalizando 1 milhão de reais. Realizou, ainda, 20 cursos de aperfeiçoamento de músicos e mestres e de gestão de bandas de música.

Atuando na formação de recursos humanos para a área cultural, o Programa Oficina de Cultura efetivou 76 cursos de qualificação profissional em 39 cidades, atingindo cerca de 2.350 alunos, com recursos disponibilizados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A diretriz de apoio às manifestações da cultura imaterial, priorizada durante toda a atual gestão, orientou as ações de fomento aos projetos da cultura afro-brasileira com a publicação do livro *A Língua Mina-Jeje no Brasil: Um Falar Africano em Ouro Preto no Século XVIII*, fruto de parceria com a Fundação João Pinheiro, que passa a integrar a Coleção Mineiriana, e a edição do videodocumentário “Nobreza Popular – A Festa do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte”, registro inédito de uma festa de rara importância do patrimônio imaterial de Minas, entre outros projetos.

Destaque especial merece a inauguração, em Belo Horizonte, do Centro de Tradições Mineiras, a partir de lei sancionada pelo governo do estado. Coordenado pela Comissão Mineira do Folclore, tem como objetivo promover pesquisas, estudos e eventos relacionados à cultura popular do estado, além de atuar como um centro privilegiado de informações afetas à matéria.

O Programa de Apoio aos Festivais Culturais de Minas Gerais possibilitou a implantação do “Circuito Minas de Festivais” e a divulgação dessa atividade, em nível nacional e internacional, por meio da realização de Encontros de Realizadores de Festivais Culturais e da produção e distribuição do Catálogo do Circuito Minas de Festivais.

O Arquivo Público Mineiro (APM) consolidou seu papel na coordenação e implementação das ações de gestão, preservação e acesso aos documentos públicos e privados de interesse público, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Foram concluídos vários projetos que integram o programa de gerenciamento do acervo, com destaque para a reformatação, desenvolvida graças aos procedimentos de microfilmagem e digitalização. Com recursos provenientes de parcerias e financiamentos de agências de pesquisa e de apoio à cultura, executaram-se a microfilmagem dos conjuntos documentais do período colonial, a preservação e acesso à coleção de obras raras e preciosas, além da digitalização do acervo fotográfico, desenvolvida com cooperação técnica da PRODEMGE e do departamento de Ciência da Computação/UFMG.

Em suas ações de adequação e gestão de espaços de guarda do acervo, o APM encerrou o projeto de monitoramento climático de seus depósitos, tendo como resultado imediato a definição de soluções de proteção ao acervo.

Caracterizada como experiência-piloto, com efeito multiplicador em todos os órgãos e entidades da administração pública estadual, foi firmada parceria entre o Arquivo e a Secretaria de Estado da Fazenda, orientada para a implantação do projeto de avaliação dos documentos da SEF. Os resultados alcançados têm confirmado o

propósito de promover a eficácia e agilidade na recuperação da informação pública, em virtude da aplicação dos procedimentos de gestão documental.

Empreenderam-se várias iniciativas de tratamento e disponibilização do acervo custodiado, implementadas em cooperação com outras instituições e viabilizadas com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Destacam-se, entre esses projetos, a organização e digitalização do acervo de microfilmes do extinto DOPS, realizadas com o objetivo de dar acesso às informações de interesse do cidadão, especialmente para processos de indenização por tortura provocada por agentes do Estado, na vigência do regime militar.

A Superintendência de Bibliotecas Públicas cumpriu o seu papel de reunir e preservar o patrimônio literário, bem como o de oferecer à comunidade as mais diversas atividades e serviços de estímulo à leitura informativa, educativa e de lazer.

Atendeu cerca de 554 mil usuários, que utilizam os serviços oferecidos pela Instituição. O atendimento ao público não se restringe aos prédios que compõem sua estrutura. Por meio das 29 caixas-estantes, do carro-biblioteca e das bibliotecas sucursais, o acervo da Biblioteca Pública Estadual é disponibilizado a asilos, prisões, bairros distantes e outras instituições.

A sua atuação nos municípios mineiros foi intensificada por doações de acervos a 378 municípios e pelo Programa Exposições Itinerantes, que possibilitou a circulação das exposições comemorativas dos centenários de Henriqueta Lisboa, Emílio Moura e Carlos Drummond de Andrade, entre outras, no interior do estado. Além disso, 312 municípios receberam assessoria técnica, favorecendo a implantação e organização de bibliotecas municipais, tratamento de acervos, criação de Sociedade de Amigos e elaboração de projetos.

Foram levantados dados das 740 bibliotecas públicas municipais, que subsidiarão a publicação do “Cadastro do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais”.

Foram realizados, ainda, mais de 100 eventos culturais, entre lançamentos literários, palestras, debates, exposições de artes plásticas, de fotografias, de esculturas e diferentes eventos infantis para estímulo à leitura. Merece destaque a exposição “Raridades: Obras e Edições Literárias”, fruto do Programa de Preservação e Restauração de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, patrocinado pela Usiminas.

Iniciou-se o projeto “Informatização do Acervo da SUB”, que, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, captou R\$ 200 mil da Usiminas, que também patrocinou o término das obras de infra-estrutura elétrica, hidráulica, reforço de pilares, do andar térreo e do auditório, previstas no projeto de “Modernização e Revitalização do Prédio da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa”.

O Suplemento Literário de Minas Gerais, além da publicação e distribuição gratuita de 6.500 exemplares mensais, expedidos para todo o Brasil e exterior, editou dois números especiais, em comemoração ao centenário dos escritores mineiros Carlos Drummond de Andrade e Emílio Moura.

Realizou, ainda, em parceria com o Arquivo Público Mineiro, o projeto “Arquivo Literal” que, uma vez por mês, reúne ex-diretores, colaboradores e leitores, que

acompanham o suplemento desde sua criação, para prestarem seu depoimento sobre o periódico. Assim, a Superintendência pretende resgatar e organizar a memória do suplemento por meio da documentação em áudio e vídeo.

A Superintendência de Museus se esforçou para concluir amplos projetos iniciados nos anos anteriores, além de intensificar suas atividades e serviços prestados ao público.

Concluíram-se as obras de adequação arquitetônica do prédio do Museu Mineiro que, totalmente restaurado, reabriu suas portas com uma nova exposição de longa duração, intitulada *Colecionismo Mineiro*, cuja proposta curatorial consistente é expressa em arrojado projeto museográfico.

Com o objetivo de difundir conhecimentos no campo da museologia, relativos à criação e gestão de museus, a Superintendência de Museus publicou, em maio de 2002, o “Caderno de Diretrizes Museológicas 1”, distribuído aos 853 municípios mineiros. Considera-se que, com essa publicação, a Superintendência ampliou substancialmente a sua capacidade de incentivar a criação e implantação de novos museus e, principalmente, de disseminar valores e princípios preservacionistas.

O Museu Casa de Juscelino, em Diamantina, foi objeto de um projeto desenvolvido por meio de um convênio de cooperação técnica firmado com a Fundação João Pinheiro, com recursos oriundos do Tesouro Estadual. Após restaurado, o museu foi reaberto com nova exposição de longa duração, produto de ampla e detalhada pesquisa sobre os anos vividos por Juscelino em Diamantina.

Caracterizado como um projeto aberto, dinâmico e permanente, o Inventário do Acervo do Museu Mineiro sistematizou informações sobre o acervo da instituição, que serão disponibilizadas aos pesquisadores e ao público em geral na forma de um banco de dados.

Nos museus vinculados à Superintendência de Museus – Museu Casa Alphonso de Guimaraens, em Mariana, Museu Casa Guimarães Rosa, em Cordisburgo e Museu Casa Guignard, em Ouro Preto - foram priorizadas ações que assegurassem a preservação dos acervos, com procedimentos de higienização, conservação e acondicionamento. Foi também oferecido treinamento especializado às equipes locais, visando à continuidade do trabalho. Registra-se, ainda, em Mariana, Cordisburgo e Ouro Preto, a realização de um eficiente programa de ação educativa, sobretudo para estudantes da rede pública.

Em dezembro, foi inaugurado o Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em Juiz de Fora. Único do gênero no estado, o museu conta com um valioso acervo, que compõe um fiel registro da história econômica e social do país.

A Assessoria de Planejamento e Coordenação gerenciou a elaboração da nova página da Secretaria na internet, que conta hoje com uma moderna estrutura de informações, trazendo notícias, atrações e serviços especiais como o museu e o arquivo virtuais e os títulos oferecidos pela Biblioteca Pública estadual Luís de Bessa.

Coordenou ainda a realização do IV Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, em junho de 2002, durante o qual foram apresentadas e discutidas experiências de gestão cultural desenvolvidas em todo o país.

Fundação Clóvis Salgado (FCS)

A Fundação Clóvis Salgado, atestando sua crescente presença no mercado cultural, registrou, graças a uma programação intensa e diversificada, a presença de 708 mil pessoas nos eventos realizados em seus espaços.

Sua extensa agenda contemplou espetáculos de qualidade inquestionável, apresentando atrações nacionais e internacionais, além de relevantes exposições como “Miró Gravador”, “JK – O Estadista da Modernidade”, em comemoração ao centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek e “PTYX – 100 anos do poeta Carlos Drummond de Andrade”.

Projetos de difusão como “Quarta Lírica e Instrumental”, “Série Concertos para BH” e “Concerto no Parque” obtiveram sucesso crescente de público, proporcionando a fruição de música de qualidade gratuitamente ou a preços acessíveis.

Devido ao grande sucesso em 2001, a Fundação Clóvis Salgado trouxe de volta ao palco mineiro a ópera Aída, de Giuseppe Verdi, obra reconhecida internacionalmente por sua monumentalidade. Reafirmando sua vocação de centro de produção artística, levou a efeito a ópera O Guarani, de Carlos Gomes, a mais importante e famosa ópera brasileira.

Destaca-se, também, a produção de “Sonho de uma noite de verão (fragmentos amorosos)”, espetáculo da Companhia de Dança de Minas Gerais que teve uma turnê bem-sucedida em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Aracaju, Uberlândia, Goiás, Brasília, São Paulo, Pirinópolis e Ipatinga.

O IV Festival Internacional de Curtas-Metragens de BH exibiu mais de 230 filmes, de 35 países, em 120 sessões gratuitas, além de palestras, debates, oficinas e uma programação paralela com espetáculos de música, dança e outras manifestações artísticas.

O programa de extensão cultural, voltado para crianças, adolescentes e grupos de terceira idade, realizou várias atividades didáticas nas áreas de cinema, teatro, histórias contadas, música e artes plásticas, atingindo um público de 32 mil pessoas.

O Centro de Formação Artística, além dos cursos regulares de teatro, música e dança, promoveu a 3ª edição do Curso de Gestão Cultural, que visa a formar e qualificar profissionais para a área da cultura. Ofereceu, também, em convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação, o curso Teatro na Educação, para professores do ensino fundamental, médio e superior, atores, arte-educadores, agentes culturais e líderes comunitários, com o objetivo de inserir a linguagem teatral no processo educacional de crianças e adolescentes.

A Serraria Souza Pinto teve plena ocupação de sua agenda com eventos de grande porte como Feira Minas Calçados, Festival da Cachaça, Mundo Mix, Shows Musicais, Salão do Livro, entre outros.

Fundação Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA)

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais trabalhou no fortalecimento das políticas públicas de patrimônio, priorizando a ação direta com os municípios, valorizando amplamente o patrimônio cultural local.

Dentre as realizações de maior relevância destacam-se: o “Programa de Municipalização do Patrimônio Cultural de Minas Gerais”, que procura estimular a participação da comunidade na gestão do patrimônio cultural, com a implantação de políticas de proteção; a “Restauração do Antigo Banco de Crédito Real”, em Juiz de Fora, cuja edificação em estilo eclético é símbolo do desenvolvimento econômico da região; e o registro do modo de preparo e fabricação artesanal dos queijos mineiros como bem cultural de natureza imaterial.

Implantou o Programa “Uso da tecnologia digital no resgate da identidade histórico-cultural de Minas Gerais - IPAC/MG - Acesso Meio Digital”, com a digitalização e sistematização das informações contidas nos inventários elaborados pelo IEPHA/MG, desde a década de 80.

Estruturou, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação João Pinheiro, o programa de educação patrimonial, que visa a inserir, no currículo das escolas públicas, disciplinas de conscientização sobre o patrimônio cultural.

O IEPHA realizou obras de restauração no Edifício da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas e nas esquadrias do Palácio da Liberdade e prestou assessoria a diversos projetos e obras importantes como o conjunto Arquitetônico do Caraça, em Catas Altas, e o reforço estrutural das instalações elétricas e restauração do altar da capela de Nossa Senhora do Rosário, em Conceição do Mato Dentro.

Dando prosseguimento as suas atividades, desenvolveu pesquisas para elaboração de dossiês dos tombamentos da Fazenda Santo Antônio, em Esmeraldas; do Museu Casa Guimarães Rosa, em Cordisburgo; dos Museus Mariano Procópio, Banco de Crédito Real, Núcleo Histórico e Ferroviário e Usina de Marmelos Zero, em Juiz de Fora; da Fazenda Capela Pé do Morro, em Ouro Branco; e do Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária de Araguari.

Fundação de Arte Ouro Preto (Faop)

A Fundação de Arte de Ouro Preto, única instituição vinculada à Secretaria de Estado da Cultura com sede no interior, empenhou-se em ganhar as dimensões do estado. Cumpriu a missão original de fomentar a vida cultural da antiga capital, cidade patrimônio da humanidade, mas se fez presente em diversos outros centros de importância.

O programa de restauração de bens artísticos levou-a a Maria da Fé, com o restauro da Igreja Nossa Senhora de Lourdes; Várzea da Palma, Caeté e São Bartolomeu, com a restauração de imagens; Itabira, Antônio Dias e Coronel Fabriciano, com a recuperação do acervo da Diocese, entre outras ações.

Atuou, também, com o SEBRAE, no Projeto Resgate Cultural do Artesanato Mineiro em 21 cidades do Estado, reunindo alguns dos mais reconhecidos e genuínos mestres criadores do nosso artesanato, garantindo, assim, a continuidade de saberes e fazeres típicos. Trata-se de iniciativa pioneira de valorização das artes e ofícios tradicionais de Minas.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Cultura	12.036.392	12.393.516				
131210012.179.0001 - Planejamento Setorial	268.001	331.550				
131220012.206.0001 - Direção Superior	453.191	661.438				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.455.758	3.499.325				
131220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	100.000	107.939				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	4.265.413	4.478.756				
133915414.097.0001 - Gestão, Preserv. e Divulgação de Documentos Públicos e Privados de Int. Público	368.682	420.046	Usuário Atendido (Usuário)	4.800	4.426	4
			Evento Realizado (Evento)	1	3	5
			Documento Especial Processado (Planta/Mapa)	12.000	11.000	-
			Publicação Produzida (Publicação)	1	1	-
			Documento Microfilmado Processado (Documento)	240.000	220.000	-
			Servidor Treinado (Servidor)	120	90	3
			Documento Textual Processado (Metro Linear)	400	350	3
			Assessoria Técnica Prestada (Unidade)	96	169	5
			Comissão Permanente de Avaliação Instituída (Unidade)	4	4	-
			Documento Textual Recolhido (Documento)	100	1.000	5
			Documento Especial Recolhido (Documento)	250	150	4
			Documento Especial Restaurado (Documento)	120	600	7
			Documento Textual Restaurado (Documento)	400	1.500	7
			Documento Especial Conservado (Documento)	600	600	-
			Documento Textual Conservado (Metro Linear)	800	600	4
133915424.131.0001 - Preservação e Difusão do Acervo Museológico	862.697	727.894	Público Atendido (Pessoa)	15.500	12.000	4
			Evento Realizado (Evento)	15	7	4
			Unidade Museológica Assessorada (Unidade Museológica)	12	853	5 - 6
			Acervo Processado (Objeto)	900	1.200	5 - 6
			Acervo Conservado (Objeto)	280	1.500	5 - 6

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
133925434.133.0001 - Gestão do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas	1.335.427	1.347.357	Acervo Restaurado (Objeto)	9	15	5 - 6
			Usuário Atendido (Usuário)	625.679	554.000	4
			Evento Realizado (Evento)	116	123	-
			Biblioteca Assessorada (Biblioteca)	600	312	4
			Publicação Periódica Disponibilizada (Título)	95	25	3 - 4
			Novo Livro Disponibilizado (Volume)	47.700	51.360	-
			Novo Material não Bibliográfico Disponibilizado (Material)	263	0	3
			Livro Adquirido (Volume)	8.420	6.474	3
			Biblioteca Polo Instalada (Biblioteca)	20	0	3 - 4
			Biblioteca Beneficiada com Doação de Acervo (Biblioteca)	320	378	5
			Instituição Beneficiada com Caixa Estante (Instituição)	25	26	-
133925444.134.0001 - Edição e Distribuição de Publicações Literárias	137.420	154.417	Publicação Editada (Edição)	3	0	3
			Suplemento Literário Editado (Edição)	12	14	5
133925454.145.0001 - Fomento, Promoção e Difusão Cultural	789.803	664.794	Projeto Aprovado (Projeto)	1.200	500	4
			Projeto Analisado (Projeto)	1.500	1.890	5 - 6
			Projeto Incentivado (Projeto)	400	360	-
			Projeto Apoiado (Projeto)	80	95	5
			Projeto Promovido (Projeto)	300	50	3
			Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	4	12	5 - 6
			Curso/Congênere Realizado (Curso/Congenere)	40	76	5 - 6
			Aluno Qualificado (Aluno)	1.000	2.350	5 - 6
			Informação Cultural Divulgada/Pessoa Atendida (Pessoa)	800	725	-
Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP	475.014	1.081.040				
131220012.206.0001 - Direção Superior	142.250	167.697				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	22.700	21.505				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
133925454.174.0001 - Promoção Artístico Cultural	118.032	676.925	Evento Realizado (Evento)	45	52	5 - 6
133925464.569.0001 - Cursos Livres de Educação Artística Artes e Ofícios	192.032	214.913	Curso Realizado (Curso)	25	61	5 - 6
			Aluno Formado (Aluno)	300	1.818	5 - 6
Fundação Clóvis Salgado	8.104.215	9.900.665				
131220012.206.0001 - Direção Superior	177.340	136.494				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.477.467	2.739.602				
131220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	32.000	25.407				
131227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	20.037	358.481				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	895.371	733.265				
133925454.137.0001 - Produção e Apresentação de Espetáculos dos Corpos Estáveis	3.053.200	3.767.233	Público Atendido (Pessoa)	99.999	100.000	-
			Espectáculo Produzido e Apresentado (Espectáculo)	80	88	-
133925454.174.0001 - Promoção Artístico e Cultural	885.700	1.152.215	Público Atendido (Pessoa)	99.999	695.962	5
			Evento Realizado (Evento)	80	170	6
			Espectáculo Realizado (Espectáculo)	320	510	6
			Atividade de Extensão Cultural Realizada (Atividade)	150	200	6
			Sessão de Cinema Realizada (Sessão)	720	839	6
133925464.569.0002 - Cursos de Formação Artística	563.100	987.968	Curso Realizado (Curso)	9	9	-
			Aluno Formado (Aluno)	35	30	4
Fundação Inst. Est. do Patrimônio Histórico e Artístico de M.G. - IEPHA	3.592.920	5.093.374				
131220012.206.0001 - Direção Superior	269.933	310.982				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	770.571	957.544				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
131220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	104.588	74.932				
131227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	3.967	443.050				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	127.751	266.770				
133915474.511.0001 - Proteção de Acervo Cultural	463.607	441.693	Processo de Tombamento Realizado (Processo)	2	9	7
			Pesquisa Realizada (Pesquisa)	1	15	5
			Assessoria e Consultoria Prestada (Assessoria/ Consultoria)	203	719	5
			Aluno Qualificado (Aluno)	1.000	0	5
133915474.512.0001 - Preservação e Restauração de Bens Culturais	1.852.503	2.598.403	Projeto Elaborado (Projeto)	3	12	5
			Obra Executada (Obra)	4	6	5
			Projeto Aprovado (Projeto)	3	13	5
			Projeto Analisado (Projeto)	4	12	5
			Obra Fiscalizada/Acompanhada (Fiscalização)	6	30	5
			Serviço de Conservação Realizado (Manutenção)	12	12	-
Fundo Estadual de Apoio à Indústria Cinematográfica - FEAIC	1.000	-				
133925451.089.0001 - Apoio Financeiro a Produção Cinematográfica	1.000					
Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - FUNPAT	1.000	-				
133915471.675.0001 - Apoio a Preservação e Restauração de Bens Culturais	1.000					
TOTAL	24.210.541	28.468.595				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

ESPORTES

A Secretaria de Estado de Esportes (SEESP) desenvolve diversos programas e eventos esportivos, integrando todo o estado com financiamentos do Ministério do Esporte e Turismo (MET), recursos da Lei 9.981 (Lei Pelé) e da Loteria do Estado de Minas Gerais.

Em virtude do Programa Minas Esporte e Cidadania, com o objetivo de intensificar, divulgar e fortalecer a prática do esporte em todos os municípios de Minas, a SEESP apoia federações, associações desportivas e prefeituras municipais na reforma e/ou construção de ginásios e quadras poliesportivas, aquisição de material esportivo, bem como nas competições em geral. O estímulo ao esporte, como forma de inserção e integração social, o combate às drogas, à violência e, principalmente, contribui na melhoria da qualidade de vida e na garantia de um futuro melhor para a população.

Os três programas promovidos pela SEESP que se destacam, no retorno substancial sócioeconômico e cultural, são:

Jogos do Interior de Minas (JIMI) - Maior competição do esporte especializado de Minas Gerais, com a participação de atletas maiores de 16 anos de várias cidades do interior do estado. Contribui para a formação e a integração das pessoas e, principalmente, para o aprimoramento do nível técnico dos atletas mineiros. Movimenta o comércio como hotéis, restaurantes, lojas de materiais esportivos, e a conseqüente geração de emprego para técnicos, dirigentes, massagistas, pintores de quadras, bombeiros, eletricitas e serviços gerais.

Completo, em 2002, sua 18ª edição, com a inscrição de 210 municípios de todas as macrorregiões de planejamento do estado, a maioria pertencentes às macrorregiões Central, Sul de Minas e Jequitinhonha, e participação de 23 mil atletas em 6.359 jogos.

Programa Esporte Solidário - Tendo como objetivo integrar jovens à sociedade e ao mercado de trabalho por meio da prática esportiva, o Programa Esporte Solidário, em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo (MET), atende 20.983 adolescentes de 12 a 18 anos em situação de risco social, totalizando 200 núcleos distribuídos em Belo Horizonte e 181 municípios do interior de Minas Gerais. Destinado à promoção socioeconômica e cultural de jovens e adolescentes carentes, mediante parcerias com clubes, associações, prefeituras, empresas privadas e ONGs.

O programa desenvolve ações na área de saúde, complementação alimentar, palestras educativas, oficinas de arte e formação dos valores da cidadania e distribuição de material esportivo de uso pessoal.

Para estimular a prática esportiva, estabelecer intercâmbio entre os núcleos da capital e do interior no Programa Esporte Solidário, e a conseqüente integração de educandos, educadores e comunidades envolvidas, a Secretaria de Estado de Esportes realizou pela segunda vez os Jogos da Solidariedade. Foram disputadas partidas de futebol, futsal e voleibol masculino e feminino com jovens de extrema carência e com poucas oportunidades de vivenciarem eventos desta natureza, envolvendo 4.980 adolescentes de 13 a 16 anos em 149 municípios mineiros. O Programa Esporte Solidário atende, também, a portadores de necessidades especiais, e está sendo executado em três núcleos, atingindo aproximadamente 300 pessoas.

Programa Pintando a Liberdade - Em parceria com o MET e a interveniência da Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos, o programa Pintando a Liberdade investe na fabricação de materiais esportivos pelos recuperandos das penitenciárias do estado.

O programa foi implantado nas Penitenciárias Nelson Hungria em Contagem/MG, Estevão Pinto em Belo Horizonte e José Abranches Gonçalves em Ribeirão das Neves/MG, onde foram instaladas fábricas de materiais esportivos (bolas, redes, jalecos, bonés, calções e camisetas) tendo sido produzido, em 2002, um total de 192 mil itens, utilizando a mão-de-obra de 600 recuperandos.

Além dos programas citados a SEESP também promove:

Clube Móvel de Esporte e Lazer - Difunde e valoriza práticas populares de lazer e recreação, integrando crianças, jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais. Abrange todas as regiões de Minas e beneficia milhares de participantes. Em 2002, foram realizadas 120 atividades em Belo Horizonte e em municípios do interior. Foram ministrados três cursos para capacitação de monitores em Ruas de Lazer, tendo sido selecionados 150 jovens do programa Esporte Solidário.

Jogos Escolares de Minas Gerais - Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação II Jogos Escolares de Minas Gerais contou com a participação de escolas das redes pública e particular. O maior objetivo dos jogos escolares é estimular, aumentar e valorizar a prática esportiva, resgatando o esporte no estado. Os jogos são divididos em dois módulos: até 14 anos e de 15 a 17 anos. A competição é dividida em duas fases: regional e estadual, nas modalidades atletismo, basquetebol, voleibol, handebol,

natação, ginástica olímpica, judô, trampolim, xadrez masculino e feminino, e futsal somente masculino.

Olimpíada Colegial - A 2ª edição da Olimpíada Colegial/2002, patrocinada pelos Ministérios da Educação, do Esporte e do Turismo, e operacionalizado pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), e apoio da Secretaria de Estado de Esportes, teve a participação de 3.120 atletas entre 14 e 17 anos de vários municípios mineiros.

Copa Mineira de Futebol Amador - O torneio foi dividido em três fases (microrregional, regional e final), com a participação de 2.125 desportistas em 89 municípios. A Copa é um forte instrumento de conagração e integração entre a população de Minas.

Torneio Rola-Bola Juvenil de Futebol Masculino e Feminino – O torneio contou com 104 equipes de Belo Horizonte e Região Metropolitana, totalizando 5.500 atletas de 14 a 17 anos, propiciando disputas organizadas, criando o hábito do esporte e lazer, preservando a saúde e a integração das comunidades.

Campeonato Mineiro - Divisão Especial - Adulto - Competição esportiva realizada em sete sedes pelas respectivas federações de handebol, voleibol, basquetebol e futsal, integrando as quatro equipes primeiras colocadas do JIMI/2002 aos clubes filiados a estas federações, nas categorias masculina e feminina, envolvendo 1.021 atletas. A SEESP se responsabilizou pelas despesas de transporte, hospedagem, alimentação, arbitragem e coordenação das delegações participantes.

VI Jogos da Juventude - Realizado em Goiânia/GO com apoio do COB, tem por finalidade promover ampla mobilização da juventude brasileira, identificar e desenvolver talentos esportivos e elevar o nível técnico das representações nacionais na categoria. O Estado de Minas Gerais foi representado com 170 atletas.

Jogos Abertos Brasileiros (JAB) - Representado pelas equipes campeãs do JIMI, Minas Gerais participou com 166 atletas de vários municípios do interior, nas modalidades atletismo, voleibol, handebol, judô, natação e futsal, em Toledo/PR.

I Jogos Nacionais da “Vida Ativa” – realizado na cidade de Poços de Caldas, contou com apoio financeiro e logístico significativos da SEESP. Torneio de âmbito nacional, tem como objetivo envolver pessoas com mais de 50 anos, disputando diferentes modalidades esportivas. O evento promove, ainda, atividades culturais e de lazer objetivando ampliar e estreitar as relações de amizade e companheirismo, enriquecendo a qualidade de vida.

Administração de Estádios de Minas Gerais (Ademg)

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Ademg exerce a administração do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão) e do Estádio Felipe Henriot Drumond (Minerinho), ambos construídos e mantidos mediante convênio, em terreno da UFMG.

Em 2002 foram realizados no Mineirão 42 jogos de futebol, com um público total de 905.389 pessoas, numa média de 21.557 espectadores para cada espetáculo, além de nove outros eventos.

O estádio recebeu ainda a visita em suas instalações, principalmente para conhecer a arena onde se realizam os jogos de futebol, cerca de 35 mil pessoas pagantes e cerca de

70 mil crianças, menores de 12 anos, que não pagam ingresso, com acesso pelo portão principal.

No Mineirinho foram realizados 30 eventos, entre espetáculos desportivos, shows beneficentes e não beneficentes, atividades culturais e religiosas.

Os estacionamento do Mineirão e Mineirinho receberam, durante os eventos neste exercício, 180.406 veículos.

Manutenção da infra-estrutura: reavaliação e implantação de projeto de prevenção e combate a incêndios e antipânico no Mineirinho; prosseguimento na implantação de projeto de prevenção e combate a incêndios e antipânico no Mineirão, com reavaliação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (em andamento); recuperação e conservação do gramado do Mineirão inclusive com o desenvolvimento de metodologia de manejo de gramados esportivos mediante convênio com a EPAMIG; reforma de posteamento externo do Mineirão; continuidade aos serviços de manutenção civil garantindo funcionalidade aos estádios Mineirão e Mineirinho; elaboração e implantação de projeto de drenagem de águas pluviais da circulação do Mineirão (em andamento); substituição de tampas de todas as caixas d'água do anel superior do Mineirão; reforma geral de todos os portões de saída do Mineirão; construção de depósito com aproximadamente 500 m² destinado a uso pela SEESP; perfazendo investimento em mais de R\$ 1 milhão.

Outras ações: implantação de rotina de fiscalização visando a dificultar eventual evasão de ingressos, com novo sistema de recontagem de ingressos; elaboração de estudos e anteprojeto em negociação com a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências e dos Idosos, e início de obras de adaptação de instalações do Mineirão e Mineirinho para portadores de deficiências; medição dos níveis de vibração da estrutura no jogo Atlético X Cruzeiro de 20/10/2002 em face ao carregamento dinâmico do movimento das torcidas, visando avaliar a integridade da estrutura; desenvolvimento de projeto de setorização do Mineirão

Principais medidas adotadas para diminuição de despesas e aumento de receitas: racionalização de emprego do quadro móvel; revisão de contratos eliminando serviços superpostos; abertura de processos de licitação para melhoria de contratos que geram receita, como permissão de uso para exploração do placar eletrônico do Mineirão (com investimento de cerca de R\$ 1 milhão pelo concessionário por meio de permuta de publicidade); concessão para exploração de publicidade por meio de placas nas dependências internas do Mineirão (receita mensal de R\$ 30 mil); e controle de utilização de veículos e serviços de telefonia.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: ESPORTES

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Esportes	16.310.739	16.806.628				
271210012.179.0001 - Planejamento e Setorial	129.909	125.527				
271210012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	48.000	47.987				
271220012.206.0001 - Direção Superior	417.832	542.741				
271220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.999.625	1.700.016				
272727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	589.873	791.879				
278128711.957.0001 - Pintando a Liberdade	1.176.535	2.053.771	Material Esportivo Confeccionado (Material)	84.000	192.000	6
			Pessoa Envolvida (Pessoa)	450	600	5
278128714.245.0001 - Jogos do Interior de Minas - JIMI	650.000	671.296	Desportista Envolvido (Desportista)	23.500	23.000	-
			Município Envolvido (Município)	220	210	-
			Jogo Realizado (Jogo)	2.000	6.359	5
278128714.499.0001 - Apoio Financeiro a Entidades e Prefeituras	4.803.350	2.090.578	Convênio Realizado (Convênio)	500	241	3
			Entidade Fiscalizada (Entidade)	200	35	5
278128714.499.0002 - Promoção do Desporto	1.658.832	3.023.548	Desportista Amador Apoiado (Desportista)	20.000	49.287	5
			Evento de Esporte Promovido (Evento)	12	13	-
278128714.499.0003 - Promoção de Atividades de Lazer	569.696	778.490	Curso de Preparação para Monitor Realizado (Curso)	2	3	5
			Evento de Lazer Promovido (Evento)	82	120	5
			Monitor Treinado (Monitor)	200	150	4
278128714.905.0001 - Programa de Esporte Educacional - Toriba	4.267.087	4.980.795	Município Atendido (Município)	288	182	3
			Adolescente Atendido (Adolescente)	30.940	20.983	3
Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - ADEMG	5.301.600	4.187.587				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: ESPORTES

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
271220012.206.0001 - Direção Superior (1)	3.870.127	2.798.416				
271227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	69.973	78.482				
271228744.313.0001 - Manutenção e Conservação do Mineirinho	449.000	469.354	Estádio Conservado e Mantido (Estádio)	1	1	-
271228744.313.0002 - Manutenção e Conservação do Mineirão	613.500	562.243	Estádio Conservado e Mantido (Estádio)	1	1	-
272727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	299.000	279.092				
TOTAL	21.612.339	20.994.215				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

(1) Do valor da atividade 2.206.0001 - Direção Superior - cerca de R\$ 86.000,00 correspondem a despesas com a direção da autarquia, conforme demonstração feita perante a auditoria.

As demais despesas são de apoio administrativo tais como: pagamento a serviços de mão-de-obra terceirizada, serviços de manutenção de máquinas e instalações, serviços de utilidade pública (CEMIG, COPASA e Telefonia), outros serviços prestados por terceiros, parcela de despesas com materiais de consumo para a área administrativa e despesas com quadro móvel, dentre outras.

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A habitação, especialmente para as famílias de menor renda, é talvez a grande questão do combate à pobreza e tem relevância especial em Minas Gerais, com déficit habitacional de 620 mil unidades, particularmente para melhorias habitacionais (IBGE/FJP, com base no Censo de 2000).

O principal projeto de investimento da SEHADU em 2002, denominado PROHAB-Enchentes, foi o atendimento das famílias atingidas pelas enchentes do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, com recursos de R\$ 7 milhões do FEH, com obras ainda em execução e participação da COHAB/MG na operacionalização.

As atividades mais recentes da SEHADU, na formulação da política habitacional e fomento de recursos, são:

- a implantação do Programa Mineiro de Macrozoneamento Urbano (PMMU), lançado pelo governador em agosto;
- o Programa de Regularização Fundiária na RMBH, convênio em fase de implementação com o município de Belo Horizonte;
- o pioneiro Programa de Utilização da Energia Solar em Habitações Populares (PROSOLAR), parceria com a CEMIG que fornecerá 3.200 kits para aquecimento de água de chuveiros, nas casas populares produzidas pela COHAB e municípios conveniados com a SEHADU;
- a consolidação do Projeto Casa 1.0, com a formatação definitiva da planta de 38 metros quadrados otimizando o projeto, particularmente em relação a perda de materiais, uso de mão-de-obra local e treinamento dos operários, mediante convênio de parceria da SEHADU, COHAB, Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento (SIPROCI MG) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A operacionalização dos programas é de responsabilidade da COHAB, cuja principal atividade tem sido a otimização de sua estrutura e rotinas de administração da carteira de créditos, além da consolidação de seu papel de agente promotor, produzindo unidades para a população de baixa renda, com casas a preço médio de R\$ 10 mil, cuja margem é mínima, não interessando ao mercado privado, em parcerias com municípios e a Caixa Econômica Federal, viabilizando o menor custo final a ser repassado às famílias.

A utilização de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), na produção de habitações populares em parceria com o estado e municípios, é a principal meta a ser repassada ao próximo governo, junto com a implementação do Fundo Estadual de Habitação e Urbanização (FEHURB), substituindo o atual FEH com incorporação dos recursos das carteiras dos bancos estaduais privatizados, anteprojeto em análise conjunta com o BDMG.

Alguns programas, projetos e ações desenvolvidas durante o ano e os seus resultados obtidos merecem destaque.

O Programa de Habitação Popular (PROHAB/MG), programa de financiamentos individuais com recursos do Fundo Estadual de Habitação (FEH), viabiliza a construção ou aquisição de unidades habitacionais para famílias de baixa renda. São financiamentos diretos às famílias para produção individual ou coletiva de suas residências. Nesse programa a Secretaria atua como órgão gestor e a COHAB como agente financeiro.

Em 2002 foram concluídas 60 unidades em Carlos Chagas e uma em Felixlândia, com financiamento total de R\$ 517.000,00. Outras 100 estão sendo produzidas em Nova Ponte, 70 em Santa Vitória e uma em Felixlândia, somando R\$ 1.367.500,00 nesses três empreendimentos.

O PROHAB-Enchentes, projeto de repasse resultado do esforço do governo estadual, visa a atender os municípios que tiveram enchentes e decretaram estado de calamidade, mediante convênios específicos.

No início de 2002, novamente deparou-se com nova situação emergencial com as fortes chuvas, o que levou a transferir a disponibilidade do Fundo Estadual de Habitação, por decisão do governador, para os municípios das regiões Norte, Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Rio Doce, declarados em situação de emergência e de calamidade pública. Os convênios viabilizarão construir 1.165 novas moradias populares e a recuperação de outras 817, naquelas regiões, com novo repasse de R\$ 6,9 milhões, ainda em fase de produção (melhorias e novas unidades), com R\$ 2,5 milhões já liberados até 31 de outubro de 2002, restando ainda R\$ 4,4 milhões, 64% do montante conveniado pela SEHADU, a serem liberados.

O Programa Mineiro de Macrozoneamento Urbano (PMMU), programa em fase de implementação lançado em 7 de agosto de 2002 pelo governador, objetiva dotar as prefeituras municipais de instrumento gerador de recursos, permitindo que se possa investir em parcerias diversas, especialmente no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Popular (PSH). A operacionalização é feita mediante procedimentos que transformem a cobrança de ITR em IPTU, das áreas localizadas na malha urbana, mas cadastradas no Incra.

Também continuaram esforços na busca da regularização fundiária. Além do prosseguimento da regularização dos conjuntos do Pró-Habitação e FICAM das Enchentes (governos anteriores), foi iniciada a contratação da parceria com a PBH (Secretaria Municipal de Habitação e a SEHADU) com o objetivo de viabilizar a regularização fundiária de aglomerados urbanos existentes em Belo Horizonte/RMBH (invasões/ocupações antigas), com a titulação de 8 mil famílias, inicialmente.

O Programa de Utilização de Energia Solar em Moradias Populares (PROSOLAR), com origem em parceria com a PUC-Minas e Programa Nacional de Conservação de Energia (PROCEL) da ELETROBRÁS e CEMIG, a COHAB/MG deu início à construção do primeiro conjunto habitacional de características populares, dotado de sistema de energia solar em substituição à energia elétrica, para aquecimento de água dos chuveiros, reduzindo a conta de luz das famílias beneficiadas. O projeto, em construção no município de Governador Valadares, vai beneficiar 138 famílias com subsídio no preço final dos equipamentos.

Com a crise energética que atingiu o país, esse projeto foi incorporado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que autorizou a CEMIG a fornecer 3.200 equipamentos completos e instalados, em unidades produzidas pela COHAB/SEHADU, no período 2002/2004, sem custo para as famílias, que terá redução na conta de energia, com economia de até 50% no consumo. Os primeiros 180 já estão sendo instalados em Betim.

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), programa instituído pela Portaria Interministerial da SEDU nº 9, de 30 de abril de 2002, utilizando recursos da União, cria alternativa concreta de acesso à moradia própria para famílias com renda de até 3 salários mínimos, especialmente as mais carentes, renda de R\$ 200,00, que terão um subsídio de R\$ 4.500,00 numa operação de R\$ 7.000,00, mediante parceria com a Caixa Econômica Federal, principal agente financeiro do programa, financiadora dos restantes R\$ 2.500,00. Esse programa, se implementado financiando as casas produzidas pelo PROHAB-Enchentes, deverá gerar novos recursos para o município, viabilizando a construção de novas moradias, fortalecendo e implementando efetivamente a política dos fundos municipais de habitação no estado, para produção e melhoria de casas populares destinadas a famílias de baixa renda.

Inserida no Sistema Habitacional do Estado, a COHAB/MG, empresa estatal cuja missão é contribuir para a redução do déficit habitacional no estado, vem operando como agente financeiro e agente promotor dos programas com recursos próprios, do Fundo Estadual de Habitação (FEH) e do FGTS, por intermédio da Caixa Econômica Federal.

As atividades abrangidas por estas funções podem viabilizar empreendimentos e doações de terrenos, montagem de processos de financiamentos, licitação de obras de construção e urbanização, comercialização de unidades, fiscalização das obras, contratação e administração da carteira dos financiamentos.

Foram realizadas parcerias com as empresas da construção civil para a urbanização de áreas, mediante dação em pagamento de lotes urbanizados, totalizando a urbanização de 5.266 lotes. Estão sendo urbanizadas áreas de terreno em São João del-Rei e Santa Luzia que resultarão em 465 lotes para a companhia, já contratadas e

em fase de aprovação de projetos de urbanização e parcelamento junto aos órgãos competentes de uma área de terreno em Sabará, que resultarão em 763 lotes urbanizados, e está prevista ainda a urbanização de área de terreno em Ribeirão das Neves, que resultarão em aproximadamente 650 lotes.

Ações também foram desenvolvidas a fim de aderir à Lei 10.150. Com o Programa de Incentivo às quitações antecipadas de contratos de financiamentos, nos termos da Lei 10.150, a COHAB/MG poderá beneficiar até 42 mil mutuários, estando 14.523 contratos em análise pela companhia.

A terceirização de cobrança também vem sendo trabalhada na empresa. Está sendo ampliada a equipe de cobrança administrativa no estado, credenciando pessoas jurídicas com o objetivo de reduzir a inadimplência de mutuários. Já foram licitadas e está em fase de contratação o serviço de cobrança administrativa (pessoa jurídica) nos municípios onde estão concentrados 60% dos créditos a receber: Belo Horizonte, Betim, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Itaúna, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Matozinhos, Montes Claros, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia, Unaí, Varginha e Vespasiano. O objetivo é incrementar ao valor mensal já arrecadado R\$ 9,6 milhões em 2003.

Com relação à produção de habitações, utilizando-se recursos próprios foram concluídas 300 unidades em Baldim, Barroso, Catas Altas, Três Corações e Uberlândia, e financiadas 10 unidades habitacionais prontas em Belo Horizonte e Oliveira, totalizando 310 unidades, e urbanizados 65 lotes em Baldim e Barroso.

Estão em execução 530 unidades em Alfenas, Governador Valadares, Leopoldina e Monte Sião e 465 lotes urbanizados nos municípios de Santa Luzia e São João del-Rei, totalizando 1.370 unidades habitacionais e lotes urbanizados.

Com recursos de terceiros foram concluídas 152 unidades habitacionais em Itaúna e Patos de Minas e urbanizados 19 lotes em Itaúna.

Estão em execução 229 unidades habitacionais em Carlos Chagas, Nova Ponte e Santa Vitória. São 400 unidades entre habitações e lotes urbanizados.

Desta forma, a produção total de unidades habitacionais e de lotes urbanizados, com recursos próprios e de terceiros, foi de 1.770 unidades, distribuídas nas regiões Central, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Rio Doce, Mata, Centro-Oeste de Minas, Alto Paranaíba e Jequitinhonha/Mucuri.

Também foram recomercializadas 48 unidades habitacionais e comercializados 95 lotes remanescentes de conjuntos.

A COHAB/MG atua diretamente em 271 municípios mineiros com a administração de 58.126 contratos de financiamentos. Estão-se estudando também novos empreendimentos, à semelhança do Projeto Adaia em Itacarambi, objetivando a fixação do homem no campo.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Habitação	1.704.052	1.712.548				
161210012.179.0001 - Planejamento Setorial	131.961	90.059				
161220012.206.0001 - Direção Superior	451.481	472.196				
161220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	600.549	785.465				
161220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	9.700	3.109				
162727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	186.790	184.208				
164826014.149.0001 - Urbanização, Construção e Reforma de Unidades Habitacionais	323.571	177.511	Unidade Habitacional Regularizada - Ficam (Unidade Habitacional)	1.609	0	12
			Unidade Habitacional Regularizada - Pro-Habitação (Unidade Habitacional)	1.610	0	12
Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB	27.181.485	14.540.600				
161220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	95.000	34.257	Equipamento e Programa de Informática Adquirido (Equipamento/Programa)	92	65	4
164826053.147 - Produção Melhoria e Comercialização de Unidades Habitacionais	16.604.000	5.903.122	Lote Urbanizado (Lote) (1)	1.800	65	13
			Unidade Habitacional Construída (Habitação)	371	310	7
			Unidade Habitacional Melhorada (Unidade Habitacional)	2.000	0	8
168437777.003 - Amortização da Dívida Interna	10.482.485	8.603.221				
Fundo Estadual de Habitação - FEH	1.833.345	3.381.332				
164826011.011.0001 - Projetos Habitacionais Especiais e Emergenciais	1.000	1.325.499	Projeto Executado (Projeto) (2)	1	1	-
164826011.058.0001 - Programa Minas + Humana - PROLAR	1.000	-	Município Conveniado Aprovado (Município)	150	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
164826011.304.0001 - Programa de Habitações Populares - PROHAB	1.831.345	2.055.833	Unidade Habitacional Urbana Construída (Unidade Habitacional) (3)	400	205	13
			Unidade Habitacional Urbanizada (Unidade Habitacional)	10	0	7
			Unidade Habitacional Reformada (Unidade Habitacional) (4)	40	57	13
			Unidade Habitacional Urbana Comercializada (Unidade Habitacional) (5)	15	0	7
TOTAL	30.718.882	19.634.480				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

- (1) O contrato de urbanização correspondente à meta projetada de 1.800 lotes já foi assinado em parceria com a iniciativa privada. Porém ao estimar a meta não consideramos o prazo necessário para aprovação dos projetos de urbanização e parcelamento junto aos órgãos competentes, motivo pelo qual houve realização somente de 65 contratos.
- (2) Foram autorizados R\$ 3.995.000,00 para construção de 400 U.H. e reforma de 182 U.H. para atender aos municípios atingidos pelas enchentes.
- (3) Foram autorizados R\$ 3.000.000,00 para construção de 504 U.H. e concluídas 205 construções contratadas no ano de 2002.
e mais 64 construções contratadas nos anos anteriores, ficando ainda em andamento 299 construções contratadas no ano de 2002, e 05 outras de anos anteriores,
- (4) Parte dos R\$ 3.000.000,00 foi autorizado para reforma de 191 U.H.. Destas, 57 foram concluídas e 134 continuam em andamento.
- (5) Este número é referente as realizações de U.H. contratadas e comercializada no exercício de 2002. Entretanto foram comercializadas 7 unidades do exercício anterior.

JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

A Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e pelo Plano Plurianual de Ação Governamental, realizou em 2002, a consolidação da política pública de atendimento ao recuperando adulto e ao adolescente em conflito com a lei, de promoção e defesa dos direitos fundamentais e de assistência jurídica judicial e extrajudicial gratuita ao cidadão carente.

Graças ao Programa Estadual de Recuperação Social – PERSpectiva – continuam sendo desenvolvidos, em parceria com a sociedade civil organizada, com instituições de ensino, com organizações públicas das diferentes esferas de governo e com a iniciativa privada, muitos projetos nas unidades penitenciárias e nos centros de atendimento ao adolescente infrator, buscando preparar o indivíduo para a retomada do convívio social.

A Secretaria vem incrementando, instalando e reinstalando as oficinas de marcenaria nas unidades penitenciárias de Governador Valadares, Ipaba, Juiz de Fora e Unaí. Na área de serralheria foram contempladas as unidades de Juiz de Fora, Governador Valadares e a Penitenciária Nelson Hungria. Em Ipaba e Contagem, as unidades mantêm serviços de tornearia e, em Divinópolis, Teófilo Otoni e Governador Valadares são oferecidos trabalhos de costura industrial. As penitenciárias de Ribeirão das Neves contam, cada uma, com uma padaria-escola. Na unidade de Teófilo Otoni, a horticultura vem sendo beneficiada com sistema de irrigação.

As áreas de produção no setor industrial permitiram a operacionalização de fábricas de cerâmica e pré-moldados; material esportivo, de cama, banho e vestuário dos recuperandos e agentes penitenciários; e de material de limpeza para as unidades da Secretaria. No setor pecuário, destaca-se a criação de bois e porcos, com a produção do leite e a venda dos animais. A agricultura tem garantido a produção de verduras, legumes, frutas e cereais. Com isso, a Secretaria vem mantendo a redução do custo do recuperando para o estado.

Na educação, os recuperandos estão cursando programas educacionais. Além do ensino regular, em parceria com as Secretarias Municipais e Estadual da Educação, o ensino a distância foi implantado. As telessalas contemplam o ensino fundamental e o ensino médio em todas as unidades. Os estabelecimentos penais contam, em sua maioria, com pequenas bibliotecas dispendo de acervo pedagógico, literário e técnico.

O projeto Janelas para a Cidadania foi totalmente implantado. A Secretaria conta com 14 Núcleos de Informação e Cidadania em funcionamento, contribuindo para a promoção do ensino a distância e do conhecimento em informática. O Sistema de Informação Penitenciária (INFOPEN) já conta com as redes internas de todas as unidades penais finalizadas e em atividades, restando os módulos de produção e saúde para serem operacionalizados.

Na área da saúde, está sendo implantado o Plano Operativo de Saúde do Sistema Penitenciário de Minas, visando a promover ações de atenção básica à saúde, bem como a oferta de serviços de saúde de média e alta complexidade por meio de parcerias com a rede FHEMIG e/ou com as redes municipais. Na primeira etapa de operacionalização do plano estão sendo contempladas as unidades de Contagem, Belo Horizonte, Unaí, Ipaba, o Centro de Apoio Geral e Hospitais de Toxicômanos e o Judiciário.

A Secretaria ofereceu aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, por meio da Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator, oficinas nas áreas da agropecuária, artes gráficas, música, dança e artesanato; cursos de educação profissional como cabeleireira, manicure, eletricista, mecânica, jardinagem; e cursos de línguas e de informática. Está sendo viabilizado o Plano de Intervenção Socioeducativo para Adolescentes em Conflito com a Lei, que contempla ações de orientação, apoio e encaminhamento de suas famílias; e atendimento e acompanhamento ao egresso, bem como a implantação do sistema de informação do adolescente e a operacionalização do plantão interinstitucional.

No que se refere à estrutura física das unidades, foram finalizadas as obras de construção do Centro de Recuperação Nossa Senhora do Carmo, no município de Carmo do Paranaíba.

As obras de reforma e ampliação se realizaram em todo o estado, disponibilizando vagas ou incrementando as unidades. Foram reformados hospitais, colônias penais, penitenciárias e centros de atendimento a adolescentes.

Na região Central foram concluídas as obras da Penitenciária de Mulheres, da Casa do Albergado e do Centro de Integração do Adolescente Masculino, em Belo Horizonte; das penitenciárias José Maria Alkimim e José Abranches Gonçalves, em Ribeirão das Neves; do Centro de Integração do Adolescente Módulo II, em Sete Lagoas; do Hospital Psiquiátrico de Barbacena e da Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem.

Na Zona da Mata foram concluídas as obras da Penitenciária José Edson Cavaliere e do Hospital de Toxicômanos em Juiz de Fora. Na região do Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Centro-Oeste de Minas estão em execução as obras da segunda etapa de ampliação das colônias penais de Patos de Minas, Uberlândia e Divinópolis, respectivamente, disponibilizando 226 novas vagas.

Estão em andamento as obras de construção de 12 penitenciárias-padrão, por todo o estado, assegurando a abertura de, aproximadamente, 3 mil vagas. Também estão em andamento as obras para construção de três centros de atendimento para adolescentes em Montes Claros, Governador Valadares e Teófilo Otoni disponibilizando perto de 150 vagas.

A continuidade da política estadual de direitos humanos tem sido garantida por meio dos programas de prevenção e combate à violação desses direitos. Assim, o Núcleo de Atendimento à Vítima de Crime Violento, consolidando-se como um importante instrumento para a garantia da cidadania, buscou o fortalecimento da rede de atenção à violência. O Estado de Minas Gerais, pelo reconhecimento da qualidade das ações que vem desenvolvendo, sediou o encontro Nacional dos Conselhos Deliberativos dos Programas de Apoio, Assistência e Auxílio às Testemunhas Ameaçadas. O serviço 0800 - Disque Direitos Humanos, criado como um canal direto de interlocução entre a sociedade civil e o estado, passou por um processo de avaliação visando a conferir eficácia e eficiência ao serviço prestado. Destaca-se, ainda, o processo de implantação dos Centros de Referência do Cidadão, em aglomerados de Belo Horizonte, destinados à mediação de conflitos e para o acesso das comunidades aos serviços públicos.

Em parceria com o Poder Judiciário, por meio das Varas de Execuções Penais, e diante do incentivo permanente à não-aplicação das penas restritivas de liberdade, já foi possível a criação de três Centrais de Apoio e Acompanhamento às Penas Alternativas no Estado, localizadas em Juiz de Fora, Contagem e Ribeirão das Neves.

Dentro do programa de treinamento de servidores, a Secretaria intensificou suas ações promovendo desde cursos, encontros, seminários e palestras para o fortalecimento do indivíduo, até as abordagens de temas organizacionais, especificamente sobre questões do sistema penitenciário e da administração pública.

Quanto às ações de defensoria pública, a Secretaria reestruturou o atendimento jurídico aos recuperandos, mediante o gerenciamento dos trabalhos dentro das unidades e de uma ação conjunta com o Ministério Público e com o Poder Judiciário buscando garantir uma assistência mais eficaz. Continuou, durante todo o ano, com os programas de defensoria itinerante, para garantir e intensificar o acesso da população carente aos serviços jurídicos judiciais e extrajudiciais, bem como à promoção de direitos. Nesse sentido, especialmente, os Núcleos Móveis da Infância e Juventude buscou desconcentrar e ampliar as informações sobre direitos da criança e do adolescente, como forma de prevenir e remediar conflitos, assegurando, em situações mais críticas, a reinserção desses indivíduos.

Os conselhos vinculados à Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos também desempenharam papel importante em 2002. O Conselho de Entorpecentes promoveu o V Concurso de Frases e Desenhos “Viva Feliz sem Drogas” e o I Concurso de Prevenção ao Uso de Drogas. Como ação inovadora, o conselho organizou a força-tarefa de prevenção às drogas, com a mobilização de 24 órgãos públicos e 22 entidades privadas

para trabalhos na área de prevenção e controle de drogas em Minas Gerais. Novos serviços também foram oferecidos. Além do “SOS Drogas”, foi criado o Centro de Orientação a Educadores e Familiares de Dependentes Químicos.

O Conselho de Direitos Humanos procurou trabalhar na perspectiva de emancipação dos sujeitos que procuram o auxílio do conselho, fazendo com que estes tornem-se capazes de compreender e na melhor das hipóteses solucionar seus conflitos de forma não-violenta. Além disso, analisou 171 processos de indenização às vítimas de tortura, a maioria deles, deferidos.

O PERSpectiva se confirmou como uma referência nacional. O Programa Estadual de Recuperação Social modificou práticas administrativas, rompeu paradigmas e humanizou o tratamento do indivíduo sob a guarda do estado.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos	156.458.141	164.949.181				
030924744.211.0001 - Defensoria Pública	21.058.536	21.103.536	Carente Atendido (Pessoa)	2.000.000	1.650.479	13
030924744.211.0002 - Advogado não Defensor Público	100.000	-				
141210012.179.0001 - Planejamento Setorial	556.115	354.958				
141220012.206.0001 - Direção Superior	1.800.995	1.691.889				
141220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	31.888.446	34.035.294				
141220012.293.0001 - Operacionalização das Ações dos Conselhos	280.024	228.749				
141220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	2.700.000	1.995.087				
141230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	344.653	273.274				
141280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	429.209	547.743	Servidor Treinado (Servidor)	1.200	2.520	6
142727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	40.423.879	43.539.651				
143024114.395.0001 - Assistência Médico-Odontológica ao Indivíduo Privado de Liberdade	6.912.420	2.375.869	Atendimento Ambulatorial Realizado (Atendimento)	34.000	13.153	3
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	19.500	5.462	3
			Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	24.000	3.509	3
144210991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	660.000	2.857.042	Vaga Criada (Vaga)	3.218	517	4 - 2
			Unidade Predial Construída/Reformada (M²)	90.026	35.793	4 - 2
			Vaga Recuperada (Vaga)	224	1.390	5 - 6
144214754.337.0001 - Assistência ao Indivíduo Privado de Liberdade	39.717.504	40.863.251	Sentenciado Assistido Através de Subvenção Social (Sentenciado)	100	78	13
			Sentenciado Capacitado Profissionalmente (Sentenciado)	3.800	45	13
			Sentenciado em Prestação de Trabalho (Sentenciado)	2.000	3.150	5 - 6

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
144214764.029.0001 - Assistência a Adolescente em Cumprimento de Medida Sócio-Educativa	8.581.849	5.760.902	Sentenciado Assistido em Cumprimento de Penas Alternativas (Sentenciado)	3.000	604	2 - 11
			Egresso Assistido (Egresso)	400	176	1
			Sentenciado Matriculado em Ensino Formal (Sentenciado)	590	568	13
			Sentenciado Formado em Ensino Formal (Sentenciado)	365	351	13
			Sentenciado Cursando Telessala (Sentenciado)	935	519	2 - 11
			Sentenciado Formado em Telessala (Sentenciado)	605	436	4
			Sentenciado Alfabetizado (Sentenciado)	500	559	6
			Família de Sentenciado Assistida (Família)	600	0	9
			Adolescente Internado Provisoriamente (Atendimento)	1.880	1.854	-
			Adolescente em Semi-Liberdade Assistido (Adolescente)	180	211	13
144224774.338.0001 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	1.004.511	9.321.936	Adolescente Internado (Atendimento)	5.335	1.877	4
			Adolescente Egresso (Adolescente)	250	0	1
			Vítima de Crime Violento Assistido pelo Núcleo (Pessoa)	120	104	4
			Cidadão Assistido pelo Provita (Cidadão)	70	63	-
			Cidadão Atendido no Centro de Referência do Cidadão (Atendimento)	2.000	0	2 - 11
			Cidadão Atendido Pelo Disque Direitos Humanos (Cidadão)	3.000	1.558	4
Fundo Penitenciário Estadual	349.777	223.505	Agente da Cidadania Capacitado (Cidadão)	300	309	-
144214761.158.0001 - Apoio ao Programa de Ampliação e Melhoria do Sistema Penitenciário	349.777	223.505	Projeto Homologado/Justiça (Projeto)	4	5	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos - FEPDH	1.000	-				
144224771.676.0001 - Apoio à Promoção, Divulgação e Defesa dos Direitos Humanos	1.000	-				
Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos	1.000	-				
144224774.923.0001 - Apoio à Promoção e Defesa de Direitos Difusos	1.000	-				
Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização, e Repressão de Entorpecentes - FUNPREN	1.000	-				
144224791.298.0001 - Apoio à Prevenção, Fiscalização e Representação de Entorpecentes	1.000	-				
TOTAL	156.810.918	165.172.686				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais em 2002 prosseguiu com a política de reestruturação no âmbito organizacional e administrativo, visando ao estabelecimento de prioridades para uma reformulação ainda mais ampla da instituição.

A informatização, área crucial para o bom desempenho de uma estratégia policial eficaz, tem sido um processo constante, em sintonia com as inovações do momento. Tal sistematização atinge mormente os serviços policiais, propiciando vital integração das delegacias de Minas Gerais e, por conseguinte, facilitando seus serviços à comunidade. Assim, graças ao gradual aumento do número de terminais de computadores nas diversas unidades da Secretaria no interior do estado, tem sido possível a efetivação de um sistema ágil e eficaz que atinge as áreas da polícia judiciária, trânsito e identificação civil. Este é, pois, um instrumento que permite eficiente cruzamento de informações das infrações de caráter administrativo e penal, com ênfase às estratégias preventivas, que, por sua vez, proporcionaram uma mobilização em “tempo real” de todo o efetivo policial civil.

A descentralização administrativa e operacional dos serviços policiais é certamente um dos pontos que determinam a efetividade da reestruturação ora em curso. Por sua vez, objetivando melhor atender ao usuário e aprimorar os serviços internos, foram executadas novas obras, como construção, reforma e ampliação de cadeias e delegacias, perfazendo 31 unidades. Encontram-se, ainda, em andamento, com previsão de

conclusão em 2003, a construção, reforma e/ou ampliação de mais 16 unidades em diversos municípios do estado.

A Superintendência de Planejamento e Coordenação da SESP/MG, por meio da Coordenação Jurídica, gerencia, atualmente, 655 convênios – 128 firmados em 2002 - com prefeituras municipais e outras entidades civis. Tais convênios são, na maioria, contratos de cessão de imóveis; de funcionários; apoio logístico; pagamento de despesas das viaturas policiais; aquisição de bens de consumo e de limpeza, além de locação de imóveis cedidos para o funcionamento das delegacias e doações diversas, representando uma grande economia para os cofres públicos.

A Acadepol promoveu diversos cursos visando ao aperfeiçoamento do pessoal interno e externo. O principal enfoque foi buscar a adequação à realidade atual, centrada em uma metodologia moderna que reafirme a postura policial perante a sociedade, resultando na excelência desses profissionais treinados. Assim, 6.633 alunos, entre policiais e não-policiais se formaram, em 2002, nos 19 cursos ministrados pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, além de palestras, seminários e oficinas destinadas a agentes penitenciários, policiais civis e servidores administrativos. Foram, também, realizados seminários visando à prevenção ao uso de drogas nas escolas.

Dentre as várias atividades desenvolvidas pelo Departamento de Trânsito, algumas tiveram maior repercussão, uma vez que aprimoraram ainda mais os serviços ao público usuário, entre eles: racionalização do formulário “Extrato de Multas”; adequação da “Notificação de Infração de Trânsito” ao novo código de barras; adequação visando à aceitação da mudança do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos (CRLV) ou Certificado de Licenciamento Anual (CLA)/Certificado de Registro de Veículo (CRV) documento de transferência de veículo sem guia de IPVA; emissão da carta de aviso de débitos; criação da rotina para as multas pendentes de veículos levados a leilão; especificação e desenvolvimento do protótipo da rotina de baixa “on line” dos pagamentos de taxas, tributos e multas; terceirização dos depósitos de veículos apreendidos.

Na área de educação de trânsito, houve os seguintes avanços: renovação do convênio de “Cooperação Mútua” com a Secretaria de Estado da Educação, tendo em vista programas atinentes à área nas escolas públicas do estado; criação e implantação da Controladoria Regional de Trânsito, do Denatran; promoção e realização de vários outros cursos, dentre eles: “Capacitação de Educadores de Trânsito”, “Oficinas Pedagógicas”; cursos específicos para profissionais ligados às atividades do Centro de Formação de Condutores; “Formação de Instrutor de Trânsito”; “Formação de Diretor Geral e de Ensino de Centros de Formação de Condutores (CFC)”; “Capacitação de Examinadores de Trânsito”; “Formação e Qualificação de Trânsito”; “Atualização do servidor do Detran/MG”; “Cursos de LIBRAS ao servidor do Detran/MG” – para o atendimento aos usuários surdos-mudos; “Semana Nacional do Trânsito”; e Comemorações dos 90 anos de existência do Detran/MG.

O Departamento de Saúde, conhecido como Hospital da Polícia Civil, teve uma ampla reforma em sua estrutura predial. Novos equipamentos técnico-científicos foram adquiridos, o mesmo acontecendo com o Instituto Médico-Legal e Instituto de Criminalística. A resultante dessa modernização, foi a acentuada melhora dos

atendimentos médicos e odontológicos, bem como das perícias efetuadas ao longo do ano.

Em 2002 foram adquiridos também: 150 pistolas, 40 submetralhadoras, 150 coletes, 500 algemas, 30 viaturas, 1 helicóptero e diversos equipamentos de informática com recursos do Plano Nacional de Segurança Pública, o que deu novo impulso ao combate à criminalidade.

Os esforços para a manutenção da segurança pública em Minas Gerais têm sido constantes e ininterruptos, pois o momento delicado por que passa toda a sociedade demanda tal empenho com seriedade e transparência.

A conscientização tem, pois, de ser ampla e irrestrita, uma vez que um dos objetivos centrais do governo como se sabe, é a luta contra a violência, que ora campeia indiscriminadamente todos os setores.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: SEGURANÇA PÚBLICA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Segurança Pública	552.292.091	567.966.950				
061210012.179.0001 - Planejamento Setorial	470.000	442.847				
061220012.206.0001 - Direção Superior	1.180.000	870.472				
061210012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	43.604.995	57.613.714				
061220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	18.436.514	21.152.386				
061220991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	10.255.000	3.432.511	Unidade Predial Construída (Unidade)	39	5	3
			Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	94	42	3
061230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	30.000	-				
061280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	185.000	1.249.223	Curso Realizado (Curso)	10	19	5
			Policial Formado (Policial)	2.750	6.633	5
061813034.762.0001 - Polícia Técnico-Científica	1.420.000	1.748.295	Documento Emitido (Documento)	1.210.000	1.468.452	5
			Perícia Realizada (Perícia)	71.500	47.949	4
061813044.098.0001 - Administração do Trânsito	11.441.258	13.541.146	Documento Emitido (Documento)	5.500.000	2.937.351	4
			Policial Formado (Policial) (1)	1.200	0	-
061814724.760.0001 - Preserv. da Ordem Pública e Exerc. da Polícia Judiciária no Estado	263.941.059	266.666.311	Inquérito Policial Realizado (Ação)	104.500	104.237	-
			Termo Circunstanciado de Ocorrência Realizado (Ação)	220.000	234.850	-
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	170.583.517	170.050.333				
063024112.555.0001 - Assistência Médica e Odontológica da Polícia Civil	3.004.000	3.112.794	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	63.800	21.802	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: SEGURANÇA PÚBLICA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
064214714.413.0001 - Assistência a Detentos	27.700.000	28.076.443	Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	44.000	61.628	5
			Detento Assistido (Detento)	14.200	18.961	5
123615022.014.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	26.000	10.475	Aluno Matriculado (Aluno)	660	678	-
			Aluno do Ensino Fundamental Concluínte (Aluno)	660	678	-
123625032.021.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	14.748	-	Aluno Matriculado (Aluno)	1.320	1.130	-
			Aluno do Ensino Médio Concluínte (Aluno)	1.320	1.130	-
TOTAL	552.292.091	567.966.950				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

(1) Houve um engano no lançamento desta informação, quando da elaboração do Orçamento. Trata-se de meta da Atividade 2.553 - Capacitação de Recursos Humanos

POLÍCIA MILITAR

As políticas e estratégias para o desempenho da preservação da ordem pública e defesa social, em 2002, desencadearam-se com vistas ao crescimento da instituição e, principalmente, em prol da contínua garantia de tranquilidade pública.

Os investimentos na qualificação técnico-profissional dos militares e a incessante busca pelo aprimoramento de sua capacidade para a solução de problemas permitiram grandes avanços.

Buscou-se ampliar as ações do policiamento ostensivo dos diversos batalhões sediados na RMBH, empregando-se os policiais que se achavam em treinamento no Instituto de Educação de Segurança Pública (IESP), nos mais diferentes eventos que atraíram maciça participação popular, denotando-se, por esta razão, como de grande vulto e merecedores de atenção redobrada da Polícia Militar. São exemplos: Carnabelô, Eleições, jogos no Mineirão e Independência, shows, entre outros.

Visando melhor atender à comunidade, com a sua efetiva participação, foram desenvolvidos estudos para a reestruturação operacional, sem aumento do efetivo administrativo ou ônus adicional para o estado, mediante o redimensionamento das diversas unidades. Foram reestruturadas as unidades operacionais da 3ª Região de Polícia Militar, em Montes Claros, com a criação da 11ª Companhia de Polícia Militar Independente em Pirapora, e 12ª Companhia de Polícia Militar Independente em Janaúba, objetivando um melhor gerenciamento das questões de segurança pública naquela região.

Como projeto inicial, foram reestruturadas as Companhias de Polícia Militar Rodoviária e Companhias de Polícia Militar de Meio Ambiente por meio da integração das unidades especializadas de Trânsito Rodoviário e Meio Ambiente aos Batalhões de Polícia Militar da 1ª RPM (Governador Valadares) e 3ª RPM (Montes Claros), considerando-se principalmente o impacto positivo que a alteração representará nos aspectos de coordenação e controle daquelas atividades.

Foram realizadas diversas operações de integração, fruto da determinação contida no Plano Nacional de Segurança Pública, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, junto com a Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Receitas Estadual e Federal, tendo sido montadas barreiras nas principais vias de acesso ao estado, com o objetivo de prevenir e coibir os ilícitos penais praticados por organizações criminosas, em especial o tráfico de substâncias entorpecentes, o furto ou roubo de veículos, o porte ilegal de armas e as infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro. Foram registradas 3.141.268 ocorrências policiais em 2002, constando-se 255.830 referentes ao trânsito urbano e rodoviário e ainda 31.158 referentes à polícia ambiental. Destacaram-se as ocorrências contra a pessoa e contra o patrimônio com 407.070 e 457.982 registros, respectivamente.

A Polícia Militar ampliou o serviço “Disque Denúncia” na capital mineira, com o lançamento do número 0800 300 190, motivando a descoberta e o combate a diversas modalidades de delitos, antes ocultos pelo receio da população em denunciar. Foi assinado um convênio entre a Polícia Militar e as empresas parceiras do projeto, o que definiu uma revolução na prestação deste serviço. A meta futura é atender a toda Minas Gerais com a descentralização do serviço, promovendo sua operacionalização, da denúncia às ações efetivas de repressão e/ou prevenção, no âmbito da Polícia Ostensiva e Judiciária.

Prestando apoio ao Ministério Público Estadual, foi implementada a operação intitulada “Caça-Níqueis” em todo estado, objetivando reprimir o cometimento da infração do jogo de azar mediante máquinas eletrônicas, “Videoloteria Off Line Interativa”.

De forma inédita, foram realizados, na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, dez cursos para formação de oficiais multiplicadores da Filosofia de Polícia Comunitária, sendo realizado um na capital e nove no interior do Estado.

O Projeto Difusão dos Direitos Humanos, capacitou 418 policiais militares para atuarem como multiplicadores dos princípios doutrinários e filosóficos dos direitos humanos aplicados à atividade policial. O trabalho de multiplicação já habilitou 2.862 policiais em todo o estado. Os resultados positivos desta ação ganharam reconhecimento de polícias de vários países da América Latina e Central. Apoiando o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, no projeto “Direitos Humanos para Forças de Segurança”, oficiais da PMMG atuaram como instrutores de vários cursos realizados nesses países.

Foi criado o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Trata-se de um programa de prevenção ao uso de drogas aplicado por policiais militares às crianças do ensino fundamental. É baseado no programa americano DARE (Drug Abuse Resistance Education), desenvolvido em mais de 50 países.

A base de apoio logístico foi também destaque ao disponibilizar os meios necessários ao trabalho de ação operacional, ainda que muitos tenham sido os desafios de ordem orçamentária e financeira. Ainda assim, muito se fez. A PMMG cresceu com as aquisições de diversos materiais, possibilitando não só a manutenção dos meios já existentes como também pela agregação de novos instrumentos de trabalho, como viaturas, armamentos e tecnologia.

Realizou-se considerável compra de armamento e equipamento policial, sendo empregados R\$ 4.582.680,00 nestas aquisições, com recursos provenientes de convênios celebrados com o Ministério da Justiça, mediante o Plano Nacional de Segurança Pública.

A concepção do Centro de Referência do Cidadão (CRC) surgiu a partir do Fórum de Segurança Pública e Direitos Humanos, coordenado pela Secretaria-Adjunta de Direitos Humanos, com a constituição de grupos temáticos, como uma proposta efetiva para a desconstrução da violência, promoção da paz e no compromisso com a defesa da vida. O seu objetivo é prover, inicialmente, a população de seis aglomerados urbanos de Belo Horizonte de equipamento público, com metodologias e procedimentos de abordagem, tratamento de situações-problema, num espaço de acolhida, diálogo e participação solidária, destinado, sobretudo, à desconstrução da violência e promoção da paz àqueles cidadãos historicamente alijados do acesso à justiça ou de mecanismos de garantias de direitos.

O Projeto Gás Natural Veicular implantado com sucesso pela Polícia Militar em 2002, em Belo Horizonte, objetivou a conversão de 827 viaturas, quatro rodas, com idade inferior a seis anos e com cilindrada superior a 1500cc, movidas a álcool ou a gasolina. A previsão de retorno do investimento é de nove meses, e deverá ser estendido a outros municípios onde há possibilidade de uso do produto.

O Sistema Integrado de Defesa Social, para gestão da segurança pública, cujo custo está estimado em R\$ 10 milhões, vem sendo executado com recursos do Plano Nacional de Segurança Pública e contrapartida do estado, e está sendo projetado pela Polícia Militar junto com o Corpo de Bombeiros Militar (CBMMG), a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJDH), o Ministério Público (MP) e o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), de forma a possibilitar o acompanhamento efetivo das ações/informações de Segurança Pública e Defesa Social, desde o atendimento ao cidadão em eventos policiais, de bombeiros ou criminais até a execução penal, passando pelas fases de investigação e processo. Assim, uma ocorrência policial ou de bombeiro registrada no sistema deverá ser alimentada pelos órgãos/poderes respectivos, de forma a constituir-se um único evento, desde o atendimento ao cidadão até o cumprimento da pena, nos casos de condenação.

Para possibilitar a integração entre as ações e informações de todos os órgãos, está sendo implantado o Boletim Informatizado de Ocorrências Policiais e de Bombeiro, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, rotina que estará disponível, em uma segunda etapa, para todas as frações do Estado de Minas Gerais, a fim de possibilitar que todas as ocorrências atendidas sejam lançadas no sistema, de forma a permitir o conhecimento amplo e confiável de todos os dados. Os registros subsequentes serão alimentados pelos demais órgãos envolvidos no processo (Polícia Civil, Ministério Público e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos).

Em 14 de junho de 2002, foi lançada a campanha publicitária do Projeto Salve o Chico, em cumprimento ao plano de trabalho do convênio PMMG e IBAMA. O projeto visa à revitalização da bacia do Rio São Francisco, por meio de ações de educação e fiscalização, tendo movimentado recursos da ordem de R\$ 4,5 milhões.

Em 2002 foi lançada a segunda fase da campanha “PM Serviço”. A campanha é composta de sete videotaipes de 30 segundos, que passaram a ser veiculados pelas emissoras de TV e cinemas e sete spots (peças para rádio), também com o mesmo tempo de duração, abordando orientações preventivas sobre às demandas de segurança no estado.

Ocorreu também a evolução dos convênios provenientes de 2001, tendo sido executados, até setembro de 2002, os recursos no valor de R\$ 9.835.814,67, com 38 convênios, sendo o maior parceiro o Ministério da Justiça com a continuidade do Plano Nacional de Segurança Pública. Salienta-se que após a efetivação deste plano, a PMMG passou a adquirir equipamentos e apetrechos necessários ao combate ao crime organizado, bem como a investir no treinamento dos militares e de diversos instrutores.

Com recursos do Plano Nacional de Segurança Pública, a PMMG adquiriu, também, 387 viaturas, 458 pistolas .40, 162 carabinas semi-automáticas .40 e 1.755 coletes à prova de balas. Outro exemplo é a cooperação entre a PMMG e as prefeituras de Betim e Nova Lima. Por meio de convênio, a PMMG orientou e treinou 198 integrantes da Guarda Municipal de tais municípios.

Ainda no exercício de 2002, além do orçamento da PMMG, foram acrescidos mais R\$ 8 milhões, destinados exclusivamente à aquisição de fardamentos para os cabos e soldados.

O portal da Polícia Militar de Minas Gerais concorreu, no período de 10 a 13 de junho de 2002, em São Paulo, ao Prêmio Cidadania Na Internet-Conip 2002 (Congresso Nacional de Informática Pública), tendo sido classificado entre os cinco mais interativos de todo o Brasil, e tornou-se uma ferramenta relevante no apoio às atividades policiais.

Assim, as políticas de segurança pública e a capacitação profissional têm sido orientadas por princípios particulares - parceria com a sociedade, convergência e integração de ações e articulação intra e intergovernamental.

Simultaneamente, a Polícia Militar tem fomentado a organização das comunidades, para que desenvolvam suas potencialidades, uma estratégia de trabalho que induz ao desenvolvimento local integrado, funcionando a instituição como uma instância indutora e parceira na alavancagem do ambiente de segurança tão desejado pelo povo mineiro.

Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM

O IPSM, autarquia estadual vinculada à Polícia Militar de Minas Gerais, regido pelas leis 10.366, de 28 de dezembro de 1990, e 11.406, de 28 de janeiro de 1994, é responsável pelo pagamento de pensões e pela assistência à saúde dos militares e de seus dependentes totalizando 192.341 beneficiários, dos quais 58.741 são militares e 12.138 são pensionistas.

Com a sanção da Lei 13.962, de 27 de julho de 2001, importante resposta governamental à justa reivindicação da família militar mineira, foi instituído pagamento integral da pensão, em valor correspondente à remuneração ou provento percebido pelo segurado ao falecer. Esta medida importou no crescimento de 28,39% da folha de pagamento de pensões.

O estado repassou em dia ao IPSM, durante todo o ano, as consignações e a contribuição previdenciária descontada de seus segurados. Entretanto, não foram repassados, em sua integralidade, os valores correspondentes à contribuição patronal devida ao IPSM.

Considera-se que o IPSM, em razão do profissionalismo de seus quadros e da homogeneidade de seu grupo de segurados, reúne condições ideais para responder pela gestão da previdência social e da saúde da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Estado, exercendo em plenitude seu importante papel de entidade de previdência social e assistência.

Quanto à assistência à saúde do pessoal militar e dependentes, a partir de 1º de janeiro de 2002, o IPSM passou a responder pelo pagamento integral do pessoal da ativa, da reserva e reformado da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, propiciando ao estado regularizar o fluxo de pagamentos de despesas de saúde. A repercussão desta medida significou um acréscimo em torno de 27,12% da despesa.

Também a partir de janeiro, passou o IPSM a coordenar diretamente a contratação e gestão da rede de profissionais e estabelecimentos de saúde credenciados, estando em curso o cadastramento geral dos prestadores de serviços.

A assistência à saúde a cargo do IPSM superou, em 2002, a marca de 2,5 milhões de procedimentos médico-hospitalares, compreendendo consultas, internações, cirurgias e exames.

Encontra-se em curso a substituição do atual sistema informatizado de saúde por um sistema on line, incorporando tecnologia atualizada, para permitir à autarquia melhor supervisão, acompanhamento e controle das atividades de saúde, para o que, ainda, contará, a partir de 2003, com a instalação de moderna central informatizada de atendimento telefônico aos beneficiários.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG	1.792.444.007	1.766.367.417				
061220012.206.0001 - Direção Superior	13.615.000	11.940.432				
061220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	38.706.500	46.403.680				
061220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	10.710.000	14.979.992	Equipamento de Informática Adquirido (Equipamento)	400	213	4
061280012.559.0001 - Recrutamento, Treinamento e Formação de Militares	38.650.000	53.086.907	Policial Treinado/Reciclado (Policial)	12.000	4.053	7
			Policial Formado (Policial)	1.200	615	7
061810012.056.0001 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Comunicações	8.090.000	6.375.877	Equipamento de Comunicação Adquirido (Equipamento)	900	331	3
061813024.877.0001 - Policiamento Ostensivo Geral	777.188.259	794.099.651	Ocorrência de Policiamento Ostensivo Realizada (Ocorrência)	3.500.000	2.086.988	4
061813024.877.0002 - Policiamento Ostensivo de Trânsito	28.321.461	40.451.323	Ocorrência de Policiamento de Trânsito Realizada (Ocorrência)	800.000	253.722	4
061813024.877.0003 - Policiamento Ostensivo Florestal	29.024.700	27.849.651	Ocorrência de Policiamento Florestal Realizada (Ocorrência)	350.000	37.966	4
061813322.109.0001 - Assistência e Promoção Social	1.372.000	1.211.178	Policial Assistido (Policial)	150	76	4
			Promoção Realizada (Promoção)	80	15	7
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	8.925.090	8.213.956				
062727777.435.0001 - Proventos de Inativos Militares	777.710.108	694.666.727				
063024112.560.0001 - Assistência Médico-Hospitalar	37.935.738	47.433.595	Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	2.400.000	1.820.534	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
063024112.560.0002 - Assistência Odontológica	1.110.000	997.913	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	280.000	352.290	5
123615022.014.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	9.676.680	8.696.198	Aluno do Ensino Fundamental Matriculado (Aluno)	12.900	10.356	4
			Aluno do Ensino Fundamental Concluinte (Aluno)	2.500	1.849	4
123625032.021.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	11.408.471	9.960.337	Aluno do Ensino Médio Matriculado (Aluno)	8.600	6.455	4
			Aluno do Ensino Médio Concluinte (Aluno)	2.800	1.975	4
Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de M.G.- IPSM	329.989.493	354.596.405				
091220012.206.0001 - Direção Superior	414.000	177.914				
091220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	4.807.000	2.540.822				
091220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.600.000	1.444.949				
091227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	411.655	452.652				
092723634.303.0001 - Reserva de Benefícios	15.768.745	370.329	Reserva Assegurada (R\$ Mil)	150.793 (1)	418 (2)	1
092723634.336.0001 - Benefícios da Previdência	5.400.000	4.066.235	Auxílio Concedido (Auxílio)	4.733	3.500	4
			Pecúlio Concedido (Benefício)	423	413	-
092723664.866.0001 - Encargos com Pensionistas	221.889.493	246.297.588	Pensão Paga (Pensão)	8.260	8.350	-
092727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	686.000	386.417				
093023644.618.0001 - Assistência à Saúde	26.400.000	25.881.111	Consulta Realizada (Consulta)	273.000	293.887	-
			Interação Realizada (Interação)	7.000	12.634	5
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	46.250	64.846	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
093023644.655.0001 - Encargos com Assistência à Saúde	52.612.600	72.978.388	Outro Recurso Diagnóstico e Terapêutico Realizado (Unidade)	623.000	667.605	-
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	264.000	252.752	-
			Consulta Realizada (Consulta)	273.000	293.887	-
			Internação Realizada (Internação)	7.000	12.634	5
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	46.250	64.846	5
			Outro Recurso Diagnóstico e Terapêutico Realizado (Unidade)	623.000	667.605	-
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	264.000	252.752	-
TOTAL	2.122.433.500	2.120.963.822				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

(1) Houve um engano no lançamento desta informação, quando da elaboração do Orçamento. O valor correto da programação é 15.768.

(2) Vários fatores interferem nas áreas de benefícios e saúde, razão dos desvios da programação.

BOMBEIRO MILITAR

Foram muitas as conquistas da Corporação em 2002. Vários investimentos foram realizados visando ao público interno e externo na prevenção de sinistros de toda natureza. Em 2002 foram atendidas 185.658 ocorrências, divididas nos seguintes grupos: de Defesa Civil 949 ocorrências; de incêndio 11.529 ocorrências; de prevenção 72.397 ocorrências; de busca e salvamento 62.125 ocorrências e nos demais grupos 38.658 ocorrências diversas, conforme o quadro a seguir:

Ocorrências Atendidas pelas Unidade de Execução Operacional - UEOp
Minas Gerais - 2002

NATUREZA	BBM	CIA INDEPENDENTE	TOTAL
Defesa Civil	60	889	949
Incêndio	7.474	4.055	11.529
Prevenção	36.124	36.273	72.397
Busca e Salvamento	39.269	22.856	62.125
Ocorrências Diversas	26.205	12.453	38.658
TOTAL	109.132	76.526	185.658

O Corpo de Bombeiros, valendo-se da máxima de que “o sinistro só ocorre onde a prevenção falha”, obteve destaque no grupo relativo à “Prevenção” diante dos demais grupos, com atendimento de 72.397 ocorrências, perfazendo 38,99% em relação a todo atendimento de 2002.

As organizações de proteção pública, na busca de estar levando à sociedade informações, têm procurado divulgar o seu trabalho de várias formas. Assim, o Corpo

de Bombeiros Militar de Minas Gerais criou o Portal da Corporação, no endereço eletrônico www.bombeiros.mg.gov.br, visando a dar maior transparência e presteza de atendimento à população.

Com trabalho, esforço e dedicação a Corporação está se fortalecendo cada dia mais dentro do seu espaço junto ao público externo. O setor responsável pela atividade de relações públicas tem buscado, por meio de parcerias, divulgar a Corporação de várias formas, incluindo contatos com órgãos governamentais e entidades particulares. Foram produzidos fôlder e cartilha educacional para crianças; captação de recursos para confecção de fôlderes sobre incêndios florestais, período chuvoso, afogamentos e acidentes automobilísticos com a Loteria Mineira; apresentação da logomarca e eslôga da Corporação no placar eletrônico do Mineirão.

No campo da atividade social implantou-se o Banco de Leite Humano, com coleta de aproximadamente 50 litros de leite por dia na área de atuação do Quarto BBM, denominado “Projeto Amigo do Peito”. Nas Unidades operacionais está em desenvolvimento o “Projeto Bombeiro nas Escolas” em parceria com escolas estaduais, municipais e particulares. Este projeto pretende levar às crianças de 1ª à 4ª série do primeiro grau informações sobre prevenção e combate a incêndios, noções de primeiros socorros, assim como a forma mais segura de agir nesses casos e como preveni-los.

Em se tratando de recursos humanos, o Corpo de Bombeiros apresenta um efetivo de 4.203 militares. Na atividade de ensino há 29 capitães no curso de especialização na Fundação João Pinheiro, 71 militares matriculados no curso de formação de oficiais, no segundo e terceiro ano acadêmico, 18 militares matriculados no intensivo de formação de cabos e 403 militares matriculados no curso de formação de soldado, em várias unidades por todo o estado.

Na busca de tentar suprir a área logística, a Corporação tem buscado recursos alternativos por meio de parcerias com entidades públicas e privadas, tendo sido celebrados convênios com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Mercedes Benz, Agência Nacional de Petróleo (ANP), Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), Cruz Vermelha Brasileira e com diversas prefeituras, cujos recursos são revertidos na aquisição de equipamentos e materiais operacionais visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Na área logística, a Corporação tem procurado melhorar a frota e o sistema de informática. Daí a aquisição de 54 viaturas operacionais e administrativas com recursos oriundos de transferências de outros órgãos estaduais, doação e cessão de uso por prefeituras, bem como a melhoria no atendimento do Centro de Operações de Bombeiros, mediante a reestruturação do seu sistema de telefonia. A doação de dois ônibus urbanos foi feita pela Empresa COWAN para o transporte de tropa. Os investimentos na área de informática estão possibilitando interligar, em rede, todas as unidades operacionais, diretorias e comandos.

Aliado às missões constitucionais, a Corporação não se esquece da música, fator de integração entre os povos, independentemente de raça, credo e cor. A Banda de Música do Corpo de Bombeiros tem atuado com brilhantismo, levando a cultura onde o povo está, buscando dar suporte ao perfeito desenvolvimento de suas atividades. Além de outros investimentos ocorridos neste ano, foram adquiridos e reparados nos meses de outubro e novembro vários instrumentos, totalizando R\$ 48.037,00.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais	113.845.235	113.124.057				
061220012.206.0001 - Direção Superior	6.308.539	5.266.669				
061220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	22.797.099	16.518.318				
061220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	790.000	1.087.709				
061280012.559.0001 - Recrutamento, Treinamento e Formação de Militares	485.000	356.211	Bombeiro Treinado/Reciclado (Bombeiro)	3.442	3.248	-
			Bombeiro Formado (Bombeiro)	70	121	5
061820012.056.0001 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Comunicações	629.435	688.087	Equipamento de Comunicação Adquirido (Equipamento)	1.325	97	4
061823054.878.0001 - Prevenção e Combate a Sinistros	80.332.452	85.308.895	Ocorrência de Busca e Salvamento Realizada (Ocorrência)	40.816	42.087	-
			Ocorrência de Incêndio Realizada (Ocorrência)	8.342	9.275	5
			Outra Ocorrência Realizada (Ocorrência)	26.623	42.685	5
			Ação de Prevenção Realizada (Ação)	62.622	62.347	-
			Projeto de Prevenção, Combate a Incêndio e Pânico Analisado (Projeto)	3.000	8.023	13
061823322.109.0001 - Assistência e Promoção Social	227.600	65.399	Promoção Realizada (Promoção)	20	10	4
			Bombeiro Militar Assistido (Bombeiro)	30	9	13
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	9.000	-				
062727777.435.0001 - Proventos de Inativos Militares	1.940.110	3.749.813				
063024112.560.0001 - Assistência Médico - Hospitalar	163.000	22.680	Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	43.600	30.024	3
063024112.560.0002 - Assistência Odontológica	163.000	60.276	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	6.200	2.416	3
TOTAL	113.845.235	113.124.057				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Plano de Mobilização em C&T para o Desenvolvimento Sustentável 2000/2002, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT/MG) chega a seu estágio final com um saldo positivo. A implementação dos dez programas especiais aprovados pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Conecit) já apresenta resultados que começam a ser percebidos e, principalmente, reconhecidos pelas comunidades científica, tecnológica e empresarial de Minas Gerais e do país. Este conjunto de programas, cujo objetivo principal é acelerar o desenvolvimento de segmentos econômicos de interesse do estado, tem sido citado como uma referência por várias autoridades em alguns dos fóruns brasileiros da área de C&T. A sintonia e a articulação entre as ações promovidas nas áreas de informações, programas prioritários, empreendimentos de base tecnológica e desenvolvimento regional vem permitindo uma avaliação otimista sobre seus resultados.

A busca da atuação articulada de todo o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia tem sido o foco da Secretaria. Para isso, o apoio financeiro dado pela Fapemig aos Editais de Demanda Induzida foi fundamental durante 2002. Já os temas específicos dos editais só são definidos após intensas consultas à comunidade e ao setor produtivo, em discussões promovidas pelas coordenações e comitês dos programas. O interesse em levar à população mineira, particularmente a mais carente, os benefícios gerados pela agregação do conhecimento científico e pelo avanço de novas e modernas tecnologias racionalizaram e direcionaram a aplicação dos recursos disponíveis, dentro de todas as limitações financeiras por que passa o governo estadual.

Os seguintes programas estiveram em andamento em 2002: 1) Uso Múltiplo de Florestas Renováveis; 2) Rede Estadual das Tecnologias dos Minerais; 3) Rede Mineira de Biotecnologia e Bioensaios; 4) Gestão Tecnológica em Recursos Hídricos; 5) Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-Cultural de Minas Gerais; 6) Rede Estadual de C&T para Inovação Agroindustrial; 7) Tecnologias da Informação e Comunicações; 8) Inovação Tecnológica no Parque Industrial Mineiro; 9) Melhoria da Eficiência Energética de Equipamentos e Sistemas; e 10) Popularização da Ciência e Tecnologia. Todos estes programas, liderados pela SECT/MG, foram conduzidos por coordenadores de reconhecida competência e experiência profissional.

As relações internacionais foram incentivadas, tendo sido estabelecidos contatos com os membros de missões vindas da França, Alemanha, Canadá e China. Foram, ainda, organizadas missões à França e à China, na busca de parcerias para o desenvolvimento conjunto de projetos e implantação de empreendimentos de base tecnológica.

Um destaque especial deve ser dado às ações de articulação promovidas para a implantação das plataformas tecnológicas em apoio aos arranjos produtivos locais da região Norte-Nordeste de Minas Gerais. Parcerias foram estabelecidas com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e suas agências - a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) -, o Banco do Nordeste, comunidades e poderes públicos locais para apoio aos arranjos produtivos de gemas e jóias (região de Teófilo Otoni), fruticultura – ênfase em banana (região de Nova Porteirinha), e madeira e móveis (região de Montes Claros). Os projetos elaborados são de grande importância para as localidades e já estão sendo analisados em órgãos federais e estaduais de fomento para a obtenção de financiamentos.

Alguns dos empreendimentos tecnológicos, apoiados pela Secretaria em 2001, já foram concluídos, como o Laboratório para Ensino de Informática com utilização de software livre em Caratinga e a Estação Experimental de Piscicultura em Boa Esperança. Novas propostas foram analisadas para desenvolvimento em 2003, estando previstos repasses, ainda neste exercício, da ordem de 250 mil reais para implantação do Centro de Qualidade do Café, em parceria com a Universidade Federal de Lavras; para produção do Guia da Cadeia Produtiva da Madeira, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa; e para a implementação do projeto itinerante Ciência da Estrada, em parceria com a UFMG.

O Programa de Informação e Comunicação para a Pesquisa (Prossiga), desenvolvido em parceria com o MCT e o CNPq e destinado ao levantamento, organização e divulgação de informações em C&T relativas ao Estado de Minas Gerais, já disponibiliza quatro serviços: Instituições de C&T, Páginas Brasileiras, Mercado de Trabalho e Arranjos Produtivos. Em 2002, foi lançada a 3ª edição do Prêmio de Divulgação Científica e Tecnológica Francisco de Magalhães Gomes, iniciativa já consagrada pela comunidade mineira com premiação em Divulgação Científica e Tecnológica; Jornalismo Científico; Estudantes de Graduação e Pós-Graduação e Instituições.

A Secretaria mantém parcerias com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/MG) e com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), o que vem possibilitando um adequado acompanhamento e uma correta avaliação das

reais necessidades do empresariado mineiro, facilitando, conseqüentemente, a orientação da política estadual de C&T. A presença constante e a participação efetiva da SECT/MG no Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Assuntos de Ciência e Tecnologia são fatores de avaliação sobre os rumos desta política.

Dentro dos Projetos Endogovernamentais aprovados pela Fapemig, foram repassados recursos, mediante convênios de cooperação, para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), encarregada do projeto Tecnologia da Informação em Segurança Pública; para o Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), para execução do projeto Representação Cartográfica dos Municípios Mineiros; e para o Instituto de Pesos e Medidas de Minas Gerais (IPEM/MG), para capacitação técnica dos seus laboratórios de massa. A Rede Mineira de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica e a Organização Energia & Energia, ambas instituições privadas sem fins lucrativos, foram contempladas com recursos para edição de documentos de normatização, consulta e divulgação científica. Além disso, o saldo financeiro do convênio Capes – SECT/MG, financiador do programa Pró-Ciências, encerrado no exercício 2001, foi repassado à Unimontes e utilizado para a melhoria dos recursos laboratoriais das áreas de física, química, biologia e matemática daquela universidade.

A participação da SECT com um estande na Ecolatina manteve a já tradicional interação com instituições nacionais e internacionais, tanto do setor estatal quanto privado, afeitas à questão ambiental na América Latina.

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig)

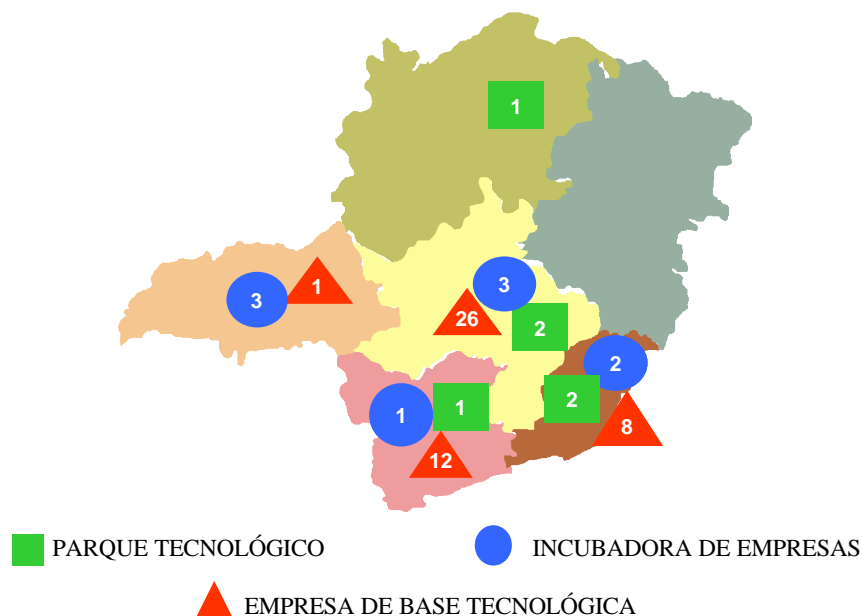
Dentre as principais ações da Fapemig, em 2002, destacam-se o apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, visando tanto ao avanço do conhecimento nas diversas áreas (demanda espontânea) quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico de Minas Gerais, em áreas consideradas prioritárias pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (Conecit). O apoio a projetos é a missão principal da Fapemig, para a qual têm sido destinados mais da metade de seus recursos. A fundação lançou um edital para demanda espontânea que recebeu 1.200 propostas de projeto. Das selecionadas por mérito científico, apenas a metade pôde ser recomendada para contratação devido à limitação dos recursos. Foram lançados 15 editais na modalidade demanda induzida, muitos dos quais ainda em processo de análise de propostas.

Outra ação que merece destaque é o apoio à capacitação de pesquisadores por meio da concessão de bolsas de diversas modalidades, apoio à organização de eventos científicos e tecnológicos e apoio à participação de pesquisadores em congressos. Foram concedidas bolsas, por períodos diversos, a 1.400 estudantes/pesquisadores; 120 eventos receberam algum apoio para sua realização e 506 pesquisadores participaram de congressos com apoio da Fapemig.

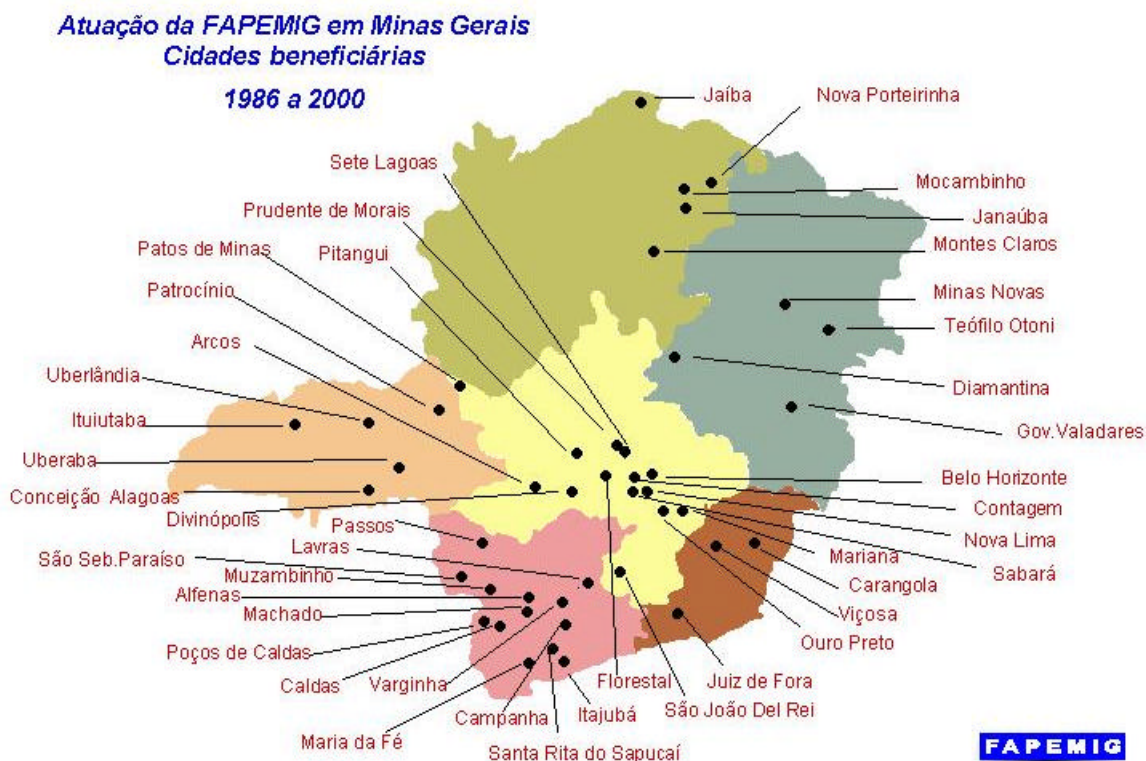
Em terceiro lugar, ocorreu o fortalecimento do fomento à inovação no setor empresarial. Atividades iniciadas em 2001 foram intensificadas: apoio a incubadoras de empresas e parques tecnológicos e lançamento de editais para financiamento, com retorno, a micro e pequenas empresas privadas de base tecnológica. Foram financiados projetos de pesquisa de 47 empresas, nas várias regiões do estado. Os mapas abaixo mostram a distribuição regional dos apoios da Fapemig. O mapa da inovação: parques

tecnológicos, incubadoras de empresas e empresas de base tecnológica, apoiadas em 2002, por região.

APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - 2001 / 2002



O segundo mapa apresenta a clientela tradicional da Fapemig: instituições de pesquisa e universidades.



As atividades de C&T estão se interiorizando; no entorno das maiores universidades estão surgindo as empresas de base tecnológica, levando o desenvolvimento científico e tecnológico, contribuindo para o aumento da competitividade do parque industrial, gerando emprego e renda nos municípios.

Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC)

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) tem como missão contribuir para a modernização das atividades produtivas, pela apropriação de conhecimento e pelo desenvolvimento e antecipação de soluções tecnológicas ambientalmente compatíveis, em benefício da sociedade e em apoio aos programas de governo, orientado pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, pelo Plano Plurianual de Ação Governamental e pelos programas do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Conecit).

Em 2002, o CETEC deu continuidade à suas linhas de pesquisa e aos trabalhos tecnológicos, apresentando forte integração interna entre as suas áreas e atuação cooperativa, com parceiros como as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Minas e Energia, de Educação e órgãos como a Copasa, Cemig, Gasmig, Comig, Epamig, Feam e Igam, para compartilhamento de recursos e potencialização do impacto dos resultados pretendidos. A instituição participa da Rede Temática em Engenharia de Materiais, da Rede de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais, da Rede de Certificação de Madeira, da Rede de Nanociências e da Rede Metrológica de Minas Gerais, meio no qual se tornou importante referência estadual, e do Programa Minas Ambiente.

Na área de Tecnologia Mineral, o CETEC vem realizando projetos de desenvolvimento para as pequenas e médias minerações de ferro, melhoria dos métodos de lavra e aproveitamento dos rejeitos gerados no beneficiamento da ardósia dirigidos a municípios de Minas Gerais. Em Tecnologia Metalúrgica e de Materiais, teve continuidade o projeto que originou o aço inox colorido, de qualidade única no mundo, que, hoje, é produzido em escala industrial.

Identificado com a progressiva tendência de desenvolvimento de tecnologias mais limpas, vem atuando como agente tecnológico fundamental para concepção de políticas públicas, no âmbito do meio ambiente, realizando pesquisas para tratamento de pequenos e médios laticínios de Minas Gerais; executando trabalhos de referência na área de poluição atmosférica, que se integram às pesquisas e prestação de serviços para a preservação e recuperação de monumentos históricos; monitorando a qualidade do ar e de combustíveis, com o funcionamento dos laboratórios de emissões veiculares e de testes de motores diesel; e, ainda, oferecendo suporte técnico à gestão de resíduos sólidos urbanos, tendo viabilizado o fechamento de lixões municipais e a implantação de aterros sanitários. A instituição participa também de um grande esforço para livrar o Córrego Rico, no município de Paracatu, de depósitos de mercúrio metálico despejados desde os tempos do Brasil-Colônia.

O Projeto Soro, conduzido pelo Setor de Alimentos do CETEC, apoia as indústrias de queijo no reaproveitamento do soro de queijo em produtos de alto valor agregado, numa alternativa que gera benefícios para o segmento e reduz problemas ambientais causados pelo lançamento de efluentes altamente poluentes nos cursos d'água. No

Norte de Minas, desenvolve novas tecnologias para melhorar as formas de extração e processamento do pequi, visando a aumentar a renda dos produtores rurais.

Já na área de ensaios, a Fundação monitora a qualidade das águas, no Projeto Águas de Minas; presta serviços de calibração e ensaios nas grandezas força, massa, pressão, torque e temperatura para indústrias em todo o território nacional; e realiza análises para a determinação de metais em água de hemodiálise. Recentemente, a instituição expandiu o Laboratório de Vazão de Gás, de importância estratégica em Minas Gerais, devido à utilização de gás natural em larga escala.

O CETEC implantou o Núcleo do Programa Nacional de Apoio Tecnológico à Exportação (Progex) para apoiar pequenas e médias empresas, visando à exportação de sua produção e proporcionando aporte de tecnologia a seus produtos, fortalecendo, assim, as reservas cambiais do país.

Instituto de Geociências Aplicadas (IGA)

O Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), mantendo-se sintonizado com o PMDI e o PPAG 2000-2003, e em consonância com sua missão oficial de equacionar as questões de limites, levantamentos e demarcação de base fundiária municipal, promoveu, em 2002, ajustes necessários à implementação de seus projetos, priorizando, em parceria com diversos órgãos e entidades, aqueles de maior alcance social.

O projeto Identificação de Microrregiões visou à implantação de pequenas unidades de geração de energia elétrica, com a utilização de fontes renováveis e auto-sustentáveis; cuja dimensão social consiste, principalmente, na contemplação de famílias de baixa renda e na busca de alternativas para a crise pela qual passa o setor elétrico do país.

Destaca-se a atuação do IGA no setor Turismo, campo considerado de grande importância socioeconômica pelo grande potencial de Minas Gerais. O instituto foi um dos parceiros fundadores do Grupo Temático de Ecoturismo (GTE) e participou da elaboração do Programa de Organização do Turismo em Unidades de Conservação de Minas Gerais. Como membro do Grupo Gestor, participou também de projetos de desenvolvimento do Turismo Rural em Minas Gerais. Em parceria com o Sebrae/MG, deu continuidade ao Inventário Turístico de Municípios, beneficiando 25 municípios da Zona da Mata, Campos das Vertentes, Triângulo, Sul/Sudeste e Noroeste do estado.

Encontra-se em execução o projeto Mapeamento Geoambiental dos Municípios da Microrregião do Leste de Minas (ASSOLESTE), instrumento decisivo na elaboração de planos de desenvolvimento sustentável para a região.

Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, o IGA elaborou cem mil mapas escolares das bacias hidrográficas de Minas Gerais e cem mil mapas escolares geográficos do Estado de Minas Gerais, trabalho da maior importância, dado seu caráter educativo, e por abranger toda a rede pública estadual de ensino.

Contando com recursos provenientes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), o IGA deu prosseguimento a várias de suas atividades, dentre as quais o projeto-piloto Cadastro Imobiliário Urbano de Municípios de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais, que utiliza a sistematização de dados cadastrais no direcionamento de políticas públicas; e o Projeto IGA – 30 ANOS, que resgata e preserva a memória cartográfica do estado (disponibilizando todo o acervo para pesquisa e visitação pública) e que se conclui com a inauguração da Sala da

Memória Cartográfica e a entrega do Prêmio Benedito Quintino do Santos. O apoio da Fapemig propiciou ainda a ampliação do acervo bibliográfico do instituto, com o lançamento da obra *A Evolução do Espaço Geográfico de Minas Gerais: Uma Visão Cartográfica*, e a continuidade do programa de capacitação de recursos humanos, visando ao aprimoramento institucional.

Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais (Ipem)

Na condução de ações visando ao desenvolvimento das atividades metrológicas, delegadas pelo Inmetro, o Ipem/MG consolidou sua imagem perante seus principais usuários. Segundo pesquisa de opinião, contratada anualmente pelo Inmetro, o instituto mineiro alcançou a média de aprovação de 99%, a partir de 2002, sendo o que mais evoluiu no período, dentre os 26 Ipem estaduais.

Foi também o Ipem/MG pioneiro na elaboração de um Manual de Metrologia, concluído em 2002, orientando sua atuação no campo e constituindo seu código de conduta perante a sociedade como um todo. Dada sua qualidade, foi recomendado pelo Inmetro para ser adotado em todo o país. Indicadores de desempenho foram pactuados com o Inmetro, tendo sido integralmente alcançados ao final do exercício.

Pela primeira vez, o instituto recebeu recursos do governo estadual para investimentos na área laboratorial, visando a ampliar seus serviços ao setor industrial mineiro. Está sendo reformado o laboratório de calibração de massas, para não apenas melhor executar suas atividades metrológicas como também buscar, em futuro próximo, o credenciamento nas Redes Mineira e Brasileira de Calibração.

Na área gerencial, um abrangente diagnóstico foi realizado, por meio de consultoria externa, fornecida pela Fundep/Universidade Federal de Minas Gerais, com vistas a modernizar sua gestão, inclusive intensificando sua informatização. O estudo aplicou a metodologia de Planejamento Estratégico de Sistemas, objetivando compatibilizar estratégias, planos e recursos de “hardware” e “software”, assim como avaliar as habilidades e a necessidade de capacitação dos servidores do instituto. O trabalho envolveu a participação intensiva de servidores dos diversos setores, identificando a necessidade de estudos aprofundados de alguns programas utilizados, e definindo o desenho de um novo sistema de informações gerenciais que compatibilize todos os sistemas em uso, com vistas à geração de informações seguras e oportunas. Destaca-se a aquisição, com recursos próprios, de 50 computadores; de seis aparelhos de fax, para cobrir regionais e setores que não o possuíam e para modernização de receptores centrais na sede; de massas calibradas para atendimento de verificações essenciais; além de outros elementos, para um “upgrade” de certos sistemas. Paralelamente, um sistema de custos foi desenvolvido, sob medida, também por intermédio da Fundep, e implantado em 2002.

Como órgão público, voltado para a atividade metrológica e de avaliação da conformidade de produtos e serviços, o Ipem/MG atua subsidiariamente com outras instâncias públicas, na defesa de interesses difusos da sociedade e dando suporte técnico à atuação de outros órgãos e entidades. Neste sentido, participou de audiências públicas promovidas pela Comissão de Defesa de Direitos do Consumidor, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, para discutir problemas relacionados à fiscalização de trânsito, produtos pré-medidos e medidores domiciliares de água; de reuniões e palestras com supermercadistas independentes, entidades de

fiscalização de trânsito e representativas de taxistas; de congressos do Minaspetro e da área de meio ambiente; de encontros promovidos pelo Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais, visando a orientar e a mobilizar consumidores na proteção de direitos de consumo; e de perícias técnicas, determinadas pelo Ministério Público, com vistas a esclarecer questões metrológicas, relacionadas ao desempenho de instrumentos de pesar e medir.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	4.838.187	4.313.713				
191210012.179.0001 - Planejamento Setorial	143.158	150.141				
191220012.206.0001 - Direção Superior	452.033	583.266				
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.127.004	1.012.914				
191220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	15.000	17.008				
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	6.000	6.000	Servidor Treinado e Capacitado (Servidor Público)	75	7	3 - 4 - 12
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.257.532	1.434.547				
195716614.578.0001 - Planejamento, Informação e Difusão em Ciência e Tecnologia	74.936	68.981	Sistema de Informação em C & T Implantado e Mantido - Fase 2 (Sistema)	1	1	-
			Evento Promovido (Evento)	4	11	5
			Estudo Prospectivo Realizado (Estudo)	3	3	-
			Documento Elaborado (Documento)	10	14	5
195716614.580.0001 - Apoio à Programas Tecnológicos	120.363	785.418	Convênio Celebrado (Convênio)	5	24	5 - 6
			Programa Implementado (Programa)	10	10	-
			Ação de Integração Realizada (Ação)	15	16	-
			Programa Apoiado (Programa)	4	4	-
			Edital Publicado (Edital)	10	13	5
			Projeto Tecnológico Induzido (Projeto)	100	40	3 - 4
			Empreendimento Tecnológico Viabilizado (Unidade)	4	24	5 - 6
			Instituição Apoiada (Instituição)	6	9	5
195716614.915.0001 - Articulação de Ações para Captação de Recursos	22.815	68.753	Acordo Celebrado (Acordo)	4	2	3
			Acordo Mantido (Acordo)	8	5	4
195716614.916.0001 - Promoção de Ações para a Popularização da Ciência e Tecnologia	1.619.346	186.685	Evento Promovido Apoiado (Evento)	4	4	-
			Professor Treinado (Professor)	800	0	9
			Pessoa Capacitada (Pessoa)	500	0	11

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG	88.673.529	29.363.829				
191220012.206.0001 - Direção Superior	5.424.401	2.734.825				
191220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	50.000	-				
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	619.000	333.638				
195716624.334.0001 - Fomento e Apoio a Eventos Técnicos e Científicos	1.716.011	588.521	Evento Apoiado (Evento)	120	40	1
			Participação de Pesquisador em Evento Apoiado (Pesquisador)	1.000	506	1
195716624.335.0001 - Concessão de Bolsas de Estudo	10.814.064	8.489.184	Bolsa Concedida (Bolsa)	2.500	1.400	1
195716624.335.0002 - Fomento e Capacitação de Recursos Humanos	2.574.017	785.735	Bolsista/Estagiário Treinado e Qualificado (Pessoa)	500	190	1
195716624.463.0001 - Promoção e Financiamento de Projetos Especiais	8.082.052	594.771	Estudo/Projeto Especial Promovido (Estudo/Projeto)	2.000	19	4 - 1
195716624.463.0002 - Realização de Estudos Técnicos	1.716.011	418.382	Estudo Técnico Elaborado (Estudo)	220	140	1
195716624.518.0001 - Divulgação e Difusão de Resultados de Pesquisas Tecnológicas	1.816.011	351.238	Material de Divulgação Produzido (Unidade)	200	30	4 - 1
195716624.519.0001 - Apoio a Projetos Espontâneos de Pesquisa Científica e Tecnológica	26.597.150	6.008.487	Projeto/Pesquisa Financiado (Projeto/Pesquisa)	2.000	135	1 - 4
195716624.912.0001 - Indução a Programas e Projetos de Pesquisa	29.264.812	9.059.048	Projeto/Pesquisa Financiado (Projeto/Pesquisa)	1.000	35	1 - 4
Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC	16.344.170	16.850.236				
191220012.206.0001 - Direção Superior	1.323.361	1.211.333				
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.528.742	1.947.902				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
191220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	100.000	-				
191227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	454.682	435.857				
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	44.000	-	Servidor Treinado e Capacitado (Servidor Público) (1)	98	25	4
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	5.790.613	5.797.309				
195726654.068.0001 - Pesquisa e Desenvolvimento	453.083	703.623	Projeto Tecnologia de Materiais Executado (Projeto/Pesquisa)	3	8	5 - 6
			Projeto Tecnologia Ambiental Executado (Projeto/Pesquisa)	2	6	5 - 6
195726654.068.0002 - Desenvolvimento Experimental	880.308	622.033	Projeto Tecnologia de Materiais Executado (Projeto/Pesquisa)	3	14	5 - 6
			Projeto Tecnologia Ambiental Executado (Projeto/Pesquisa)	1	5	5 - 6
195726654.068.0003 - Testes e Análise da Qualidade	5.414.066	5.944.315	Cliente Atendido (Cliente)	1.560	1.710	5 - 6
			Ensaio, Análise, Teste, Parecer e Laudo Realizado (Unidade)	65.000	78.052	5 - 6
			Assessoria e Consultoria Prestada (Hora)	120	3.561	5 - 6
195726654.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	26.933	-	Pessoa Treinada (Pessoa)	73	0	1
195736644.470.0001 - Informações Tecnológicas	328.382	187.864	Evento Realizado (Evento)	2	1	4
			UIATEC - Empresa Atendida (Empresa)	480	480	-
			Sistema de Informação Tecnológica e Industrial Implantado/Mantido (Sistema)	1	1	-
			Publicação Técnica/Promocional Editada (Publicação)	24	21	-
			Acompanhamento de Resultados de Pesquisas Científicas e Tecnológicas Implantado (Projeto)	1	1	-
Instituto de Geociências Aplicadas - IGA	4.172.375	3.797.839				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
191220012.206.0001 - Direção Superior	433.402	468.913				
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	639.189	643.606				
191220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	34.560	23.384				
191276664.523.0001 - Estudos Municipais	883.690	858.297	Município Atendido (Município)	40	35	3
			Projeto Executado (Projeto)	2	1	3
			Monografia Municipal Elaborada (Monografia)	2	0	3
191276664.523.0002 - Serviços Geocartográficos	20.950	7.658	Cliente Atendido (Cliente)	2.450	1.443	3
191276664.652.0001 - Estudos e Pareceres de Evolução Administrativa e Territorial	4.150	4.010	Cliente Atendido (Cliente)	260	203	3
			Assessoria e Consultoria Prestada (Assessoria/ Consultoria)	2	1	3
191276664.652.0002 - Elaboração de Plantas Cadastrais e Semicadastrais	12.050	5.754	Planta Cadastral e Semi-Cadastral Elaborada (Unidade)	1	0	3
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	8.000	-	Servidor Treinado/Capacitado (Servidor)	40	0	1
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.734.751	1.533.643				
195736674.067.0001 - Cartografia Básica, Temática e Digital	290.733	246.467	Mapa Municipal Elaborado (Mapa)	16	3	3
			Mapa Estadual Elaborado (Mapa)	4	2	3
195736674.479.0001 - Desenvolvimento em Geomática	110.900	6.107	Pesquisa Aplicada Desenvolvida (Pesquisa)	1	1	-
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais - IPEM/MG	8.863.770	9.806.620				
191220012.206.0001 - Direção Superior	234.712	222.624				
191220012.288.0001 - Serviço de Apoio Administrativo e Financeiro	6.817.000	7.258.169				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
191220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	158.000	176.714				
191227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	17.548	6.429				
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	70.000	97.186	Servidor Capacitado (Servidor) (2)	180	104	1 - 4
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	714.510	752.535				
196656634.444.0001 - Planej. e Execução da Inspeção e Capacitação de Veículos com Produtos Perigosos	20.000	78.944	Capacitação em Veículo com Produto Perigoso Realizada (Inspeção) (3)	5.727	4.649	4
196656634.444.0002 - Verificação e Fiscalização em Produtos e Serviços	200.000	268.526	Produto Pré-Medido Fiscalizado (Produto)	83.063	86.220	6
			Produto Têxtil Fiscalizado (Produto) (4)	90.000	25.609	7
			Produto com Certificação Compulsória Fiscalizado (Produto)	2.187.932	2.050.000	-
196656634.444.0003 - Execução de Serviços Metrológicos	524.000	825.499	Instrumento de Medição Verificado (Instrumento) (5)	3.817.241	1.805.740	4
196656634.444.0004 - Prestação de Serviços Técnicos de Calibração	108.000	119.994	Laboratório de Calibração Credenciado (Laboratório) (6)	1	0	10
			Relatório Técnico de Calibração Expedido (Relatório)	4.000	2.922	4
TOTAL	122.892.031	64.132.237				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

Notas explicativas:

- (1) A meta Servidor Treinado e Capacitado do CETEC foi executada com recursos financeiros da FAPEMIG.
- (2) Redução de oferta de cursos fornecidos pelo FAT, aliado à dificuldades financeiras no primeiro trimestre deste ano.
- (3) Com a liberação por parte do INMETRO para que organismos de inspeção possam realizar capacitação em veículos com produtos perigosos, o IPEN/MG passou a sofrer concorrência da iniciativa privada. Em razão do exposto, o posto na Regional de Varginha perdeu quase todo o seu serviço de capacitação.
- (4) Em 12/04/02 ocorreu mudança na Legislação Têxtil - Resolução nº 02/01 CONMETRO, que motivou o incremento nas orientações à indústria e ao comércio do segmento, bem como, a redução da fiscalização "corretiva", com replanejamento das ações fiscais e transferindo-as para fiscalização de produtos com certificação compulsória.
- (5) Na programação prevista foi incluído o item termômetro clínico que era expressivo em exercícios anteriores, o que não ocorre atualmente, pela redução da produção no território mineiro.
- (6) Ainda estão sendo redefinidos estudos e projetos técnicos para adequação física, além disto, parte dos equipamentos necessários são importados, o que requerem longo processo alfandegário.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Governo Itamar Franco, por entender que a preservação do ambiental só será possível se houver uma efetiva parceria entre o poder público, sociedade civil e setor produtivo do estado, procurou aperfeiçoar e aprofundar sua interlocução com esses setores em 2002 de modo a se destacarem as seguintes ações:

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) está dando prosseguimento ao programa Lixo e Cidadania da Unicef. O objetivo deste programa é erradicar a catação de lixo por crianças e adolescentes, capacitar os catadores de lixo como parceiros prioritários nos programas de coleta seletiva, gerar emprego e renda para as famílias envolvidas com a catação e, principalmente, erradicar os lixões, recuperando áreas degradadas e buscando técnicas de disposição final do lixo ambientalmente corretas.

Foram aplicados R\$ 500 mil oriundos de convênio com a Loteria Mineira, em diversas ações, em 2002, atingindo inicialmente os municípios do Vale do Jequitinhonha.

Estas ações englobaram o diagnóstico preliminar da situação dos lixões e do sistema de limpeza urbana em 17 municípios. Mais, realização de dois cursos para os técnicos dos serviços de limpeza urbana dos municípios da região, sendo um de capacitação gerencial e outro de capacitação técnico-operacional. Foram também definidas as cidades onde serão implantados aterros sanitários e aterros controlados.

Em maio de 2002 foi assinado convênio entre a SEMAD e o Ministério do Meio Ambiente, para implantação do Pólo Estadual de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis que se constituirá de um espaço aberto ao público, para acesso ao Sistema de Informação Brasileiro de Educação Ambiental (SIBEA).

A SEMAD está coordenando, em Minas Gerais, o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, com destaque para os projetos “Zoneamento Ecológico-Econômico da APA-Sul/RMBH”, “Semeando o Meio Ambiente na Bacia do Rio das Velhas” e “Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas”.

O Zoneamento Ecológico-Econômico da APA-Sul/RMBH e seu Plano de Manejo constitui um instrumento fundamental de planejamento da Região Metropolitana e de orientação das ações estatais, em matéria de proteção aos recursos ambientais e de estímulo às atividades econômicas. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com a CPRM.

No projeto “Semeando o Meio Ambiente na Bacia do Rio das Velhas” a SEMAD realizou dez oficinas que abrangeram 51 municípios, com o objetivo de difundir a educação ambiental e discutir os problemas ambientais, na busca de soluções que preservem e garantam a qualidade e quantidade de seus recursos hídricos.

Para o projeto de revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas, a SEMAD repassou ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) R\$ 1.115.436,00, destinados ao reflorestamento de matas ciliares e recuperação de nascentes do Rio das Velhas. Já foram cadastrados 382 locais que serão utilizados como áreas-piloto para o projeto.

O Governo de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), definiu como prioridade e como área-piloto para o início do desenvolvimento das atividades do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA II) a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no âmbito das bacias do Rio das Velhas e Paraopeba.

Trata-se de região particularmente rica em recursos naturais, sendo a responsável pelo fornecimento de matéria-prima básica para siderurgias, indústrias e manufaturas em geral. Corresponde, também, à região de maior concentração populacional do estado, com grande pressão demográfica e conflitos urbanos.

São 23 municípios, com aproximadamente 4 milhões de habitantes, com problemas diversos. Assim, as ações prioritárias foram definidas sobre: a Gestão Integrada de Ativos Ambientais, o combate a contaminação de rios e mananciais, o equacionamento da pressão socioeconômica sobre áreas protegidas, a ocupação de áreas inapropriadas, os resíduos domésticos, industriais e minerais e a poluição atmosférica.

O Programa Nacional de Meio Ambiente II tem como objetivo geral a melhoria da qualidade de vida por meio do fortalecimento da gestão ambiental no estado, consolidando políticas para a qualidade ambiental, promovendo a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Minas Gerais se apresenta, hoje, como estado-modelo no apoio à melhoria da qualidade ambiental no país, sendo um dos primeiros a se qualificar para o Programa Nacional de Meio Ambiente II, graças à aprovação dos seguintes projetos: “Desenvolvimento Institucional do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA/MG), por meio da

Integração e Descentralização de Processos Autorizativos”, “Proteção e Conservação dos Recursos Naturais na Região Metropolitana de Belo Horizonte” e “Aperfeiçoamento da rede de monitoramento da Qualidade das Águas nas Bacias do Alto Curso Rio das Velhas e Paraopeba”.

A fatia de recursos disponíveis para o estado, nesta Fase I do Programa (2000 a 2003), é da ordem de US\$ 2 milhões, a serem investidos na área-piloto, para replicabilidade nas outras regiões do estado.

Apesar de o estado estar habilitado para a Fase II (2004 a 2007), a liberação dos recursos está condicionada ao sucesso da Fase I, com 2 anos de execução, neste momento, e término previsto para junho de 2003.

Instituto Estadual de Florestas (IEF)

Em 2002, o Instituto Estadual de Florestas teve como principais realizações:

A consolidação do processo de descentralização administrativa e operacional, cujo propósito é o fortalecimento da atuação do Instituto no interior do Estado, por intermédio dos escritórios regionais e florestais. Essa medida vem alterando substancialmente o processo decisório, com redução do fluxo de documentos e maior rapidez e transparência de informações essenciais à tomada de decisão.

Na área de informática, o IEF conseguiu um incremento substancial de seu parque computacional/tecnológico, com a implantação de vários projetos, como por exemplo, a modernização de rede e website corporativo. Criou o Grupo Técnico de Normatização e Análise (GTNA) para estudos de alternativas tecnológicas, suporte técnico de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

Outro avanço importante está na educação ambiental. Só neste ano, o IEF promoveu mais de 10 eventos de repercussão estadual, com a parceria da Secretaria de Estado da Educação. Destacando-se o curso de educação ambiental para professores, as oficinas de práticas educativas, e a produção e distribuição do Manual de Interpretação Ambiental.

Além disso, deu-se apoio ao Programa de Controle de Incêndios Florestais, Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce, Projeto Doces Matas, Programa de Capacitação de Recursos Humanos – IEF/Fapemig e Convênio Secretaria da Educação/IEF/UFGM/Funai, visando à educação ambiental para comunidades indígenas.

Para reforçar sua política de ação descentralizada, o IEF celebrou cerca de 230 convênios e contratos com prefeituras municipais e 35 com outras entidades públicas e privadas, com vistas a parcerias para o desenvolvimento mais ágil e eficaz de suas atividades-fim.

Destacam-se como principais realizações no setor de Desenvolvimento Florestal Sustentável: o 1º Seminário sobre Fomento Florestal, o 1º curso sobre Propagação Vegetativa de Plantas Arbóreas Nativas, o atendimento a demanda de aproximadamente 100 municípios, abrangendo projetos de arborização urbana, que envolvem diagnóstico, implantação e orientações técnicas sobre o assunto.

Vale ressaltar o treinamento de técnicos nas áreas de coleta e manejo de sementes, produção de mudas e plantio de campo: para aprimoramento tecnológico, foram realizados 25 eventos, como seminários, cursos, dias de campo, etc. Como resultado, atingiu-se uma média anual de 16 milhões de mudas, nos 115 viveiros da instituição.

Além disso, diversos projetos especiais foram executados, com destaque para:

- Projeto Fazendeiro Florestal, que vem atendendo a 6 mil proprietários rurais por ano;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Programa Estadual de Manejo de Sub-bacias Hidrográficas (MHG);
- Projeto de Proteção e Recuperação de Matas Ciliares;
- Projeto de Recuperação de Nascentes, que abrange inclusive convênios com a Copasa e a Cemig;
- Projeto Mudas Brasil, com a implantação de 142 Bosques Municipais de Espécies Nativas.

Para completar, foram executados, com recursos do MMA (Ministério do Meio Ambiente), o Projeto de Proteção e Recuperação de Microbacias no Jequitinhonha e Projeto de Recuperação da Bacia do Rio das Velhas.

Foram executados, ainda, os projetos de revitalização das bacias dos rios Pomba, Muriaé, São Manuel, Ubá e outros, com atendimento a mais de mil propriedades, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,5 milhão utilizando a metodologia de implantação de unidades demonstrativas de matas ciliares, matas de topo, matas de galeria e proteção de nascentes, com vistas a enriquecer e ampliar a cobertura vegetal do estado.

No âmbito das atividades pesqueiras no estado, destacam-se, como principais realizações, a emissão de 45 mil licenças de pesca amadora e de 131 para pesca científica. Foram autorizadas três despescas, sendo também emitidas três autorizações para peixamento, e realizados três torneios de pesca. Foram analisados em torno de 200 projetos de piscicultura e feitas 700 operações fiscalizatórias.

Além dessas atividades de rotina realizou-se, ainda, o levantamento estatístico-pesqueiro do estado, apurando um resultado de 4 milhões de quilos ao ano de peixes pescados.

Implementou também os seguintes projetos:

- 1ª Expedição Independência e Vida para o Rio São Francisco, com participação de 70 pessoas;
- Águas de Minas – Qualidade de Água, nas 14 regionais do IEF;
- repovoamento do Rio São Francisco, cujo resultado foi a captura de 16 mil peixes;
- pré-zoneamento do Rio Grande, com participação de 30 profissionais;
- projeto Tanque-rede, desenvolvido na bacia do rio Mucuri, que resultou na implantação de 20 tanques-redes em três municípios do Vale do Jequitinhonha;
- foi efetivado ainda o torneio de Pesca Mirim.

No que tange à capacitação técnica, foram treinados 220 servidores com recursos próprios e outros 60 servidores com recursos da Fapemig, abrangendo profissionais da sede e interior. No setor de monitoramento e controle foram realizados, no período, 29 eventos voltados para a capacitação e treinamento, beneficiando 62 técnicos (não servidores). Implantou-se a metodologia de trabalho para a execução do inventário florestal do Estado.

Houve, ainda, um intenso controle entre os pequenos, médios e grandes consumidores de produtos e subprodutos florestais, bem como entre as fontes, por meio dos planos de auto-suprimento. Exerceu-se acentuada fiscalização nos plantios, para efeito de redução da taxa florestal, e verificação de acatamento dos termos de Ajustamento de Conduta.

Na prevenção e combate a incêndios florestais, destaca-se a implantação/instalação de rede de radiocomunicação em duas unidades de conservação: parques estaduais de Nova Baden e Veredas do Peruáçu. Está em andamento a instalação deste equipamento nos parques estaduais Serra do Brigadeiro, Rio Preto, e Estações Ecológicas de Tripuí e Sagarana.

Destaca-se, ainda, a atualização anual dos Planos Integrados de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, o diagnóstico “Mapa de Risco de Fogo” em unidades de conservação e apoio à Campanha Educativa de Controle dos Incêndios Florestais (CACIF).

Por intermédio da Coordenadoria de Monitoramento vem sendo elaborado o inventário florestal do Estado de Minas Gerais. Com a nova metodologia, já foram normatizados 170 projetos, dos 247 previstos no Banco de Dados do IEF. Também já atualizaram todas as tabelas de vegetação natural do estado, em bases regionais.

No setor de Proteção à Biodiversidade foram finalizadas as articulações para a criação do Parque Estadual da Mata Seca, com 10.281 hectares, no município de Manga, da Estação Ecológica Mata do Cedro, com 1.087 hectares, em Carmópolis de Minas, da 1ª Floresta Estadual de Minas Gerais, a de São Judas Tadeu, em Betim, e para a instituição de 25 Reservas Particulares Patrimônio Natural (RPPN).

O IEF administra 41 unidades de conservação, totalizando 317 mil hectares de áreas protegidas. Dessas, 18 (equivalendo a 129 mil hectares) estão efetivamente implantadas. Mais de 200 mil usuários são atendidos, por ano, nessas unidades de conservação.

Estão instaladas ou concluídas 74 pesquisas científicas, para proteção da biodiversidade, em unidades de conservação.

Foram aprovados o Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce; o Programa de Organização do Turismo Ecológico; no Parque Estadual do Ibitipoca, os projetos de pré-zoneamento de oito UCs e o sistema de videovigilância para prevenção e combate a incêndios do Parque Estadual Serra do Rola Moça, considerado o 1º sistema de videovigilância em uma unidade de conservação da América do Sul.

Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam)

As demandas de licenciamento e fiscalização dos empreendimentos dos setores industrial, mineração e infra-estrutura cresceram de forma expressiva a partir de 1999. O número de pedidos passou de 1.107, em 1999, para 1.433, em 2001, o que corresponde a um aumento de 30%.

Até outubro de 2002, cerca de 1.500 novas solicitações foram processadas, dando continuidade à tendência de crescimento verificada para o período.

Em número de licenças analisadas pela FEAM, os esforços realizados permitiram crescimento de 38% entre 1999 e 2001, ao passar de 911, no primeiro ano, para 1.258, no último, chegando a 1.031 no período janeiro a outubro de 2002.

A emissão de autos de fiscalização ambiental também apresentou significativa expansão ao passar de 1.398 autos, em 1999, para 2.352, em 2001 (crescimento de 68%). Em 2002, até outubro, já foram emitidos 2.162 autos.

Desde janeiro deste ano, os empreendedores do setor de postos de combustíveis deram início aos processos de licenciamento ambiental, segundo a Deliberação Normativa 50 do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Em setembro, foi iniciada a fiscalização dos postos, mediante vistorias em conjunto com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA/MG).

Com o propósito de colocar em prática novas regras para a emissão de licenças de loteamentos urbanos, para fim exclusivo ou predominantemente residencial, foi elaborado manual de licenciamento para orientações dos empreendedores, bem como proposta de nova deliberação normativa, introduzindo-se o critério de densidade populacional bruta para a classificação do porte dos empreendimentos.

Importante projeto teve início por meio de financiamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o intuito de elaborar inventário de resíduos sólidos gerados pelas indústrias mineiras. Essa iniciativa integra o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos, constituindo o primeiro passo para a implementação de uma política nacional e estadual de gestão.

Após quatro anos de execução do Projeto Pedra São Tomé, coordenado pela FEAM, no âmbito do Projeto Minas Ambiente, que é financiado pela agência alemã GTZ e pela Fapemig, resultados favoráveis ao meio ambiente e aos negócios emergiram. Foram disseminadas novas técnicas de extração, beneficiamento, disposição e recomposição vegetal para o quartzito. Perspectivas foram abertas para a descoberta de novas aplicações do quartzito na construção civil, como a transformação dos cacos em areia e brita, na fabricação de tijolo de sílica cal e na produção de pedras de cortes variados.

Visando à alteração de padrão de licenciamento estabelecido para a demanda química de oxigênio (DQO) para a indústria têxtil, projeto nesse sentido foi desenvolvido, constituindo subsídio técnico para a deliberação normativa, regulamentando matéria para este segmento da economia mineira.

Dentro do mesmo Projeto Minas Ambiente, no setor de laticínios, adotou-se licenciamento ambiental especial, envolvendo 136 empreendimentos, os quais estão recebendo orientações para elaboração de medidas de gestão ambiental, controle das

emissões, gerenciamento de resíduos sólidos e construção de estação de tratamento de efluentes líquidos.

Está em curso projeto da FEAM, em parceria com a equipe do Projeto Manuelzão da UFMG, cujo objetivo é apoiar as prefeituras de Rio Acima, Ribeirão das Neves e Buenópolis, inicialmente, na implementação de melhorias da disposição final do lixo nestes municípios, integrantes da Bacia do Rio das Velhas.

Ações de capacitação e assessoria a equipes técnicas para o trato da gestão dos resíduos têm sido efetivadas, mobilizando a sociedade para sua participação nessa questão. O trabalho envolve ainda orientação aos municípios na recuperação das áreas degradadas pelos atuais depósitos de lixo, visando à minimização dos impactos causados nessas áreas, bem como assessoria para a implementação da gestão integrada de resíduos sólidos.

A FEAM propôs 15 novas deliberações normativas, prestes a serem aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), que fixam orientação sobre importantes questões, como a notificação, por edital, dos infratores à legislação ambiental, estabelecimento de normas, diretrizes e critérios para a conservação da biodiversidade, notificação dos infratores em processos administrativos para aplicação de sanções, normas para o licenciamento ambiental de loteamentos do solo urbano, e licenciamento ambiental das indústrias de pólvora e artigos pirotécnicos.

Mais, uma grande ação da FEAM com empresas está proporcionando o aumento da rede física de monitoramento da qualidade do ar. Em adição às três estações localizadas em Belo Horizonte, Betim e Contagem, já são apurados indicadores de qualidade do ar em mais duas estações instaladas, também, em Belo Horizonte, outras duas em Betim, uma em Ibirité, cinco em Itabira, uma em João Monlevade e duas em Juiz de Fora.

A parceria Feam/Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), para a medição dos índices de qualidade das águas superficiais dos cursos d'água de Minas Gerais e do grau de contaminação por substâncias tóxicas, continua em andamento, com a edição dos relatórios referentes ao período 1998/2001, bem como os mapas anuais da qualidade das águas.

Ressalte-se a publicação em 2002 do primeiro relatório que trata dos “Indicadores Ambientais da Agenda Marrom” que constitui eficaz instrumento para facilitar o acompanhamento das atividades potencialmente poluidoras nos segmentos industrial, de mineração e infra-estrutura (saneamento, energia, projetos urbanísticos e transporte). O relatório proporcionará informações valiosas sobre o que está acontecendo ao meio ambiente, por que está acontecendo e quais ações se tornam necessárias para implementar melhoria da qualidade do ar, água e solo. O resultado será o maior esclarecimento e participação da comunidade na definição de diretrizes de política ambiental do estado.

Tais indicadores já estão proporcionando subsídios para a implantação da Rede Dirigida de Qualidade das Águas. Esta rede fornecerá informações e conhecimentos específicos sobre o impacto nos cursos d'água de efluentes originados das atividades da Agenda Marrom, adicionando nova visão ao monitoramento da qualidade das águas.

Foram selecionados três setores críticos sob o aspecto do potencial poluidor: curtume, ferro gusa e têxtil. Os trabalhos de implantação iniciaram-se em setembro de 2002,

com o setor de curtumes, na região de São Sebastião do Paraíso, com coletas mensais de água. Está prevista para março de 2003 a edição do primeiro relatório.

Destinado a subsidiar as atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento da qualidade ambiental, foi feito o georeferenciamento de empreendimentos minero-industriais, infra-estrutura e unidades de conservação e levantadas as informações socioambientais das bacias hidrográficas em geral e, de forma mais específica, para as bacias do Rio das Velhas, Verde e Piracicaba, além do cadastramento de áreas de restrição ambiental localizadas na bacia do Rio das Velhas.

Além do atendimento a prefeituras, conselhos municipais de meio ambiente, organizações microrregionais e ambientais, da divulgação de material educativo e da participação em seminários e palestras com vistas à disseminação de conhecimentos e informações sobre questões ambientais, deve-se salientar, a partir do ano passado, a iniciativa da FEAM na promoção de cursos em que se busca fomentar o desenvolvimento sustentável e a potencialidade de intervenções ambientais por parte das prefeituras, entidades ambientais e associações microrregionais em conformidade com suas prerrogativas para atuação no controle e melhoria do meio ambiente.

Neste ano, com a participação de 300 municípios e 1.120 pessoas, foram realizados nove cursos nas cidades de Ipatinga, Divinópolis, Paracatu, Governador Valadares, Andradas, Uberlândia, Viçosa, Diamantina e Caxambu para atendimento às prefeituras, microrregionais, entidades e organizações ambientais de suas microrregiões.

Foram editados 220 mil exemplares, referentes a oito manuais, com os títulos “Gestão Ambiental Municipal em Minas Gerais”, “Como Destinar os Resíduos Sólidos Urbanos”, “Conceitos e Princípios de Educação Ambiental”, “Município e Meio Ambiente”, “Educação Ambiental: conceitos básicos e instrumentos de ação”, “Coletânea de Legislação Ambiental”, “Iniciação do Desenvolvimento Sustentável”, e “Indicadores Ambientais 2002 da Agenda Marrom”.

Outras duas iniciativas importantes na divulgação de questões ambientais foram a edição mensal do Jornal FEAM e a promoção do programa Olhar Ambiental, na Rede Minas de Televisão, visando à conscientização e ao esclarecimento à população.

Em conformidade com o planejamento estratégico em curso na FEAM, desde meados da década de 90, entre os projetos que buscam tornar o órgão um centro de referência na área ambiental, cumpre destacar os investimentos próprios e com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) para a capacitação dos seus quadros gerenciais, técnicos e administrativos. Estes planos de capacitação abrangem aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado.

Deve-se ressaltar ainda o desenvolvimento, em 2001 e 2002, do Projeto de Automação dos Processos de Licenciamento e Fiscalização Ambiental, cujos investimentos dotaram a FEAM de moderníssimos recursos de informatizados.

Tais tecnologias da informação vão proporcionar, inclusive com recursos de Internet, até o acompanhamento de processos, por parte dos empreendedores. Além da agilização na análise de processos e documentos, a automação promoverá a modernização do relacionamento entre a FEAM e os empreendedores, graças à transparência alcançada nos novos sistemas.

Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), autarquia criada pela Lei 12.584 de 17 de julho de 1997, é o órgão responsável pelo planejamento e administração de todas as ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade das águas de Minas Gerais.

Diante dessa responsabilidade o Igam, em 2002, executou programas, projetos e atividades que visaram à conservação e revitalização dos recursos hídricos em Minas Gerais, tendo como unidade de planejamento as bacias hidrográficas, tanto estaduais quanto federais.

O Igam é um dos coordenadores e apóia-se no Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro (PROÁGUA) para atuar no semi-árido mineiro. Este programa é viabilizado por meio de convênio entre o governo federal e os estados da região semi-árida brasileira e é financiado pelo BIRD.

Por meio desse programa foi possível promover o apoio estrutural e técnico aos comitês instalados no sul do Estado de Minas Gerais, compreendendo as bacias hidrográficas dos rios Verde, Sapucaí, Araguari e Mogi-Guaçu/Pardo. O objetivo básico desse trabalho é o desenvolvimento de atividades de mobilização social, elaboração de diagnósticos técnicos e implantação de Unidades Técnicas de Apoio aos Comitês.

Um dos resultados mais recentes do PROÁGUA está na bacia hidrográfica do Rio Mosquito, compreendendo os municípios de Águas Vermelhas, Curral de Dentro e Divisa Alegre, onde foi construído um Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Finalizaram-se obras complementares, como recomposição/recuperação de matas ciliares e limpeza das margens do rio Mosquito, implantação de aterros controlados para resíduos sólidos e os serviços para o controle de doenças de veiculação hídrica.

O cadastramento de outorga revela uma evolução positiva na relação entre o Igam e os usuários, por meio do número de entrada de pedidos de outorgas. Ou seja, os processos analisados até novembro de 2002 superaram em 40% o mesmo período de 2001.

Da mesma forma foi grande o número de solicitações para perfuração de poços, correspondendo a um aumento maior que 100% em relação ao ano anterior. Esse processo evolutivo é muito positivo para o estado e a sociedade. Quanto maior a conscientização sobre a importância de estarem legalizados os usos múltiplos e quanto mais precisas forem as informações sobre a quantidade de água existente e dispensável no estado, poder-se-á fazer uma gestão mais eficiente.

O Igam também realiza o monitoramento, a operação e manutenção da rede hidrométrica. Isto possibilita o agrupamento de informações fundamentais para a gestão dos recursos hídricos. Entre outras, há informações sobre a vazão dos mananciais (parte da bacia do Rio São Francisco e Rio Jequitinhonha), dados pluviométricos e fluviométricos (Bacia do Rio Grande e parte das bacias dos rios São Francisco, Grande, Paranaíba e Doce).

Em parceria com a FEAM, é feito o monitoramento da qualidade e quantidade de água no estado por intermédio do Projeto Águas de Minas, em 242 pontos distintos, considerando-se 50 parâmetros qualitativos (indicadores físicos, químicos,

bacteriológico e ecológico da qualidade da água). Esse projeto apresenta como produto final um mapa de qualidade das águas.

Essas informações vêm sendo a base para indicação de regiões problemáticas e daquelas onde a atuação integrada de gestão dos recursos hídricos já promoveu a melhoria da qualidade ambiental.

O Igam iniciou um projeto buscando a minimização dos efeitos da seca nas pequenas comunidades pertencentes às regiões que apresentam recorrência de estado de calamidade pública por falta de chuva.

Este projeto tem como base a parceria com as prefeituras e comunidades na execução de trabalhos que englobam perenização de rios e ribeirões para armazenar águas das chuvas e das nascentes, construção de fossas sépticas dentro do programa de saneamento básico da região, construção de rede de distribuição de água para as comunidades, recuperação das nascentes, educação e conscientização das comunidades envolvidas.

O Igam desenvolveu o projeto de operação do Alerta Hidrológico na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e está promovendo a modernização da rede de monitoramento hidrológico e zoneamento da planície de inundação de Governador Valadares e mais 16 municípios da bacia hidrográfica do Rio Doce em parceria com a SECT e IGA.

Além desse projeto, por meio do Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais (SIMGE) está sendo possível a construção de uma base de dados pluviométricos e meteorológicos e de um sistema de processamento meteorológico e hidrológico, em tempo real, com vistas ao atendimento dos setores público e produtivo, bem como a sociedade como um todo. O SIMGE também tem potencialidade para divulgar diariamente o risco de incêndio na vegetação em seu portal, permitindo ao estado ficar alerta e se preparar para a formação de equipes de prevenção e combate a incêndios.

Enfim, em 2002 o workshop “Gestão e Domínio das Águas”, cujo objetivo foi fomentar as discussões e buscar soluções para gestão de domínios das águas, possibilitou disseminar mais informações sobre a gestão e domínio das águas e estabelecer parcerias com a sociedade na busca pela preservação das águas do território mineiro.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Estadual do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável



COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Legenda

Comitês de Rios Federais Instituídos

- Rio Paraíba do Sul (em funcionamento)
- Rios Pomba e Muriaé (em funcionamento)
- Rio São Francisco
- Rio Doce

Comitê de Rio Federal em Processo de Instituição

- Rio Verde Grande

Comitês estaduais em funcionamento

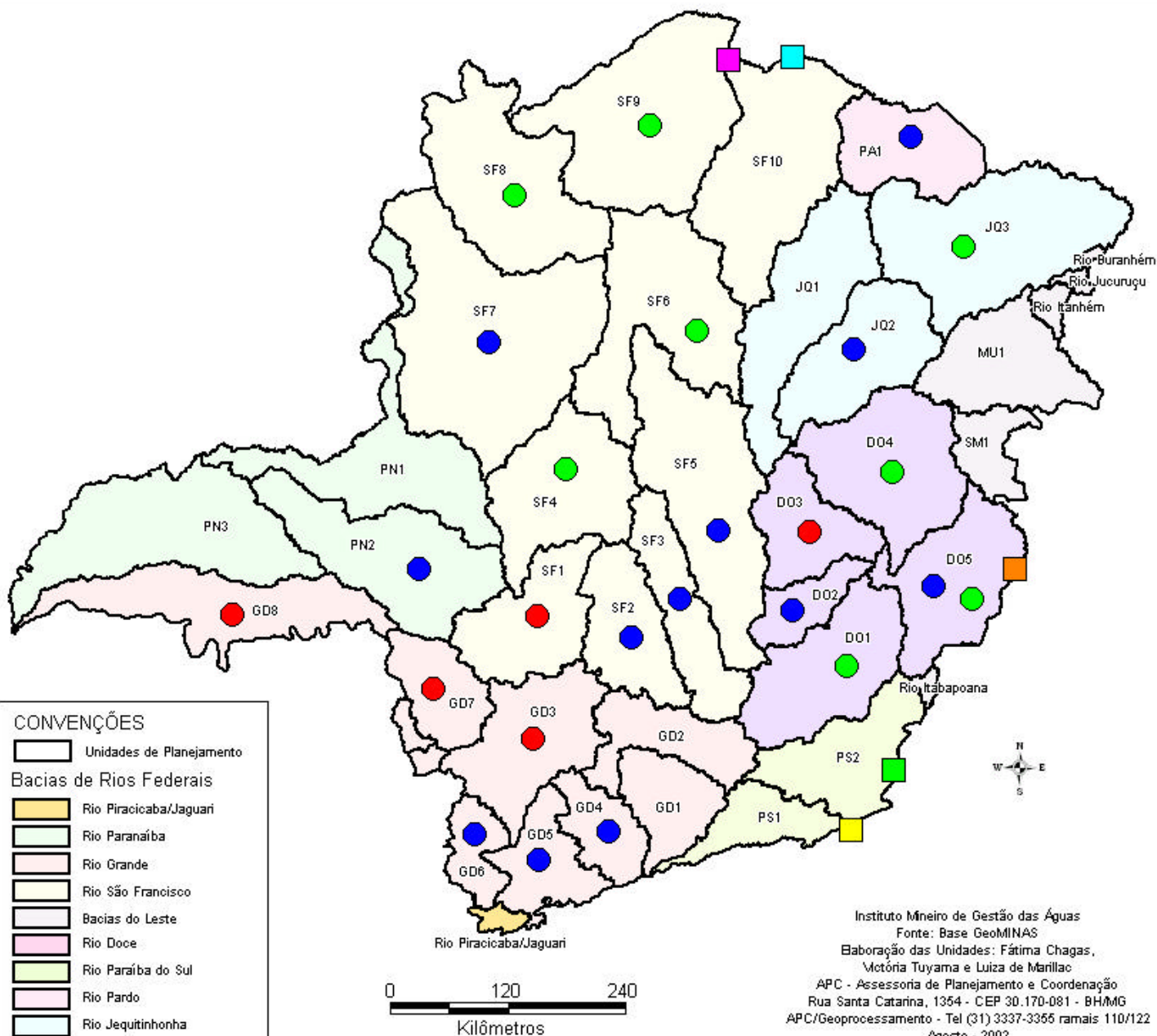
- SF2 - CBH do Rio Pará
- SF3 - CBH do Rio Paraopeba
- SF5 - CBH do Rio das Velhas
- SF7 - CBH do Rio Paracatu
- GD4 - CBH do Rio Verde
- GD5 - CBH do Rio Sapucaí
- GD6 - CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu/Pardo
- PN2 - CBH do Rio Araguaí
- PA1 - CBH do Rio Mosquito
- D02 - CBH do Rio Piracicaba
- D05 - CBH do Rio Caratinga
- JQ2 - CBH do Rio Araguaí

Comitês aprovados no Conselho Estadual de Recursos Hídricos - MG

- GD3 - CBH - Entorno do Reservatório de Fumas
- GD7 - CBH - Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande
- GD8 - CBH - Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande
- D03 - CBH - Rio Santo Antônio
- SF1 - CBH - Afluentes Mineiros do Alto São Francisco

Comitês em processo de formação/mobilização

- JQ3 - CBH do Médio e Baixo Jequitinhonha
- D01 - CBH Afluentes Mineiros do Alto Rio Doce
- D04 - CBH Suaçuí - Grande
- D05 - CBH Manhuaçu
- SF4 - CBH - dos Rios Abaeté /Borachudo
- SF6 - CBH da Região do Rios Pacuí/Jequitai
- SF8 - CBH do Rio Unucui
- SF9 - CBH dos Rios Pandeiros e Calindó



DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	5.895.391	5.281.170				
181210012.179.0001 - Planejamento Setorial	135.000	114.899				
181220012.206.0001 - Direção Superior	1.049.536	633.183				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.225.028	836.078				
181226414.772.0001 - Gestão Ambiental Integrada	2.470.827	3.386.189	Projeto Coordenado e Apoiado (Projeto)	5	7	6
			Sistema Integrado de Licenciamento Implantado (Sistema)	1	0	13
			Evento de Educação Ambiental Apoiado (Evento)	5	7	6
			Prefeitura Municipal Apoiada (Prefeitura)	50	0	7
			Plano de Zoneamento Ambiental Coordenado/ Apoiado (Plano)	10	3	4
			Projeto de Área Protegida Apoiado (Projeto)	10	9	-
			Unidade de Conservação Apoiada (Unidade de Conservação)	10	6	4
			Codema Capacitado/ Apoiado (Codema)	50	0	7
			Curso de Gestão Ambiental Realizado (Curso)	5	0	7
181266421.032.0001 - Rede de Informações Ambientais	500.000	-	Treinamento Realizado (Treinamento)	24	0	7
			Sistema de Monitoramento Ambiental Implantado (Sistema)	1	0	13
			Balcão Virtual de Atendimento Implantado (Balcão)	1	0	13
			Sistema de Informação da Legislação Ambiental Implantado (Sistema)	1	0	13
			Sistema de Gestão de Processos Implantado (Sistema)	1	0	13
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	15.000	10.821				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
185126434.161.0001 - Apoio ao Saneamento Ambiental nos Municípios	500.000	300.000	Treinamento Realizado (Treinamento) Projeto Apoiado (Projeto)	50 10	19 16	4 6
Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM	16.775.802	14.931.264				
181220012.206.0001 - Direção Superior	762.800	1.721.206				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	4.350.779	4.441.453				
181220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	844.000	488.675				
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.125.000	1.132.028				
185426444.166.0001 - Licenciamento e Fiscalização Ambiental	6.691.223	5.708.270	Curso Realizado (Curso) Capacitação para a Municipalização Promovida (Trein./Estag.) Convênio de Municipalização Implementado (Convênio) Promoção de Atividade de Educação e Extensão Ambiental Realizada (Evento/Palestra) Auto de Fiscalização Emitido (Auto) Licença Analisada (Licença) Auto de Infração Lavrado (Auto) Programa Empreendedor Implantado (Empresa) Material Didático Editado (Publicação) Audiência Pública Realizada (Aud. Pública) Estudo e Projeto de Controle e Preservação Ambiental Realizado (Estudo) Gerenciamento Eletrônico do Processo de Licenciamento Implantado/Emitido (Sistema)	15 20 4 120 2.060 1.300 360 2 24 10 10 1	10 9 2 67 2.600 1.250 1.360 0 18 24 11 1	3 13 13 4 6 - 6 13 4 4 - -
185426454.856.0001 - Monitoramento e Avaliação da Qualidade Ambiental	3.002.000	1.439.632	Sistema de Informação da Legislação Ambiental Atualizado (Sistema)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Base de Dados Geo-Ambientais de Bacia Hidrográfica Organizada (Banco de Dados)	4	4	-
			Mapa de Qualidade da Água de Bacias Hidrográficas Elaborado (Mapa)	1	1	-
			Cadastro de Área de Restrição Ambiental de Bacia Hidrográfica Realizado (Cadastro)	1	1	-
			Instrumento Econômico de Gestão Ambiental Analisado (Estudo)	1	0	7
			Estudo e Projeto da Qualidade Ambiental Desenvolvido (Estudo/Projeto)	6	5	-
			Georeferenciamento Setorial de Atividade Realizado (Setor)	4	10	6
			Relatório de Indicador Ambiental Editado (Relatório/Ano)	1	1	-
			Qualidade de Água Monitorada (Relatório/Ano)	1	1	-
			Qualidade do Ar Monitorado (Relatório)	378	378	-
			Inspeção Veicular Implementada/Operacionalizada (Programa)	1	1	-
			Monitoramento da Qualidade das Águas da Rede Dedicada Implementado/Operado (Rel./Ano)	1	1	-
			Norma/Padrão de Qualidade Ambiental Elaborada/Revista (Norma/Padrão)	8	15	6
Instituto Estadual de Florestas - IEF	39.608.042	31.472.821				
181220012.206.0001 - Direção Superior	857.890	309.338				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	13.232.180	12.749.285				
181220017.053.0001 - Precatórios Judiciários	2.406	2.406				
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	3.400.000	2.995.890				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
185416474.075.0001 - Proteção da Vida Silvestre e Administração de Unidades de Conservação	5.101.253	1.791.418	Unidade de Conservação Administrada (Hectare)	138.500	138.500	-
			Unidade de Conservação Administrada (Unidade)	17	17	-
			Obra Realizada (Obra)	16	0	1
			Usuário de Unidade de Conservação Atendido (Pessoa)	130.700	96.168	4
185416474.078.0001 - Controle da Fauna e Flora, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental	17.014.313	13.624.484	Área Reflorestada (Hectare)	10.854	5.592	3
			Cobertura Florestal Monitorada (Km²)	140.860	4.121	3
			Obra Realizada (Obra)	13	0	1
			Evento de Educação Ambiental Realizado (Evento)	7.754	6.960	4
			Licença para Queima Controlada (Licença)	4.125	3.900	-
			Vistoria de Controle Florestal Realizada (Vistoria)	16.403	28.380	4
			Muda Distribuída (Unidade)	16.364.800	7.748.976	3
			Área Liberada para Queima Controlada (Hectare)	86.860	163.728	5
			Licença para Exploração Florestal Concedida (Licença)	9.820	10.128	-
			Registro para Exploração Pesqueira Concedido (Registro)	23.955	22.344	-
			Vistoria para Queima Controlada (Vistoria)	2.759	1.980	5
			Vistoria para Licenciamento Ambiental Realizada (Vistoria)	1.581	84	4
			Área para Exploração Florestal Requerida (Hectare)	124.820	230.532	5
			Área para Exploração Florestal Liberada (Hectare)	104.962	213.267	5
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	33.445.826	13.722.656				
181220012.206.0001 - Direção Superior	29.340	24.669				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.611.529	3.818.697				
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	333.555	367.810				
185446481.187.0001 - Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para Semi-árido Brasileiro - Proágua	25.234.000	6.692.887	Estudo e Projeto Executado (Projeto)	3	2	4
			Fortalecimento Institucional Realizado (Estudo/Projeto)	11	7	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
185446484.073.0001 - Controle das Águas	2.072.402	2.105.557	Projeto de Obra Prioritária Executado (Projeto)	3	1	3
			Outorga Concedida (Portaria)	1.300	1279	-
			Quantidade de Água Monitorada (Monitoramento)	2.100	2.940	5
			Qualidade de Água Monitorada (Rel./Ano)	1		
			Plano Diretor Implantado/Supervisionado (Plano)	6	2	7
			Comissão Pró-Organização de Bacias Apoiada (Comissão)	8	8	-
			Banco de Dados de Usuários de Água Implementado (Sub-bacia)	2	2	-
			Outorga Solicitada (Processo)	2.000	2450	5
			Comitê Fortalecido e Estruturado (Comitê)	6	4	12
185446484.074.0001 - Monitoramento Meteorológico e Hidrológico	430.000	70.065	Informação Hidrometeorológica Disponibilizada (Publicação)	12	12	-
			Sistema de Alerta Operado (Sistema)	2	4	6
185446484.074.0002 - Fomento à Ações de Sustentabilidade de Recursos Hídricos	1.735.000	642.971	Programa de Barramento Monitorado (Barramento)	184	184	-
			Projeto de Recursos Hídricos Elaborado (Projeto)	4	3	1
			Projeto de Recursos Hídricos Aprovado/Analisado (Projeto)	15	19	6
			Projeto de Obras Apoiado (Projeto)	4	18	6
			Instrumento de Comunicação e Educação Ambiental Implantado (Instrumento)	6	12	5 - 6
			Mobilização Social Implementada (Curso/Seminário)	10	14	5 - 6
Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO	26.460.523	-				
185436521.351.0001 - Racionalização do Uso e Melhoria dos Recursos Recursos Hídricos Estaduais	26.460.523	-	Projeto Financiada (Projeto)	50	0	1
TOTAL	122.185.584	65.407.911				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

AGROPECUÁRIA

Em consonância com as diretrizes traçadas nos instrumentos legais de planejamento, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e suas entidades vinculadas buscaram no exercício de suas missões institucionais uma união de esforços visando ao aumento da eficiência, eficácia e efetividade no cumprimento do papel e compromisso assumido perante a sociedade, e em especial aquela localizada no meio rural, destacando-se:

- as ações do Programa Organização e Gestão da Pecuária Bovina de Minas Gerais (PROPEC), do Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado (Pró-Pequi), do Programa do Queijo Minas Artesanal, e do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS);
- a implantação de uma Central de Processamento de Frutas e Hortaliças no Projeto Jaíba;
- a promoção e valorização dos tradicionais produtos mineiros - café e leite - incentivando um aumento do consumo no mercado interno, a partir da sua introdução na merenda escolar para mais de 4,5 milhões de alunos das escolas públicas;

- a promoção e aprimoramento da qualidade comercial dos produtos hortifrutícolas, por meio da especialização e difusão dos serviços de pós-colheita, retratados na construção e reforma de barracões dos produtores;
- a seqüência dada ao plano de intervenção visando ao desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do Rio Verde Grande;
- a criação dos instrumentos de revitalização das culturas da mamona e do algodão, tradicionais no norte de Minas;
- a distribuição de 400 mil envelopes agregados em 550 kits de sementes de hortaliças;
- a distribuição de 111 mil quilos de sementes de milho, 62 mil quilos de sementes de feijão e 29 mil quilos de sementes de arroz, para 90 municípios, atendidos pelo Programa de Distribuição de Sementes Melhoradas de Grãos;
- apoio à geração de tecnologia, transferência e qualificação do segmento produtivo, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- a revitalização do Programa Vitasopa;
- a reestruturação do site Agridata; e
- a retomada do Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente de Qualidade (PROCACHAÇA).

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)

Na geração de conhecimento e tecnologia a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) conduziu 119 projetos de pesquisa contemplando as grandes áreas da agropecuária, tendo destaque o lançamento da variedade de café Paraíso, cujas características implicam ganho anual de cerca de US\$ 250 milhões e da cultivar Pérola, de feijão comum, do grupo carioca, de alta produtividade, recomendada para as três épocas de plantio águas, seca e inverno.

Visando à transferência e difusão de tecnologia, foram realizadas 31 edições técnicas, entre revistas, livros, boletins técnicos e fôlderes, abordando temas especializados, sendo promovidos e/ou organizados 100 eventos técnicos e científicos, na forma de congressos, simpósios, seminários, encontros técnicos e dias-de-campo, e mais de 90 técnicos de nível médio formados nas áreas de laticínios e em agropecuária e cooperativismo.

Para o desenvolvimento agropecuário foram produzidos e comercializados insumos qualificados, com tecnologia agregada, a saber: 12 toneladas de sementes básicas de algodão; 64 toneladas de sementes básicas de arroz; 106 toneladas de sementes básicas de feijão; 21 toneladas de sementes fiscalizadas de café de diversas variedades; 235 mil mudas diversas de alta qualidade física, sanitária e fisiológica; 112 cabeças da mais alta linhagem, entre matrizes e reprodutores bovinos e suínos, contando, também, com o Projeto Banco de Sementes que visa à implantação e formação de campos de produção de sementes de milho, feijão e arroz.

Nas parcerias mantidas com a iniciativa privada e/ou pública, sobressai o Programa Organização e Gestão da Pecuária Bovina com cerca de 20 eventos técnicos para um público de mais de 2 mil participantes, e os consórcios com prefeituras de diversos municípios da região do sul de Minas com base nas fazendas experimentais de Maria da Fé, Lambari, Lavras (Frutilavras) e Caldas, especialmente na vitivinicultura, além daqueles com as prefeituras da região do Vale do Jequitinhonha, com base na fazenda experimental de Acauã.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), atuando na extensão rural dentro de um processo educativo, que tem como sujeito da ação extensionista o agricultor familiar, obteve, no período, os seguintes resultados: 224.454 assistências técnicas a produtores de agricultura familiar, 7.460 a comunidades, 2.655 a grupos e associações de produtores e 3.125 a associações ou conselhos comunitários.

Na condução dos trabalhos de assistência técnica e extensão rural foram realizados diversos tipos de eventos, cabendo destacar: 252 dias de campo, com a presença de 19.526 participantes; 6.265 demonstrações técnicas, com 39.137 participantes; 352 seminários/encontros, com 44.631 participantes; 1.328 excursões, com 15.292 participantes; 760 unidades demonstrativas, com 7.644 participantes. Foram também realizadas oficinas de trabalho participativo, unidades de observação, exposições/feiras de negócios, festivais/concursos de produtos típicos e programas de rádio.

Como executora do Pronaf Infra-estrutura em 152 municípios do estado, foram repassados pela União R\$ 20.150.000,00 para investimento em infra-estrutura, sendo, também, responsável pelo Programa Nordeste Sustentável em 18 municípios do norte e nordeste de Minas.

Foram viabilizados e constituídos 395 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e elaborados e executados 239 Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR).

Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)

Resultado da atuação desenvolvida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o estado encontra-se livre da febre aftosa e, para tanto, foram intensificadas ainda mais as ações de vigilância sanitária, entre elas a fiscalização de revendedores de vacinas com 4.563 fiscalizações contra apenas 594 no ano passado, além do monitoramento sorológico anual dos rebanhos. O índice de vacinação contra febre aftosa foi de 96,88%, com 25,012 milhões de bovinos vacinados, valendo salientar que a erradicação da aftosa foi considerada o principal responsável pelo aumento de mais de 20% das exportações brasileiras de carne bovina este ano.

No controle da brucelose foram vacinados 1,49 milhão de bezerras (3 a 8 meses de idade), correspondendo a 80% do total do Estado, com prevalência de 1% de animais doentes, confirmado pelos resultados dos testes sorológicos, e, com relação à raiva dos herbívoros, foram vacinados 10,97 milhões de animais e, capturados e tratados com pasta vampiricida, 9.778 morcegos hematófagos.

Foram realizadas 8.107 vistorias em estabelecimentos de carne, leite, mel, pescado e seus derivados, efetuadas 102 blitze de produtos de origem animal em trânsito, inspecionadas 40.561 toneladas de carne e 42.351 toneladas de leite e seus derivados.

Para garantir as condições necessárias à certificação de produtos agropecuários, novas entidades certificadoras, armazéns e laboratórios foram credenciados e suas ações fiscalizadas, e, no que se refere ao Certicafé, foram atualizados os padrões e procedimentos para a certificação de origem e qualidade do produto.

Graças a 40 mil fiscalizações fitossanitárias realizadas em barreiras fixas e móveis, estão sendo conduzidas ações de prevenção à entrada de pragas nas culturas de citros, banana, uva e na produção de mudas. Foram também inspecionados 60 mil hectares de campo de produção de sementes e 300 milhões de mudas de café e frutíferas, garantindo a qualidade desses insumos produzidos no estado. O cancro cítrico vem sendo objeto de ações de controle na região do Triângulo Mineiro, visando a sua erradicação, e nos municípios de Manga, Matias Cardoso e Jaíba, região norte de Minas, está sendo realizado o monitoramento da mosca das frutas, buscando viabilizar a exportação de cucurbitáceas para os países do Mercosul.

Na área de agrotóxicos e afins, foram fiscalizados 5.464 estabelecimentos comerciais e 2.183 propriedades rurais, implantadas oito centrais de recebimento de embalagens vazias, analisadas 405 amostras de produto agrícola para verificação de resíduo de agrotóxico, incinerados 5 mil quilos de produtos obsoletos, sendo, também, encaminhado pela Câmara Setorial de Agrotóxico de Minas Gerais duas minutas de deliberação normativa ao COPAM sobre licenciamento para implantação de unidades de recebimento de embalagens vazias de agrotóxico e capina química não-agrícola.

Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS)

Sob a coordenação executiva da Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), deu-se continuidade a implantação, no norte de Minas, do Projeto Jaíba II, com a montagem dos equipamentos eletromecânicos.

O Programa Pólos de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada nos Vales do Jequitinhonha e Pardo (PDI-JEPAR), tem como meta a implantação, num prazo de 20 anos, de quatro pólos constituídos ao todo de 16 perímetros com agricultura irrigada, com potencial para irrigar aproximadamente 30 mil hectares, possibilitando a geração de idêntico número de empregos e o aumento da renda e da produção agrícola da região. A primeira etapa do programa está sendo desenvolvida e deverá irrigar 10.421 hectares, situada em 11 perímetros pertencentes aos pólos de desenvolvimento de Salinas, Araçuaí, Machado Mineiro e Almenara.

Foram concluídos o Plano Diretor de Recursos Hídricos de Afluentes do Rio São Francisco, o Plano Diretor de Irrigação dos Municípios do Baixo Rio Grande e o Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Rio Verde Grande.

Com o objetivo de abastecer as escolas de ensino fundamental nas regiões onde há pouca disponibilidade de água, está sendo executado o Programa Água na Escola, que iniciou suas ações com a perfuração de 122 poços e construção de 22 conjuntos de cantinas e banheiros.

Destinadas a garantir o acúmulo de água para consumo humano e animal, pequenas irrigações e piscicultura, em comunidades rurais no período de seca, estão sendo construídas, em parceria com o IGAM, por meio do Programa Construção de Barragens de Usos Múltiplos, seis barragens no município de Minas Novas e uma no município de Chapada do Norte, das quais uma já está concluída, a Barragem de Forquilha, em Minas Novas.

No escopo do Programa Barracão do Produtor, firmado entre a Ruralminas e a Seapa, foi concluída, em Conceição do Mato Dentro, a reforma do Mercado Livre do Produtor e está em andamento o de Ponte Nova. Estão também sendo iniciadas obras de reforma, construção e melhoria em barracões nos municípios de Onça do Pitangui, Nova União, Entre Rios de Minas e Abadia dos Dourados, visando a melhorar as condições de higiene e facilitar a comercialização na região.

Inaugurado em junho de 2002, o Projeto de Irrigação Localizada Vida Nova para Córregos (VINOCOR), destina-se à produção de polpa de fruta, para comércio regional e para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Por meio de convênio de cooperação técnica com a Universidade Federal de Viçosa, e com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, está sendo desenvolvido o Projeto Hidrotec, com o objetivo de gerar tecnologia de suporte para o planejamento e gestão de recursos hídricos, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento.

Além das ações descritas, foram realizadas as seguintes intervenções no espaço rural, com a utilização de mecanização: construção e conservação de 5.688 quilômetros de estradas vicinais; construção de 164 pequenas barragens, 180 açudes, 214 tanques de piscicultura e 58 silos; dragagem de 87.012 metros de cursos de água; conservação de 281 quilômetros de solos; aração e gradagem em 1.558 hectares; irrigação, drenagem e saneamento agrícola em 397 hectares. Estas ações beneficiaram, diretamente, a 5.172 produtores e a 146.810 habitantes, em 150 municípios do estado.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	17.043.227	14.906.906				
201210012.179.0001 - Planejamento Setorial	246.277	254.920				
201217014.077.0001 - Coordenação e Avaliação de Programas e Projetos de Desenvolvimento do Meio Rural	4.465.973	2.707.574	Cooperação e Intercâmbio Internacional Coordenado (Intercâmbio)	1	1	-
			Projeto para Agricultura Irrigada Coordenado (Projeto)	5	5	-
			Evento do Programa Pró-Cachaça Apoiado (Evento)	10	10	-
			Estudo Ambiental para Irrigação Coordenado (Estudo)	4	4	-
			Projeto Executivo de Engenharia para Irrigação Coordenado (Projeto)	5	5	-
			Projeto de Aqüicultura Coordenado (Projeto)	1	1	-
			Projeto de Verticalização da Produção Familiar Coordenado (Projeto)	1	0	1
			Projeto de Implantação de Energia Elétrica no Meio Rural Elaborado (Projeto)	1	0	1
			Divulgação das Atividades do Setor Agropecuário (Publicação)	130	138	-
			Projeto de Mecanização Agrícola Coordenado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Mamona Coordenado (Projeto)	1	1	-
			Projeto de Redução de Desperdício de Alimentos - VITASOPA Coordenado (Projeto)	1	0	2
			Estrutura Física de Armazenamento, Abastecimento e Comercialização Implantada (Projeto)	6	6	-
			Projeto de Cotonicultura Coordenado (Projeto)	1	1	-
			Gestão Organizacional da Pecuária e Bovinocultura Coordenado (Projeto)	1	1	-
			Banco de Semente Melhorada Coordenado (Projeto)	1	0	2
			Sistema de Informação de Mercado e do Meio Rural Coordenado (Sistema)	3	2	3
			Atividade das Entidades Vinculadas e Subordinadas Coordenada (Atividade)	2	2	-
			Manejo Agropecuário das Bacias Hidrográficas Coordenado (Bacia)	5	5	-
			Treinamento e Capacitação de Técnicos e Produtores Rurais Coordenado (Produtor/Técnico)	400	20	3
			Projeto de Certificação Apoiado (Projeto)	3	3	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
201220012.206.0001 - Direção Superior	1.171.735	1.204.900				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.889.010	1.709.249				
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	9.270.232	9.030.263				
Fundação Rural-Mineira - Coloniz. e Desenv. Agrário - RURALMINAS	10.295.562	26.635.398				
201220012.206.0001 - Direção Superior	2.113.570	1.750.176				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.020.803	2.315.459				
201227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	1.159.204	5.000.868				
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.987.865	2.193.620				
205416434.076.0001 - Preservação e Conservação Ambiental	120.087	93.707	População Beneficiada (Habitante)	285.000	201.209	4 - 7
			Serviço de Engenharia Agrícola e Motomecanização Realizado (Hora/Máquina)	65.600	44.691	4 - 7
206017134.615.0001 - Construção de Infra-Estrutura de Apoio à Produção Vegetal	2.155.519	4.023.891	Município Beneficiado (Município)	50	118	5 - 6
			Projeto de Irrigação, Drenagem e Saneamento Agrícola Implantado (Hectare)	500	465	4 - 7
			Aração Gradagem Executada (Hectare)	900	3.537	5 - 6
			Produtor Beneficiado (Produtor)	500	5.431	5 - 6
			População Beneficiada (Habitante)	17.400	102.992	5 - 6
			Obra de Infra-estrutura Executada (Obra)	1	1	-
			Poço Perfurado/Instalado (Poço)	10	112	5
			Escritório Mantido/Reformado (M ²)	800	215	4 - 7
			Serviço de Engenharia Agrícola e Motomecanização Realizado (Hora/Máquina)	17.000	42.174	5 - 6
206027134.616.0001 - Construção de Infra-Estrutura de Apoio a Produção Animal	318.608	174.390	Município Beneficiado (Município)	27	35	5 - 6
			Serviço de Engenharia Agrícola e Motomecanização Realizado (Hora/Máquina)	2.550	4.372	5 - 6
			Produtor Beneficiado (Produtor)	282	1.016	5 - 6

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206077124.558.0001 - Elaboração e Implantação de Planos, Programas e Projetos de Irrigação	419.906	11.083.287	Obra de Infra-estrutura Executada (Obra)	1	0	9
			Plano Diretor em Elaboração (Plano)	1	2	7
			Obra Hidráulica de Projeto de Irrigação em Implantação (Projeto)	3	3	-
Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA	39.231.078	38.446.251				
201220012.206.0001 - Direção Superior	1.257.377	990.294				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	6.102.308	5.767.766				
201220991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	200.000	872.051	Projeto de Construção/Reforma de Abatedouro Elaborado (Projeto)	20	38	5
			Projeto de Construção ou Reforma de Parque de Exposição Elaborado (Projeto)	8	4	4
			Unidade Laboratorial Construída (M²)	1.500	0	10
			Parque da Gameleira Ampliado e Reformado (M²)	900	1.100	5
			Projeto de Construção/Reforma de Laticínios Elaborado (Projeto)	2	1	9
			Projeto Construção/Reforma de Delegacia Regional/ Seccional Elaborado (Projeto)	4	7	5
201227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	386.221	386.219				
201257114.462.0001 - Fiscalização de Agrotóxicos e Produtos Veterinários	122.804	96.227	Fiscalização do Uso de Agrotóxico Realizada (Propriedade Rural)	1.920	2.183	5
			Estabelecimento Comercial, Prestador de Serviço na Aplicação de Agrotóxico Fiscalizada (Fiscalização)	4.600	2.450	13
			Produto Agrotóxico Ambiental e Toxicologicamente Avaliado (Produto)	800	650	13
			Servidor Capacitado (Servidor)	50	141	7
			Comércio de Produtos Veterinários Fiscalizado (Estabelecimento)	3.000	3.014	-
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	7.105.414	6.807.076				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206027054.458.0001 - Promoção de Eventos Agropecuários e de Educação Sanitária	292.549	402.375	Exposição Agropecuária na Capital Promovida (Exposição)	1	1	-
			Leilão, Feira e Exposição no Interior Apoiado (Evento)	1.000	985	-
			Evento Agropecuário Divulgado (Evento)	3	3	-
			Projeto de Educação Sanitária Promovido/Executado (Projeto)	51	44	3
			Promoção e Fiscalização de Leilão e Exposição na Capital Apoiada (Evento)	40	36	4
			Campanha Institucional Divulgada (Campanha)	4	4	-
			Servidor Capacitado (Servidor)	96	210	7
206037064.455.0001 - Realização de Testes, Análises e Produtos Laboratoriais	1.415.830	1.317.909	Análise Laboratorial Realizada (Diagnóstico/Determinação)	130.000	207.896	6 - 7
			Pasta Vampiricida Produzida (Pote 100g)	300	147	7
			Vacina Contra Papilomatose Bovina Produzida (Dose 25ml)	300	267	4
			Análise de Água e Produto de Origem Animal Realizada (Diagnóstico/Determinação)	4.000	1.270	7
			Diagnóstico de Doenças Animais Realizado (Diagnóstico)	24.000	30.949	6 - 7
			Servidor Capacitado (Servidor)	56	34	3
206037064.456.0001 - Prevenção, Controle e Monitoramento de Pragas e Doenças e Inspeção Vegetal	5.308.198	4.635.911	Fiscalização Fitossanitária em Barreira Realizada (Fiscalização)	40.000	40.000	-
			Campo de Produção de Semente Inspeccionado (Hectare)	80.000	84.350	-
			Levantamento da Ocorrência do Nematóide de Cisto de Soja Realizado (Hectare)	50.000	0	8
			Viveiro de Produção de Muda Inspeccionado (Muda Mil)	300.000	91.000	7
			Levantamento da Ocorrência do Cancro Cítrico Realizado (Planta)	30.000	16.241	7
			Produtor de Semente e Muda Credenciado (Produtor)	1.500	1.540	-
			Unidade de Beneficiamento de Semente Inspeccionada (Unidade)	200	210	-
			Servidor Capacitado (Servidor)	183	73	3 - 4
			Anastrepha Grandis na Cultura da Curcubitácea Monitorada (Hectare)	1.000	1.000	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206047084.459.0001 - Erradicação e Controle da Febre Aftosa e de Outras Doenças dos Animais	11.983.447	12.225.514	Levantamento e Inspeção Fotossanitário na Cultura da Bananeira Realizado (Planta)	14.400.000	14.400.000	-
			Monitoramento da Mosca da Fruta Realizado (Hectare)	2.000	2.000	-
			Praga do Gafanhoto Monitorada e Controlada (Hectare)	300.000	150.000	3 - 4
			Cancro Cítrico, CVCe Pinta Preta Inspeccionados (Planta)	9.000.000	9.000.000	-
			Bovino Vacinado contra Febre Aftosa (Animal)	25.445.000	25.013.808	-
			Bezerra Vacinada contra Brucelose (Animal)	1.520.000	1.497.200	-
			Morcego Hematófago Capturado (Morcego)	18.000	9.778	7
			Animal Vacinado contra Raiva dos Herbívoros (Animal)	9.000.000	10.977.208	-
			Evento Pecuário Fiscalizado (Evento)	3.050	3.008	-
			Granja Avícola Inspeccionada (Granja)	360	498	-
			Granja de Suínos Inspeccionada (Granja)	360	605	6
			Fiscalização do Trânsito de Ave e Ovo Realizada (Guia de Trânsito)	96.000	97.368	-
			Trânsito de Bovino Fiscalizado (Animal/Mil)	7.200	7.456	-
			Revendedor de Vacina Fiscalizado (Revendedor)	700	4.563	6 - 7
			Trânsito do Suíno Fiscalizado (Animal)	720.000	1.232.000	6
			Servidor Capacitado (Servidor)	275	25	3
206657094.460.0001 - Classificação e Certificação de Qualidade de Produtos Agropecuários	2.454.311	2.433.608	Produto Agrícola Classificado (Tonelada)	500.000	380.000	13
			Certificação de Origem e Qualidade de Produto Realizada (Tonelada)	20.000	0	7
			Entidade Credenciada Fiscalizada (Entidade)	8	5	4
			Servidor Capacitado (Servidor)	50	30	4
			Certificação de Origem e Qualidade de Café Realizada (Tonelada)	1.000.000	603	13
206657104.461.0001 - Ações de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	2.602.619	2.511.301	Produto de Origem Animal em Trânsito Fiscalizado (Blitz)	600	102	3
			Leite e Derivados Inspeccionados (Tonelada)	45.000	42.351	-
			Mel e Produto Apícola Inspeccionado e Fiscalizado (Tonelada)	80	100	6
			Carne e Derivados Inspeccionados e Fiscalizados (Tonelada)	38.000	40.561	-
			Servidor Capacitado (Servidor)	250	53	3
			Pescado e Derivado Inspeccionado e Fiscalizado (Tonelada)	420	364	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Estabelecimento de Carne e Derivado Inspeccionado e Fiscalizado (Vistoria)	6.500	4.369	4
			Estabelecimento de Leite e Derivado Inspeccionado e Fiscalizado (Vistoria)	7.700	3.464	4
			Estabelecimento de Mel e Produto Apícola Inspeccionado e Fiscalizado (Vistoria)	200	143	4
			Estabelecimento de Pescado e Derivado Inspeccionado e Fiscalizado (Vistoria)	250	131	4
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG - EMATER	73.124.438	75.770.906				
201220012.206.0001 - Direção Superior	906.876	902.359				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	14.108.725	14.203.573				
201280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	900.000	383.932	Curso Realizado (Curso)	400	358	4
			Empregado Treinado e Capacitado (Empregado)	2.002	3.980	6
206067204.420.0001 - Assistência Técnica e Extensão Rural	57.208.837	60.281.042	Município Assistido (Município)	790	715	12 - 11
			Família do Pequeno Produtor-Agricultor Familiar Atendida (Família)	300.000	224.454	11 - 3
			Comunidade Assistida (Comunidade)	6.700	7.460	7
			Reforma de Escritório Realizada (Reforma)	5	19	5
			Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	200	395	7
			CMDRS - Constituído/Trabalhado (Conselho)			
			Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDRS - Elaborado em Execução (Plano)	150	239	7
			Associação/Conselho Comunitário Organizado/Trabalhado (Associação/Conselho)	6.000	3.125	4
			Grupo de Produção/Comercialização Organizado/Trabalhado (Grupo)	3.200	2.655	5
			Família com Produção de Alimentos Básicos para Segurança Alimentar Garantida (Família)	40.000	51.313	7 - 6
			Consulta ao Agridata Realizada (Consulta)	144.000	750.000	5
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG - EMATER	101.000	3.748.572				
201220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	35.000	217.000	Equipamento Adquirido (Equipamento)	30	45	5

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206067208.030 - Assistência Técnica e Extensão Rural	66.000	3.531.572	Veículo Adquirido (Veículo)	1	9	5
			Equipamento Adquirido (Equipamento)	50	102	5
			Veículo Adquirido (Veículo)	2	104	5
			Reforma de Escritório Realizada (Reforma)	5	19	5
			Equipamento de Informática Adquirido (Equipamento)	10	651	5
			Equipamento de Informática para o Agridata Adquirido (Equipamento)	10	30	5
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG	25.420.423	25.899.917				
201220012.206.0001 - Direção Superior	1.427.863	283.783				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	17.093.916	13.739.234	Equipamento Adquirido (Equipamento)	5	0	1
201220012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	2.000	4.760	Curso Realizado (Curso)	12	10	-
			Servidor Público Capacitado (Servidor Público)	22	20	-
203635104.436.0001 - Formação de Técnicos para a Indústria de Leites e Derivados	518.968	1.582.580	Aluno Formado (Aluno)	35	32	-
			Aluno Matriculado (Aluno)	180	180	-
203635114.437.0001 - Formação de Técnicos para o Agronegócio de Minas Gerais	197.738	370.712	Aluno Formado (Aluno)	63	56	4
			Aluno Matriculado (Aluno)	205	205	-
205717034.433.0001 - Desenvolvimento de Projetos e Pesquisa Agropecuária e Agroindustrial	5.447.448	8.682.917	Equipamento Adquirido (Equipamento)	10	0	1
			Cultivar Lançada (Cultivar)	4	2	4
			Processo Agroindustrial Desenvolvido (Processo)	1	0	8
			Obra Instalada (Obra)	1	0	1
205717034.434.0001 - Produção de Insumos Qualificados	350.000	560.056	Muda Produzida (Muda Mil)	576	235	7
			Semente Produzida (Tonelada)	102	229	7
			Matriz e Reprodutor Produzido (Cabeça)	350	224	9
205717034.434.0002 - Realização de Eventos de Difusão de Tecnologia	230.000	401.400	Curso Realizado (Curso)	45	30	4
			Evento Técnico Científico Realizado (Evento)	40	37	-
			Palestra Realizada (Palestra)	50	30	4
			Revista, Boletim Técnico e Vídeo Técnico	30	31	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
205717034.434.0003 - Prestação de Serviços e Informações Técnico-Científicas	127.490	225.292	Editado (Edição)			
			Assessoria Prestada (Contrato)	30	28	-
			Análise Laboratorial Realizada (Análise)	20.000	18.000	-
			Consultoria Prestada (Contrato)	30	5	7 - 9
			Banco de Dados Implantado (Estudo)	3	0	7 - 8
			Estudo de Mercado Realizado (Estudo)			
205717044.435.0001 - Ações de Desenvolvimento de Projetos Integrados	25.000	49.183	Levantamento Sócio-Econômico Realizado (Estudo)	2	0	7 - 9
			Aliança e Parceria Contratada (Contrato)	62	40	9 - 11
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG	1.000	-				
201220016.202 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa e Operacional	200	-	Equipamento Adquirido (Equipamento)	5	0	1
205717038.300 - Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa em Agropecuária e Agroindústria	800	-	Obra Instalada (Obra)	1	0	1
			Equipamento Adquirido (Equipamento)	10	0	1
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR	14.000.000	1.032.373				
206067191.956.0001 - Apoio Financeiro ao Desenvolvimento Agrícola e de Comunidades Rurais	12.000.000	-	Produtor Financiado (Produtor)	650	0	1
206067191.964.0001 - Apoio Financeiro ao Programa Emergencial de Assistência Financeira a Produtores Rurais do Norte de Minas e V. do Jequitinhonha - FUNDERUR/PRONORTE	2.000.000	1.032.373	Produtor Financiado (Produtor)	150	201	5
Fundo Rotativo de Fomento Agric. Familiar e de Viab. de Assent. Agrários - FOMENTAR TERRA	1.000	-				
206067191.677.0001 - Apoio Financeiro à Agricultura Familiar e Assentamentos Agrários	1.000	-				
TOTAL	179.217.728	186.440.323				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Considerando o cenário político-econômico afetado por influências internas e externas, a política de promoção da indústria, do comércio e dos serviços no Estado de Minas Gerais desenvolvida pela Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SEIC) apresentou resultados satisfatórios no exercício de 2002.

Nesse período, no âmbito do comércio externo, participou de missão a Portugal, de 1º a 11 de novembro de 2002 “workshop” de Apresentação de Oportunidades de Investimento no Estado de Minas Gerais, em Pádua, Itália, em maio de 2002, com o objetivo de divulgar as oportunidades de investimentos no estado e ampliar as ligações com o mercado externo. Recebeu, também, missões estrangeiras como a comitiva inglesa, formada por empresários da BAE SYSTEMS, para conversações sobre políticas de investimentos industriais em Minas Gerais.

Outros contatos com representações estrangeiras foram as visitas do ministro da Holanda em março; do cônsul comercial dos EUA, Sean Kelley, em abril e agosto; do cônsul da Grécia, em abril; reunião com empresários portugueses da empresa PLASDAN, com a participação do prefeito de Conceição do Mato Dentro; visita de Wang Yan, técnico de assuntos exteriores da Província de Jiangsu – China, em agosto; reunião com representantes da Câmara Brasil-Venezuela, em agosto; visita do cônsul de Portugal, Frederico Silva, em setembro; Delegação do Estado de Baden-Wuttemberg, Alemanha, em visita ao Pólo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí, em outubro de 2002, entre outros.

Com foco no comércio interno e serviços, a SEIC participou, com estande, do VII Congresso Brasileiro de Municípios, de 4 a 7 de março de 2002, em Brasília. Em Belo Horizonte, aconteceu o 9º Salão de Oportunidades, Feira da AVIMIG, Expocachaça, 3º Bambino, Multiminas e FETEC (Feira da Construção). Além desses, a SEIC esteve representada em 50 outros eventos, como feiras, seminários e palestras.

A Edição de 2002 do Calendário de Feiras e Exposições Industriais e Comerciais de Minas Gerais foi elaborada e distribuída aos interessados em expor ou conhecer os produtos mineiros.

O COIND realizou cinco reuniões ordinárias, aprovando financiamentos do Fundo de Incentivo à Industrialização (FIND) de 15 projetos no Programa de Integração e Diversificação Industrial e Agroindustrial (PRÓ-INDÚSTRIA), para capital de giro, cujos investimentos totalizam R\$ 149.056.000,00 com geração de 1.148 empregos diretos e previsão de financiamento de R\$ 41,2 milhões. No Programa de Indução à Modernização Industrial (PROIM), foram concedidos financiamentos a nove projetos no valor de R\$ 53.793.000,00 cujos investimentos a serem realizados nos projetos totalizam R\$ 517.621.000,00, gerando 2.524 empregos diretos.

Já no Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas (FUNDIEST), foi aprovado um processo com financiamento de reforço de capital de giro, graças ao Programa de Apoio às empresas de Eletrônica, Informática e Telecomunicações (PROE-ELETRÔNICA), gerando 138 empregos diretos, com previsão de financiamento de R\$ 2.979.850,00 por um período de quatro anos.

Dentre os projetos aprovados em 2002, destacam-se:

- Quintas & Quintas Condutores Elétricos Ltda., localizada em Sarzedo, com investimentos de R\$ 79,8 milhões, gerando 172 empregos diretos;
- Celulose Nipo-Brasileira S.A. (CENIBRA), localizada em Belo Oriente, com investimentos R\$ 234 milhões, gerando 50 empregos diretos;
- Bravo Indústria e Comércio de Móveis S.A., localizada em Uberlândia, com investimentos de R\$ 33 milhões, gerando 126 empregos diretos;
- Cia. Fiação Tecelagem Santo Antônio, localizada em Pirapora, com investimentos de R\$ 28 milhões, gerando 20 empregos diretos;
- Lajinha Agroindustrial S.A., localizada em Capinópolis, com investimentos de R\$ 164 milhões, gerando 2.085 empregos diretos; e
- Ecotelha Industrial do Brasil Ltda., localizada em Juiz de Fora, com investimentos de R\$ 28 milhões, gerando 50 empregos diretos.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG)

A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) aprimorou tecnicamente e profissionalmente seu potencial humano, com a realização de cursos de informática e reciclagem em direito comercial, técnicas modernas de gerenciamento e atendimento ao público, com visível melhoria na sua produtividade.

A JUCEMG organizou e realizou, em Belo Horizonte, curso sobre noções de Junta Comercial e Registro do Comércio para diversas associações comerciais, com o objetivo

de propiciar a redução de pendências primárias e retrabalho desnecessário nos atos levados a arquivamento.

Objetivando a otimização no processamento das informações dadas aos seus usuários, aprimorou o sistema de consultas a serviços via internet, disponível em seu site www.jucemg.mg.gov.br, bem como elaborou, junto com a PRODEMGE, projeto de rede lógica implantado na sede e sistema de digitalização de imagem a ser implantado, visando a possibilitar o acesso a documentos levados a registro com maior eficiência e segurança.

Dentre as atividades executadas pela JUCEMG, destaca-se na área do registro empresarial, de janeiro a outubro de 2002, um efetivo de 18.014 constituições de firmas individuais; 21.947 constituições de sociedades limitadas; 73 constituições de sociedades anônimas, 136 constituições de cooperativas e 38 constituições de outros tipos jurídicos. Houve ainda a extinção de 7.777 firmas individuais; 5.618 sociedades limitadas; 25 sociedades anônimas; 14 cooperativas e 20 de outros tipos jurídicos. Neste mesmo período foram registradas 100.839 alterações das diversas empresas mercantis.

Neste exercício, a JUCEMG promoveu a abertura de postos de atendimentos descentralizados nas cidades de Leopoldina, Alfenas e Araguari, contando hoje, com seis escritórios regionais (Juiz de Fora, Uberlândia, Varginha, Governador Valadares, Uberaba e Montes Claros), seis Postos de Serviços Integrados Urbanos (PSIU) (Sete Lagoas, Poços de Caldas, Divinópolis, Patos de Minas, Paracatu e Pouso Alegre) e mais um posto descentralizado em Contagem (CICI), ressaltando ainda o convênio firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que possibilita a entrada de requerimentos ou pedidos de arquivamentos de documentos via postal graças ao KIT JUCEMG, em qualquer município de Minas Gerais.

Foram realizadas reformas em todos os seus escritórios regionais, bem como na sede em Belo Horizonte, para melhor aproveitamento do espaço físico, proporcionando maior conforto aos seus usuários.

Está em andamento, a exemplo de exercícios anteriores, o Projeto de Recadastramento e Cancelamento de Firma Mercantil Individual e Sociedades Mercantis, em atendimento ao Decreto Estadual 40.308/99.

Durante 2002, a JUCEMG teve participação ativa no Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC), nos estudos para aplicação das mudanças introduzidas no Novo Código Civil, na parte referente ao registro empresarial.

Procedeu a visitas técnicas e de inspeção de serviços nos escritórios regionais e demais unidades descentralizadas.

A de se destacar que a JUCEMG (2ª Junta Comercial do país em volume de registros – a 1ª é a Junta Comercial de São Paulo) órgão modelo de registro empresarial em agilidade, segurança e no cumprimento da legislação, comprometida com o desenvolvimento de Minas, foi reconhecida, nacionalmente, pelo 6º ano consecutivo (2002), com o Troféu Ouro, dada sua qualidade e produtividade no registro empresarial, tendo sido conferido pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio e por ter obtido a maior quantidade de pontos entre todas as juntas comerciais do país, conforme auditoria realizada por efetivos de outras juntas comerciais que aqui realizaram sua avaliação.

Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI)

O Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI) manteve, em 2002, a média de projetos industriais, entre novos e de expansão, que historicamente atrai para o estado, a despeito dos imensos percalços ocorridos no período, tanto no cenário econômico interno quanto externo. Em termos nominais de geração de empregos diretos e montante de investimentos concretizados, o resultado operacional superou bastante o desempenho do exercício anterior.

A atuação do instituto, promovendo Minas para incrementar novos negócios e consolidar a indústria mineira, suplantou em 37,5% o resultado de 2001, propiciando o acréscimo de 66 empreendimentos produtivos ao parque fabril já implantado. Esses projetos, que abrem 11.633 postos diretos de trabalho, envolvem a aplicação de investimentos estimados em US\$ 379,4 milhões.

Desses 66 projetos decididos com a assistência do INDI, 27 referem-se a indústrias novas, enquanto os outros 39 são expansões de plantas já produtivas. Os primeiros são responsáveis por 5.478 novas colocações diretas e investimentos da ordem de US\$ 129 milhões, ao passo que os outros relacionam-se a 6.155 empregos diretos novos e inversões estimadas em US\$ 250,4 milhões.

Quanto à origem de capital, 44% dos empreendimentos que respondem por 16,5% dos investimentos e 28% dos empregos gerados são mineiros, enquanto empresários nacionais são responsáveis por 38%, 53,9% e 34,2%, respectivamente. O restante está associado ao capital estrangeiro, ou seja, 18%, 29,5% e 37,8%, nessa ordem.

Enfocando-se a distribuição regional, verifica-se que 27,2% dos projetos, 33,3% das inversões e 10% das novas ocupações localizam-se na área central do estado, cabendo à Zona da Mata 7,6%, 2,7% e 3,2%, nessa ordem. Para o Sul de Minas voltaram-se 33,3% dos empreendimentos, 14,7% dos investimentos e 23,7% dos novos empregos, enquanto o Triângulo Mineiro recebeu 13,6%, 23,2% e 21,7%, respectivamente.

Já no Alto Paranaíba, foram alocados 4,5% dos projetos relacionado a 0,5% das inversões e 2,8% das novas colocações. O Centro-Oeste também recebeu 4,5% dos empreendimentos que respondem por 0,7% dos investimentos e 0,8% dos empregos gerados.

Para o Norte de Minas voltaram-se 4,5% dos projetos, 7,5% das inversões e 4,9% dos empregos, enquanto à Região do Rio Doce coube 4,5%, 17,3% e 32,8%, respectivamente.

Em relação aos setores industriais, prevaleceram as atividades têxtil, de confecções, calçados, couro e móveis (39,4%), seguidas pelas de química e não-metálicos (23,4%), agroindústria (15,2%), mineração e metalurgia (10,6%) e mecânica, eletroeletrônica e informática (7,6%).

Dentre os empreendimentos mais significativos destacam-se os projetos Lajinha Agroindustrial Ltda., CRW Plásticos, Coteminas, Pólo Moveleiro de Uberaba e Mineração Casa de Pedra, além da Cenibra e Cia. Fiação e Tecelagem Santo Antônio.

É importante salientar que, paralelamente à atração de empreendimentos industriais para o estado, o INDI manteve sua atuação em pesquisa e estudos para subsidiar sua própria atividade e também atender às necessidades das empresas mineiras. Dentre os trabalhos elaborados encontram-se os panoramas do setor automotivo e autopeças e do

segmento de papel, enquanto os perfis da indústria mineira de produtos de cimento e o das indústrias de cosméticos e perfumes e farmacêutica estão em desenvolvimento.

Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI/MG)

A Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI/MG) empenhou-se em atender às solicitações de municípios que a ela recorreram em busca de um processo de industrialização capaz de associar o desenvolvimento econômico à preservação do meio ambiente e da qualidade de vida urbana.

Apoiada em sua experiência técnica, a CDI/MG tem oferecido às prefeituras municipais assessoria especializada para definir localizações estratégicas e direcionar os investimentos para o melhor aproveitamento da infra-estrutura já instalada no estado, contribuindo para uma maior interiorização dos empreendimentos e para a superação dos desequilíbrios regionais.

Com um acervo técnico que inclui a implantação de distritos industriais de porte variado e uma efetiva contribuição ao governo do estado em grandes projetos especiais, sua atuação envolve a seleção de áreas adequadas ao uso industrial, o desenvolvimento de projetos urbanísticos, a coordenação das interfaces com outros órgãos públicos envolvidos no processo, a licitação, contratação e fiscalização de obras para instalação da infra-estrutura necessária, a comercialização de terrenos e também orientação às administrações municipais e aos empresários quanto às normas técnicas a serem seguidas para garantir o ordenamento da ocupação das áreas planejadas.

O direcionamento da instalação de indústrias para áreas planejadas é o diferencial que permite aos municípios obter, além de benefícios diretos como a geração de empregos e o aumento da arrecadação, a otimização dos investimentos feitos em infra-estrutura e a prevenção de repercussões negativas e despesas futuras em medidas corretivas quanto ao comprometimento da malha urbana ou do meio ambiente.

Os resultados da ação da CDI/MG, mensurados quantitativamente como distritos industriais implantados, não refletem o conjunto de benefícios do planejamento industrial, somente percebidos de forma mais clara no médio e longo prazos. Citem-se os exemplos de cidades como Uberlândia, Betim, Contagem ou Juiz de Fora, hoje situadas entre os pólos de maior desenvolvimento e arrecadação de impostos, em que não se pode desconsiderar o papel da CDI/MG na deflagração inicial do processo.

Durante 2002, além de seleção de áreas em dez municípios, foram desenvolvidos oito projetos urbanísticos destinados à implantação de áreas industriais, dos quais já se iniciaram as obras de implantação nos cinco primeiros: Caeté, Curvelo, Mariana, Santos Dumont, Ubá, Itaguara, Itumirim e Coromandel.

Foram ainda executadas obras finais e elaborados relatórios ambientais nos municípios de Barbacena, Paraopeba, Manhuaçu, Coronel Fabriciano e Tupaciguara.

Além destes, foram assinados quatro novos convênios com os municípios de Grão-Mogol, Montes Claros, Curvelo e Ubá.

Foram também concluídas as obras finais e/ou complementares de dois grandes projetos especiais de interesse do governo do estadual:

- FIAT-IVECO, em Sete Lagoas; e

- ETA (Estação de Capacitação, Adução e Tratamento de Água) para Camargo Corrêa Cimentos, em Ijaci.

Apesar da conjuntura desfavorável, a CDI/MG tem-se empenhado em buscar novos modelos e estabelecer parcerias para, integrada às ações dos demais agentes de fomento do estado, dar continuidade ao cumprimento de seus objetivos e atender às justas aspirações dos municípios de estimular a economia local e oferecer novas oportunidades à população.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Indústria e Comércio	3.843.736	4.344.840				
221210012.179.0001 - Planejamento Setorial	139.007	157.539				
221220012.206.0001 - Direção Superior	162.015	154.276				
221220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.444.949	1.564.556				
221220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	23.340	82.656				
222727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.516.938	1.905.375				
226617414.520.0001 - Gestão dos Fundos de Desenvolvimento	1.000	-	Empresa Atendida (Empresa)	100	0	8
			Projeto Aprovado (Projeto)	50	0	8
226617414.913.0001 - Promoção, Coordenação e Apoio às Ações de Desenvolvimento da Política Industrial	308.526	243.681	Ação de Interiorização de Atividades de Fomento à Indústria Realizada (Evento)	4	0	3
236917614.914.0001 - Promoção, Coordenação e Apoio às Ações de Desenvolvimento da Política Comercial e dos Serviços	247.961	236.757	Estudo/Pesquisa Desenvolvido (Estudo/Pequisa)	2	1	7
			Estudo e Projeto Elaborado (Estudo/Projeto)	3	2	9
			Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	60	57	4
			Missão de Desenvolvimento Identificada (Missão)	1	1	-
			Ação de Interiorização de Atividades de Fomento ao Comércio e Serviços Realizada (Evento)	4	3	4
			Evento Promovido (Evento)	3	2	4
			Participação em Evento Realizado (Evento)	20	33	5
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG	10.981.652	8.438.631				
231220012.206.0001 - Direção Superior	860.000	753.054				
231220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.979.080	2.412.205				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
231220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.262.000	704.999				
231227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	10.465	10.464				
231257634.254.0001 - Registro do Comércio	3.994.000	3.166.989	Certidão Expedida (Certidão)	108.000	122.532	5
			Documento Registrado (Documento)	200.000	183.850	-
			Livro Registrado (Livro)	37.600	54.181	5
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.876.107	1.390.920				
Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI	24.995.060	3.280.982				
221220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	151.000	12.572	Equipamento Adquirido (Equipamento)	10	15	13
			Obra Realizada (Obra)	5	3	7
			Móvel e Equipamento Adquirido (Móvel/Equipamento)	6	0	1
			Veículo Adquirido (Veículo)	3	0	1
226617473.013 - Implantação e Otimização de Áreas Industriais Planejadas	24.844.060	3.268.410	Seminário Realizado (Seminário)	2	0	9
			Projeto Executado Realizado (Projeto)	17	7	11
			Terreno Adquirido (M²)	5.921	0	11
			Obra de Infra-Estrutura Executada (M)	26.710	2.202	3
			Galpão Construído (Galpão)	18.400	0	3
			Estudo de Impacto Ambiental Elaborado (Estudo)	9.936	700	3
			Plano Diretor Industrial Elaborado (Plano)	12	0	9
Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - INDI	30.000	36.230				
221220016.185 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa e Operacional (1)	30.000	36.230	Equipamento Adquirido (Equipamento)	40	15	7
			Mobiliário Adquirido (Mobiliário)	10	3	7
Fundo de Incentivo a Industrialização - FIND	284.502.000	191.982.581				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
226617451.052.0001 - Programa de Integração e Diversificação, Industrial e Agroindustrial - Pró-Indústria	107.500.000	133.414.833	Empresa Financiada (Empresa)	100	63	4
226617451.053.0001 - Extinção de Obrigações Creditícias (2)	1.000	-				
226617451.054.0001 - Programa de Indução a Modernização Industrial - PROIM	177.000.000	58.567.748	Empresa Financiada (Empresa)	18	12	4
226617451.455.0001- Programa de Equalização Financeira (3)	1.000	-				
Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas - FUNDIEST	122.500.000	226.660.258				
226617451.055.0001 - Apoio Empresas de Eletrônica, de Informática e de Telecomunicações - PROE-Eletrônica	9.500.000	3.972.719	Empresa Financiada (Empresa)	11	8	4
226617451.182.0001 - Implantação de Empreendimentos Industriais Estratégicos-Proe-Indústria	55.000.000	151.998.734	Empresa Financiada (Empresa)	4	3	4
226617451.183.0001 - Implantação de Agroindústria Estratégica Proe-Agroindústria	10.500.000	11.754.362	Empresa Financiada (Empresa)	1	2	5
226617451.184.0001 - Estruturação Comercial de Empreendimentos Estratégicos - Proe-Estruturação	47.500.000	58.934.443	Empresa Financiada (Empresa)	5	4	4
TOTAL	446.852.448	434.743.522				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

(1) Recurso aplicado na aquisição de software não previsto na Lei Orçamentária.

(2) Programa encerrado.

(3) Programa não está em operação.

TURISMO

O ano de 2002 será considerado como aquele em que a Secretaria de Estado do Turismo se solidificou para uma participação maior no processo de avanço do turismo em Minas Gerais.

A revelação da Pesquisa FIPE/USP 1998-2001 é a prova cabal de que o turismo tornou-se fundamental para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Ela provou que o estado teve, no turismo interno, um crescimento de 46,97% tendo recebido, em 2001, 3.874.574 turistas internos, 1.248.222 a mais do que em 1998, quando foi visitado por 2.636.352 turistas internos.

Com os novos números, Minas chegou ao quarto lugar como destino interno do turismo brasileiro.

Mais importante ainda, a pesquisa comprovou que a receita direta do turismo em Minas passou de R\$ 751.374.000,00 em 1998 para R\$ 1.867.874.267,00 em 2001, com um crescimento de 148,59%.

Acrescentando-se a receita indireta, conforme a mesma pesquisa, o turismo gerou, em Minas, em 2001, um total de R\$ 3.511.603.621,00, permitindo a geração de vários empregos.

Este crescimento, entretanto, não é fruto do acaso, mas consequência de um trabalho árduo e incessante da Secretaria de Estado.

CIRCUITOS

Foi nesta época que começou a ser delineado um programa pioneiro no turismo brasileiro, com a concepção dos circuitos turísticos formados por municípios de uma região, com afinidade para a exploração da atividade turística.

Precedidos de amplos debates no meio das comunidades regionais e com a participação de todos os setores vivos e atuantes de cada uma delas, os circuitos foram nascendo e superando qualquer expectativa.

Hoje, eles são 43: Parque Nacional da Serra do Cipó, Veredas do Paraopeba, dos Diamantes, das Grutas, do Ouro, Trilha dos Inconfidentes, Verde-Trilha dos Bandeirantes, Lago de Três Marias, Vilas e Fazendas de Minas, Pico da Bandeira, Serra do Ibitipoca, Vale do Rio Preto, Caminho Novo, Áreas Proibidas, Caminhos Verdes de Minas, Serras e Cachoeiras, Serra do Brigadeiro, Serras de Minas, Nascente do Rio Doce, Recanto dos Barões, Minas-Rio, das Malhas, Caminhos do Sul de Minas, Lago de Furnas, Nascentes das Gerais, Caminhos Gerais, Serras Verdes do Sul de Minas, das Águas, Montanhas Mágicas da Mantiqueira, Terras Altas da Mantiqueira, Montanhas Cafeeiras de Minas, Vale Verde e Quedas D'Água, Trilhas do Sapucaí, Lago das Gerais, dos Lagos, Águas do Cerrado, da Canastra e Tropeiros de Minas, Mata Atlântica de Minas, Trilhas do Rio Doce, Pólo Caminhos do Norte de Minas, Pólo Vale do Jequitinhonha e Pólo Vale Mineiro do São Francisco.

Mais de 500 municípios fazem parte dos circuitos que, desde a sua implantação, vêm promovendo encontros e seminários de estudos e avaliação, trocando experiências e criando metodologias de desenvolvimento turístico regional, com resultados surpreendentes, entre eles o aumento do fluxo interno dos próprios mineiros.

Isto é possível porque o modelo de gestão dos circuitos lhes dá condições de trabalhar e promover o seu próprio circuito, dentro e fora do estado, sem a ingerência do poder público.

Cabe, entretanto, à SETUR/TURMINAS, o papel de ajudar no fortalecimento dos circuitos, participar da implantação de legislações e regulamentos específicos, incrementar o seu desenvolvimento e entrosamento e ativar o surgimento de novos circuitos.

PRODETUR

A inserção de Minas no Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste é fruto de um trabalho persistente do governo de Minas por intermédio da Secretaria de Estado do Turismo. De fora no Prodetur NE1, o estado participa do NE-2, com as verbas beneficiando, principalmente, a sua região Norte/Nordeste, em especial o Vale do Jequitinhonha.

A Secretaria vem atuando junto com o Banco do Nordeste, entidade operacionalizadora do programa do BID no Brasil, estando em fase final a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável que permitirá efetuar o levantamento das obras a serem beneficiadas pelo programa.

Isto está sendo feito graças a uma parceria do governo de Minas com o Ministério do Esporte e do Turismo.

Depois de aprovados os projetos, Minas poderá receber do BID verbas entre US\$ 62 milhões e US\$ 174 milhões.

ARMAZÉNS DE MINAS

A SETUR deu, em 2002, seqüência ao projeto dos Armazéns de Minas que serão construídos ao longo de pontos estratégicos nas rodovias que atravessam o estado, transformando-se em centros de informação, atendimento ao turismo e mostruário e local de vendas de produtos da agroindústria e das manifestações artístico-culturais regionais.

Com verbas do governo de Minas e do Ministério do Esporte e Turismo, o projeto terá, em uma primeira fase, 13 armazéns e, numa segunda, mais 18, estando prevista a construção de outros mais em fases posteriores. O planejamento e obras de infraestrutura da primeira fase já foram iniciados em Areado, Barbacena, Capitólio, Extrema, Itanhandu, Lavras, Manhuaçu, Medina, Paraopeba, Passa Quatro, Patos de Minas, Piuí e São Sebastião do Paraíso.

Os Armazéns de Minas serão gerados pelos Circuitos Turísticos dos locais onde estiverem implantados e a legislação pertinente já se encontra em fase de estudos.

SINALIZAÇÃO TURÍSTICA

A parceria da Governo de Minas (SETUR/DER-MG/SETOP) com o Ministério do Esporte e Turismo, EMBRATUR e DENATRAN, o projeto, além de atender a um requisito básico do turismo, que é uma sinalização mais adequada aos seus objetos, está dotando Minas do mais perfeito sistema deste tipo em todo o Brasil.

Em seu primeiro estágio, o projeto está sendo desenvolvido nos Circuitos do Ouro, Grutas, das Águas, Terras Altas da Mantiqueira, Diamantes, Trilha dos Inconfidentes, Serra do Ibitipoca e Nascentes das Gerais, atendendo a mais de 100 municípios mineiros.

Dois Circuitos – Terras Altas da Mantiqueira e das Águas já tiveram sua sinalização concluída.

ESTRADA REAL

Já transformada em programa desde a aprovação da Lei 13.173/1999, a Estrada Real é, hoje, um dos maiores atrativos potenciais do turismo mineiro gerando, ao longo de seu traçado, vários pólos de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

São 1.200 quilômetros que englobam 163 municípios mineiros, sete do Rio de Janeiro e sete em São Paulo, configurando, de fato, o primeiro grande roteiro turístico interestadual do Brasil e com potencial para se tornar um dos maiores do mundo, em razão de sua diversidade, que inclui história, arte, natureza, meio ambiente, arqueologia e espeleologia, cultura popular, religiosidade, culinária e gastronomia, aventura e lazer, entre outros itens.

Objeto de várias expedições de pesquisa, levantamento e estruturação de roteiros, a Estrada Real suscitou, igualmente, cursos e seminários de preparação de pessoal, incluindo comunidades dos centros habitacionais em seu trajeto.

Em parceria com o Instituto Estrada Real e consoante as orientações do Conselho da Estrada Real, foram atendidas, nestes cursos, 2.140 pessoas em 2001/2002.

Entre outros importantes resultados estão, ainda, a elaboração de um vídeo sobre a Expedição Spix e Martius, a edição do Guia e Roteiro Ecoturístico da Estrada Real em Minas - Trecho Ouro Preto/Diamantina e o livro Expedição Spix e Martius – 1999 - Ecoturismo na Estrada Real.

MINAS ITINERANTE

Em Minas e em várias partes do Brasil a chegada de um ônibus pintado com cores vivas e retratando motivos mineiros já não causa surpresa. Logo se sabe: está chegando o Minas Itinerante, um veículo doado à SETUR/Turminas pela Takano do Brasil, BYK S.A., CBMM e SANGETUR e que já se transformou em um portador permanente das coisas mineiras, levando artesanato, obras de arte, pôsteres e folheteria diversas, entre outros itens, a locais onde estejam sendo realizados eventos de forte impacto turístico.

Simultaneamente, transporta jornalistas, agentes e operadores turísticos em visita a Minas ou que estejam participando de eventos que tenham potencial emissor de turistas para o estado. Uma sequência do Minas Itinerante, em fase de elaboração, é o Minas na Rua, com a presença de ônibus e de agentes, operadores e receptivos mineiros em locais de impacto turístico.

Em 2002, o Minas Itinerante participou, até novembro, de 32 missões turísticas.

INVERNO CULTURAL

Em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, a SETUR lançou, em 2002, o projeto Inverno Cultural, apresentando o potencial turístico de Minas nos meses de junho, julho e agosto, destacando, principalmente, os chamados Festivais de Inverno. Um pequeno pôster foi editado, com 28 festivais e mais de 300 outros eventos.

ECOTURISMO

Um setor que recebeu forte impacto em 2002, o ecoturismo é, hoje, um dos polos maiores do desenvolvimento turístico mineiro, assumindo uma posição de destaque. Contribuiu para isso as parcerias desenvolvidas pela SETUR com outras entidades públicas e privadas, entre as quais a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Os resultados foram, entre outros, a implantação da primeira rodovia ecoturística do Brasil, a MG-10, ligando Belo Horizonte a Conceição do Mato Dentro, pela Serra do Cipó; estudos e medidas para transformar parques estaduais em pontos de demanda turística preservacionista; criação de condições para que parques nacionais em Minas recebessem condições para melhor utilização turística; montagem de um Plano de Utilização e Manejo para várias grutas e cavernas do estado; realização de dois Encontros Técnicos de Desenvolvimento de Turismo em Cavernas; participação na edição do Guia de Ecoturismo de Minas Gerais; participação e organização de eventos ligados ao ecoturismo em Minas e no Brasil e, principalmente, a montagem e aprovação da Lei Mineira de Ecoturismo.

TURISMO RURAL

Em parceria com entidades públicas e privadas de Minas e do país para viabilizar o imenso potencial de Minas em torno do turismo rural, a Secretaria participa do Fórum Permanente de Turismo Rural que está montando o Guia do Turismo no Espaço Rural

de Minas Gerais, tendo sido, ainda, parceira dos dois Seminários de Turismo Rural promovidos pela AMETUR.

Em processo permanente de execução encontra-se o levantamento das propriedades rurais com potencial turístico que, até setembro de 2002, já tinha alcançado 2.500.

No momento encontram-se em fase de experiência ou implantação, em parceria com outras entidades, projetos como o Fazendas de Minas, Ranchos de Minas, Abrindo as Porteiras e Andanças Rurais.

A SETUR, esteve presente, entre 2001 e 2002, em 47 grandes feiras e eventos turísticos nacionais e internacionais como a Brazil International Tourism Exchange, a Feira da Providência, o Congresso Nacional da ABAV, o Festival de Gramado, a Adventure Sport Fair, a Bolsa de Negócios Turísticos Sul/Mercosul, entre outros, tendo sido, parceira na realização de quatro MultiMinas, Feira Mineira de Lazer e Turismo, em Belo Horizonte, com a participação, em cada uma delas, de mais de 200 municípios e atrativos turísticos mineiros.

A SETUR/TURMINAS editou, igualmente, pôlderes sobre 36 circuitos turísticos mineiros e sobre a Estrada Real e o artesanato mineiro, com 570 mil exemplares.

Foram editados também pôlderes para o Inverno Cultural e Grutas e Cavernas, as revistas/livros Terras das Vertentes, Brasil 500 Anos, A Arte do Ciclo do Ouro e o CD Ars Nova, com músicas do barroco mineiro.

Em parceria com a ALE, a revista Isto É e a Empresas de Artes surgiu o Guia do Ecoturismo em Minas Gerais, o primeiro de um estado brasileiro, tendo a SETUR participado na pesquisa e informação para edição do livro Estrada Real de Minas - Guia e Roteiro Ecoturístico.

Graças também a uma parceria com outras entidades públicas, especialmente a Secretaria de Estado da Comunicação, pôde a SETUR desenvolver, dentro e fora do estado, um bom trabalho de divulgação nos meios de comunicação de massa, daí resultando um volume apreciável de material publicado ressaltando o potencial turístico mineiro.

Um levantamento parcial apresenta, só entre junho e outubro de 2002, 89 páginas dedicadas ao turismo publicadas em jornais e revistas do Rio e São Paulo, levando-se ainda em consideração o fato de várias destas reportagens terem sido escritas depois da organização de "fam tours" com jornalistas operadores destes estados e sem nenhum ônus financeiro para o poder público de Minas.

PROGRAMAS COM OPERADORAS

Em 2002, a SETUR conseguiu, em um trabalho de parceria com entidades do setor turístico mineiro, em especial o BH Convention & Visitors Bureau e os Circuitos do Ouro e dos Diamantes, criar um programa com a operadora CVC que iniciou o Projeto Minas.

Utilizando a mídia impressa e eletrônica de vários grandes centros brasileiros, notadamente Rio e São Paulo, a operadora passou a trazer, semanalmente, turistas brasileiros a Minas Gerais, com pacotes turísticos para Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Serra do Cipó, Diamantina e Serro.

Foram mais de 15 mil visitantes entre junho e novembro, esperando-se um crescimento ainda maior de demanda em 2003.

Em fase de implantação estão programas semelhantes com as operadoras VOETUR e TAM Viagens.

DESCUBRAMINAS

Um dos grandes programas, e que se vem tornando especial no desenvolvimento do turismo em Minas, é o Descubraminas, rede computadorizada, disponibilizada e publicada na Internet, com informações sobre Minas Gerais, circuitos, municípios e atrativos turísticos do estado.

Numa parceria entre a SETUR e SENAC/MG, o Descubraminas foi lançado em março de 2002 e já possui dados sobre mais de 600 municípios mineiros, um acervo de mais 12 mil fotografias, 75 mapas, 1.800 eventos, 700 páginas genéricas, 45 documentos diferentes para download, centenas de receitas da culinária mineira, e 27 fóruns de discussão. A média diária foi de 873 visitas em agosto de 2002, das quais 26% de estrangeiros.

CONVÊNIOS

Acompanhando o crescimento turístico em Minas, aumentou a demanda de pessoas preparadas para executar tarefas e missões turísticas. Conseqüência disso é a expansão das escolas de turismo no estado. E é com elas que a SETUR vem realizando um frutífero trabalho de parceria, dando aos seus alunos a oportunidade de um contato direto com a realidade turística mineira e, simultaneamente, utilizando a sua capacidade em pesquisas, levantamento e exploração deste mesmo potencial.

Em 2002, a SETUR assinou convênios com 21 faculdades, cujos alunos estão trabalhando em 21 circuitos turísticos, envolvendo 249 municípios mineiros.

CONSELHO

Uma ação básica dos primeiros três anos da SETUR foi a instituição e formatação do Conselho Estadual de Turismo, integrado por representantes de órgãos públicos e privados com afinidades ao turismo. Com reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, quando necessárias, está sendo montado um novo planejamento estratégico para o turismo em Minas Gerais.

OUTRAS AÇÕES

Entre as ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Turismo ressaltam-se:

Projeto Cidades Temáticas, realizado em Mariana, com a encenação, ao vivo, de sua história e personagens.

Desenvolvimento do Vale do São Francisco, com o início de levantamento de seu potencial turístico e estudos visando à recuperação de seu meio ambiente; reforma, em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo do vapor/gaiola Benjamim Guimarães, já em fase final, e participação em expedições ao longo do rio.

Projeto Monumenta, dentro de uma linha definida pelo Banco Mundial e Unesco, com o objetivo de resgatar e conservar, de forma sustentável, os principais conjuntos patrimoniais do Brasil. Em Minas serão quatro locais: Ouro Preto, Diamantina, Congonhas e Tiradentes.

Artesanato: Encontra-se em elaboração um novo Plano Mineiro de Artesanato, privilegiando, não só a parte artístico-cultural, mas, igualmente, os seus aspectos socioeconômicos. O plano será de fundamental importância para garantir também o projeto dos Armazéns de Minas.

Treinamento e capacitação – Em 2002 foram promovidas 106 oficinas de capacitação em 18 circuitos turísticos, com abrangência em 211 municípios e capacitando 2.950 pessoas, em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Fiscalização: Com delegação da EMBRATUR, a SETUR vem promovendo o cadastramento e a fiscalização legal de entidades e empresas dedicadas ao turismo, podendo apresentar, em novembro de 2002, números oficiais importantes: 977 agências de turismo, 658 meios de hospedagem, 493 transportadores turísticos, 69 organizadores de eventos e dois habilitados em obtenção de recursos, com 2.199 empreendimentos turísticos.

Ferrovias: Tendo em funcionamento regular a Maria Fumaça entre São João del Rei e Tiradentes, o governo mineiro, em parceria com entidades regionais, implantou um novo ramal ferroviário turístico, entre São Lourenço em Soledade, com planos para sua extensão até Cruzeiro, em São Paulo. Em fase de estudos encontra-se a implantação de um novo trenzinho turístico unindo BH a Ouro Preto. Outro ramal, em fase embrionária de estudos, é o Trem das Grutas, entre BH e Cordisburgo.

Rodovia – Acompanhando diretamente a implantação da primeira rodovia ecoturística brasileira, a MG-10, entre BH e Conceição do Mato Dentro, a SETUR vem trabalhando com comunidades atendidas e atingidas pela estrada, com objetivo de uma maior conscientização sobre o potencial turístico da região e criando condições de capacitação das pessoas para melhor utilização deste mesmo potencial.

Turismo religioso: Já em fase experimental está o projeto de criação de um roteiro de peregrinação entre a Igreja de Nossa Senhora do Ó, em Sabará, ao Santuário de Nossa Senhora da Piedade, em Caeté, com aproximadamente 30 quilômetros de extensão.

Viaje Fácil: Projeto em fase adiantada de planejamento e que visa criar condições para que os funcionários públicos estaduais possam ter acesso mais fácil e amplo ao setor turístico mineiro, tendo como base intermediária o portal Descubraminas.

Em fase inicial de estudos encontram-se projetos como os Lagos da CEMIG para utilização, com fins turísticos, dos reservatórios de água desta empresa; o Fruticultura, com a criação da agroindústria e ampliando a oferta de seus produtos aos turistas; Projeto Sul de Minas, o Projeto Caxambu e o Programa de Turismo em Assentamentos Agrários, entre outros.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TURISMO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado do Turismo - SETUR	3.676.633	3.465.237				
231210012.179.0001 - Planejamento Setorial	150.150	146.220				
231220012.206.0001 - Direção Superior	678.600	477.654				
231220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.173.983	972.449				
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.200	-				
236957624.072.0001 - Promoção do Turismo	872.700	1.868.914	Evento Realizado (Evento)	1	1	-
			Estudo de Viabilidade Turística Realizado (Estudo)	30	43	6
			Participação em Evento Realizado (Evento)	21	15	5
236957681.255.0001 - Desenvolvimento do Turismo nas Regiões Norte e Nordeste - Prodetur	800.000	-	Prodetur Coordenado e Acompanhado (Programa)	1	1	-
Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS	1.131.393	1.696.049				
231220012.206.0001 - Direção Superior	326.043	324.370				
231220012.288.0001 - Serviços de apoio Administrativo e Financeiro	475.986	451.487				
231232122.570.0001 - Participação Societária na PROMINAS	300	-				
231257624.023.0001 - Cadastramento e Fiscalização da Atividade Hoteleira	81.127	116.768	Empreendimento Cadastrado (Empreendimento)	172	904	6
			Empreendimento Fiscalizado (Empreendimento)	65	96	6
			Empreendimento Classificado (Empreendimento)	100	1.940	6
			Turista Atendido (Turista)	10.000	4.731	4
236957624.918.0001 - Promoção da Atividade Artesanal	165.597	165.225	Evento Realizado (Evento)	10	0	1
			Participação em Evento Realizado (Evento)	3	5	6
			Artesão Apoiado (Artesão)	200	210	-
			Curso Realizado (Curso)	3	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TURISMO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
236957624.918.0002 - Desenvolvimento do Turismo	82.340	638.199	Circuito Implantado (Circuito)	40	43	-
			Calendário Turístico Elaborado (Calendário)	4.000	5.000	6
			Participação em Evento Realizado (Evento)	48	16	2
Empresa Mineira de Turismo -TURMINAS	1.000	16.412				
231232126.005 - Participação Societária	300	-				
236957626.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	700	16.412				
Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR	6.000.000	-				
236957661.364.0001 - Apoio Financeiro ao Desenvolvimento do Turismo	6.000.000	-				
TOTAL	10.809.026	5.177.698				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

Obs.: As ações da subatividade "Promoção do Turismo" da SETUR, foram viabilizadas por meio de convênios firmados com o Ministério do Esporte e Turismo.

TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

A Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) tem como missão assegurar soluções adequadas à gestão de todas as modalidades de transporte, saneamento ambiental e edificações públicas voltadas ao bem-estar do cidadão, em consonância com o desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais.

Devido à extensão da malha rodoviária do estado, a SETOP, ao longo de vários anos, priorizou ações e investimentos nesta modalidade. Em 2002, entretanto, buscou-se corrigir esse viés histórico com mudanças em sua modelagem institucional, dentro de uma visão sistêmica, dotando-a de autoridade, representatividade e capacidade técnica, para exercer suas funções sob estruturas organizacionais mais modernas e enxutas, expressas na Lei 14.354, de 17 de julho de 2002.

Lastreada naquele diploma legal, procurou-se fortalecer as diretorias de Transportes Aeroviários, Hidroviários e Terrestres incentivando ações específicas a fim de otimizar o uso das vantagens comparativas de cada modal.

Modal Aeroviário

Complexo Industrial da Zona da Mata: conclusão do Aeroporto Regional da Zona da Mata (Categoria I - ILS, Média Densidade, Aeronaves tipo MD-11 e DC-10, pista de grande porte para vôos internacionais); construção do Terminal de Passageiros (área construída: 5.984m²); construção do acesso ao Aeroporto (rodovia: MG-353, extensão: 4,5km - Plataforma: 10,2m); multimodalidade de três vetores: rodoviário, ferroviário e aeroviário (localização MG-353 - entre os municípios de Goianá e Rio Novo - área total:

500 hectares - Pista de Pouso: 2.600m x 60m); complementação do Aeroporto de Poços de Caldas.

Modal Hidroviário

Elaboração do projeto de inclusão do rio Urucuia no “Sistema Hidroviário Nacional”, do Plano Nacional de Viação, ora em tramitação no Congresso Nacional. O rio tem potencial navegável de 180 quilômetros, que, somados aos 1.292 quilômetros do trecho Pirapora (MG)/Juazeiro (BA)/Petrolina (PE) irão compor a futura “Hidrovia Urucuia/São Francisco” com 1.372 quilômetros de extensão, reduzindo o custo operacional do transporte de grãos produzidos na região noroeste do estado.

Elaboração do “Termo de Referência” para a contratação de consultoria especializada visando à recuperação de 10 portos fluviais do Médio São Francisco, em parceria com a coordenação do PRODETUR.

Realização do fórum “As Hidrovias do Mercosul e o Terminal Portuário de Chaveslândia” (hoje denominado Terminal Portuário de Santa Vitória), com a participação de armadores, empresários do Triângulo Mineiro e líderes de sindicatos de produtores locais. Em março de 2003 será realizado um novo encontro, dessa vez no município de Uberlândia, quando o Governo de Minas, por intermédio da SETOP, e as prefeituras de Uberlândia e Santa Vitória estarão unidas na identificação de parcerias para a implantação do Porto Fluvial de Santa Vitória, possibilitando a ligação do Triângulo Mineiro ao Mercosul, pelo Sistema Paranaíba/Paraná/Tietê/Paraguai.

Em parceria com a iniciativa privada, a SETOP lançou o livro “Velho Chico Mineiro”, a fim de conscientizar os leitores para a importância da preservação daquele importante rio e da revitalização das áreas já degradadas.

Modal Ferroviário

Utilizando trechos já existentes da malha ferroviária, a SETOP elaborou estudos para resgatar o transporte de passageiros em trechos de comprovada viabilidade técnico-econômica, mediante parcerias com empresas do segmento de transporte e publicidade.

Programa Saneamento, Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano

Projetos:

- A SETOP celebrou convênios com 87 municípios objetivando a realização, em parceria, de diversas obras de infra-estrutura urbana, totalizando R\$ 7.551.223,98;
- Fornecimento de 868 vigas metálicas; 1.912 mata-burros e 205 abrigos de passageiros;
- Jaíba II – estrada principal (65,35% do recurso já liberados, valor do contrato: R\$ 13.498.458,39).

Edificações Públicas:

- Centro de Convenções de Juiz de Fora – CONEX (área 10.000m², capacidade: 2.500 pessoas, salas moduladas: 1.500 pessoas), 15,86% das obras já concluídas (terraplanagem e drenagem) valor da obra: R\$ 23.959.728,59;
- Reforma do prédio sede da SETOP (convênio SETOP/SECT/IEPHA - 51% do previsto já realizados, valor do convênio: R\$ 300.000,00);

- Postos Fiscais da Fazenda (convênio SEF/SETOP/DER, obras concluídas em 2002: PF Poços de Caldas – R\$ 1.216.276,01; PF de São Vitor – R\$ 601.502,19 e PF de Delta – R\$ 2.098.953,08 (em fase final).

Ações Estratégicas:

- Reestruturação da SETOP pela Lei 14.354, de 17 de julho de 2001 (nova modelagem institucional do sistema);
- Projeto de reestruturação do DEOP/MG;
- Criação do Programa Mineiro da Qualidade e Produtividade no Habitat - (PMQP-H), que busca adequar a indústria mineira ao processo competitivo pelo qual vem passando o estado e o próprio país com o advento da abertura econômica. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população mineira por meio da implementação de ações relacionadas às atividades dos setores de habitação, saneamento, equipamentos urbanos, minas e energia, meio ambiente e transportes;
- Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro (TERGIP): por meio da Resolução 003/2001 foi criado um grupo de trabalho para revisões e aperfeiçoamento do Sistema de Concessão dos Serviços no Terminal com a elaboração de novo Edital de Licitação. Processo encerrado com a assinatura de convênio entre o estado e a Prefeitura de Belo Horizonte em 26/11/2002.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa)

Os investimentos realizados pela COPASA em 2002 totalizaram R\$ 209,9 milhões, sendo 82% referentes a recursos próprios oriundos da empresa. Esses investimentos permitiram a ampliação da posição da COPASA como principal agente de saneamento básico no Estado de Minas Gerais.

Conforme dados do quadro a seguir, houve um crescimento de 3,6% na população atendida com abastecimento de água, que atingiu 10,3 milhões em dezembro de 2002. Além de expandir sua atuação em localidades já atendidas, a COPASA-MG iniciou a operação de sistemas de água em 26 novas localidades, totalizando 650 localidades em todo o estado.

TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Atendimento pela COPASA no período 2001/2002

ITENS	ÁGUA			ESGOTO		
	2001	2002 (1)	Variação	2001	2002 (1)	Variação
Localidades com Concessão (2)	767	776	1,2%	159	166	4,4%
Localidades Atendidas (2)	624	650	4,2%	63	70	11,1%
População Atendida (milhões de habitantes)	10,0	10,4	3,6%	4,5	4,8	5,4%
Índice de Atendimento (%) (3)	97,3	97,6	0,4%	80,4	81,6	1,4%
Número de Ligações (1.000 ligação)	2.597	2.710	4,3%	1.030	1.104	7,2%
Volume Faturado (1.000 m³)	593.459	613.861	3,4%	277.572	290.502	4,7%
Extensão de Rede (km)	32.093	34.602	7,8%	9.351	10.030	7,3%

Fonte: APC/SETOP/COPASA

(1) – Estimativa com base no realizado até novembro/2002.

(2) – Sedes e vilas.

(3) – População atendida em relação à população das localidades operadas.

A expansão do atendimento por meio do abastecimento de água se deu com o acréscimo de 113 mil ligações de água e 2,5 mil quilômetros de redes de distribuição.

Para esgotamento sanitário, a população beneficiada pelos serviços da empresa chegou a 4,8 milhões de habitantes em dezembro/2002, representando um índice de atendimento na área de atuação de 81,5%. Com o acréscimo de cerca de 300 mil pessoas no quadro de usuários, a COPASA/MG ampliou as redes de esgoto em 679 quilômetros e acresceu cerca de 74 mil ligações ao estoque de ligações.

Em 2002, é importante destacar o incremento verificado nas ações da empresa voltadas para a preservação ambiental, sobretudo no tratamento dos esgotos sanitários coletados. As estações de tratamento de esgoto do Ribeirão Arrudas, já em operação, além de outras operadas no interior do estado, como as estações de tratamento de esgoto de Varginha, Ipatinga, Frutal, Iturama, contribuíram para o aumento do percentual de esgotos tratados que deverá atingir 28% em dezembro/2002.

Ainda quanto ao meio ambiente, foram iniciadas no exercício de 2002 a construção da estação de tratamento de esgotos do Onça na RMBH, que quando concluída possibilitará o tratamento de 100% dos esgotos de Belo Horizonte e o empreendimento referente ao tratamento dos efluentes para recuperação da barragem da Pampulha.

Além das obras de estações de tratamento de esgoto, a empresa deu continuidade às ações de preservação, controle e recuperação dos mananciais, por meio do monitoramento da quantidade e qualidade de água bruta, de forma a garantir o adequado abastecimento de água à população do estado.

Finalmente, cabe destacar as melhorias observadas no desempenho operacional da empresa. O índice de hidrometração atingiu 99,83% em dezembro/2002 (99,46% em dezembro/2001) e o índice de perdas faturadas deverá ficar em 26,0% em 2002, ante 26,3% em 2001.

Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (Deop)

Ao Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (Deop) cabe racionalizar a execução de obras nos diversos setores da administração estadual, evitando a criação de setores de engenharia em cada órgão do governo para execução de obras.

Em 2002 foram concluídas 57 obras relevantes para o povo de Minas, e outras 64 estão em andamento normal e previsão de conclusão em 2003.

Na área da saúde, apoiou as ações da FHEMIG e da Secretaria da Saúde, da Secretaria da Justiça e da própria Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. Estão sendo colocados à disposição da população 813 leitos hospitalares, distribuídos em diversas regiões mineiras. Na região metropolitana de Belo Horizonte o Deop está concluindo o pronto-socorro de Venda Nova, que vai beneficiar a mais de 2 milhões de habitantes.

Foi realizada a reforma e ampliação do Hospital Regional João Penido, de Juiz de Fora, beneficiando a quase 2 milhões de habitantes da Zona da Mata.

Para a região de Patos de Minas, o Deop está reformando e ampliando o Hospital Regional Antônio Dias, que beneficiará a mais de 500 mil habitantes.

Estão em fase final de execução para a Hemominas três unidades de coleta de sangue, em Divinópolis, em Sete Lagoas, e na Capital. Em Uberlândia, foi concluída a unidade da Hemominas, e já está a serviço da população local e regional.

O Deop, também, participou das ações do governo na área da educação, dotando a rede escolar de novas salas de aula, visando ao atendimento da demanda da população. Neste exercício foram construídas e/ou reformadas 50 escolas e encontram-se em andamento mais 27, para término em 2003. Serão atendidos mais de 50 municípios e beneficiados mais de 50 mil alunos.

Obedecendo ao Plano de Obras apresentado pela Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos foram executadas seis obras de grande significado social, como a conclusão das colônias penais de Divinópolis, Patos de Minas e Uberlândia. Encontram-se em andamento outras 19 penitenciárias, com conclusão prevista em 2003.

Por intermédio de sua Diretoria de Projetos, realizou 86 contratos de vistoria, topografia e sondagem, bem como elaborou 35 projetos, que demonstram a grande atividade do setor e importância técnica para os órgãos de ação decisória do governo.

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER)

O DER/MG tem como missão institucional assegurar soluções adequadas ao transporte rodoviário de pessoas e bens.

Neste exercício, o DER executou, entre outras, as seguintes atividades: elaboração de projetos de engenharia de 802 quilômetros, com destaque para os programas de estadualização de rodovias federais, Prodetur II e acessos aos Armazéns de Minas; pavimentação de 289 quilômetros de rodovias, tendo sido concluídos os seguintes trechos: Canaã – São Miguel do Anta - Entrº BR120, Carmo do Cajuru – São José dos Salgados, Fortaleza de Minas – Entrº MG050, Guapé – Ilcínea, Jaíba – Manga, Paiva

– Oliveira Fortes – Entrº BR040, Olhos d'Água – Ponte sobre o Rio Jequitinhonha, Nova Resende – Muzambinho, Rubelita – Coronel Murta – Araçuaí, São Tomé das Letras – Três Corações – Entrº São Bento do Abade, Tupaciguara – Entrº MG413. Continuidade da pavimentação do trecho entre Conceição do Mato Dentro – Córrego Vacaria. Do total de 61 quilômetros, já foram concluídos 48, restando 13 quilômetros de revestimento (10 de concreto betuminoso e 3 de calçamento de concreto intertravado), atendendo às exigências ambientais; construção de 514 metros de obras de arte especiais (pontes, viadutos e passarelas); recapeamento de rodovias em 252 quilômetros, com destaque para os trechos: Caraça – Entrº MGT262, Capinópolis – Entrº BR365 (Ituiutaba), Frutal – Itapagipe – São Francisco de Sales - Iturama, Santo Antônio do Monte – Entrº MG050, Raul Soares – Entrº BR262.

Encontra-se em andamento a elaboração de projetos de engenharia de 1.427 quilômetros, sendo 204 para implantação e pavimentação e 1.223 para restauração, bem como as seguintes obras de pavimentação: contorno de Manhumirim, Itabira – Nova Era, Taquaraçu de Minas – Entrº BR381, Rio Preto – Santa Bárbara do Monte Verde e as obras de arte especiais (pontes) sobre o Córrego Pirapetinga (no contorno de Manhumirim), sobre o Rio Abaeté, em Arapuá e sobre o Córrego Borba Grande, na BR120, próximo a Ferros.

No que se refere às obras de duplicação da BR381 (Fernão Dias), com 452 quilômetros de extensão, foram executados 57 quilômetros no trecho Nepomuceno – Divisa MG/SP, faltando concluir apenas 21. Os recursos dos bancos financiadores estão assegurados para a conclusão das obras em 2003, uma vez que o Estado de Minas Gerais e a União já aportaram o restante de suas contrapartidas neste exercício. Foram concluídos 356 metros de obras de arte especiais e pagamentos de 58 processos expropriatórios.

O sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros gerenciado pelo DER/MG dispõe de uma frota de, aproximadamente, 5.100 ônibus, pertencentes a 231 empresas, que trafegam em 918 linhas e transportam, em média, 8 milhões de passageiros/mês.

A operação da via tem sido monitorada pelo sistema de segmentos críticos, que permite o planejamento e a execução de obras de melhoramento desses subtrechos rodoviários, assegurando condições adequadas de conforto e de segurança aos usuários.

O sistema de transporte coletivo de passageiros, no âmbito dos 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, transporta mensalmente quase 23 milhões de usuários, numa frota de aproximadamente 2.300 veículos, cumprindo uma escala média de 705 mil viagens/mês.

Além do gerenciamento deste sistema, o DER/MG participou da elaboração da pesquisa origem-destino domiciliar, importante instrumento de planejamento, junto com a Fundação João Pinheiro e outros órgãos gerenciadores, e tem acompanhado o desenvolvimento do METROPLAN (Plano Metropolitano de Transporte), projeto que permitirá a reestruturação do sistema de transporte de forma integrada, articulado física e tarifariamente com os outros modais existentes.

O DER/MG desenvolve também um trabalho de defesa e preservação do meio ambiente, promovendo a integração das rodovias com as áreas adjacentes (proteção de taludes de cortes e aterros), recuperação de danos físicos e de regeneração da natureza,

além da preocupação em reabilitar o passivo ambiental, como por exemplo nas obras de duplicação da Fernão Dias e no trecho Cardeal Mota – Conceição do Mato Dentro (no Parque Nacional da Serra do Cipó).

O Departamento esteve presente em ações emergenciais no período chuvoso de janeiro a março.

Ressalte-se a parceria com a Secretaria de Estado de Turismo, tendo participado da elaboração de projetos, implantação e pavimentação dos acessos aos Armazéns de Minas, que têm a finalidade de prestar informações turísticas aos usuários das rodovias e promover a divulgação e a comercialização de produtos artesanais dos municípios mineiros e implantação de placas e painéis informativos de sinalização turística nos circuitos das Águas, Terras Altas da Mantiqueira, do Ouro, das Grutas, das Malhas, dos Diamantes, da Serra de Ibitipoca, da Nascente das Gerais e da Trilha dos Inconfidentes.

Em convênio com a SEPLAN, o DER/MG executou os trabalhos de melhoramento e pavimentação do trecho Jaíba–Manga, de 56 quilômetros, com recursos do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE).

Uma nova ponte sobre o Rio Verde Grande, com 160 metros de extensão, na travessia de Jaíba, está programada para ser construída em 2003.

Outra parceria importante durante o ano foi com a Secretaria de Estado da Fazenda, na qual o DER/MG coordenou a elaboração dos projetos e a execução das obras de implantação e pavimentação dos acessos e construção dos Postos Fiscais nos municípios de São Vitor, Uberaba (Delta), Manhuaçu, Poços de Caldas, Extrema, Borda da Mata e Arceburgo.

Encontra-se em andamento a elaboração dos projetos de engenharia de Postos Fiscais da Receita Estadual nos municípios de Além Paraíba, Araporã, Betim, Extrema, João Monlevade (Nova União) e Pará de Minas.

Com o Programa de Estadualização de Rodovias Federais, o DER/MG assumirá uma rede pavimentada de 1.805 quilômetros, dos quais 582 serão restaurados numa primeira etapa e encontram-se em fase de elaboração do edital de licitação; e 1.223 quilômetros que estão em fase de projetos e serão restaurados numa segunda etapa, pelo próprio DER/MG, com recursos do Banco Mundial, e ainda 851 quilômetros, cujas obras de restauração serão executadas pelo DNIT.

Com relação ao metrô de Belo Horizonte, a operação do Sistema de Trens Metropolitanos de Passageiros continua a cargo da CBTU/STU-BH. A regionalização depende da formalização das condições de eficácia a cargo da União para que seja assinado Convênio de Transferência e agendada a data.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas	319.759.504	129.432.495				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	764.637	621.643				
041220012.206.0001 - Direção Superior	472.094	641.857				
041220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	1.049.128	916.633				
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	157.350	138.760				
041220991.048.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos	4.098.100	1.822.030	Unidade Predial Construída (Unidade)	11	1	3
			Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	4	5	-
041220991.230.0001 - Apoio Financeiro aos Municípios em Obras de Infra-Estrutura	63.779.097	17.781.939	Município Atendido (Município)	11	87	7
			Obra de Infra-Estrutura Executada (Obra)	1	0	1
041220991.572.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Fazendárias	10.578.300	9.356.116	Unidade Construída (Unidade)	3	2	4
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	16	10	4
041220991.678.0001 - Construção do Centro de Convenção	16.145.300	3.800.000	Unidade Construída (Unidade)	1	0	2
041230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	242.282	223.805				
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	3.681.828	3.454.318				
061220991.085.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Polícia Militar	1.834.350	1.033.231	Unidade Construída (Unidade)	2	0	3
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	5	1	3
			Unidade Ampliada/Reformada (M²)	1	0	3
061220991.501.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar	1.585.000	-	Unidade Construída (Unidade)	5	0	1
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	0	1
061220991.573.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Secretaria de Segurança Pública	1.000	703.367	Unidade Construída (Unidade)	1	2	5

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
081220991.103.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Setascad	1.000	-	Unidade Construída (Unidade)	1	0	1
101220991.576.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Secretaria de Estado da Saúde	500.000	2.112.852	Unidade Construída (Unidade)	1	0	13
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	0	4
141220991.571.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Secretaria de Estado da Justiça	34.008.482	42.858.356	Unidade Construída (Unidade)	11	9	-
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	5	10	7
171228391.044.0001 - Saneamento Ambiental em Bacias Hidrográficas - Prosam	1.308	-	Desapropriação Executada (Desapropriação)	1	3	5
171228421.086.0001 - Saneamento Básico	32.801.458	4.430.686	Município Atendido (Município)	33	33	-
			Canalização Executada (Metro)	1	0	1
			Poço Perfurado Instalado Atendido (Poço)	1	0	1
			Sistema de Abastecimento de Água Implantado (Sistema)	1	0	1
261220991.047.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Aeroportos, Ferrovias e Portos	106.141.000	33.912.057	Aeroporto/Construído Atendido (Aeroporto)	2	1	2
			Aeroporto Melhorado Atendido (Aeroporto)	2	0	13
			Mata-Burro Fornecido (Mata-Burro)	10	0	13
			Terminal Portuário Construído Atendido (Porto)	2	0	12
			Terminal Portuário Melhorado Atendido (Porto)	2	0	12
			Ferrovia Construída (Quilômetro)	1	0	7
			Ferrovia Melhorada (Quilômetro)	1	0	7
261220991.503.0001 - Constr., Ampliação e Reparos de Obras de Arte Especiais	14.256.040	2.674.619	Ponte e Viaduto Construído Atendido (Ponte e Viaduto)	5	1	3
			Ponte e Viaduto Ampliado Atendido (Ponte e Viaduto)	1	0	1
			Ponte e Viaduto Reparado Atendido (Ponte e Viaduto)	1	0	1
			Viga Metálica Fornecida (Viga)	2.500	868	3
			Mata-Burro Fornecido (Mata-Burro)	3.955	1.912	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
261228431.087.0001 - Obras de Complementação de Sistemas Viários	27.561.750	2.950.226	Trincheira e Viaduto Construído Atendido (Trincheira e Viaduto)	1	0	1
			Via Pública Pavimentada Atendida (Via Pública)	1	0	1
			Abrigo de Passageiro Implantado (Abrigo)	1.000	205	3
			Terminal Rodoviário Construído (Terminal)	1	0	1
			Estrada e Aceiro Construído e Conservado (Km)	2	0	13
266957681.962.0001 - Apoio às Obras de Saneamento e de Infra-Estrutura para o Turismo	100.000	-	Unidade Predial Construída (Unidade)	1	0	1
			Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	1	0	1
			Sistema de Abastecimento de Água Implantado, Ampliado e Melhorado (Sistema)	1	0	1
			Ligação de Água Acrescida (Ligação)	1	0	1
			Sistema de Esgotamento Sanitário Implantado, Ampliado e Melhorado (Sistema)	1	0	1
			Ligação de Esgoto Acrescida (Ligação)	1	0	1
Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP	7.040.352	7.084.248				
041220012.206.0001 - Direção Superior	521.118	157.994				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.561.735	3.896.369				
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	150.000	120.067				
041227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	1.399.828	1.416.434				
041228404.422.0001 - Planejamento e Gerenciamento Técnico de Obras	106.891	-	Projeto Técnico Elaborado (Projeto)	30	35	5
			Serviço de Vistoria, Topografia e Sondagem Realizado (Contrato)	50	86	5
			Serviço de Gerenciamento Realizado (Contrato)	5	0	7
			Obra Executada (Obra)	1	0	7
			Reforma Realizada (Reforma)	2	0	7
			Licitação Realizada (Licitação)	150	67	4
			Obra Fiscalizada (Obra)	150	57	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.299.780	1.473.127				
171228391.044.0001 - Saneamento Ambiental em Bacias Hidrográficas - Prosam	1.000	20.257	Canalização Executada (Metro)	2.899	0	3
			Via Sanitária Implantada (Metro)	2.900	0	3
			Urbanização Executada (Metro)	3.199	0	3
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG	875.788.489	713.321.568				
261220012.206.0001 - Direção Superior	1.330.000	717.788				
261220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	94.851.656	123.699.233	Unidade Predial Reformada (Unidade)	5	5	-
261220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	2.900.001	2.212.529				
261227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	85.221.724	85.221.723				
262727777.060.0001 - Proventos de Inativos Civis e Pensionistas	128.725.496	150.725.496				
264518311.078.0001 - Obras de Infra-estrutura em Municípios	2.783.000	229.583	Trecho de Rodovia Vicinal Implantado e Pavimentado (Km)	20	26	7
			Trecho de Rodovia Vicinal Melhorado (Km)	100	94	-
			Terminal Rodoviário Adequado (Terminal)	1	0	8
			Aeroporto Construído (Aeroporto)	1	1	-
			Aeroporto Melhorado (Aeroporto)	25	0	8
			Terminal Rodoviário Construído (Terminal)	1	0	8
			Via Urbana Pavimentada (Km)	10	11	-
			Obra de Arte Especial Construída (m)	100	92	-
266957681.958.0001 - Apoio à Infra-estrutura de Transporte para o Turismo	100.000	-	Estudo e Projeto de Engenharia Realizado (Km)	5	5	-
			Aeroporto Melhorado (Aeroporto)	1	1	-
			Terminal Rodoviário Construído (Terminal)	1	0	9
			Via Urbana Pavimentada (Km)	10	0	9
			Rodovia Melhorada/Pavimentada (Km)	25	0	9

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
267828324.311.0001 - Operação e Segurança de Via Rodoviária	810.000	272.571	Campanha Educativa Realizada (Campanha)	3	7	5
			Redutor Eletrônico de Velocidade Implantado (Redutor Eletrônico)	3	15	5
			Estudo, Pesquisa e Projeto de Transporte Executado (Unidade)	15	0	8
			Balança Implantada (Balança)	16	8	4
267828331.001.0001 - Duplicação da BR-381 - Segmento BH/Divisa MG-SP	158.640.000	114.204.093	Obra de Arte Especial Implantada (Metro)	400	356	4
			Desapropriação em Execução (Desapropriação)	50	58	7
			Trecho de Rodovia Duplicado (Km)	178	57	4
			Área de Proteção Ambiental Implantada (Unidade)	3	0	9
			Infra-Estrutura de Controle de Carga Perigosa Implantada (Unidade)	2	0	9
267828331.141.0001 - Melhoramento e Pavimentação de Rodovias	242.577.618	189.867.589	Estudo e Projeto Ambiental Executado (Projeto)	1	2	5
			Rodovia Melhorada/Pavimentada (Km)	995	289	3
			Estudo e Projeto de Engenharia Realizado (Km)	333	802	5
			Obra de Arte Especial Construída (Metro)	1.676	514	3
			Trecho do Rodovia Duplicado (Km)	1	0	8
			Pavimentação de Estrada Construída (Km)	720	0	8
267828334.581.0001 - Gerenciamento da Malha Rodoviária - PRODER	101.000	-	Programa Institucional Realizado (Unidade)	1	1	-
267828341.143.0001 - Conservação da Rede Rodoviária	53.912.494	43.530.560	Serviço de Manutenção Realizado (Km)	6.614	19.870	6
			Lama Asfáltica Executada (Km)	811	360	3
			Sinalização Vertical Implantada (Unidade)	2.000	4.479	7
			Sinalização Horizontal Implantada (Km)	932	207	7
			Obra de Arte Especial Recuperada (Metro)	706	258	3
267828351.135.0001 - Restauração de Rodovias	103.835.500	2.640.403	Trecho de Rodovia Estadual Restaurado (Km)	354	0	9
			Trecho de Rodovia Federal Delegada Restaurado (Km)	658	0	9

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	312.119.028	295.624.705				
171220016.011 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional	13.651.648	10.825.401				
175126498.043 - Proteção e Preservação de Mananciais	601.281	190.685	Sistema Integrado de Proteção de Mananciais Implantado, Mantido e Monitorado (Sistema)	20	12	1 - 4
			Programa de Educação Ambiental Realizado (Aluno)	60.000	70.000	5
			Campanha de Prevenção de Incêndios Realizada (Campanha)	8	1	4
			Fauna Introduzida (Espécie)	15	0	7
175126498.044 - Pesquisa e Monitoração de Recursos Hídricos	303.532	215.466	Recurso Hídrico Monitorado (Recurso)	300	280	-
175126498.045 - Licenciamento Ambiental	1.072.593	393.000	Licenciamento Obtido (Sistema)	65	73	-
175128378.040 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento D'Água	111.943.143	76.582.281	Sistema de Abastecimento de Água Implantado e Melhorado (Sistema)	175	170	-
			Ligação de Água Acrescida (Ligação)	105.000	112.476	6
175128378.041 - Perfuração de Poços	401.036	524.611	Poço Perfurado/Instalado (Poço)	26	57	6
175128388.042 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sist. de Esgotamento Sanitário	120.567.304	121.173.261	Sistema de Esgotamento Sanitário Implantado, Ampliado e Melhorado (Sistema)	63	66	-
			Ligação de Esgoto Acrescida (Ligação)	43.000	74.346	5 - 6
178437777.003 - Amortização da Dívida Interna	59.673.178	80.490.000				
178447777.004 - Amortização da Dívida Externa	3.905.313	5.230.000				
Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A	40.201.000	-				
261220016.185 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa e Operacional	201.000	-				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
267838453.841 - Expansão do Sistema Metroviário da RMBH	40.000.000	-	Linha Metroviária Concluída (Km) Estação Metroviária Concluída (Km) Linha Metroviária Construída (Km) Estação Metroviária Construída (Km)	6 5 10 6	0 0 0 0	13 13 13 13
Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS	35.670.000	14.939.848				
267828324.311.0001 - Operação e Segurança de Via Rodoviária	200.000	1.860.140	Infra-Estrutura de Controle de Carga Perigosa Implantada (Unidade) Balança Implantada (Balança)	1 3	1 0	- 1
267828331.141.0001 - Melhoramento e Pavimentação de Rodovias	760.000	2.196.476	Rodovia Melhorada/Pavimentada (Km)	10	16	7
267828334.581.0002 - Melhoramento, Restauração e Pavimentação de Rodovias e Recuperação Ambiental - PRODER	1.210.000	1.142.432	Trecho Restaurado (Km) Estudo e Projeto de Engenharia Realizado (Km) Rodovia Melhorada/Pavimentada (Km) Área Ambiental Recuperada (Unidade)	6 10 6 1	0 0 0 0	9 9 9 9
267828341.143.0001 - Conservação da Rede Rodoviária	1.500.000	2.407.700	Sinalização Horizontal Implantada (Km)	696	175	1
267828351.135.0001 - Restauração de Rodovias	32.000.000	7.333.100	Trecho de Rodovia Estadual Restaurada (Km)	696	252	1
TOTAL	1.590.578.373	1.160.402.864				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

MINAS E ENERGIA

As ações implementadas pela Secretaria de Estado de Minas e Energia (SEME) e os órgão vinculados, CEMIG, COMIG e GASMIG, no exercício de 2002, estão em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), destacando as realizações nas áreas de mineração e energia.

Programa de Geração de Informações Geológicas Básicas - Deu-se continuidade à elaboração do banco de dados sismoestratigráficos da Bacia do São Francisco, compreendendo a análise de dados coletados pela Petrobras para pesquisa de gás natural e desenvolvimento do projeto de pesquisa petrolífera, em convênio com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Fundação Gorceix.

Continuidade ao gerenciamento e acompanhamento do mapeamento geológico do São Francisco, o maior em realização na América Latina e da Região Sul de Minas – Zona da Mata, compreendendo a execução de mapas geológicos na escala 1:100.000 e cadastramento de recursos minerais e hídricos, totalizando 28 mil quilômetros quadrados integrantes da etapa I. Concluída a síntese geológica regional e a compilação dos dados, pela Universidade Federal de Minas Gerais, em convênio com a Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG).

Continuidade da implantação do Memorial da Mineração de Minas Gerais (1ª etapa: instalação do Museu Professor Djalma Guimarães). A segunda etapa está sendo articulada pela SEME, mediante convênio entre as empresas do setor minero-metalúrgico e a Fundação Gorceix.

Programa de Mineração Social e Desenvolvimento Sustentável - Deu-se prosseguimento às articulações políticas para atender a cadeia produtiva do setor de ardósia, buscando a regularização dos direitos minerários, ambientais e fiscais. Informações foram também repassadas ao Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI) e ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), para apoio de suas ações.

Foram executados estudos para definição de recursos minerais e tecnologia para caracterização e testes de argila, para produção de cerâmica vermelha. O relatório foi desenvolvido pela Prefeitura de Coromandel, sob a orientação desta Secretaria.

Programa de Regulação e Fiscalização Mineral - Gestão do convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, assinado em 1999, para cooperação técnica, controle e fiscalização das empresas de mineração em operação no estado.

Estas ações resultaram na elevação da receita da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), no estado, passando de R\$ 35 milhões em 1998, para R\$ 67 milhões em 2001 e uma previsão de arrecadação em R\$ 62 milhões em 2002. O Fundo de Desenvolvimento Mineiro-Metalúrgico recebeu aporte orçamentário de R\$ 1.500.000,00.

Programa de Energias Complementares - Em fase de instalação, 78 kits de energia solar, fornecidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a escolas rurais localizadas na região norte do estado, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEE) e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Em execução a instalação de 50 sistemas de energia solar, de bombeamento d'água, fornecidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em diversas localidades do semi-árido ao norte de Minas Gerais, com parceria da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

Concluída a reforma de 13 sistemas de bombeamento d'água nas seguintes regiões: Caraí (Engano), Ouro Verde de Minas (Pedra de Onça), Chapada do Norte (Moça Santa), Rio Pardo de Minas (Bonfim), Comercinho (Brejo de Itinga), Rio Pardo de Minas (Raízes), Itaipé (Santa Rosa), São João do Paraíso (Jacu), Minas Novas (Buriti e Paraíso), Novo Cruzeiro (Cachoeirinha), Cristália (Barreiro), Francisco Badaró (Serra) e Rubelita (Paíol).

O Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Projeto Alvorada, vem atendendo a 279 escolas rurais do estado, desprovidas da rede de energia elétrica. Para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das comunidades mais pobres de Minas Gerais, a SEME participou na indicação das escolas rurais, considerando o cadastro escolar da Secretaria de Estado da Educação (SEE).

Programa de Regulação e Fiscalização Energética - A SEME elaborou o projeto de criação do Instituto Mineiro de Gestão de Energia, que já se encontra em poder do Executivo para encaminhamento à Assembléia Legislativa.

Em parceria com a CEMIG, deu-se continuidade ao curso de Gestão Pública em nível de pós-graduação, com expectativa de transformação em mestrado, visando a titular 40 profissionais em instituições fornecedoras de serviços públicos regulados. O projeto

encontra-se em fase de correção das monografias, com a entrega do certificado de especialização.

Foram levantadas informações para criação de um banco de dados sobre o mercado existente e potencial em Minas Gerais. Das 147 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) registradas no estado, 50 estão operando.

Em função das alterações promovidas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) na estrutura de seus preços, a Secretaria reformulou, por intermédio da resolução 002/2002, as classes tarifadas IN/F-01 e IN/F-02 de gás canalizado para uso industrial. Foi elaborado pela SEME o procedimento-padrão para definição das tarifas de gás canalizado para o Estado de Minas Gerais.

Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)

GERAÇÃO

Além de participar da implantação dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Queimado, cuja obra iniciou-se em 2000, e Funil e Aimorés, em 2001, a CEMIG também iniciou, em abril de 2002, as obras do Aproveitamento Hidrelétrico de Irapé, da Pequena Central Hidrelétrica Pai Joaquim e da Usina Termelétrica Barreiro.

Com o início da geração comercial da primeira unidade de Funil, acrescentando 60 megawatts de energia ao sistema de geração do estado, nos próximos quatro anos a CEMIG, em parceria com outras empresas, prepara-se para acrescentar 1.401 megawatts ao parque gerador de Minas Gerais. Essa expansão representa investimentos da ordem de R\$ 2,3 bilhões. Prevê-se para 2003 o início das obras de implantação dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Capim Branco I e de Capim Branco II.

Queimado - Na construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado, de 105 megawatts, a CEMIG, com 82,5% de participação, tem como parceira a Companhia Energética de Brasília (CEB). As obras de implantação, cujo custo total é de R\$ 160 milhões, foram iniciadas em agosto de 2000 e a geração comercial está prevista para abril de 2003. A usina está sendo implantada no rio Preto, abrangendo áreas dos municípios de Unaí e Cabeceira Grande, em Minas Gerais e Cristalina, em Goiás.

Funil - O Aproveitamento Hidrelétrico de Funil, com potência instalada de 180 megawatts, está sendo implantado no alto curso do rio Grande, no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Perdões e Lavras. O consórcio empreendedor é formado pela CEMIG, com 49%, e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com 51%. O início de sua construção aconteceu em setembro de 2000 e a entrada em operação da primeira unidade ocorreu em dezembro de 2002. O investimento total no empreendimento é de R\$ 242 milhões.

Aimorés - O Aproveitamento Hidrelétrico de Aimorés, que está sendo implantado no rio Doce, abrange áreas dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor, e se destaca por seu custo de implantação de R\$ 454 milhões para uma capacidade instalada de 330 megawatts. A CEMIG participa com 49% do empreendimento e sua parceira, a CVRD, com 51%. O início da construção ocorreu em maio de 2001, e a geração comercial está prevista para dezembro de 2003.

Pai Joaquim - A Pequena Central Hidrelétrica Pai Joaquim, de 23 megawatts, está sendo implantada pela empresa Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A., constituída

pela CEMIG, com 49% de participação, e Copasa, com 51%. A relocação e a ampliação da casa de força da usina tiveram início em abril de 2002, e a geração comercial está prevista para dezembro de 2003. O investimento previsto é de R\$ 48 milhões.

Irapé - O Aproveitamento Hidrelétrico de Irapé, com potência de 360 megawatts, está localizado no rio Jequitinhonha, na divisa dos municípios de Berilo e Grão-Mogol. A CEMIG é responsável exclusiva pela implantação desta usina, orçada em R\$ 756 milhões. A obra teve início em abril de 2002 e a geração comercial está prevista para agosto de 2005.

Complexo Energético Capim Branco - Os Aproveitamentos Hidrelétricos de Capim Branco I e II, que integram o Complexo Energético Capim Branco, serão implantados no rio Araguari, no Triângulo Mineiro, e terão potência de 240 e 210 megawatts, respectivamente. Localizados entre os municípios de Araguari e Uberlândia, eles serão implantados por um consórcio composto pela CEMIG, CVRD, Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais (CMM). A participação da CEMIG é de 21,05%, dos quais 20% não serão desembolsados, pois correspondem aos estudos já realizados e aos serviços a serem prestados pela CEMIG (supervisão da qualidade da construção e operação e manutenção da usina). As obras de Capim Branco I deverão ser iniciadas em fevereiro de 2003 e a geração comercial está prevista para julho de 2005. Capim Branco II também deverá ser iniciada em fevereiro de 2003, porém sua geração comercial está prevista para novembro de 2005. O custo estimado para a implantação desses aproveitamentos é de R\$ 627 milhões.

Ute Barreiro - A Usina Termelétrica Barreiro é um projeto de co-geração, com potência instalada de 12,9 megawatts, que está sendo implantado pela empresa Central Termelétrica de Cogeração S.A., constituída pela CEMIG, com 49% de participação, e Copasa, com 51%. Em abril de 2002, foi emitida a Ordem de Serviço para o início das obras, que deverão ser concluídas em julho de 2003. Essa usina vai operar nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Barreiro, em Belo Horizonte, com gás de alto-forno e alcatrão, que são resíduos industriais. A previsão de investimento é de R\$ 23 milhões.

Para manter e incrementar a qualidade das instalações em operação, propiciando confiabilidade e segurança no fornecimento de energia aos seus consumidores, a CEMIG realizou melhorias e modernização nas seguintes usinas: UHE Jaguará; UHE Três Marias; UHE Sá Carvalho; UHE Rio de Pedras; e, ainda, projeto para a implantação da primeira fase do sistema de medição de faturamento para 12 grandes usinas da CEMIG; e em processo de contratação a instalação de transformadores de corrente nas unidades geradoras de nove grandes usinas, para atender ao sistema de medição de faturamento.

TRANSMISSÃO

A SE Itajubá 3 (500kV e 600MVA) entrou em operação e deverá beneficiar a cerca de 130 municípios e a 300 mil consumidores na região sul de Minas Gerais.

Início das obras de implantação da SE Vespasiano 2, de 500 kV, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com capacidade de 600 MVA, com custo estimado de R\$ 65 milhões e previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2003. Essa obra deverá beneficiar cerca de 500 mil consumidores da região.

Além dessas obras, destaca-se a ampliação, prevista para 2003, da SE Ipatinga, que beneficiará a cerca de 180 mil consumidores da região de Ipatinga, Caratinga e Cataguases, e outras obras de menor porte necessárias à ampliação da capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica do estado.

A CEMIG concluirá, até dezembro de 2002, obras num montante de 372,5 MVA de capacidade de transformação em subestações novas e ampliação de subestações existentes. Concluirá também 191,6 quilômetros de novas linhas de subtransmissão.

Novas instalações: SE Mato Verde, com 5 MVA; SE Paracatu 7, com a construção de 35 quilômetros de LT 138 kV e instalação de 15 MVA; SE Itabira 3, com capacidade de 12,5 MVA. Houve, ainda, ampliação de subestações em todas as regiões de Minas Gerais: Unaí 4 no Noroeste; Sete Lagoas 1 e BH Santa Efigênia, na região Central; Carmópolis de Minas no Centro-Oeste; Araguari 2, Pirajuba, Patrocínio e Patos de Minas no Triângulo Mineiro e Minduri e Ilícínia na região Sul.

DISTRIBUIÇÃO

Em 2002, a CEMIG pretende atender 233.436 novos consumidores, beneficiando 683.756 habitantes na área urbana e 182.389 na área rural, considerando-se inclusive o adensamento em redes existentes.

Atualmente, a CEMIG atende a 774 sedes municipais, 510 distritos e 4.131 povoados, totalizando 5.415 localidades.

Destaca-se, em 2002 o andamento do Programa de Desenvolvimento Rural (LUMIAR/Luz no Campo), de caráter social, cujos primeiros contratos de financiamento com a Eletrobrás foram assinados em 27 de junho de 2000, em Brasília. Em 2002 está prevista a ligação de 34.750 novos consumidores e a instalação de 58.825 postes. O investimento atual do programa está estimado em R\$ 472,8 milhões, dos quais a CEMIG deverá arcar com R\$ 335,3 milhões, grande parte financiada pela Eletrobrás.

Esse programa visa a eletrificar 172.299 novos consumidores com os seguintes objetivos: elevar a taxa de atendimento rural para valores próximos de 100% até o final de 2003; valorizar a qualidade de vida na área rural graças ao acesso à energia elétrica; contribuir para a redução do êxodo rural; e possibilitar o aumento da produção e da produtividade utilizando a energia elétrica para cultivos irrigados.

Desse programa está sendo executada, numa primeira etapa, a ligação de 113.150 novos consumidores, com investimentos de R\$ 308 milhões; sendo R\$ 164 milhões assegurados com a Eletrobrás.

Uma segunda etapa está sendo negociada para a contratação de um novo pedido de financiamento, prevendo ligações de mais 48.704 novos consumidores, com investimentos de R\$ 166,1 milhões, sendo R\$ 100 milhões com recursos da Eletrobrás.

Outros destaques no Programa de Distribuição:

- conclusão da implantação das sete Centrais de Atualização de Mapeamento e Cadastro, em substituição às 46 anteriormente existentes e do módulo de Cadastro do Mapeamento e Gerência de Redes de Distribuição de Energia Elétrica (GEMINI), substituindo definitivamente os antigos sistemas de gerência de redes da CEMIG - Sistema de Cadastro de Logradouros (CONSEC e CONPRIM);

- operacionalização da Rede CEMIG de Monitoramento Contínuo constituída por quatro estações com receptores de sinais Global Position System (GPS) de alta precisão, que se interligarão à rede brasileira operada pelo IBGE, atualmente com nove estações;
- aquisição de duas subestações móveis de 25 MVA, montadas em carretas, com capacidade para atender, cada uma, 25 mil consumidores, possibilitando maior agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia, quando de ocorrências em grandes instalações;
- compra de 49 torres de transmissão modulares (sete para cada Centro de Operação Regional, duas de ancoragem e cinco de suspensão), e treinamento das equipes para rápido restabelecimento no caso de ocorrências envolvendo quedas ou danos em torres de transmissão;
- inspeção termográfica utilizando helicópteros, possibilitando identificar preventivamente problemas nas linhas de transmissão que possam provocar desligamentos (Projeto GIMBAL).

O sistema de distribuição da CEMIG é operado por sete centros regionais, estando disponíveis modernos sistemas de automação, que possibilitam o telecomando de um grande número de subestações com a abertura e o fechamento de chaves remotamente, bem como o acompanhamento de grandezas elétricas. Os centros de operação regionais são constituídos por: Região Metropolitana - 40 subestações, Leste - 36 subestações, Mantiqueira - 17 subestações, Norte - 26 subestações, Oeste - 26 subestações, Sul - 29 subestações, e Triângulo - 30 subestações.

O Sistema de Gerenciamento de Serviços de Campo (Concodweb) disponibiliza os dados dos serviços, mantendo o cliente informado do andamento de sua solicitação e gera informações para o gerenciamento dos centros de operação (permitindo o acompanhamento gerencial dos atendimentos executados) e para o Sistema de Cadastro de Desligamentos (CONINT).

O CONINT fornece índices de continuidade para a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e também para as informações que são inseridas mensalmente na fatura de consumidores.

Foi concedida à CEMIG a certificação ISO 9001:2000 para o processo de operação (inérita entre as concessionárias de energia), trazendo grandes benefícios para os clientes, a empresa e seus empregados, uma vez que alcança: nível de padronização e introdução das melhores práticas em todas as áreas do estado; melhoria da interface funcional com as Agências de Atendimento e “Call Center” já certificadas; mais controle dos processos; mais agilidade no atendimento; mais comprometimento dos empregados e sobre percepção em relação ao negócio, evidenciando-se ainda mais a importância do cliente; e garantia da busca permanente pelas melhorias dos processos.

Em janeiro de 2002 foi lançado o Ensino CEMIG, nova ferramenta de ensino a distância para a capacitação e o crescimento profissional de seus empregados. Os cursos lançados na primeira fase são da série informática; e, posteriormente, após prévia análise desta metodologia de ensino, serão lançados os mais variados cursos de aperfeiçoamento para os empregados da CEMIG.

O Programa de Ensino Médio foi lançado pela CEMIG, em agosto de 2002, com o objetivo de oferecer a seus empregados a possibilidade de obtenção do certificado de

conclusão desse curso. Inicialmente, foram formadas nove turmas em Belo Horizonte, uma turma em Uberlândia e uma em Juiz de Fora, com 342 empregados no curso ministrado pelo Sesi. Foi oferecida a alternativa de reembolso de mensalidades em cursos supletivos a 53 empregados, contemplando 395 empregados nas duas modalidades.

A CEMIG possui um Centro de Treinamento Técnico, localizado na cidade de Sete Lagoas, cujas instalações e corpo docente o colocam como o maior da América Latina. Exemplificando a eficácia de sua atuação, até setembro de 2002, 5.500 empregados receberam treinamento técnico, incluindo 170 aprendizes, totalizando 330 mil homens-hora de treinamento.

Em 2002, a CEMIG, demonstrando coerência e visão de futuro em suas práticas de gestão para melhoria contínua da performance econômica, social e ambiental, constituiu seu Comitê de Responsabilidade Social Empresarial.

Composto por representantes de elementos decisivos na exploração sustentável do negócio da empresa (fornecedores, consumidores, governo, sociedade, público interno, acionistas, meio ambiente, valores e transparência), o comitê, em seu primeiro ano de funcionamento, validou um Código de Ética, formalizando o compromisso social da empresa, e consolidou a política de responsabilidade social empresarial da CEMIG estabelecendo ações concretas para cumpri-lo.

Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG)

Conclusão do prolongamento da atual rede de distribuição em Juiz de Fora em mais 16 quilômetros em setembro de 2002. No segmento industrial, 12 novas empresas foram ligadas e deverão consumir cerca de 30 mil m³/d.

No segmento automotivo foram implantados mais seis postos de gás natural veicular (GNV). Estima-se uma média diária de consumo por posto de 5 mil m³/d, o que resultará em um volume diário adicional de 30 mil m³/d.

Para a execução dessas obras foram desembolsados R\$ 1,3 milhão em 2002 complementando os restantes R\$ 2,7 milhões desembolsados em 2001, totalizando um investimento de R\$ 4 milhões.

Construção de rede de distribuição na cidade de Barbacena a partir de implantação de citygate no Gasbel pela Petrobras. Essas obras se iniciaram em dezembro de 2001, e sua conclusão se deu em agosto de 2002. A rede, nessa primeira etapa, tem 10 quilômetros de extensão.

Das quatro empresas inicialmente atendidas, destaca-se o setor têxtil por meio da Fiação e Tecelagem São José e da Companhia Têxtil Ferreira Guimarães, e a empresa Frangobom. O volume total previsto é de 33 mil m³/d.

Além do segmento industrial, dois postos de gás natural veicular estarão sendo atendidos com volume total previsto de 10 mil m³/d.

Para a implantação desse sistema foram investidos R\$ 1,1 milhão em 2001 e R\$ 2,1 milhões em 2002.

Início de atendimento à usina térmica localizada em Ibirité de propriedade da Petrobras, Petrus e da Edison, essa última empresa pertencente ao Grupo Fiat. Essa térmica, em sua primeira fase de operação, prevê a geração de 240 megawatts com o consumo de 1,1 milhão de m³/d.

Para o aumento da capacidade e confiabilidade do sistema de redes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, assim como para possibilitar a expansão das redes da GASMIG no sentido norte, até a cidade de Sete Lagoas, está em andamento a construção de um anel com extensão de 18,2 quilômetros em tubulação de 14 polegadas, ligando a Estação de Recepção de Betim (citygate) até o sistema da GASMIG na Estação Califórnia.

Nesse trecho deverão ser implantados ramais para a ligação inicialmente de dois postos, cujo consumo previsto é de 10 mil m³/d.

O Norte II é o projeto de maior envergadura em andamento a ser implantado pela GASMIG nos próximos dois anos. Sua extensão de 67,4 quilômetros consiste em um prolongamento da atual rede em operação no município de São José da Lapa até a cidade de Sete Lagoas. A rede percorrerá ainda os municípios de Confins, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Prudente de Moraes. Realizado o processo de licitação, a execução da obra iniciou-se em outubro de 2002. Sua conclusão está prevista para dezembro de 2003.

Tal obra poderá fornecer cerca de 150 mil m³/d para as indústrias da região, tendo como âncoras a Cooperativa Central de Produtores Rurais (CCPR) e a Companhia de Fiação e Tecelagem Cedro Cachoeira em Sete Lagoas, além da Mineração Lapa Vermelha em Pedro Leopoldo. O projeto prevê o atendimento a quatro postos, que

deverão consumir cerca de 20 mil m³/d, estendendo-se também o atendimento a indústrias de cal, cimento, cerâmica e de ferro-gusa com gás na modalidade “interruptível”.

Os dois projetos, Anel Metropolitano e Norte II, serão construídos juntos e prevêm um investimento total de R\$ 24 milhões.

Estima-se um volume de vendas de cerca de 400 milhões de m³ de gás para 2002, com um atendimento a 95 empresas, além de 50 postos de gás natural veicular e duas térmicas.

Quadro Resumo – Período 1999/2002

	1999	2000	2001	2002*
Volume vendido (m ³)	257,6	316,4	353,7	370,0
Número de clientes	55	65	100	147
Extensão da rede (km)	96,6	113,5	128,4	160,7
Faturamento (mil reais)	57.041,4	79.837,2	115.558,4	154.700,0
Lucro Líquido (mil reais)	6.822,8	7.576,0	14.990,5	18.000,0

Fonte: GASMIG

Nota: * Estimativa para 2002.

Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG)

Minas Gerais é o principal estado minerador, responsável pelas maiores produções nacionais de ferro, chumbo, níquel, zinco, grafita e lítio, tendo o maior complexo mundial de nióbio, além de abrigar o maior parque siderúrgico e metalúrgico do país.

A Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG), seguindo a filosofia de desenvolvimento sustentável do governo do estado, faz da mineração uma atividade comprometida com o crescimento de Minas Gerais, gerando trabalho, riqueza e bem-estar para a população.

A empresa atua também na organização e desenvolvimento de projetos ambientais, incentiva o segmento de turismo, gerencia o arrendamento de termas, fontes de água mineral, parques, balneários e hotéis, viabiliza várias oportunidades de negócios minero-industriais, oferece espaços para a realização de feiras e eventos, além de se empenhar na preservação da tradição cultural do estado.

Uma das ações mais importantes da COMIG foi a reequipagem total do Grande Hotel de Araxá, após a conclusão das obras de reforma e restauro. O Grande Hotel possui 283 apartamentos e duas suítes de 200 metros quadrados cada, estando todo o imóvel restaurado em sua arquitetura e mobiliário, sempre sob a supervisão do IEPHA, com equipamentos que o classificam entre os melhores padrões internacionais de hotelaria e cuja operação, a partir de agosto, ficou a cargo do Consórcio Santa Bárbara Tropical, vencedor da licitação que determinou o direito de exploração turística do Complexo do Barreiro.

Outra ação que merece destaque é o programa de mapeamento geológico, em que a COMIG disponibilizou os mapas do Projeto Leste, em área de 72 mil quilômetros quadrados na região leste do estado, e deu continuidade a execução do Projeto São Francisco, em área de 220 mil quilômetros quadrados, o maior programa de mapeamento geológico em realização no país. Está em andamento o Projeto Sul de Minas em área de 64 mil quilômetros quadrados nas regiões sul e zona da mata do

estado. Com estas ações, fica o estado coberto por informação de alta qualidade e precisão. O Programa de Levantamento Aerogeofísico de Minas Gerais é um dos mais importantes métodos de avaliação dos recursos minerais no subsolo do estado, realizado pela Secretaria de Estado de Minas e Energia (SEME) e operacionalizado pela COMIG e que recobriu seis áreas num total de 78.084 quilômetros quadrados, correspondente a 13,3% da superfície de Minas Gerais, estando seus dados oferecidos ao público, o que gerou investimentos em pesquisa mineral no estado.

A COMIG realizou ainda várias outras ações de fomento à mineração e apoio ao turismo em diversas regiões do estado, das quais se destacam aquelas obras de infraestrutura em Araxá, Poços de Caldas, Cambuquira, Caxambu, Lambari, Itabira, Itabirito, Congonhas, Ouro Preto, Nova Lima, Vazante, Sabará, Arcos, Passa Quatro, municípios cuja principal vocação é a mineração e o turismo.

Promoveu, ainda, obras necessárias à melhoria na realização de eventos no Expominas/BH, tendo, também, desenvolvido várias ações para regularização do empreendimento nas questões sonoras e ambientais de trânsito, tudo de acordo com a legislação vigente. Graças a este esforço, o espaço encontra-se com sua agenda totalmente ocupada, com um público estimado de 282 mil pessoas/ano.

Em Araxá criou o espaço para realização de feiras denominado Expominas/Araxá, com investimentos superiores a R\$ 1,3 milhão em área da empresa que era repleta de problemas ambientais, promoveu melhorias no local e está buscando firmar um calendário de eventos.

Como parte do processo de desenvolvimento turístico foi criado, em abril de 2002, o Centro Referencial das Águas (CERÁGUAS) visando a desenvolver alternativas para revitalização da Região do Circuito das Águas graças ao uso sustentável do seu principal recurso natural: a água.

O Programa de Desenvolvimento Mineral adotado pela empresa abrange a elaboração de estudos de viabilidade econômica dos direitos minerais pertencentes à COMIG, destacando-se:

- Projeto Calcário – Pains, Arcos e Unaí; Projeto Metais-Base – Macaúbas, Jordânia e João Pinheiro; e Projeto Metais-Base/Ouro – Paracatu;
- Projeto Sul de Minas (Etapa I) – compõe-se de uma série de estudos desenvolvidos no sul do estado, visando ao seu mapeamento na escala 1:100.000 e o cadastramento de ocorrências minerais e poços de água subterrânea encontrada na região. Este projeto foi dividido em duas etapas, totalizando uma área de aproximadamente 64 mil quilômetros quadrados com a parceria da UFMG, UERJ e UFRJ. Encontra-se na fase de compilação de dados sobre os recursos minerais e elaboração de mapas das folhas de Juiz de Fora, São João del-Rei, Andrelândia, Chiador, Caxambu, Pouso Alto, Santa Rita de Jacutinga, Rio Preto, Ubá, Muriaé, Leopoldina e Pirapetinga;
- Projeto São Francisco - é o maior programa de mapeamento geológico em escala 1:100.000 e 1:250.000 em realização no país. Seu foco de atuação abrange cerca de 220 mil quilômetros quadrados, o que representa 38% do território do estado. Até o momento já foram mapeadas 50% das áreas, cadastradas 649 novas ocorrências minerais e 5 mil poços para água subterrânea.

No Programa de Difusão Técnica do Setor Mineral a COMIG realizou as seguintes ações: novo mapa geológico do Estado de Minas Gerais integrando o conhecimento dos últimos dez anos da geologia mineira; elaboração, em formato digital georreferenciado, do atlas “Índice de Levantamentos Relativos às Geociências e Recursos Naturais do Estado de Minas Gerais”.

Em relação ao Programa de Gestão de Termas e Águas Minerais foram desenvolvidas várias ações: elaboração dos projetos “as built” elétrico, hidráulico, arquitetônico, hidrossanitários do Grande Hotel de Araxá; acompanhamento dos trabalhos de reavaliação do plano conceitual, viabilidade econômica, financeira e mercadológica para implantação do pólo turístico de Araxá, em conjunto com o Consórcio Santa Bárbara Tropical; projeto de reforma das instalações técnicas das Termas Antônio Carlos; perfuração de poço tubular profundo no balneário em Caldas; assinatura de convênio entre o IEF e as prefeituras repassando a gestão das matas de Cambuquira e Lambari; e projeto de reforma e restauração do balneário hidroterápico do Parque das Águas de Caxambu.

Na gestão de negócios mineiro-industriais foram tomadas as seguintes medidas: contratação da fabricação e instalação do sistema de despoeiramento do forno de calcinação em Arcos; início do contrato de arrendamento para aproveitamento da água mineral gasosa em Conceição do Rio Verde; e levantamento topográfico dos terrenos doados pelo estado e elaboração de laudo técnico definindo a reserva natural legal, para regularização do registro de imóveis em Tiradentes.

A COMIG também desenvolveu atividades na área ambiental e do patrimônio histórico:

- reforma do museu regional do Sul de Minas em Campanha juntamente com o IEPHA; restauração de pinturas da igreja matriz e obras de apoio da Fundação Calmon Barreto em Araxá;
- desoneração de processo de licenciamento ambiental dos balneários de Cambuquira, Caxambu, Lambari e do Grande Hotel de Araxá; atualização do RCA/PCA e elaboração do EIA/RIMA para áreas de calcário em Arcos; obtenção do licenciamento ambiental da unidade envasadora e poço de água mineral de Araxá; conclusão dos estudos hidrogeoambientais em cumprimento a Portaria 231 do DNPM em Poços de Caldas, Caldas, Caxambu, Cambuquira, Lambari, Tiradentes e Araxá; procedimentos de identificação e remediação de possível contaminação de resíduos tóxicos na antiga unidade da Camig em Ponte Nova.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Minas e Energia	17.755.303	1.579.139				
221258234.839.0001 - Controle e Fiscalização por Delegação da Atividade Minerária do Estado	302.360	65.031	Empresa de Mineração Fiscalizada (Empresa)	50	3	1
225738094.824.0001 - Mineração Sustentável	5.000	-	Rodada de Negócios Planejada (Rodada de Negócios)	1	1	-
225738094.826.0001 - Mineração Social e Garimpo	245.000	-	Projeto Coordenado (Projeto)	2	2	-
226638104.827.0001 - Desenvolvimento Mineral do Estado de Minas	135.000	-	Projeto de Metais Básicos Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Ouro Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Calcário Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Caulim Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Feldspato Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	0	7
226638114.828.0001 - Mapeamento Geológico do Estado de MG (1)	9.903.500	80.762	Mapeamento Geológico da Bacia do São Francisco Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	1	-
			Mapeamento Geológico da Região Sul de Minas Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	1	-
			Mapeamento Aerogeofísico do Estado Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	0	7
226638114.829.0001 - Difusão Técnica do Setor Mineral	180.000	-	Publicação Editada (Edição)	2	0	7
			Manual do Minerador Revisado (Manual)	1.000	0	7
			Perfil da Economia Mineral Editada (Perfil)	1.000	0	7
226638114.830.0001 - Memória do Setor Mineral	300.000	-	Projeto de Memorial da Mineração Mantido (Projeto)	1	0	13

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
251210012.179.0001 - Planejamento Setorial	113.550	94.195				
251220012.206.0001 - Direção Superior	506.530	309.336				
251220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	934.873	610.883				
251220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	80.000	37.411				
251258074.822.0001 - Fiscalização das Concessionárias e Distribuidoras de Gás, Derivados de Petróleo e Energia Elétrica	1.409.490	202.843	Concessionária de Energia Elétrica Fiscalizada (Concessionária)	5	0	7
			Concessionária de Gás Fiscalizada (Concessionária)	1	0	7
			Distribuidora de Gás Fiscalizada (Distribuidora)	5	0	7
			Distribuidora de Derivados de Petróleo Fiscalizada (Distribuidora)	10	0	7
			Balanço Energético de Minas Gerais Editado (Balanço)	1	0	7
252727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	140.000	178.678				
255738084.823.0001 - Promoção da Utilização de Energias Alternativas	2.300.000	-	Escola Eletrificada (Escola)	40	0	10
			Centro Comunitário Eletrificado (Centro) (2)	60	13	2 - 10
			Estudo sobre Utilização de Gás Realizado (Estudo)	1	0	10 - 13
255738094.825.0001 - Energia Sustentável	100.000	-	Rodada de Negócios Planejada (Rodada de Negócios)	1	1	-
257528061.136.0001 - Luz de Minas II	1.000.000	-	Propriedade Rural Eletrificada (Propriedade)	520	0	9
			Pessoa Atendida (Pessoa)	2.600	0	9
257528061.960.0001 - Levantamento de Pequenas e Micros Centrais Hidrelétricas	100.000	-	Cadastro de Instalação Realizado (Cadastro)	1	0	13

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG	22.931.000	44.353.204				
226637713.820 - Gestão de Termas e Águas Minerais	8.385.000	5.034.198	Estudo para Desenvolvimento do Polo Turístico do Barreiro Implantado (Estudo)	1	1	-
			Grande Hotel de Araxá Mantido (Hotel)	1	1	-
			Projeto Águas Minerais de Araxá Executado (Projeto)	1	0	13
			Projeto Circuito das Águas Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Poços de Caldas/Pocinhos Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Contendas Executado (Projeto)	1	0	9
			Projeto Águas Santas Executado (Projeto)	1	0	7
226637713.821 - Gestão de Negócios Minero-Industriais	1.340.000	310.000	Projeto Nióbio de Araxá Acompanhado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Fosfato de Araxá Acompanhado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Calcário de Arcos Acompanhado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Feldspato de Governador Valadares Acompanhado (Projeto)	1	0	13
			Projeto Água Mineral Acompanhado (Projeto)	1	0	13
			Projeto Águas de Contendas Acompanhado (Projeto)	1	1	-
226637718.822 - Gestão de Negócios em Serviços	5.901.000	36.784.386	Rodovia Duplicada (Quilômetro)	5	5	-
			Obra Através do Convênio Realizada (Obra)	1	18	5
			Centro de Feiras e Exposições de MG Acompanhado (Centro de Feiras)	1	1	-
			Centro de Feiras e Exposições em Araxá Acompanhado (Centro de Feiras)	1	1	-
226638103.826 - Mineração Social	210.000	-	Projeto Ardósia Executado (Projeto)	1	0	8
			Projeto Quartzito Executado (Projeto)	1	0	8
226638103.827 - Desenvolvimento Mineral do Estado de Minas Gerais	3.748.000	402.000	Projeto Calcário Executado (Projeto)	3	3	-
			Projeto Feldspato Executado (Projeto)	1	0	9
			Projeto de Metais Básicos Executado (Projeto)	5	4	13

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
226638113.830 - Memória do Setor Mineral	465.000	50.000	Projeto de Ouro Executado (Projeto)	2	1	13
			Projeto de Caulim Executado (Projeto)	1	0	9
			Memorial da Geologia Mantido (Memorial)	1	0	8
			Memorial da Mineração Mantido (Memorial)	1	1	-
226638118.828 - Mapeamento Geológico do Estado de Minas Gerais	1.610.000	1.102.620	Projeto Bacia do São Francisco Mapeado (Km²)	710.000	55.000	12
			Projeto Sul de Minas Mapeado (Km²)	29.300	28.000	-
226638118.829 - Difusão Técnica do Setor Mineral	1.272.000	670.000	Exemplar Editado (Exemplar)	8.000	17.000	5
			Banco de Dados Implantado (Banco de Dados)	8	5	12
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	1.817.850.000	1.914.679.000				
251220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	81.056.000	40.006.000				
251232126.005 - Participação Societária		169.671.000				
251232126.010 - Distribuição de Dividendos	158.999.000	219.559.000				
257528033.056 - Usina de Porto Estrela	120.000	3.045.000	Usina de Porto Estrela com Capacidade de 112 mw em Construção (Usina) (3)	1	1	-
257528033.502 - Usina de Irapé	121.772.000	92.876.000	Usina de Irapé com Capacidade de 360 mw Construída (Usina) (3)	1	1	-
257528033.503 - Ampliação, Reforma e Melhoria de Usina	28.636.000	12.007.000	Reforma e Melhoria de Usina Executada (Usina) (3)	27	27	-
257528033.720 - Usina de Pai Joaquim	16.200.000	10.555.000	Usina de Pai Joaquim com Capacidade 23 mw em Construção (Usina) (3)	1	1	-
257528033.790 - Usina de Funil	42.417.000	58.624.000	Usina de Funil com Capacidade de 180 mw em Construção (Usina) (4)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
257528033.811 - Usina de Aimorés	120.453.000	150.123.000	Usina de Aimorés com Capacidade de 330 mw em Construção (Usina) (3)	1	1	-
257528033.812 - Usina de Queimados	29.945.000	52.970.000	Usina de Queimados com Capacidade de 105 mw em Construção (Usina) (3)	1	1	-
257528033.838 - Usina de Capim Branco I	1.708.000	614.000	Usina de Capim Branco I com Capacidade de 240 MW em Construção (Usina) (3)	1	1	-
257528033.839 - Usina de Capim Branco II	1.704.000	626.000	Usina de Capim Branco II com Capacidade de 210MW em Construção (Usina) (3)	1	1	-
257528033.840 - Usina Termo-Elétrica do Barreiro	16.483.000	5.534.000	Usina Termo Elétrica do Barreiro com Capacidade de 13,5MW em Construção (Usina) (3)	1	1	-
257528038.123 - Suporte a Geração de Energia	2.714.000	2.123.000	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	1	1	-
257528043.032 - Reforma e Ampliação de Linhas de Transmissão e Subestação	9.564.000	14.822.000	Linha de Transmissão em Reforma/Ampliação (km)	3	3	-
257528043.504 - Construção de Linhas de Transmissão e Subestações	23.535.000	58.352.000	Subestação em Construção (Subestação)	2	2	-
257528048.124 - Suporte a Transmissão de Energia	546.000	3.677.000	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	1	1	-
257528053.033 - Expansão do Sistema de Distribuição	225.620.000	206.034.000	Consumidor Atendido (Consumidor)	185.823	12.009	4 - 7
257528053.157 - Lumiar - Luz no Campo	97.511.000	95.089.000	Consumidor Atendido (Consumidor)	40.130	73.121	5
257528053.505 - Expansão do Sistema de Subtransmissão	59.365.000	73.685.000	Subestação em Construção (Subestação)	13	27	5
257528058.125 - Suporte a Distribuição de Energia	15.000.000	21.848.000	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	1	1	-
258437777.003 - Amortização de Dívida Interna	341.569.000	141.424.000				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2002

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
258447777.004 - Amortização de Dívida Externa	422.933.000	481.415.000				
Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG	37.478.000	27.638.014				
256638013.200 - Rede de Distribuição de Gás Natural	37.478.000	27.638.014	Rede de Distribuição de Gás Ampliada (Rede)	2	2	-
Fundo de Desenvolvimento Mineral-Metalúrgico - FDMM	2.700.000	680.000				
226637461.091.0001 - Desenvolvimento da Atividade Mineral-Metalúrgica	2.700.000	680.000	Empresa Financiada (Empresa)	7	5	4
TOTAL	1.898.714.303	1.988.929.357				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

(1) Os recursos aplicados são de convênio celebrado com a Agência Nacional de Petróleo - ANP, correspondente a R\$ 200.000,00.

(2) Reforma de 13 sistemas de bombeamento d'água, recursos liberados no valor de R\$ 70.320,00 de Restos a Pagar.

(3) Usinas hidrelétricas em construção - Pai Joaquim, Queimado, Funil, Aimorés e Irapé. Usinas hidrelétricas em processo de implantação - Capim Branco I e II.

Usina térmica em construção - Barreiro.

(4) A Usina de Funil teve inaugurada em 2002, a primeira turbina das 3 previstas para a usina.

ANEXO

CAUSAS DE DESVIO

- 1 Recursos Financeiros Não-Liberados
- 2 Atraso na Liberação de Recursos Financeiros
- 3 Insuficiência de Recursos Financeiros
- 4 Programação Superestimada
- 5 Programação Subestimada
- 6 Melhoria de Produtividade
- 7 Prioridade Redefinida
- 8 Meta Cancelada
- 9 Meta Suspensa
- 10 Entraves na Licitação
- 11 Demora na Celebração do Convênio
- 12 Descumprimento de Compromissos por Parceiros Interinstitucionais
- 13 Outros